



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

O VALE DO RIBEIRA TEM JEITO?

O ECOTURISMO COMO UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO
DAS COMUNIDADES LOCAIS

DEVANCYR APPARECIDO ROMÃO

SÃO PAULO, JUNHO DE 2001

Resumo TBA

AQUISIÇÃO	DATA
ORIGEM	
VALOR	
REGISTRO 226968	ICA
Nº DE CHAMADA 338.47	
2001 TES	

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

O VALE DO RIBEIRA TEM JEITO?

O ECOTURISMO COMO UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS

DEVANCYR APPARECIDO ROMÃO

TESE APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE DOUTOR JUNTO AO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E
CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO, SOB A COORDENAÇÃO
DO PROFESSOR DOUTOR ARIIVALDO
UMBELINO DE OLIVEIRA

SÃO PAULO, JUNHO DE 2001

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	7
2 - BREVE CARACTERIZAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA	16
3 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS	56
4 - A AÇÃO DO ESTADO	63
5 - UMA AGENDA DE ECOTURISMO	70
6 - CONCLUSÕES	106
7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
8 - ANEXOS	

AGRADECIMENTOS

Esta tese é o resultado de um longo processo de discussão, ação e emoção. Um número infindável de pessoas contribuíram para que a tese chegasse a esta formulação final. Seria impossível nomear todas essas pessoas mas, entre elas, gostaria de mencionar especialmente:

Regina Sader, orientadora que me acolheu no doutorado do Departamento de Geografia, sempre disponível e acolhedora em relação às minhas inquietações;

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que viabilizou a continuidade de meu trabalho acadêmico, após o afastamento da professora Regina Sader;

Sérgio Gomes Vassimon, com quem converso desde 1971, que foi o responsável pela minha imersão no Vale do Ribeira: sua paixão pelas comunidades da região me contagiou;

Luiza Alonso, educadora, fez com que eu compreendesse a importância cultural das comunidades do Vale do Ribeira;

Luís Carlos Tabet, turismólogo, com quem apreendi a não me ufanar com a atividade turística;

Diva Burnier, Denise Chabaribery, Enzo Nico Jr., Leonam Bueno Pereira, Liliane, Roberto Assumpção e Roberto Resende, que, em diferentes momentos deram a sua importante colaboração;

Décio Ventura e Márcio Ragni, prefeitos da Ilha Comprida, que sempre apoiaram iniciativas de caráter regional;

as diferentes equipes envolvidas no trabalho da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira e os representantes das comunidades locais, que contribuíram não só nas atividades concretas, mas trouxeram muitas questões para reflexão;

Sérgio Seixas, que me acolheu no CEPAM, em momentos em que a arbitrariedade de determinados dirigentes quase me fez desistir;

os membros da equipe da Agenda no CEPAM (Maurício de Carvalho, Amanda Almeida, Fernanda Costa. Fernando Figueiredo, Rafael Robles), que me permitiram dedicar-me integralmente à elaboração desta tese nos últimos e mais difíceis momentos da redação;

Maristela Debenest , que desde 1995 editou meus textos e sem a qual não seria possível uma edição final;

Letícia Ribeiro dos Santos, que carinhosamente sempre me apoiou.

Não poderia deixar de agradecer também aos colegas do Instituto de Economia Agrícola – IEA, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, junto dos quais, salvo em raros períodos, encontrei terreno fértil para desenvolver meu trabalho.

Devancyr Aparecido Romão

São Paulo, junho de 2001

RESUMO

O objetivo deste trabalho é contribuir para o aprofundamento de um processo que resulta na busca de alternativas de desenvolvimento adequadas ao Vale do Ribeira que possam garantir a efetiva inclusão das camadas mais pobres da população tanto nas decisões quanto nos frutos do crescimento e da renda geradas por esse desenvolvimento. Não se trata, portanto, de um trabalho de reflexão teórica sobre modelos de desenvolvimento regional, nem sobre modalidades de atividades turísticas face ao ecoturismo em regiões economicamente deprimidas. Este pretende ser, sim, um trabalho aplicado, uma reflexão sobre a Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira como instrumento de democratização do planejamento regional e de aglutinação das necessidades, anseios e propostas de diferentes atores locais, regionais e estaduais.

Palavras chave: vale do ribeira; comunidades rurais; ecoturismo; políticas públicas; desenvolvimento regional

SUMMARY

The objective of this research is a contribution to deepen a process that results in the research of development alternatives suitable for Vale do Ribeira, that make possible the effective inclusion of the poorer population segment, in the decisions, as well in the growing results and income generated by this development. So, it is not a theoretical reflection about regional development models, neither about kinds of turistics activities in wiewingf the ecoturism in economically depressed regions. It intends to be, indeed, an applied work, a reflection about Ecoturism Agenda to Vale do Ribeira, as an instrument of regional planning democratization and of the aggregation of needs, hopes and proposals of different local, regional and Federation units actors.

Key words: Vale do Ribeira; Ecoturism;rural communities; public politics; regional planning

INTRODUÇÃO

*"Impressionou-nos, mais que qualquer outro, o fato de no Sul do Estado de São Paulo, junto à costa, a distância relativamente pequena da capital, existir um verdadeiro "sertão do litoral". [...] Intrigou-nos, justamente, o fato de que a presença desse "sertão de litoral" relacionava-se não somente com uma situação de isolamento em face do planalto mas, também, em face do próprio mar." (Pasquale Petrone, **A Baixada do Ribeira – Estudo de Geografia Humana**, 1960 : 5)*

Para quem conhece o Vale do Ribeira, o retrato traçado por Pasquale Petrone, em estudo realizado há mais de quarenta anos, ainda conserva espantosa atualidade.

A região do Ribeira de Iguape compreende uma área de cerca de 17.341 km² no Sul/Sudoeste do Estado de São Paulo. Nela, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo 2000), vivem pouco mais de 358 mil habitantes, distribuídos em 23 municípios, numa ocupação bastante rarefeita comparativamente ao restante território paulista. Lá vivem comunidades rurais e urbanas de diversas origens e características: agricultores ribeirinhos, ao longo do Ribeira de Iguape e alguns de seus afluentes; caiçaras, na região lagunar; remanescentes de quilombos, principalmente na região serrana; migrantes do interior paulista e de outros estados, assim como imigrantes de outros países¹. Constituídas em diferentes momentos históricos, essas comunidades formaram-se ao longo e ao sabor dos sucessivos ciclos de desenvolvimento econômico e social do

¹ Não se desconhece a existência, no Vale do Ribeira, de alguns (poucos) aldeamentos indígenas. Os indígenas, porém, não estarão no foco deste estudo.

Estado e do País, acompanhando-os porém de forma descontínua e, em muitos momentos, retardatária (como se analisa no Capítulo 1).

Embora próxima das capitais paulista e paranaense, e ligada territorialmente a dois estados que polarizam o desenvolvimento industrial e agrícola do Sul-Sudeste brasileiros, a região do Vale do Ribeira situa-se num lugar econômico e simbólico marginal, distanciado do estágio de desenvolvimento alcançado por esses dois estados.

Se a maior parte do território paulista – e também do paranaense – configura-se hoje pela implantação de uma lógica de produção e consumo de bens e serviços característica do século XX, o Vale do Ribeira ainda apresenta uma configuração mais próxima ao século XIX, até mesmo nas áreas urbanas. A região detém a maior área contínua da Mata Atlântica remanescente em São Paulo, sedia dois dos mais antigos núcleos de povoamento do Estado (Cananéia e Iguape), abriga algumas áreas indígenas e núcleos remanescentes de quilombos, e ainda mantém modos e ritmos de vida bastante marcados pelos ciclos da natureza.

Ao lado disto, a maior parcela de seus habitantes não goza de condições básicas de vida, atingida especialmente pelo desemprego e pelo baixo nível de renda, problemas ainda mais agudos na zona rural. A população residente nessa zona, historicamente marginalizada, sofreu um novo e recente processo de exclusão: nos anos 1980, a legislação de proteção ambiental, voltada para a normatização do uso dos recursos naturais com vistas ao século XXI, afetou profundamente seus meios de subsistência tradicionais, agrícolas e extrativistas.

Paradoxalmente, alguns dos traços que dão à região características do século XIX – e que durante os últimos cinquenta anos sinalizaram um destino de marginalização e estagnação – podem servir de base para construir alternativas futuras de desenvolvimento econômico e social, que frutifiquem no século XXI. Isto desde que os traços negativos que configuram esse *gap* de quase um século sejam enfrentados e superados.

Justamente porque o Vale detém um patrimônio natural e cultural rico e ainda pouco conhecido, a hipótese é de que o ecoturismo possa configurar-se como uma das alternativas para o desenvolvimento regional.

Isto, porém, só será possível desde que as modalidades de ecoturismo implantadas sejam inclusivas – isto é, sejam implementadas, desenvolvidas e apropriadas por amplas parcelas da população local – e adequadas ao meio ambiente² – isto é, reforcem a manutenção do patrimônio natural e cultural.

Neste cenário duas questões estão no foco central das preocupações e análises desta tese:

1. Por que, situado no Estado que é pólo de riqueza e desenvolvimento industrial no País, o Vale do Ribeira apresenta a estagnação e a pobreza como suas características sócio-econômicas mais marcantes, condenando a maioria de seus habitantes à luta pela mera sobrevivência? Trata-se, pois, de buscar compreender os processos locais, regionais e estaduais que contribuem para a persistente exclusão de amplas parcelas da população do Vale dos frutos do desenvolvimento econômico e social.

2. Em que medida e sob que condições as atividades enfeixadas pelo ecoturismo podem significar alternativas de geração de empregos e renda articuladas à preservação do rico patrimônio histórico e natural regional? Trata-se, então, de analisar as condições de implementação do ecoturismo como alternativa para alavancar o crescimento e o desenvolvimento econômico e social da região, de modo a incluir tais parcelas da população em seus frutos, sem ferir ou descaracterizar tal patrimônio, que é seu maior trunfo. Trata-se, portanto, de analisar a implementação uma modalidade turística específica, como política pública voltada para o desenvolvimento regional.

O objetivo deste trabalho é contribuir para o aprofundamento de um processo no qual estive – e estou – envolvido: a busca de alternativas de desenvolvimento adequadas ao Vale do Ribeira que possam garantir a efetiva inclusão das camadas mais pobres da população tanto nas decisões

² Destaque-se que o conceito de ambiente é utilizado aqui “na sua concepção abrangente, ou seja, nas suas expressões (natural, ocupada e construída), que se interpenetram num movimento sincrônico de ações e interações recíprocas. Assim o meio ambiente resulta da integração das esferas natural, social, econômica, política e cultural” (Rodrigues, 1997).

quanto nos frutos do crescimento e da renda geradas por esse desenvolvimento. Não se trata, portanto, de um trabalho de reflexão teórica sobre modelos de desenvolvimento regional, nem sobre modalidades de atividades turísticas face ao ecoturismo em regiões economicamente deprimidas. Este pretende ser, sim, um trabalho aplicado, uma reflexão sobre a Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira³ como instrumento de democratização do planejamento regional e de aglutinação das necessidades, anseios e propostas de diferentes atores locais, regionais e estaduais.

O processo de trabalho da Agenda, que realizou um inventário turístico do Vale, evidenciou as diversas e previsíveis carências de infraestrutura da região – obstáculos concretos ao desenvolvimento das atividades ecoturísticas e de muitas outras. A marginalização do Vale do Ribeira em relação ao processo de desenvolvimento estadual e nacional vem cobrando um preço elevado da população em termos de saúde, saneamento, educação (não apenas básica), estrutura viária, sistema de abastecimento etc. E, num círculo vicioso, realimentam a marginalização e a exclusão. Por exemplo, a rede viária deficiente dificulta a circulação de pessoas e mercadorias, e compromete o sistema de abastecimento regional – fazendo com que para os comerciantes e empresários ligados ao setor turístico seja mais vantajoso, em termos de preços e tempo, adquirir até mesmo produtos hortícolas fora da região. Com isso, não ocorre o efeito multiplicador que a circulação de mercadorias provoca na economia regional, pela dinamização das transações monetárias, pela retenção e pelo reinvestimento da renda na própria região – o que, obviamente, tem reflexos não apenas no setor turístico.

A inclusão econômica e social dos setores pobres da população local nas atividades ecoturísticas – ou correlatas – reveste-se de ainda outros obstáculos, referidos tanto a seu desejo quanto à sua possibilidade de participar desse setor, um dos mais complexos e sofisticados da produção capitalista, pois visa ao consumo de bens simbólicos. A possibilidade de tais

³ Programa que articula o Codivar, órgão regional, e seis secretarias de Estado, para avaliar e planejar o desenvolvimento do ecoturismo na região.

comunidades incorporarem-se ao setor também inclui aspectos relativos a outras condições subjetivas e objetivas, que se referem ao enfrentamento e à superação de contradições que marcam o encontro entre as culturas e realidades diversas dessas comunidades e as dos turistas.

Cabe observar que o desejo e a possibilidade de os setores mais excluídos da população do Vale do Ribeira virem a participar dos benefícios das atividades de ecoturismo está parametrado, ainda, pela visão que deles têm outros atores (prefeitos, empresários do setor, técnicos ligados aos poderes públicos, organizações não-governamentais atuantes na área). O que remete à forma que assume o desejo destes últimos de impulsionar o desenvolvimento local e regional.

A Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira procura abranger essa grande gama de aspectos, enquanto se institucionaliza como fórum regional de discussão e planejamento para o setor.

Sei que, como aponta Robert Putnam em seu trabalho sobre instituições democráticas, as instituições políticas são moldadas pela história e não se pode avaliar seu êxito em poucos anos, mas em décadas (1996: 22, 51). Analiso um período de pouco mais de cinco anos e sei que meu trabalho trará, portanto, marcas de precocidade e incompletude. Mais que isto: envolvido pelo movimento de atuar–refletir–atuar que caracterizou estes últimos anos de minha vida, assumo o risco não ter obtido o distanciamento necessário para uma análise suficientemente isenta e aprofundada.

Ainda assim, espero que esta reflexão possa contribuir para sedimentar os ganhos e apontar os desvios de uma ação coletiva da qual sou co-participante. Espero também documentar os principais momentos do processo de trabalho dessa aglutinação entre órgãos públicos, organizações não-governamentais e agentes sociais, contribuindo para corrigir um dos problemas cruciais da descontinuidade da ação pública. Descontinuidade que, embora se origine na alternância de orientações de diferentes administrações (até mesmo em uma só gestão de governo), também é causada pela incapacidade de os agentes públicos apropriarem-se dos diversos momentos de intervenção governamental, ao longo dos anos.

Na constante e angustiante contradição entre tempos e ritmos acadêmico, social, burocrático, pessoal que vivi no período do doutorado, palavras de Eric Hobsbawn – com as quais me identifiquei (embora meu trabalho não seja minimamente comparável à sua brilhante obra sobre o breve século XX) – deram-me alento para prosseguir, apesar de tudo: “[...] ninguém pode escrever sobre seu próprio tempo de vida como pode (e deve) fazer em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por intermédio de fontes da época ou de obras de historiadores posteriores. Meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata este livro e durante a maior parte de meu tempo de vida – do início da adolescência até hoje – tenho tido consciência dos assuntos públicos, ou seja, acumulei opiniões e preconceitos sobre a época, mais como contemporâneo que como estudioso” (1995: 7).

BREVE RETROSPECTO

Desde cedo o problema da exclusão econômica, social e política de amplas camadas da população tematizou minha história pessoal, minha formação teórica e prática. Exclusão essa que, em minha área de formação como agrônomo (pela Faculdade de Ciências Agronômicas de Botucatu, Unesp, 1970), expressa-se claramente nas contradições do modelo agropecuário predominante – concentrador de terras e privilegiador das monoculturas de exportação e do agronegócio, erradicando as tradicionais culturas voltadas à alimentação básica da população e impondo relações de produção cuja única lógica é o lucro.

No campo profissional, como pesquisador do Instituto de Economia Agrícola – IIEA, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo desde 1970, acompanhei o processo de modernização da lavoura cafeeira no Estado assim como a rápida extensão das áreas de outros cultivos destinados à exportação ou à produção de insumos industriais. Na posição de técnico de órgão do governo estadual, acompanhei a implantação de modelos agrícolas, nos quais a implementação de novas técnicas produtivas e novas relações de trabalho extinguiram culturas tradicionais da cesta básica (resultando em crises de abastecimento ao

longo da década de 70) e desenraizaram as camadas mais pobres da população rural. Acompanhei a enorme ampliação da mão-de-obra volante ou bóia-fria (que impulsionou a migração rural-urbano) e a pauperização acelerada desses setores da população.

Em busca de uma compreensão mais aprofundada desse modelo de produção e da lógica que o informa, dirigi meus esforços teóricos para o mestrado em Economia Política (Universidade Estadual de Campinas, 1981), estudando a crise de abastecimento e, em especial, a evolução da produção do feijão no Estado.

Depois de algum tempo de terminado o mestrado, passei a acompanhar a formação e a evolução dos preços agrícolas dos produtos de consumo popular e seu peso relativo no gasto mensal das famílias, especialmente as mais pobres. Paralelamente, passei a interessar-me pelo ecoturismo e pelo turismo de aventura e a praticá-los. Os horizontes de atuação profissional se estreitaram e resolvi voltar a estudar. Mas não me animava muito voltar ao tema da fome e da pobreza pela via das crises de produção e de abastecimento de alimentos gêneros que geravam carestia e penalizavam gravemente os setores mais desfavorecidos.

Em 1994, uma reunião com Sérgio Vassimon, técnico e assessor da Fundação Florestal do Estado de São Paulo, representou o ponto de inflexão que me encaminhou ao Vale do Ribeira, seu perfil de estagnação e pobreza, suas contradições quanto à posse e ao uso da terra (realimentadas pela implantação da legislação ambiental), seus problemas de emprego e renda, sua tradição na agricultura de subsistência, seu patrimônio natural e cultural, as contradições entre esse rico patrimônio e a pobreza e estagnação regional. Ponto de inflexão que delineou a hipótese de que o ecoturismo poderia tornar-se uma alternativa mais democrática e mais inclusiva para as camadas mais pobres da região.

Comecei a acompanhar as reuniões mensais do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira – Codivar e a entrar em contato mais estreito com a problemática regional. Acredito, como ressalta Sénechal, que “percorrer o espaço é de uma certa forma apreender uma realidade subjetiva, composta por fragmentos de diversas épocas passadas,

região para preservação integral por parques estaduais, reservas biológicas e áreas naturais tombadas cria restrições de uso e dificuldades incontestáveis. Atenta para esse conflito de posturas com as expectativas das comunidades, que não aceitam a idéia de total neutralização da economia regional, a Sudelpa está efetuando estudos de compatibilização de usos, através da seleção de áreas críticas, para preservação de áreas e núcleos de manejo florestas, distritos turísticos e hotéis-fazenda, sob um gerenciamento controlado e flexível” (Saber, 1985: 25).

Já então o grande professor apontava a responsabilidade de o Estado agir visando a superar o conflito gerado por sua ação normativa, por meio de uma ação planejadora e fomentadora. Uma ação, porém, de novo tipo, que não reproduzisse ainda uma vez as características técnico-burocráticas, fragmentárias e autoritárias que marcaram a implementação da legislação de conservação e proteção ambiental no Vale do Ribeira – e costumam marcar as relações do Estado com a sociedade civil quando esta detém pouca experiência de organização. Uma ação que, além de superar o descrédito e a desconfiança com que a intervenção do Estado era vista pela população do Vale, como aponta Brandão (1998), incorporasse, como princípio e como prática, a democratização das decisões sobre alternativas e rumos, o que implica necessariamente na difusão dos conhecimentos e dos instrumentos necessários ao planejamento das ações.

2 - BREVE CARACTERIZAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA

"Nele convivem agroindústrias, reservas ecológicas, posseiros, comunidades negras remanescentes de quilombos, grupos indígenas, especuladores imobiliários, agentes pastorais, técnicos do governo, em uma relação conflituosa, cujo pressuposto é a luta pela sobrevivência"
(Martinez,1995:10)

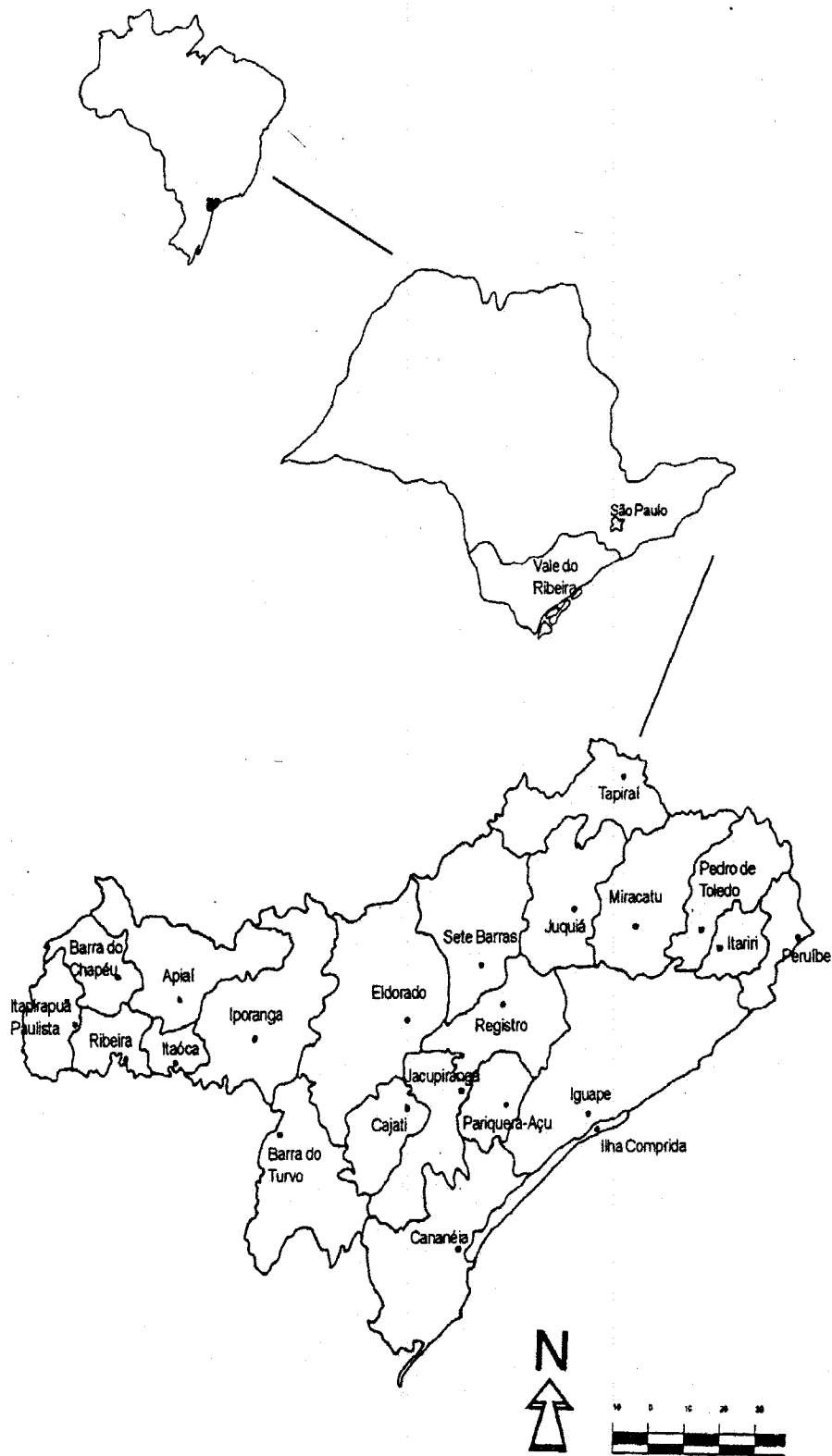
A região do Vale do Ribeira abrange uma área de 17.341 km², estendendo-se por cerca de 260 km na direção Sul/Sudoeste do Estado de São Paulo, com uma testada litorânea de 140 km. De noroeste a sudoeste limita-se com o Estado do Paraná, ao norte com as regiões do Alto Paranapanema, Sorocaba e Médio Tietê, a nordeste com a região do Alto Tietê e com a Baixada Santista, e ao sul/sudeste com o Oceano Atlântico.

Cerca de 360 mil habitantes⁴ vivem na área, desigualmente distribuídos por 23 municípios: Apiaí, Barra do Turvo, Barra do Chapéu, Cajati, Cananéia, Eldorado, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Ilha Comprida, Itariri, Itaoca, Iguape, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Miracatu, Parquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, Tapiraí, São Lourenço da Serra e Sete Barras. (Mapa 1, na página seguinte).

Registro, Cajati, Iguape, Apiaí e Juquitiba (esta última próxima à região metropolitana da Grande São Paulo) são as cidades mais populosas, com entre 27 mil e 52 mil habitantes⁵.

⁴ Dados preliminares do Censo 2000, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

⁵ Idem.



Mapa 1 - Região do Vale do Ribeira, estado de São Paulo, Brasil.

A população residente na região tem uma origem bastante diversificada, sendo constituída por descendentes de escravos aquilombados que acabaram por fixar-se; migrantes de várias áreas do país, principalmente do Paraná, de Minas Gerais e do interior do próprio Estado; imigrantes – poloneses, alemães, italianos e principalmente japoneses – atraídos para a região no final do século XIX e no começo do século XX. Em busca de maiores condições de sobrevivência e de locomoção, essa população acabou por centralizar-se nas margens dos rios.

Localizado em um dos Estados mais densamente povoados do País, o Vale do Ribeira entretanto apresenta baixa densidade populacional, elevado índice de mortalidade infantil (43 de cada mil crianças nascidas morrem antes de completar 1 ano de idade), áreas de incidência endêmica de doenças como leishmaniose, desemprego, e uma renda per capita inferior à do Nordeste.

Ao lado disso, conserva a maior parcela remanescente contínua de Mata Atlântica e ecossistemas associados, e concentra 40% das unidades de conservação do estado (Áreas de Proteção Ambiental, Parques Estaduais, Estações Ecológicas). Reduto de uma biodiversidade muito complexa e diversificada, por tudo isso o Vale é freqüentemente chamado de “Amazônia paulista”.

Essa dicotomia entre uma rica biodiversidade natural e a pobreza das condições de vida de amplas camadas da população é uma das principais contradições que embaraçam o desenvolvimento regional – especialmente devido à histórica exclusão dessas comunidades do processo mais amplo de desenvolvimento do estado. Exclusão essa que se renova atualmente devido às limitações que as leis de proteção ambiental – sem dúvida necessárias, mas implantadas de modo autoritário e sem preocupação com a geração de alternativas de emprego e renda – impõem às atividades tradicionais dos pequenos agricultores.

Cerca de 75% das terras da região são regidas por leis de proteção ambiental, sendo que 58% delas são institucionalmente protegidas, sob a forma de Parques e Estações Ecológicas – de propriedade pública, onde é proibido qualquer uso econômico – ou de Áreas de Proteção Ambiental –

nas quais a propriedade e o uso do solo são privados, mas sofrem restrições de uso.

A pequena produção agrícola, baseada na utilização da mão-de-obra familiar e voltada para a auto-suficiência alimentar, caracteriza-se pelo plantio de culturas de subsistência (como arroz, feijão, milho, mandioca, batata-doce). Essas culturas, praticadas em sistema de rotação (cuja técnica principal é a primitiva coivara) muitas vezes não garantem sequer a subsistência do grupo familiar, que se vê obrigado a buscar recursos alternativos: seja usando parte do terreno no plantio de uma cultura comercial, seja pelo assalariamento temporário em fazendas vizinhas, seja no extrativismo florestal, seja por meio da produção artesanal. Porém, além do extrativismo, até mesmo a atividade artesanal vem sendo atingida por restrições legais, com a proibição de corte de lenha na mata para alimentar os fornos de queima de cerâmica.

As precárias condições da pequena agricultura regional são determinadas por vários fatores: baixa fertilidade do solo; escassez de terras agricultáveis; falta de regularização fundiária; falta de financiamento e créditos subsidiados; submissão dos agricultores aos preços estipulados por intermediários, num mercado oligopolizado etc.

A falta de regularização fundiária, aliás, é característica da região, gerando constantes conflitos de posse de terra. Esse problema tanto marginaliza os pequenos agricultores quanto não oferece estabilidade para investimentos de maior monta por agricultores mais capitalizados. Informações do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, dão conta de que dos 1,7 milhão de ha de terras da região, 1,5 milhão são terras devolutas, sem regularização efetiva quanto ao domínio de posse. Apenas 119 mil ha são legitimadas ou tituladas. Outro levantamento indica que há cerca de 1 milhão de hectares envolvidos em conflitos de posse – envolvendo inclusive o governo do Estado de São Paulo, em virtude das desapropriações de áreas incorporadas a parques e estações ecológicas.

Para que a preocupação do governo estadual com a proteção dos recursos naturais – legítima e meritória – possa ser compartilhada e apoiada efetivamente pela população do Vale, será preciso integrar a questão

ambiental num contexto que contemple o desenvolvimento econômico e social.

Deve-se ressaltar que, se esses traços gerais do Vale do Ribeira vêm se constituindo como obstáculos ao desenvolvimento da região, sua história (como memória e como cotidiano) e suas riquezas naturais podem significar uma contrapartida que lastreie uma nova alternativa para a região, ligada a seu potencial turístico. Tais balizadores indicam que essa alternativa pode se basear no ecoturismo que, no entanto, para ter possibilidades de êxito, deve traduzir-se na (re)integração das marcas (signos) históricas/os ao processo de desenvolvimento.

PERFIL FÍSICO DA REGIÃO

O Vale do Ribeira apresenta características físicas peculiares, tanto do ponto de vista climático e geomorfológico, como em relação aos recursos naturais. Entre elas, pode-se destacar o clima super-úmido, com alta pluviosidade, e um perfil de solos complexo. Observam-se extensas áreas de relevo serrano – com declividades acentuadas e várzeas encaixadas – além de um amplo setor costeiro – composto por planícies, manguezais, terraços marinhos e fluviais, que inclui o complexo estuarino-lagunar de Iguape–Cananéia – caracterizando uma grande diversidade de ambientes terrestres e aquáticos.

Uma das áreas menos desenvolvidas do Estado e com os mais baixos índices de densidade populacional, o Vale do Ribeira é a mais rica região em recursos naturais: possui extensas áreas dominadas por vegetação natural intacta ou antropicamente pouco modificada (grande parte das quais submetidas a legislação especial de proteção ambiental); dispõe de terras apropriadas para alguns cultivos e de recursos minerais relativamente abundantes.

• GEOMORFOLOGIA

O Vale do Ribeira estende-se em porções do Planalto Atlântico (ao Norte) e, em sua maior parte, ao longo da Província Costeira, apresentando relevos bastante diversificados.

Na porção do Planalto Atlântico situam-se os planaltos Paulistano, de Ibiúna, de Guapiara e do Alto Turvo, com altitudes que variam entre 600 m e 1.000 m. Nela estão as cabeceiras do rio Ribeira de Iguape, o maior e mais importante coletor do Vale. O contínuo processo de dissecação promovido pelo sistema hidrográfico do Ribeira de Iguape e de seus afluentes entalhou um amplo conjunto de escarpas abruptas e vales encaixados na Serra do Mar que conformam um rebordo do Planalto Atlântico drenado para o mar por extensas planícies aluviais e sedimentares (de até dezenas de quilômetros), que vão ao encontro da costa oceânica.

A elevada pluviosidade dessa zona contribui decisivamente para a dissecação apontada. No entanto, “as características litológicas e a vegetação compensam as declividades das encostas do planalto, não permitindo o escoamento rápido das águas, mantendo um regime regular” (Relatório, 2000: 31-32).

No seu curso alto e médio e alto, o rio Ribeira de Iguape é um curso d’água típico de planalto. “[...] as altas temperaturas, baixa evaporação e a vegetação exuberante, juntamente com as características geológicas do substrato da UGRHI, fazem com que a rede de drenagem do Vale do Ribeira seja extremamente densa, favorecendo a existência de grande quantidade de água para alimentação dos rios” (Relatório, 2000: 32).

Na Província Costeira ocorre uma grande complexidade de formas de relevo, com uma região serrana constituída de escarpas abruptas e festonadas (de 800 m em média), ao longo de anfiteatros separados por espigões. Nela encontram-se três grandes zonas: a serra costeira, a morraria costeira e as baixadas litorâneas.

A serra costeira, caracterizada por grandes amplitudes topográficas, estende-se desde a Serra de Paranapiacaba – passando pelas serranias de Itatins e do Ribeira, pelos planaltos interiores das serras e do Planalto Atlântico (estes de menor amplitude topográfica) – até uma pequena porção da Serra do Mar, no extremo sul do Vale. As contínuas extensões de escarpas da região serrana constituem áreas extremamente frágeis nas quais ocorrem significativos e freqüentes movimentos de massa, em virtude de suas grandes declividades, aos entalhes profundos e à elevada pluviosidade, característica climática de destaque na região.

“As rochas calcárias do Alto Ribeira localizadas no Planalto de Lageado na margem esquerda do Rio Ribeira, região de Iporanga e Planalto de Tapagem na margem direita do Rio Ribeira, são responsáveis pela maior província espeleológica do Sudeste do país, compostas por cavernas e grutas, como de abismos e outras feições cársticas de destaque.” (Relatório, 2000: 30)

À serra segue-se a morraria costeira, que se estende em direção ao litoral, no sentido Sul-Sudeste. Trata-se da região central do Vale do

Ribeira, cujas colinas, morrotes, morros e montanhas isoladas, com altitudes raramente superiores a 100 ou 200 metros, destacam-se da Planície Costeira e das amplas planícies aluviais do trecho inferior do Ribeira de Iguape, com altitudes variando entre 2 a 6 m acima do nível do rio e que se estendem até as restingas costeiras das baixadas litorâneas, pelos vales dos rios Pariquera-Açu e Juquiá. Já as colinas mais baixas dessa zona são “[...] compostas principalmente por gnaisses e granitos, além de xistos e migmatitos. Constituem formas de relevo também bastante dissecadas, cobertas por sedimentos fluviais ou por depósitos de desembocadura dos Rios Pariquera-Açu e Jacupiranga” (Relatório, 2000: 30-31).

A zona de baixadas litorâneas compreende as planícies costeiras, os manguezais e os terraços marinhos, áreas de terreno plano ou suavemente ondulado por colinas baixas (com no máximo 60 metros), que estão sob influência direta da sedimentação marinha ou fluvial do Ribeira de Iguape, que é periodicamente inundável. Após receber o rio Juquiá, o Ribeira de Iguape constitui-se num curso d’água típico de planície: abrindo-se em extensão, serpenteia entre colinas, ao longo da planície fluvial, formando uma grande quantidade de lagos e meandros. Esta mudança de gradiente dos terrenos ao longo do curso do rio, aliada à ocorrência de intensas chuvas, de longa duração, e às características do solo, são determinantes das constantes cheias e inundações na área do baixo Ribeira.

A planície da Juréia é parte da planície do Ribeira de Iguape, mas também é cortada por rios que de outras bacias, e formada por grande quantidade de cordões marinhos e terraços elevados. Nessa área a planície costeira é bastante ampla.

A zona das baixadas litorâneas inclui ainda o complexo estuarino-lagunar de Iguape–Cananéia, área de sedimentação marinha situada entre a foz do Ribeira e o canal Ararapira, próximo à divisa do Estado do Paraná. Inclui a Ilha Comprida, a Ilha de Cananéia e a Ilha do Cardoso, assim como canais, braços de mar e manguezais. O complexo estuarino-lagunar subdivide-se em três subconjuntos de lagunas: Mar de Cananéia, Mar de Iguape e Mar Pequeno, de grande piscosidade e importância na alimentação plantônica dos mares da costa. “A preservação parcial da vegetação de

restinga das planícies e o seu manejo adequado são condições fundamentais para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas lagunares” (Relatório, 2000: 31).

- **ESPELEOLOGIA**

Outra característica da região é seu enorme potencial espeleológico. As rochas calcárias localizadas no do Alto Ribeira, à direita e à esquerda do rio Ribeira, conformam uma extensa província espeleológica, composta por uma grande riqueza de cavernas, grutas, abismos e outras feições cársticas.

As maiores concentrações dessas cavidades localizam-se nos municípios de Iporanga e Apiaí (vale do rio Bethary e arredores do ribeirão Espírito Santo), mas há cavernas também em Eldorado e Barra do Turvo. No total, já foram contabilizadas mais de 270 cavidades naturais, configurando a maior concentração de cavernas conhecida no Brasil.

Muitas das cavernas do Vale são de grande dimensão, apresentando câmaras com cenários de grande beleza, indicando seu aproveitamento para fins turísticos – obedecendo-se ao Decreto Federal n.º 99.556/90, que inclui as cavidades naturais do nosso território no patrimônio cultural brasileiro, determinando sua preservação e conservação para permitir estudos e pesquisas de ordem técnico-científica, assim como atividades de cunho espeleológico, étnico-cultural, turístico, recreativo e educativo (Art. 1º).

A Caverna do Diabo ou Gruta da Tapagem – a mais conhecida e visitada do Vale do Ribeira – está localizada no Parque Estadual de Jacupiranga e conta com razoável infra-estrutura turística.

A Caverna dos Paiva, localizada a oeste da antiga Fazenda Intervalles (hoje Parque Estadual Intervalles), possui cerca de 2.800 m de desenvolvimento horizontal e vem sendo utilizada por turismo ocasional, não monitorado.

Desde 1987 vigora nas cavernas e nos 26 sítios arqueológicos⁶ do Parque Estadual Turístico do Vale do Ribeira – PETAR uma proposta de

⁶ Segundo o *Relatório de situação dos recursos hídricos da UGRHI 11*, em 1992 o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP constatou a existência de centenas de sítios arqueológicos no Vale do Ribeira, especialmente nos municípios de Apiaí, Ribeira e Barra

manejo turístico, elaborada em convênio entre a Sociedade Brasileira de Espeleologia e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Essa proposta definiu critérios para áreas restritas (voltadas para preservação e pesquisas científicas) e áreas de visita pública, que orientaram a escolha de 30 cavernas para exploração turística regular (turismo de massa) ou ocasional⁷:

- oito cavernas localizadas no município de Iporanga compõem o Grupo Bethary. Já são pontos de atração turística, com acesso pela rodovia SP-165. Há cinco grutas para turismo regular e três para turismo ocasional;
- duas grutas pertencentes ao Grupo Lageado, muito próximas ao Grupo Bethary, são indicadas para turismo regular;
- duas grutas destinadas a turismo regular e dez para turismo ocasional compõem o Grupo Espírito Santo/Caboclos, cujo acesso é feito a partir da estrada que liga Guapiara a Apiaí;
- quatro grutas do Grupo Areado Grande destinam-se apenas a turismo ocasional, sendo o acesso a elas feito pela BR-373 e, em seguida, por uma estrada vicinal;
- quatro grutas destinadas a turismo ocasional formam o Grupo Buenos, com acesso pela rodovia SP-250 e pela estrada para o Bairro Buenos;
- os sítios arqueológicos Bombas e Novo também localizados no PETAR foram desaconselhados para uso turístico.

As quarenta cavernas conhecidas localizadas na antiga Fazenda Intervalles (hoje Parque Estadual Intervalles) são de menores dimensões que as do Bethary. Ali há nove grutas abertas a visitação pública; as demais permanecem como áreas restritas.

De grande importância turística, essas feições geológicas também podem ser acondicionadas ao desenvolvimento da espeleoterapia, ramo da medicina desenvolvido no Leste Europeu e em Cuba.

do Turvo. Entre os mais importantes destacam-se 75 sítios líticos, 82 sítios cerâmicos, 12 sambaquis, 12 sítios em abrigos/grutas e 3 cemitérios indígenas. p. 80.

⁷ Idem, pp. 32-33.

- **RECURSOS MINERAIS**

É fato que as primeiras jazidas de ouro no Brasil foram descobertas no Vale do Ribeira – os municípios de Eldorado, Sete Barras e Registro são heranças toponímicas desse ciclo, no período colonial. No entanto, a descoberta de jazidas de ouro e outros bens minerais em Minas Gerais para lá deslocou o pólo produtor da mineração no século XVIII. Mais tarde, descobriu-se a ocorrência de outros minerais metálicos no Vale do Ribeira – o que, entretanto, não foi capaz de promover o desenvolvimento da região como pólo de produção mineral, incluindo-a no ritmo de crescimento do restante do Estado de São Paulo.

O Vale do Ribeira apresenta um substrato rochoso que contém ocorrências de vários bens minerais metálicos, ferrosos e não-ferrosos, e minerais destinados à indústria da construção civil – às quais se soma a recente descoberta de argilas crenológicas, de utilização médica. Segundo o *Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11* (2000: 20), mapeamentos realizados em diferentes épocas e por vários organismos públicos (CPRM, DNPM, PRÓ-MINÉRIO, IG/USP) indicam a descrição de mais de 750 ocorrências, depósitos, jazidas e minas de diversos bens minerais.

Tais ocorrências podem indicar a existência de jazidas (depósitos viáveis em volumes e valores econômicos) com importância para o desenvolvimento da região como um todo. No entanto, além dos mapeamentos geológicos básicos, pouca pesquisa mineral de detalhe houve na região. Acresça-se a isto a carência de informações sobre produção mineral no Estado, especialmente informações regionalizadas ou municipalizadas. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) fornece apenas dados globais para o conjunto do Estado (Relatório, 2000: 22).

O efetivo potencial mineral do Vale do Ribeira permanece, portanto, impreciso – embora o referido Relatório afirme que a região "é detentora de importante potencial mineral, na realidade, o principal do Estado de São Paulo" (2000: 19) e credite a pequena exploração desse potencial tanto à falta de pesquisas específicas e de uma política de desenvolvimento dos

recursos minerais, quanto à "enorme precariedade da infra-estrutura" regional (2000: 20).

Pode-se supor, entretanto, que grande parte dessas ocorrências minerais não se transformou em empreendimentos minerários por não apresentarem o volume necessário à sua viabilidade econômica. A falta de infra-estrutura regional, embora real, não pode ser responsabilizada pelo baixo desenvolvimento de atividades minerárias, pois, quando a jazida mostra viabilidade econômica, as empresas mineradoras promovem as melhorias de infra-estrutura necessárias, como se constata nas mais diversas regiões do País.

O citado *Relatório de Situação dos Recursos Hídricos* situa como principais pólos da indústria extrativa mineral no Vale:

- o município de Cajati: com a exploração das jazidas de apatita e carbonatito do Complexo Alcalino de Jacupiranga, insumos básicos para a indústria cimenteira, assim como para a construção civil (brita), produção de concentrados minerais para fertilizantes, rações animais e alimentação humana, que propiciaram o crescimento econômico localizado do município;
- o município de Apiaí: cujo desenvolvimento econômico baseia-se na mineração de seus extensos depósitos de calcário (mármore), que vêm sendo explorados para aplicação na indústria cimenteira e também como insumo na agricultura;
- os municípios de Registro, Sete Barras, Juquiá e Miracatu (em fase de expansão), onde se realiza a extração de areia na região dos rios Juquiá e Ribeira, para atender ao mercado local, à Baixada Santista e à Grande São Paulo;
- os municípios de Cananéia e Iguape, na região lagunar, com atividades de extração de saibro em Cananéia, de areia industrial, cascalho e argila, em Iguape. No entanto, das 23 lavras registradas nessa área, 18 encontram-se paralisadas. (2000: 19-20)

O mesmo documento diagnostica "uma paralisação da totalidade das lavras de chumbo, uma contínua extração de calcários e dolomitos, novas

descobertas de minerais raros em diversos pontos da região e um avanço da exploração de areias” (2000: 19).

Cabe ressaltar, por outro lado, o potencial minerário para a indústria de construção civil existente no Vale do Ribeira, um dos mais expressivos do Estado de São Paulo. O rio Ribeira de Iguape, em seu trecho médio e baixo, encontra-se atualmente entulhado de areias, assoreado. Essa característica circunstancial é uma das responsáveis pelos estragos que periodicamente verificam-se na época da cheia. A retirada da areia que assoreia a calha do rio poderia propiciar a reversão desse impacto ambiental e auxiliar no desenvolvimento da região, ao mesmo tempo que alicerçaria a implantação de indústrias específicas da construção civil, como a de pré-moldados. Este é um exemplo de como é possível utilizar a atividade mineradora em favor das necessidades sociais e ambientais.

Do mesmo modo, a atividade de mineração para fins artesanais é também uma vocação a ser desenvolvida, com vantagens para a população local e não somente para as empresas de mineração instaladas.

Outra importante necessidade regional relacionada ao desenvolvimento econômico refere-se às condições de trafegabilidade das estradas vicinais e sua relação com a mineração. A alta pluviosidade e os tipos de solos encontrados na região, somados a uma incorreta utilização dos capeamentos dessas estradas, acarretam dificuldades para o escoamento da produção local de produtos agrícolas, o trânsito da população e a implantação de atividades de ecoturismo nascentes na região. O equacionamento de jazidas específicas e técnicas apropriadas às condições ambientais para suporte de estradas vicinais seria outra atividade mineradora de importância vital para o Vale do Ribeira.

No entanto, a falta de uma política de desenvolvimento mineral e de proteção ao meio físico baseada nas características ambientais e sociais da região vem acarretando atrasos em relação ao restante do Estado.

- **SOLOS E SEUS USOS**

Do ponto de vista do aproveitamento de seus 1.734.076 ha para atividades agrícolas, pastoris ou de silvicultura, além dos impeditivos da

legislação de proteção ambiental, outros obstáculos estão vivamente presentes no Vale do Ribeira: a topografia acidentada, com grandes áreas submetidas a elevada declividade e de equilíbrio instável, e as características dos solos. A grande maioria dos solos da região caracteriza-se pela acidez e pela baixíssima fertilidade natural. Mesmo nas poucas áreas onde a topografia é mais favorável, como as terras baixas de colinas, com vertentes suaves, os solos necessitam de calcário e fertilizantes para produzir razoavelmente bem.

Geologicamente o Vale do Ribeira apresenta um substrato rochoso constituído por rochas cristalinas metamórficas e rochas sedimentares, em sua grande maioria. As características litológicas desse substrato rochoso, aliadas às condições intempéricas reinantes, condicionam o aparecimento de tipos de solos que limitam o desenvolvimento de atividades agrícolas tradicionais.

Os ciclos históricos da agricultura na região – a cana-de-açúcar, o arroz, o café, o chá e atualmente a banana – refletem em grande parte a falta de suporte edáfico e ambiental a essas atividades. O cultivo de chá, por exemplo, só se desenvolve plenamente em solos relacionados a uma determinada formação geológica sedimentar.

Nas escarpas atlânticas frontais, a implantação frágil das florestas demanda preservação integral. O mesmo ocorre nas escarpas frontais dos setores da Serra do Mar, que requerem a implantação de reservas florestais, parques ou estações ecológicas como áreas de proteção total (São Paulo, 1992:64).

Segundo a avaliação de terras no Sistema de Aptidão Agrícola (Ramalho Fo. et alii, 1978) cerca de 33% da área do Vale do Ribeira é apta para lavouras perenes e/ou anuais, 14% para pastagens plantadas e 29% para silvicultura. Os 24% restantes, entretanto, não apresentam qualquer aptidão para uso agro-silvo-pastoril, devendo ser obrigatoriamente preservados e comportando apenas o uso ocasional para fins de recreação ou de extrativismo controlado.

Dos 33% de terras (566.000 ha) aptos para lavouras, apenas 0,6% têm aptidão considerada boa – situação que contrasta com o quadro geral

do Estado de São Paulo. Diagnóstico do Ministério da Agricultura (Brasil, 1979) aponta que 38% das terras do território paulista apresentam aptidão boa em pelo menos um nível de manejo, e cerca de 30% têm aptidão regular quando submetidas a tratos de baixa tecnologia e capitalização (manejo A). Dessas terras, 70% apresentam aptidão restrita quando submetidos a manejo A, atingindo aptidão apenas regular com a aplicação de médio ou alto nível de tecnologia e capital (manejos B ou C). Nessas áreas, portanto, a produtividade das lavouras só será economicamente compensadora com o uso mais intensivo de tecnologia e capital, duas variáveis escassas na região.

A vocação agrícola do Vale do Ribeira pode e deve ser revista em função dessas características geológicas e de seus desdobramentos edáficos. A vegetação nativa de Mata Atlântica tem enorme potencial de extrativismo e manejo sustentável de espécies com valor medicinal e comestíveis, como complementação às culturas tradicionais, em declínio.

- **RECURSOS HÍDRICOS**

A região caracteriza-se por abrigar a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape – além de outras pequenas bacias que deságuam no Oceano Atlântico e nos canais estuarinos. As nascentes da bacia do Ribeira de Iguape situam-se, em geral, na vertente marítima da Serra do Mar e, após vencerem desníveis acentuados, conformam planícies flúvio-marinhas, drenam manguezais e deságuam no oceano ou em canais estuarinos. Seus cursos d'água principais são os rios Juquiá, Ribeira, Ribeira de Iguape, São Lourenço, Jacupiranga, Pardo, Una da Aldeia e Itariri.

A Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape divide-se em duas grandes áreas características, conformadas por sub-áreas bastante distintas entre si:

- a baixada sedimentar, composta das planícies de restinga, do sistema lagunar de Iguape-Cananéia, mais a planície aluvial da bacia do Ribeira (que ocupa 212.455 ha); e
- a região serrana, que inclui os maciços costeiros, as encostas e morros interiores da Serra do Mar e a região serrana do Alto Ribeira (São Paulo, 1992:60-61).

Dentre essas áreas, a planície aluvial seria a mais apropriada para atividades agropecuárias conformes ao modelo agrícola paulista hegemônico: sua topografia plana facilita os tratamentos culturais de base tecnológica mecano-química e o preparo do solo em grande escala; suas terras férteis são criadas e constantemente renovadas pelas águas e sedimentos de enchentes periódicas. Some-se a isso o clima favorável e a facilidade de suprimento adequado de insumos (São Paulo, 1992:63).

No entanto, somente 2.500 ha (0,14%) dessa planície são cultivados. A superficialidade do lençol freático leva ao rápido encharcamento da área; além disso, dependendo da intensidade das chuvas e considerando as calhas atuais dos principais rios, são freqüentes violentas inundações. Com isso, grande parte dessas terras permanecem sem qualquer atividade agrícola, principalmente ao se considerar a carência de uma matriz tecnológica adequada às condições físico-ambientais e sócio-culturais do Vale.

Estudos do Plano Regional Integrado (Sudelpa, 1983) indicavam que o uso de técnicas de manejo das águas e a construção de barragens poderiam resolver as limitações advindas do excesso de água no solo, incorporando-se assim pelo menos 60% das terras da planície às atividades agrícolas. Tal manejo das águas, entretanto, além de exigir fortes investimentos, exige cautela para não provocar a queda ou perda da fertilidade dos solos aluviais, criada e assegurada pelas cheias periódicas.

Cheias que historicamente vêm interferindo na ocupação do Vale, como se depreende do episódio de transferência da vila de Xiririca, citado por Petrone (1960:76): "Inicialmente localizada em frente à barra do ribeirão Xiririca, de onde em seguida a uma catastrófica enchente (1807) foi removida para o sítio atual...".

Essas características naturais respondem, em parte, pela baixa ocupação da área desde os tempos coloniais até nossos dias.

PERFIL DA OCUPAÇÃO REGIONAL

A população do Vale do Ribeira tem uma origem bastante diversificada, sendo constituída por alguns aldeamentos indígenas; descendentes de escravos aquilombados que acabaram por fixar-se; migrantes de várias áreas do país, principalmente do Paraná, de Minas Gerais e do interior do próprio Estado; imigrantes – poloneses, alemães, italianos e principalmente japoneses – atraídos para a região no final do século XIX e no começo do século XX. Em busca de maiores condições de sobrevivência e de locomoção, essa população acabou por aglutinar-se nas áreas lindeiras dos principais rios.

Comparativamente ao restante do Estado, o Vale do Ribeira apresenta baixa densidade populacional, elevado índice de mortalidade infantil (43 de cada mil crianças nascidas morrem antes de completar 1 ano de idade), áreas de incidência endêmica de doenças como leishmaniose, uma renda per capita inferior à do Nordeste, desemprego. Ao lado disso, conserva a maior parcela remanescente contínua de Mata Atlântica e ecossistemas associados, e concentra 40% das unidades de conservação do território paulista (Áreas de Proteção Ambiental, Parques Estaduais, Estações Ecológicas). Reduto de uma biodiversidade muito complexa e diversificada, por tudo isso o Vale é freqüentemente chamado de “Amazônia paulista”.

Essa dicotomia entre uma rica biodiversidade natural e a pobreza das condições de vida de amplas camadas da população é uma das principais contradições que embaraçam o desenvolvimento regional – especialmente devido à histórica exclusão dessas comunidades do processo mais amplo de desenvolvimento do Estado. Exclusão essa que se renova atualmente devido às limitações que as leis de proteção ambiental – necessárias, mas implantadas sem uma efetiva preocupação com a geração de alternativas de emprego e renda para a população – impõem às atividades tradicionais dos pequenos agricultores.

A presença de sambaquis na região, verdadeiras relíquias arqueológicas, é prova de ocupação pré-histórica da região. Já o

povoamento atual tem origem no século XVI, com a chegada dos portugueses, pelo mar, constituindo os dois primeiros núcleos, Cananéia e Iguape. Como afirma Petrone, a foz do Ribeira de Iguape “não tardou a indicar o caminho do interior aos primeiros povoadores” (1960: 73). Rio que até o primeiro quartel do século XX, seria fonte e estuário de todo o povoamento, de toda a produção material e simbólica da região.

A busca do ouro, rio acima, abria o horizonte de novos povoadamentos. No livro do tombo de Iguape, citado por Paulino de Almeida (In Petrone, 1960 : 73) registra-se que “depois de 50 anos mais ou menos de criação desta vila, que já se contava o ano de 1637, se descobriu no sertão de sua terra firme mina de ouro em aqueles dois ribeirões que hoje se apelidam Cadiado e Cintra...”. Com isso, as incursões para o interior se tornaram mais freqüentes em busca de jazidas do metal.

O principal povoamento surgido desse movimento foi Xiririca, depois Eldorado, onde os mineradores estabeleceram uma pequena aldeia, possivelmente com base na existência prévia de um aldeamento indígena. O povoamento do interior, baseado no ouro de lavagem, deu-se ao longo do rio Ribeira e a montante de muitos de seus afluentes, atingindo as áreas de Iporanga e Apiaí. Isso, porém, ocorreu “de forma muito rala e descontínua”, segundo Petrone: a mobilidade dos bateadores determinava tanto a instabilidade da fixação quanto a implantação itinerante de roças de subsistência, características do período. Além disso, a mineração exigia todos os braços disponíveis, desviando-os da lavoura e comprometendo a produção agrícola.

Até meados do século XVII a população concentrou-se fundamentalmente na área estuarina de Iguape, ao longo do Lagamar e das ilhas Comprida, Cananéia e do Cardoso, ligada à agricultura de subsistência e à pesca. No entanto, tais núcleos mantiveram-se isolados em relação ao exterior até as primeiras décadas do século XVIII. E o interior da região, apesar de bandeiras de apresamento e da exploração do ouro de aluvião, parece ter se mantido como “sertão bruto, praticamente desconhecido pelo europeu e apenas habitado por poucos indígenas” (Petrone, 1960 : 72).

A descoberta de ouro em Minas, no século XVIII, determinou o declínio da atividade de bateação na região, gerando a evasão dos garimpeiros para a nova zona aurífera. O arrefecimento da mineração contribuiu para a ampliação das áreas destinadas a culturas de subsistência (arroz, milho, feijão, mandioca) e à criação de pequenos animais, gerando a produção de excedentes.

Petrone assinala algumas importantes conseqüências da mineração: propiciou certa vitalidade econômica à região ribeirinha do Ribeira e de vários de seus afluentes, sendo responsável tanto pela expansão do povoamento para o interior quanto pelos primeiros contatos com a região do planalto, através de Iporanga e Apiaí (caminho que a administração da Capitania não viu com bons olhos, pois dificultava o recolhimento dos impostos da Coroa); além disso, consolidou Iguape como núcleo urbano principal, no qual se instalou uma casa de fundição, e fez nascer novo núcleo na região estuarina, o porto de Registro, cujo nome já indica sua função como local de controle do ouro bateado rio acima.

Até meados do século XVIII, as atividades agrícolas resumiam-se praticamente a culturas de subsistência, praticadas no sistema de roças. A partir de então, registra-se um aumento na produção, cujo excedente crescente destina-se à comercialização. É o caso da farinha de mandioca e, em seguida, do arroz – freqüentemente cultivados sob o incentivo do governo da Capitania. Há registros de que, em 1734, Cananéia já era “habitada de mais opulentos lavradores, de cujas fábricas, com a soma de muitos mil alqueires de farinha de mandioca repartida ou vendida por retidas embarcações, que para este porto vinham carregar do dito gênero, se ajudava a sustentar a cidade do Rio de Janeiro e as praças de Santos, Santa Catarina, do Rio Grande e da Colônia”.(Petrone, 1960 : 77)

No final do século XVIII, Cananéia e Iguape mantinham-se como os pólos das zonas litorâneas, onde se concentrava o maior adensamento populacional, que se rarefazia progressivamente ao longo do mar Pequeno, da ilha Comprida e da ilha do Cardoso. No interior, o pólo era Xiririca. Entre o esse povoado e o litoral, o único elo de ligação era o leito do Ribeira, que

cortava uma larga faixa de terra habitada apenas por poucos indígenas e moradores isolados.

Em tal dispersão demográfica, proliferavam as lavouras itinerantes, para as quais os moradores dispunham de terras à vontade, embora poucas vezes dispusessem de direitos de datas de semarias. Na maioria dos casos, eram simples posseiros.

Nas ilhas Comprida, Cananéia e Cardoso, e ao longo do Ribeira, os habitantes da região abriam clareiras mais ou menos amplas para as roças na mata, gerando capoeiras. A humanização da paisagem às expensas da mata se completava com o extrativismo da madeira para os estaleiros e para a subsistência.

A rizicultura, que se desenvolveu nas várzeas da baixada do Ribeira e também em Xiririca, no século XIX fazia de Iguape a primeira área brasileira exportadora de arroz, famoso até no exterior por sua qualidade e cultivado fundamentalmente pelo braço escravo.

Na primeira metade do século XIX, a maior parte dos vazios das áreas interiores foi sendo ocupada, inicialmente ao longo Ribeira e, em seguida, do Juquiá, do São Lourenço, do Jacupiranga. Assim, novos povoados surgiram em muitas das áreas lindeiras a esses cursos d'água, processo que se intensifica a partir da segunda metade do século com a implantação de colônias para receber imigrantes estrangeiros.

A necessidade de escoamento da produção de arroz levou ao aprimoramento do transporte pelos rios, fazendo crescer a construção naval, atividade que já se desenvolvia esporadicamente. Principalmente em Cananéia e Iguape multiplicaram-se estaleiros, levando a que parte da população se dedicasse à extração de madeira para fornecer matéria-prima à atividade florescente.

No entanto, a expansão da rizicultura em outras áreas do Sudeste somada à dificuldade de conseguir mão-de-obra escrava devido à proibição do tráfico logo abalariam a produção no Vale. A crise do arroz recebe seu último golpe com a interrupção dos fluxos de comunicação por via marítima: o porto de Iguape torna-se inoperante devido ao assoreamento, dificultando

sua comunicação com os núcleos produtores, Ribeira acima, e com os centros consumidores, via porto de Santos.

CHÁ, BANANA E CRISE

No século XX, arroz, chá e banana alternaram-se como as principais culturas – e como centro da atividade econômica – na região. Complementarmente, as atividades agrárias incluíam a produção de milho, feijão, mandioca, em roças de subsistência, cultivadas no sistema de rotação, com base na coivara (queima da mata). “O milho era largamente produzido para a engorda de porcos, que comiam no pé, sendo o que restava armazenado para garantir o período de entressafra e também para consumo humano. Completavam este quadro outras culturas para autoconsumo, como o feijão e a mandioca (esta também usada para alimentação suína). A caça também fornecia um importante suplemento alimentar para as populações dos bairros rurais.” (Romeiro, 1996: 4) Nas áreas litorâneas, a pesca artesanal da manjuba desempenhou – e até hoje desempenha – papel de destaque.

As culturas do chá e da banana constituem as principais atividades econômicas do Vale do Ribeira a partir do início do século XX, concentrando a maior parte da população rural. A expansão dessas duas culturas deveu-se, por um lado, à intensificação das relações com o mercado externo e, por outro, à urbanização de São Paulo e regiões vizinhas do Vale a partir de meados do século.

A teicultura foi introduzida na região pelos colonos de origem japonesa, trazidos ao Brasil pela Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A., para os núcleos de colonização de Registro e Sete Barras. Conforme destaca Tsukamoto (1994: 35), Registro recebeu toda a infra-estrutura para o assentamento dos imigrantes: escolas, hospital, bibliotecas e até mesmo um campo agrícola experimental. “Em 1934, já somavam em Registro cerca de 78 famílias de agricultores e 17 unidades domésticas de processamento do chá bruto. [...] Em 44 havia aproximadamente 45 fábricas, sendo 34 com capacidade de produção de até 1 tonelada [fábricas localizadas nas próprias propriedades rurais e

destinadas a produzir o chá bruto, primeira etapa do beneficiamento]. A produção total atingia 378 toneladas. [...] O chá bruto era comercializado junto às indústrias de maior porte e estas o beneficiavam, fazendo a classificação do produto e o seu empacotamento". (Tsukamoto, 1994: 35-36, 38)

A mesma autora ressalta que a teicultura propiciou não apenas a manutenção como a expansão do pequeno produtor agrícola, o que contraria alguns estudiosos da agricultura brasileira. Um dos trunfos dos pequenos produtores japoneses de chá é o fato de eles deterem o título de domínio sobre a posse da terra, algo que remonta às origens da colonização implementada pela KKKK. Outro trunfo foi o fato de, desde logo, terem se organizado em cooperativas – e, como assinala Petrone, disporem desde o início da implantação das colônias, de serviços de orientação técnica de agrônomos, (assim como de assistência médico-sanitária e educação em língua japonesa). (1960)

De 1935 a 1945, a região do Ribeira passou a responder por 60% de todo o chá produzido no Brasil. O escoamento da produção era feito por via fluvial, por estradas vicinais recentemente abertas e pela ferrovia Santos–Juquiá, construída em 1915.

Os anos 1950, caracterizados pela aceleração do processo de urbanização da capital e arredores, marcam uma mudança no padrão agrícola da teicultura no Vale, com a entrada de capitais externos e a instalação de grandes empresas de beneficiamento, fazendo emergirem grandes fazendas. Esse processo obedeceu à lógica típica da implantação do modelo agroindustrial capitalista: as usinas de beneficiamento passaram a controlar o mercado, impondo seus ditames aos pequenos produtores. Parte deles, paulatinamente, foi sendo incorporada a essa lógica, enquanto "os lavradores foram se tornando parceiros, arrendatários ou simples mão-de-obra para as usinas". (Martinez, 1995: 48)

É o que conta Yamamoto, um dos grandes empresários do chá na região. Tendo imigrado com a família para o Brasil quando tinha 12 anos, tornou-se proprietário da usinas beneficiadoras Yamatea e da Chabrás (esta, em associação com capitais norte-americanos). Ele conta que, para ampliar

a produção do chá, muitas vezes estabeleceu relações de meia ou parceria com pequenos agricultores brasileiros: estes entravam com o trabalho familiar e, eventualmente, com a terra; ele, com os insumos. Dessas parcerias ele guarda várias queixas, como o fato de que, garantida a sobrevivência, o camponês deixava de se dedicar à produção – o que expressa claramente a contradição entre a mentalidade de acumulação capitalista desse imigrante japonês e a mentalidade de produção para a sobrevivência de grande parte dos camponeses nativos.

Aspecto que Tsukamoto também enfoca, porém de outra óptica: “O papel do imigrante japonês foi relevante no desenvolvimento da economia regional, mas é importante enfatizar que foi através do trabalhador brasileiro lá residente que os introdutores da teicultura conseguiram ir acumulando o seu capital” (1994: 197). A autora detecta ainda uma aculturação de parte dos agricultores brasileiros pela lógica de acumulação implantada com a teicultura: vários deles se tornaram pequenos produtores subordinados à indústria, passando a produzir o chá como sua fonte de sobrevivência.

A bananicultura implantou-se no Vale do Ribeira como extensão das plantações da Baixada Santista. O cultivo da banana na Baixada iniciou-se no final do século passado, para responder à demanda de complementação alimentar da população trabalhadora da cidade de São Paulo, especialmente dos imigrantes italianos.

Por seu baixo custo, alto valor alimentar e manutenção da produção durante todo o ano, a banana cresceu em consumo, tanto no mercado nacional como no internacional desde o início de sua produção. Várias citações dão conta de que o consumo da banana entre o operariado tinha peso equivalente ao do chá nas altas rodas urbanas.

Segundo Muller (1980:55), entre 1890 e 1910 a produção santista triplicou, para em seguida se expandir ao longo do ramal ferroviário Santos–Juquiá, impulsionando o desenvolvimento de Pedro de Toledo, Miracatu, Itariri e Juquiá atingindo, na década de 1940, o Baixo Ribeira. A partir de então, e especialmente depois da conclusão da BR-116, nos anos 1960, a banana se impõe na região como a principal cultura em área cultivada, em valor de produção, em mão-de-obra empregada.

O produto mostrou-se adequado às condições edafo-climáticas da região e expandiu-se pelas planícies fluviais, onde convive com as enchentes periódicas, atingindo as encostas inferiores dos morros.

Tanto que, a partir de meados do século, parcela considerável dos pequenos produtores do Vale abandonaram a cultura do arroz para cultivar a banana “na expectativa de obtenção de melhores preços e mercados, acreditando que lhes seria assegurada uma melhor condição de vida”. (Martinez, 1995: 18)

A bananicultura impulsionou a geração de empregos no campo (cortadores e embaladores) assim como em empresas de transporte, de pulverização aérea e de exportação. Ainda que em escala artesanal, propiciou o surgimento de pequenas empresas de transformação, como banana passa e doce de banana. Ao mesmo tempo, porém, gerou problemas como o esgotamento de solos (em função de manejos extensivos inadequados), a ocupação desordenada de várzeas, o assoreamento dos cursos d'água, uma maior proliferação de pragas e doenças, o uso indiscriminado de agrotóxicos e o desmatamento.

Nos anos 1990 a banana é a cultura predominante no Vale, onde a área de plantio corresponde a 89% da área de bananicultura no Estado. Está presente na maioria dos municípios, seja nas roças de subsistência, seja nas pequenas unidades de produção familiar que cultivam o produto para comercialização, associado à produção de subsistência, seja nas grandes propriedades agrícolas monocultoras. A produção destina-se tanto ao mercado interno como à exportação (para a Argentina e o Uruguai principalmente).

A produção de chá teve papel impulsionador da economia regional até os anos 1980. Dos oito municípios produtores, seis localizam-se na região do Vale do Ribeira e respondem atualmente por 94% da área de plantio dessa cultura. No auge do ciclo, entre os anos 1960 e 1980, chegaram a existir 9 grandes unidades beneficiadoras de chá região.

Atualmente existem menos de 4 em funcionamento, principalmente devido à política cambial do governo federal, que inviabilizou a exportação do produto. A Chabrás, a maior beneficiadora de chá da região, foi fechada.

Segundo seu proprietário, o empresário Yamamoto, após o Plano Real, o preço de exportação do chá era menor do que seu custo de produção, o que o levou a fechar sua unidade de beneficiamento. O encerramento das atividades da empresa atingiu direta ou indiretamente cerca de 20 mil pessoas.

Outra empresa beneficiadora, a Chá Tupi, instalada na região há mais de 40 anos e vinculada à Companhia Agrícola de Cotia – CAC, sofreu o impacto da falência da cooperativa. Segundo o diretor da usina de chá, em depoimento citado por Tsukamoto (1994), uma crise que já se arrastava havia algum tempo incidiu diretamente sobre os cooperados com a derrocada da administração central da CAC. Uma das conseqüências foi a dificuldade de acesso a créditos bancários pelos cooperados, anteriormente caucionados pela Cooperativa. Aquele diretor afirmava: “a crise não era está no chá, o que está em crise é a Cooperativa”.

Também a produção de banana no Vale enfrenta uma crise grave, em função dos preços do produto no mercado. Agregam-se aos preços sérios problemas para a bananicultura na região, como a restrição de áreas para extensão do plantio, a necessidade de melhorar a qualidade do produto, a concorrência do mercado externo (Equador) e interno (Santa Catarina). Além disso, ultimamente, as costumeiras cheias do início do ano têm se agravado, destruindo milhões de pés, o que leva os bananicultores a reivindicarem ressarcimentos ao governo do estado – o que se repete a cada nova enchente. É fato, também que as enchentes elevam os preços de comercialização do produto, incentivando seu plantio em outras áreas. No entanto, a ampliação da área de cultivo esbarra nas limitações impostas pela legislação ambiental – geralmente desrespeitada, o que agrava a deterioração do ambiente.

O processo de incorporação do Vale do Ribeira à economia do Estado, desde meados deste século – de resto, como ocorreu anteriormente, embora de modo menos visível – fundamentou-se no modelo de desenvolvimento dominante em cada período histórico-político. À moda desenvolvimentista, implantou-se no Vale a política de atração de capitais externos (com relativo sucesso no caso do chá), de intensificação da

exploração de recursos minerais (com destaque para a implantação da Companhia Serrana, em Jacupiranga, no antigo distrito e hoje município de Cajati), culminando com a dinamização de fluxos por meio de estradas (com a abertura da BR-116, em 1960).

A construção da Régis Bittencourt, que visava completar a incorporação da região ao desenvolvimento nacional, intensifica a especulação imobiliária (para reserva de valor ou para a implantação de lavouras e invernadas). Acelerou-se então o processo de incorporação das pequenas parcelas de terra às grandes propriedades ou empresas rurais. Com isso, os pequenos agricultores ou deixavam o campo em direção aos centros urbanos ou avançavam para áreas marginais menos aptas à agricultura, ocasionando novos problemas de desmatamento e preservação ambiental. No entanto, o período foi marcado por melhorias na infraestrutura, logo mais estendidas para parcelas da população – como é o caso da instalação do primeiro sistema de telefonia em Registro.

A partir dos anos 1960, estavam teoricamente dadas as condições para a mercantilização da agricultura. No final dessa década, às técnicas de produção tradicionais dominantes na região vão se agregando novas demandas, por insumos e implementos agrícolas, fundadas no modelo mecano-químico predominante na agricultura do restante do estado.

Na década de 1970, a presença de guerrilheiros no Vale do Ribeira levou o governo Laudo Natel e as autoridades militares a fazerem ampla propaganda sobre grandes obras de saneamento. Anuncia, também, também reformulações na agricultura regional, para o que cria o Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira – Cedaval, além de centrar as atividades da Superintendência do Litoral Paulista – Sudelpa na região. O Cedaval originou-se do interesse demonstrado pelo governo japonês em fomentar o desenvolvimento econômico e social da região. Em sua concepção original, deveria manter estreitos contatos com os órgãos envolvidos no desenvolvimento agrícola e difundir progressivamente as técnicas de exploração agrícola, particularmente do arroz irrigado (moti) e do chá.

O saldo de todos esses planos, projetos e programas foram somente algumas melhorias no sistema viário (ditadas por razões de estratégia militar), que propiciaram alguns investimentos na área, até então economicamente pouco explorada e com terras e mão-de-obra abundantes e baratas.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO VALE

Observe-se que, a partir dos anos 1980, diminui progressivamente a área plantada das principais culturas de subsistência, com oscilações e algumas retomadas entre os produtos, como demonstram a Tabela 2.1 e o Gráfico 2.1.

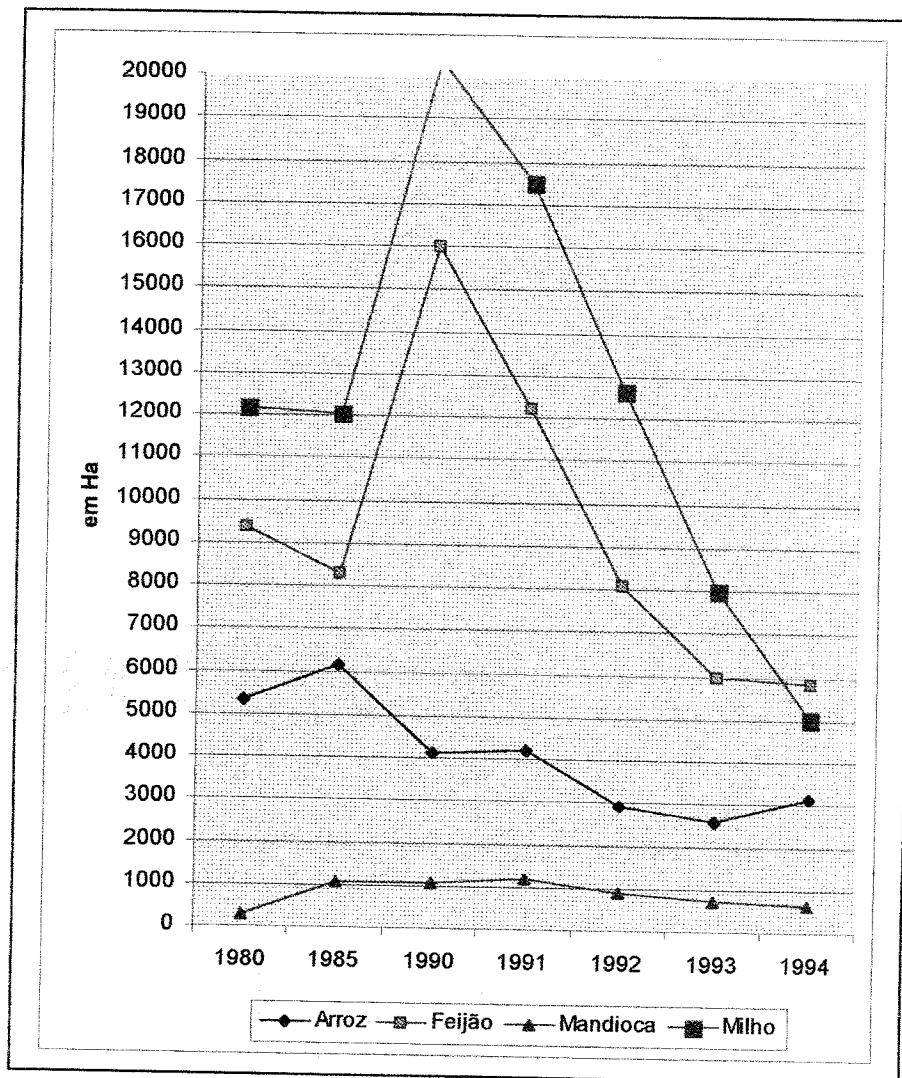
**TABELA 2.1 - RETROSPECTO DO PLANTIO DAS PRINCIPAIS CULTURAS
VALE DO RIBEIRA - 1980 A 1994**

Ano / Produto	em Ha						
	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994
Arroz	5.333	6.133	4.133	4.229	2.945	2.591	3.150
Feijão	9.385	8.321	16.020	12.205	8.087	5.979	5.849
Mandioca	282	1.055	1.087	1.203	882	745	650
Milho	12.178	12.027	20.350	17.493	12.660	8.018	5.048

Fonte: IBGE

GRÁFICO 2.1 - RETROSPECTO DO PLANTIO DAS PRINCIPAIS CULTURAS

VALE DO RIBEIRA - 1980 A 1994



Na representação gráfica, no caso do milho e do feijão verifica-se um flagrante descenso das áreas cultivadas a partir de 1.990. Para o arroz esse decréscimo já é visível a partir de 1985 – embora tenha havido uma pequena recuperação em termos de área plantada no ano de 1994. A partir de uma recuperação verificada no ano de 1.985, os valores de produção da mandioca mantêm-se em patamares próximos.

Em relação ao valor da produção, estimativas realizadas pelo Instituto de Economia Agrícola – IEA para o ano agrícola de 1.998/99 indicavam que a produção agropecuária, na região do Vale do Ribeira, alcançara o valor de quase R\$ 200 milhões, ou seja, cerca de 2% do montante total do Estado (de cerca de R\$ 10,46 bilhões).

No ano agrícola considerado, dentre os 23 municípios da região, aqueles que detiveram os maiores valores de produção agropecuária foram Apiaí (cerca de R\$ 48 milhões) e Registro (com R\$ 21,7 milhões). Ou seja, juntos agregaram cerca de 35,3% do total. Cabe destacar que Apiaí, isoladamente, detém quase 25% do valor da produção regional, devido basicamente ao plantio de tomate.

Ao se somarem os cinco municípios cujos valores vêm logo a seguir – Cajati, Eldorado, Itariri, Juquiá e Sete Barras – atinge-se cerca de 73,5% do total da produção agropecuária para o ano de 1.998/99. Pode-se concluir, portanto, que esses sete municípios concentram a maior parcela do valor de produção agropecuária no Vale do Ribeira.

A Tabela 2.2, na página seguinte, mostra a estimativa do valor da produção agropecuária regional, especificada por municípios.

Considerando-se a região em grandes divisões (Alto, Médio e Baixo Vale) vê-se que o Médio Vale, com cerca de 11 municípios, responde por 57,3% do valor da produção agropecuária regional (cerca de R\$ 113 milhões). Em segundo lugar está o Alto Vale, com oito municípios, que alcança 34,4% do valor regional (quase R\$ 68 milhões). O Baixo Vale, com apenas 3 municípios, atinge 8,3% da renda agropecuária gerada regionalmente (cerca de R\$ 16 milhões). No entanto, deve-se destacar que há um desvio nos dados referentes ao município de Ilha Comprida, pois neles o sistema de coleta dos órgãos estaduais pressupõe a inexistência de qualquer tipo de atividade agropecuária, mesmo de subsistência e, portanto, não há informações disponíveis.

TABELA 2.2 - ESTIMATIVA DO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO VALE DO RIBEIRA, POR MUNICÍPIO, E PARTICIPAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO ANO AGRÍCOLA 1998/99

Municípios	Valor da Produção em R\$ ⁽¹⁾	Participação Relativa no Total da Região
Apiai	48.031.719,80	24,30
Registro	21.685.350,78	10,97
Cajati	17.397.444,38	8,80
Sete barras	15.528.755,58	7,86
Eldorado	15.161.537,50	7,67
Itariri	13.835.682,75	7,00
Juquia	13.638.993,25	6,90
Miracatu	10.693.832,30	5,41
Pedro de Toledo	9.185.516,00	4,65
Jacupiranga	8.350.196,80	4,22
Pariquera-Acu	7.996.032,28	4,05
Iguape	6.926.657,60	3,50
Iporanga	1.615.069,40	0,82
Tapirai	1.496.469,75	0,76
São Lourenço da Serra	1.479.479,15	0,75
Cananéia	1.465.853,00	0,74
Itaóca	1.401.990,20	0,71
Barra do Turvo	676.757,30	0,34
Ribeira	526.318,90	0,27
Barra do Chapéu	495.690,00	0,25
Itapirapuã Paulista	44.640,00	0,02
Juquitiba	39.273,75	0,02
Ilha Comprida ⁽²⁾		0,00
TOTAL DA REGIÃO	197.673.260,47	100
TOTAL DO ESTADO	10.457.777.578,81	1,89

Fonte dos Dados Brutos: I.E. A. - Instituto de Economia Agrícola - 1999
Org.: ROMÃO, D.A., 2001

(1): Valores em R\$, convertidos pelo IGP-DI para novembro/1999

(2): Dados não disponíveis

Uma agregação dos dados sobre o valor da produção por produto e por município para o ano agrícola 1998/99 (listagem apresentada no Anexo) permite que se visualize a participação relativa dos principais produtos agrícolas da região. Como era de se esperar a banana isoladamente responde por cerca de 61% do valor gerado pela agropecuária no Vale.

Ressalte-se que cerca de 85% de sua produção encontra-se dispersa por basicamente nove municípios – por ordem decrescente: Registro, Eldorado, Itariri, Juquiá, Miracatu, Sete Barras, Pedro de Toledo, Jacupiranga e Iguape.

Em seguida, vem o tomate, que representa cerca de 24% do valor da produção agropecuária total, sendo que o município de Apiaí responde por cerca de 98% deste valor.

Após a banana e o tomate que, juntos, agregam cerca de 85 % do valor da produção agropecuária no Vale, devem mencionar-se ainda a tangerina (com cerca de 5% do valor total da produção) e as carnes bovinas (com mais 5% desse total). A tangerina é produzida principalmente no município de Pariquera-Açu que, isoladamente, responde por cerca de 67% do valor da produção de tangerina. Contrariamente, a produção de carne bovina se apresenta espalhada por quase todo o Vale, com alguma concentração no município de Cajati. Seguem-se o arroz (com 1,45%) e o leite C (1,31% do valor total da produção agropecuária no Vale). Os demais produtos não atingem sequer 1% ao valor total da produção agropecuária, como se observa na Tabela 2.3, a seguir.

**TABELA 2.3 - VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA AGREGADA PELOS PRINCIPAIS
PRODUTOS
VALE DO RIBEIRA - 1998/99**

Produtos	Valor da Produção em R\$	% em Relação ao Total
1. Banana	119.933.939,88	60,67
2. Tomate	46.728.647,50	23,64
3. Tangerina	9.810.460,00	4,96
4. Carnes Bovina	9.554.533,68	4,83
5. Arroz	2.873.142,80	1,45
6. Leite C	2.580.440,00	1,31
7. Carne Suína	1.430.046,00	0,72
8. Milho	1.055.382,35	0,53
9. Mandioca	1.053.447,50	0,53
10. Feijão	806.652,95	0,41
11. Limão	203.149,24	0,10
12. Carne de Frango	139.040,00	0,07
13. Laranja	51.191,00	0,03
14. Outros	1.453.187,57	0,74
Total	197.673.260,47	100

Fonte dos Dados Brutos: IEA - Instituto de Economia Agrícola - SAA
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Com base nesses dados, mesmo com algumas ressalvas, pode-se afirmar que parece existir uma tendência, a partir de 1.990, de um decréscimo nas culturas de subsistência.

CONSUMO ALIMENTAR

As estimativas de consumo alimentar para o Vale do Ribeira foram baseadas na Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 1995/96, levantamento efetuado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, utilizando-se os resultados aferidos para a Região Metropolitana de São Paulo⁸. Lançou-se mão de tal simplificação por ser este o único dado disponível para o Estado de São Paulo – sendo, portanto, a pesquisa mais próxima à realidade do Vale.

⁸ Cabe ressaltar que a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF tem como universo as dez regiões metropolitanas do país e mais o município de Goiânia.

Com base em Burnier (2000:), pode-se lançar mão do retrospecto das pesquisas realizadas anteriormente, como o Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF 1974/75, a POF 1987/88 e, mais recentemente, a de 1995/96, todas de responsabilidade da FIBGE. A ENDEF 1974/75 foi efetuada sobre uma pauta menor de produtos e é mais simplificada; no entanto, seu universo é mais abrangente, incluindo o levantamento em zonas rurais. As POF 1987/88 e 1995/96, que abrangem um número maior de produtos são mais compatíveis entre si. No estudo, comparando os dados das referidas pesquisas, Burnier observou que a ENDEF, por apresentar um número restrito de produtos, com uma maior concentração, apresentou maiores volumes de consumo. Um outro movimento geral explicitado pela autora é a queda generalizada dos índices de consumo “per capita” na região metropolitana da Grande São Paulo, entre as pesquisas POF de 1987/88 e 1995/96. Uma de suas hipóteses para explicar esse fenômeno é que a essa queda corresponda uma queda de poder aquisitivo no período; outra hipótese levantada por ela é que os valores superiores da POF 1987/88 poderiam indicar reflexos positivos do Plano Cruzado (1986) sobre o aumento de consumo verificado.

Como se pode observar na Tabela 2.4, na página seguinte, é flagrante o descenso dos valores de consumo para a Região Metropolitana de São Paulo em 1995/96 em relação aos valores obtidos na POF anterior⁹.

⁹ A representação gráfica desse retrospecto das pesquisas ENDEF e das duas últimas POFs, para os principais produtos de consumo estudados por Burnier (excetuando-se os protéicos) consta do são mostrados no Anexo 3.1.

**TABELA 2.4 - CONSUMO ALIMENTAR DOMICILIAR PER CAPITA
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO – 1974/75, 1987/88 E 1995/96**

Produtos	em Kg/ano		
	74/75 (A)	87/88 (B)	95/96 (C)
Cereais, Leguminosas e Tubérculos			
Arroz (1)	45,600	34,512	24,602
Mandioca (2)	2,728	2,703	2,443
Batata-inglesa	16,600	13,353	6,922
Feijão (3)	18,500	10,720	7,359
Hortaliças			
Tomate	9,600	6,821	5,903
Cebola	5,000	5,773	3,362
Frutas			
Laranja (4)	20,900	15,152	12,788
Banana (5)	9,200	10,280	7,213
Produtos Diversos			
Óleos e Gorduras (6)	14,700	13,294	7,968
Café (7)	5,600	2,988	2,101
Açúcar (8)	24,000	21,015	14,386
Farinha de Trigo (9)	29,712	27,514	25,712

Fonte dos dados brutos: FIBGE: ENDEF - Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974/75;
Org.: BURNIER, D. 2000.

- (1) Arroz polido
- (2) Para a conversão da mandioca em farinha de mandioca utilizou-se o índice 1,4285
- (3) Soma de todas as variedades
- (4) Soma de todas as variedades
- (5) Soma de todas as variedades
- (6) Soma de todos os tipos
- (7) Refere-se a café moído
- (8) Açúcar: soma do cristal e refinado
- (9) Para a conversão de pães em farinha de trigo utilizou-se o índice de 1,17

Cabe lembrar que, para obter-se o consumo total estimado para a região do Vale do Ribeira, utilizou-se do cálculo do consumo "per capita" multiplicado pela população. Sabe-se que o consumo "per capita" das regiões rurais e urbanas é desigual, porém, os dados de consumo na zona rural não estão disponíveis nas pesquisas mais recentes, pois essa distinção só foi feita no ENDEF 1974/75.

Os dados demográficos necessários para o cálculo de consumo, por município da região do Vale do Ribeira para o ano 2.000¹⁰, discriminados em população rural e urbana, são apresentados na Tabela 2.5, a seguir.

**TABELA 2.5 - POPULAÇÃO TOTAL,
POPULAÇÃO RURAL, POPULAÇÃO URBANA POR MUNICÍPIO
VALE DO RIBEIRA - 2000**

Municípios	Pop. Total	%	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%	% em relação ao total
Tapiraí	8.527	100	5.738	67,29	2.789	32,71	2,38
Sete Barras	13.669	100	4.651	34,03	9.018	65,97	3,81
São Lourenço da Serra	12.185	100	10.767	88,36	1.418	11,64	3,40
Ribeira	3.507	100	1.007	28,71	2.500	71,29	0,98
Registro	53.505	100	42.853	80,09	10.652	19,91	14,92
Pedro de Toledo	9.178	100	6.153	67,04	3.025	32,96	2,56
Pariquera-Açu	17.646	100	11.722	66,43	5.924	33,57	4,92
Miracatu	22.358	100	10.884	48,68	11.474	51,32	6,24
Juquitiba	26.479	100	17.376	65,62	9.103	34,38	7,38
Juquiá	20.448	100	12.394	60,61	8.054	39,39	5,70
Jacupiranga	16.995	100	10.020	58,96	6.975	41,04	4,74
Itariri	13.588	100	7.438	54,74	6.150	45,26	3,79
Itapirapuã Paulista	3.577	100	1.654	46,24	1.923	53,76	1,01
Itaóca	3.231	100	2.179	67,44	1.052	32,56	0,90
Iporanga	4.564	100	2.076	45,49	2.488	54,51	1,27
Ilha Comprida	6.608	100	6.608	100,00	-	-	1,84
Iguape	27.343	100	21.889	80,05	5.454	19,95	7,63
Eldorado	13.884	100	6.726	48,44	7.158	51,56	3,87
Cananéia	12.172	100	10.089	82,89	2.083	17,11	3,39
Cajati	29.018	100	20.934	72,14	8.084	27,86	8,09
Barra do Turvo	8.107	100	2.879	35,51	5.228	64,49	2,26
Barra do Chapéu	4.840	100	1.448	29,92	3.392	70,08	1,35
Apiáí	27.136	100	16.639	61,32	10.497	38,68	7,57
TOTAL DO VALE	358.565	100	234.124	65,29	124.441	34,71	100

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico - 2000.
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001.

As enquetes de consumo POF 1987/88 e 1995/96 obtêm o padrão médio anual com base em levantamentos que compreendem todas as épocas do ano. A listagem completa de produtos chega a cerca de 200 itens, agregados em 16 grupos. Pela POF 1995/96, porém, os produtos consumidos mais citados se restringem a 19: bebidas não-alcoólicas, bebidas alcoólicas, óleo de soja, açúcar refinado, cristal, leite de vaca

¹⁰ Censo Demográfico 2000 - FIBGE

pasteurizado, ovo de galinha, frango abatido (inteiro), laranja-pêra, banana, cebola, batata-inglesa, tomate, feijão rajado, feijão preto, arroz polido.

Estimaram-se, para o Vale do Ribeira em seu conjunto, os valores de consumo dos 17 principais produtos alimentícios da listagem de itens das pesquisas POF (excetuando-se bebidas alcoólicas e não-alcoólicas), que são apresentados na Tabela 2.6, na página seguinte.

**TABELA 2.6 - CONSUMO ALIMENTAR DA POPULAÇÃO II
PARA OS 17 PRINCIPAIS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS⁽¹⁾
VALE DO RIBEIRA - 1995/96**

Produtos	Consumo per capita 1995/96 Kg/ano	Consumo total toneladas
Cereais, Leguminosas e Tubérculos		
Arroz (2)	24,602	8.822
Mandioca (3)	2,443	876
Batata-inglesa	6,922	2.482
Feijão (4)	7,359	2.639
Hortaliças		
Tomate	5,903	2.117
Cebola	3,362	1.206
Frutas		
Laranja (5)	12,788	4.586
Banana (6)	7,213	2.587
Produtos Diversos		
Óleos e Gorduras (7)	7,968	2.857
Café (8)	2,101	753
Açúcar (9)	14,386	5.159
Farinha de Trigo (10)	25,712	9.220
Laticínios		
Leite de Vaca Pasteurizado	70,410	25.249
Aves e Ovos		
Frango Abatido (inteiro)	11,748	4.213
Ovos		
Ovo de Galinha	4,208	1.509
Carnes Bovinas de Primeira	30,713	11.014
Carnes Bovinas de Segunda	9,473	3.397

Fonte dos dados brutos: FIBGE - POF - Pesquisa de Orçamento Familiar 1995/96
Org.: ROMÃO, D. A. 2001

- (1) A população total do Vale do Ribeira em 2000 alcança 358.600 pessoas
(2) Arroz polido
(3) Para a conversão da mandioca em farinha de mandioca utilizou-se o índice 1,4285
(4) Soma de todas as variedades
(5) Soma de todas as variedades
(6) Soma de todas as variedades

- (7) Soma de todos os tipos
- (8) Refere-se a café moído
- (9) Açúcar: soma do cristal e refinado
- (10) Para a conversão de pães em farinha de trigo utilizou-se o índice de 1,17

Já os valores do consumo total pelos 203 itens, agregados nos 16 grupos pesquisados pela POF 1995/96, por município do Vale do Ribeira, são apresentados no Anexo (Tabelas 3.1-7 a 3.1-12).

A INDIGÊNCIA NO VALE

Entende-se como indigência o montante mínimo mensal necessário para os requerimentos nutricionais recomendados internacionalmente. Considera-se, portanto, que o nível de indigência refere-se a um índice relativo ao consumo. As estimativas de indigência municipal foram conseguidas junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Resumo Metodológico e Resultados) que especifica as populações indigentes por município, relativas ao ano de 1996.

Naquele ano, viviam no Vale do Ribeira cerca de 21 mil pessoas em estado de indigência. Ou seja, cerca de 6,5% da população total não conseguiam obter recursos suficientes e necessários à sua sobrevivência, no tocante à sua alimentação.

A Tabela 2.7, na página seguinte, discrimina esses dados por município.

TABELA 2.7 - ESTIMATIVA DE INDIGÊNCIA MUNICIPAL PARA O ANO DE 1996

VALE DO RIBEIRA

Municípios	População Absoluta	População Relativa ⁽¹⁾ %
Barra do Chapéu	695	13,90
Itaóca	466	13,75
Ribeira	437	11,28
Barra do Turvo	715	9,97
Iporanga	463	9,77
Juquitiba	1.998	9,23
Cananéia	843	8,83
Itapirapuã Paulista	277	8,82
Apiai	2.040	8,61
Iguape	2.018	7,79
Eldorado	933	6,75
Itariri	761	6,55
Registro	2.858	5,82
Pedro de Toledo	402	5,25
Cajati	1.343	5,04
Miracatu	1.027	4,90
São Lourenço da Serra	475	4,74
Jacupiranga	736	4,73
Sete Barras	615	4,66
Ilha Comprida	159	4,65
Juquiá	845	4,53
Pariquera-Açu	612	3,89
Tapiraí	199	2,78
Total	20.917	6,47

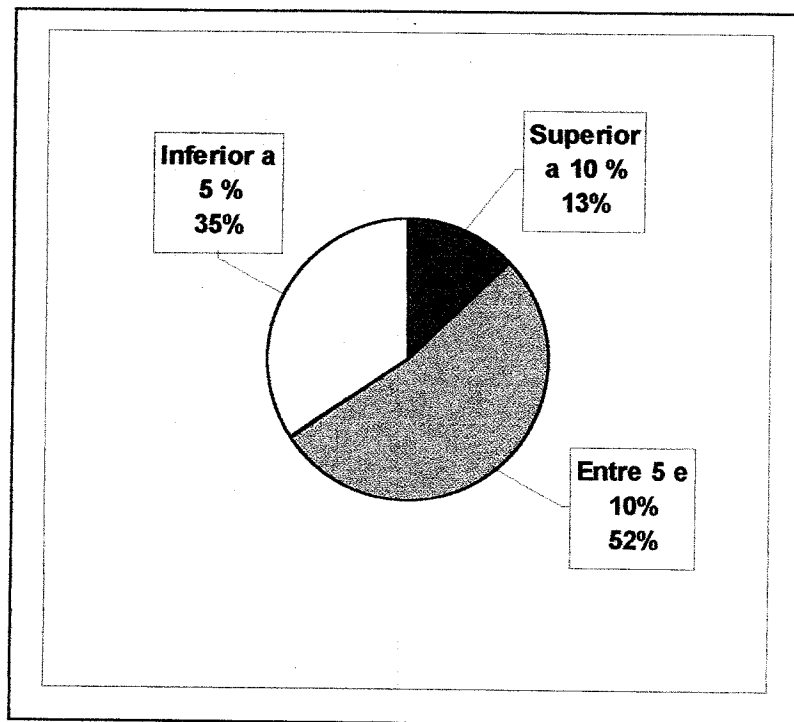
Fonte: IPEA - Estimativas de Indigência e Pobreza no Brasil no Período de 1990-1996: Resumo Metodológico e Resultados 03/99
Org.: ROMÃO, D.A. 2001

(1) População Total do Vale do Ribeira em 1996 = 323.174 pessoas

Na representação gráfica da indigência no Vale, apresentada no Gráfico 2.2, a seguir, utilizaram-se três intervalos: agruparam-se os municípios com mais de 10% da população em estado de indigência, os que têm entre 5 e 10% nessa condição e os que têm taxa de indigência inferior a 5% da população. Destaca-se que os três municípios com maior nível de indigência situam-se no Alto Vale (Ribeira, Barra do Chapéu e Itaóca). Cerca

de 52% (dos municípios do Vale têm entre 5 e 10% de seus habitantes em estado de indigência e cerca de oito municípios têm menos de 5% de sua população nesse estado.

**GRÁFICO 2.2 - INDIGÊNCIA NO VALE DO RIBEIRA
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS
1996**



Cabe ressaltar que no Vale do Ribeira se localizam os piores níveis de indigência do Estado de São Paulo.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Os sucessivos modelos de ocupação do Vale não se traduziram em progresso econômico e social, pois não legaram à região uma infra-estrutura física e humana capaz de atrair investimento empresarial de novos grupos externos, apesar de sua posição geográfica estratégica. O modelo caracterizado por atração de capitais externos, intensificação da exploração de recursos minerais e abertura de estradas para dinamizar fluxos tinha como pressuposto um desenvolvimento baseado em investimentos maciços, para estabelecer uma agricultura altamente capitalizada e tecnicamente

sofisticada, não levando em conta as condições sócio-econômicas, fundiárias e ambientais específicas do Vale.

“Este contexto tradicional se desfez pela pressão de uma série de fatores, entre os quais, como veremos, a própria política ambiental implementada. Em primeiro lugar cabe apontar as dificuldades crescentes da atividade agropecuária local de baixa produtividade, incapaz de concorrer com a produção que começava a se expandir no final dos anos 60 em regiões mais favoráveis. A pecuária suína, por exemplo, praticamente a única fonte de ‘capital de giro’ para grande parte de pequenos produtores em alguns municípios, foi arrasada pela produção intensiva. Por razões sanitárias também, o “porco da roça” não tinha condições de concorrer com o porco das granjas integradas a grandes complexos agroindustriais.” (Romeiro, 1996 : 4)

3 - FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O suporte teórico-metodológico deste trabalho deve ser creditado fundamentalmente às leituras e às discussões realizadas nos diversos cursos que fiz, assim como nas oficinas, seminários e encontros de que participei a partir de 1993. Minha formação anterior de agrônomo, com mestrado em Economia Política, embora tenha contribuído, seria sem dúvida insuficiente para dar conta dos diversos aspectos envolvidos na problemática do desenvolvimento do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento regional inclusiva para a população pobre do Vale do Ribeira. Daí porque considero importante fazer uma breve cronologia desses influxos e contribuições.

Em 1993, o curso do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, "Agricultura e capitalismo", que fiz como aluno especial, foi essencial para definir melhor meu projeto de doutorado. Nesse curso conheci a professora Regina Sader que, no ano seguinte, viria a se tornar minha orientadora (até sua precoce aposentadoria).

Em 1994, já aceito no doutorado do Departamento de Geografia, o curso "Teoria e método em Geografia", com a professora Amélia Damiani foi fundamental para minha adaptação ao universo da teoria, dos conceitos e métodos da Geografia. Nesse mesmo ano, participei da Oficina de Capacitação em Ecoturismo – Investindo em Pessoas para Conservar o Meio Ambiente, programa da Conservation International desenvolvido internacionalmente, em parceria com governos nacionais. promovida pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Fundação Florestal do Estado de São Paulo, com o apoio da Organização dos Estados Americanos, da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e do Programa de Desenvolvimento da Amazônia – Prodam, essa oficina teve lugar na Fazenda Intervales (Vale do Ribeira), com duração de dez dias. Os estudos e discussões sobre métodos, definições, tendências e produtos de ecoturismo; gerenciamento verde e aspectos arquitetônicos;

proteção da biodiversidade; uso sustentável dos recursos naturais respeitando a cultura das populações residentes; desenvolvimento regional e comunitário reforçaram minhas concepções, apontando novos enfoques para minha formulação teórica e minha atuação prática.

Em 1995, fiz os cursos “Estado capitalista: história e tendências”, do professor José Eli da Veiga (Faculdade de Economia e Administração da USP) e “Planejamento do turismo e a proteção ambiental”, da professora Doris van de Meene Ruschmann (Escola de Comunicações e Artes da USP). Também participei do Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo, realizado no Departamento de Geografia (julho), no qual fiz os cursos “Turismo e cidade”, com o professor Carlos Carreras, da Espanha, e “Aplicações da tecnologia dos sistemas de informações geográficas ao planejamento de turismo: teoria e métodos”, com os professores Reinaldo Paulo Perez Machado e Rafael Candéau Dufat. Além disso, fui um dos organizadores e participantes do seminário “Desenvolvimento sustentável e ecoturismo no Vale do Ribeira” (junho), primeiro evento realizado pelo Programa Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, principal objeto deste trabalho.

Em 1996, fiz dois outros cursos fundamentais para meu aprofundamento teórico: “O turismo como fenômeno econômico-social e seu papel na produção/consumo do espaço”, da professora Adyr A. Balastrieri Rodrigues, e “Algumas abordagens metodológicas em Ciências Humanas”, da professora Regina Sader. Além disso, fiz o curso “Economia Ecológica”, do professor Juan Martínéz-Alier (Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e da Oficina de Aperfeiçoamento em Ecoturismo, da Conservation International, promovida mais uma vez pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo (um *upgrade* da anterior, com duração de doze dias na qual se promoveu uma síntese dos trabalhos de capacitação realizados em todo o País desde o primeiro evento). Participei ainda do II Seminário Propostas e Encaminhamentos para o Parque Estadual Intervales (promovido pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo para discutir um programa emergencial de manejo da floresta,

rearranjo das atividades produtivas preexistentes na área, revisão dos limites da área de proteção e outros conflitos gerados pela implantação desse parque) e do 1.º Encontro de Estudos de Ecoturismo (promovido pela prefeitura de Santos para discutir experiências de ecoturismo e o papel dos poderes públicos, da iniciativa privada, dos institutos de pesquisa e da sociedade civil no desenvolvimento dessa atividade). Fui um dos organizadores do I Fórum Regional de Educação Ambiental do Vale do Ribeira (promovido pela Secretaria do Meio Ambiente, no qual coordenei mesa-redonda com coordenadores de projetos de turismo na área, representantes de comunidades e prefeitos). Além disso, participei da discussão dos parâmetros para uma política pública de ecoturismo para o Estado – que deram base ao documento “Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo”, lançado em outubro de 1997, do qual sou um dos formuladores.

Em 1997, participei como expositor e coordenador da mesa-redonda “Fases do turismo no Vale do Ribeira”, no 1.º Encontro Nacional de Turismo com Base Local.

Para Rodrigues (1997:40/1) “tendo em vista as incidências espaciais do turismo, o tratamento geográfico do fenômeno (turismo na geografia) vem se tornando mais destacado (...) Em face da sua complexidade o turismo deve ser abordado em âmbito multidisciplinar, particularmente pelo conjunto das ciências sociais, integrando além dos aspectos histórico-geográficos, os aspectos econômicos, psicológicos, sociológicos, antropológicos e jurídicos conforme assinala P. de Groote (1983). Além desses, podemos acrescentar os aspectos políticos, culturais e ecológicos dentre outros.

Apesar de transcorridas já três décadas da realização de pesquisas, publicação de trabalho e organização de eventos científicos (...) a chamada Geografia do Turismo necessita aprofundar suas bases teórico-metodológicas”.

Como nosso interesse principal será o segmento do ecoturismo, não iremos aprofundar as diferentes abordagens metodológicas da geografia do turismo. Contudo é importante assinalar algumas questões ligadas ao espaço turístico.

Para a mesma autora (1997:43) “trata-se de fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). É nestas que se manifesta materialmente o espaço turístico ou se reformula o espaço anteriormente ocupado”.

Para proceder a uma análise da “dinâmica do espaço turístico por meio da abordagem dos processos sociais que o engendraram”. a mesma autora utiliza as categorias estabelecidas por Milton Santos(1985) de forma, função, processo e estrutura.

“Em estudos clássicos de geografia dentre as categorias de análise espacial, é o estudo da forma que pretende expressar a fisionomia do espaço. Na abordagem da forma se apreende o arranjo dos objetos, ou seja, o padrão espacial.

O estudo da função propõe a decomposição do espaço turístico nos seus elementos: oferta, demanda, transporte, serviços, infra-estrutura básica, poder de decisão e de informação, sistema de produção e comercialização. Mediante uma análise sincrônica, procura-se captar a participação de cada um na totalidade espacial, num determinado momento, ou seja, num tempo historicamente determinado. (...) A categoria estrutura pretende expressar a ação e interação recíprocas entre os elementos, enfocando, a mútua dependência entre as partes do todo, a funcionalidade espacial.

O estudo do processo espacial corresponde a uma categoria de análise diacrônica, objetivando investigar a evolução da estrutura. Visa captar o dinamismo do espaço que pode apresentar as fases de estabilidade, de reformulação espacial, ou de completa transformação, produzindo novos espaços”(84/5)

Mais adiante a autora estabelecendo um conceito de ambiente como resultado da integração das esferas natural, social, econômica, política e cultural que se interpenetram num movimento sincrônico de ações recíprocas adverte que dentre “os recursos naturais os que mais se destacam para implementação das atividades turísticas são (...) os que dão respostas imediatas as atitudes agressoras”. Conclui finalmente que “é fundamental entender o meio natural como um sistema que obedece a

determinadas leis suscetível a qualquer ação externa, que pode provocar graves alterações”, e portanto, quanto mais frágil for o sistema ; menor será a capacidade de assimilar ou de absorver as ações externas, ou seja, maior será o impacto ambiental”.(94/5)

É importante nessa altura, falarmos um pouco da modalidade de turismo denominada ecoturismo que é caracterizado “por viagens para reservas naturais, relativamente pouco alteradas e não contaminadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar da paisagem, da fauna e da flora”, onde se pretende “a integração dos viajantes com o entorno e, em particular com as comunidades locais”.(98).

O elemento básico de diferenciação entre esta forma de turismo alternativo e o turismo convencional segundo a autora reside no “grau de participação física, social e intelectual” dos participantes enfatizando que “ a participação numa experiência ecoturística implica criatividade e protagonismo”

Para concluirmos acrescentamos que em qualquer proposta turística a observação final da mesma autora serve como um alerta, o que é especialmente verdadeiro no caso do ecoturismo: “ a análise dos impactos, tanto positivos como negativos, do turismo tem revelado a necessidade de estabelecer critérios globais e multidimensionais nas políticas de turismo em diversas escalas. Assim será possível captar as implicações econômicas, sociais, ambientais e culturais do turismo para o planeamento, gestão e monitoramento dos novos projetos e da reestruturação de áreas afetadas com a finalidade de recuperá-las. É indispensável que o turismo e o ambiente sejam estudados estreitamente vinculados para assegurar a compatibilidade do desenvolvimento do turismo e a proteção do meio em seu aspecto físico, econômico, social e cultural”.

Como ressalta Balastrieri Rodrigues, estudiosa do assunto, o ecoturismo no Vale do Ribeira está condicionado à implementação de “projetos integrados em nível local que envolvam outros setores da economia como a agricultura, a criação, a pesca, a indústria artesanal, o comércio, atividades diversificadas que dêem sustentação ao turismo e signifiquem, realmente um dinamismo econômico em escala local” (1996:).

"[...] no Vale do Ribeira a atividade turística mais desenvolvida situa-se na região costeira. A ênfase apenas nessa área ou setor poderá ampliar o fluxo de turistas nessa parte da região, mas dificilmente criará as condições para um movimento grande o suficiente para criar empregos e renda na região como um todo. Da mesma forma, tratamentos tímidos em todos os pontos ou áreas simultaneamente também não criarão a 'massa' necessária da inércia sinistra na região" (Azzoni, 1993)

A citação do artigo de Azzoni aponta um dos desafios de minha hipótese e preocupação centrais – além de sugerir contradições entre a capacidade de carga da área costeira e a intensificação do fluxo turístico, com repercussões negativas na preservação ambiental e na possível migração intermunicipal de parcelas da população, acentuando a exclusão.

Os dados do Inventário Turístico já permitem verificar que não há uma distribuição uniforme dos atrativos naturais (cachoeiras, cavernas, fauna e flora típicas) e culturais (arquitetura, artesanato, festividades etc.) entre os municípios do Vale. Portanto, além dos desafios ligados à implementação de modalidades ecoturísticas que garantam preservação ambiental mas também gerem empregos e renda nos municípios que detêm atratividade ou concentram equipamentos de apoio à atividade (hospedagem, alimentação), há outros: equacionar o papel que os demais municípios podem desempenhar para integrar-se em atividades complementares ou correlatas ao ecoturismo (como artesanatos, produção de alimentos, serviços, por exemplo).

Não desconheço o alerta de Balastri Rodrigues quanto à implantação do turismo "como única alternativa de valorização para regiões de economia deprimida" (1996:30-31) – o que se aplica claramente ao Vale do Ribeira. Em relação à sazonalidade, assim como à flutuação dos fluxos em virtude de se tratar de prática social supérflua, uma das alternativas a ser avaliada é o estímulo ao "turismo escolar", de cunho pedagógico, voltado ao estudo do meio, num programa de educação ambiental.

Ao discutir o problema do desenvolvimento regional, creio que será possível também apontar potencialidades para "projetos integrados em nível local que envolvam outros setores da economia, como a agricultura, a

criação, a pesca, a indústria artesanal, o comércio, atividades diversificadas que dêem sustentação ao turismo e signifiquem, realmente um dinamismo econômico em escala local” (Balastrieri Rodrigues, 1996) e regional.

A metodologia na qual o pesquisador tem uma imersão no espaço físico e humano mostrou-se adequada no tratamento dessa problemática, porque permite reconhecer os atores do processo, suas questões e possíveis alternativas de ação, a partir de uma visão realista

A metodologia permitiu visualizar a importância da criação de instrumentos que possibilitem a execução de políticas públicas que resgatem a inclusão do ser humano no processo de desenvolvimento.

4 - A AÇÃO DO ESTADO NO VALE DO RIBEIRA (1995-2000)

Mais do que resgate de nosso passado histórico, a idéia foi a de tentar demonstrar que a análise geográfico-política da relação Estado-território-sociedade não pode, na nossa perspectiva metodológica, prescindir do recurso da análise histórica, ou seja, da idéia de que tais relações, mais que espaciais simplesmente, contêm e expressam determinantes econômicos, sociais e políticos, como também expressam uma dada formação territorial que é geográfica e histórica, por excelência. Se os acontecimentos pretéritos que marcaram tais relações ao longo da história não bastam, por si só, para explicar a realidade presente em sua totalidade, eles são, no mínimo, uma referência obrigatória par a análise, pois definiram um certo caráter, um certo "modo de ser" do país e da sociedade, do Estado e das práticas políticas, cuja alteração completa teria que passar por verdadeiras revoluções, daquelas que atingem toda formação econômica e social. (Costa, 1991 : 43)

Segundo Wanderley Messias da Costa, deve considerar-se política territorial "toda e qualquer atividade estatal que implique simultaneamente: uma dada concepção do espaço nacional; uma estratégia de intervenção no nível da estrutura territorial; mecanismos que sejam capazes de viabilizar essa políticas". (Costa, 19?? : 15)

Nenhuma política territorial é geográfica ou geopolítica em "estado puro", ou seja, simples artimanhas de arranjo ao nível do espaço e do poder estatal. Com o avanço das formas típicas do capitalismo em sua fase atual, elas serão cada vez mais subestratégias da política econômica maior. Daí, como veremos adiante, o fato de que políticas regionais, urbanas ou similares, sempre ocuparão os capítulos periféricos dos grandes planos nacionais de desenvolvimento (Costa, 1991 : 55)

A contradição entre "centralização do poder político e dispersão colonial" é, para Messias da Costa, um aspecto fundamental da nossa "herança colonial". Para ele, a articulação entre o latifúndio, o trabalho

escravo, a “plantation” açucareira monoprodutora, a relação exclusiva com a Metrópole e, finalmente, a grande autonomia dos “senhores de engenho” resultou numa formação territorial única, em que a dispersão, ou, em outras palavras, a desintegração foi a sua característica maior. (Costa, 1991 : 15)

Ao analisar as políticas territoriais propugnadas pelo Plano Decenal 1967–1976 (elaborado pelo governo da União durante a ditadura militar, mas que não chegou a ser implantado), Messias da Costa destaca nelas uma nova perspectiva, que se tornaria dominante a partir de então: pela primeira vez a questão regional é abordada da óptica da integração nacional, transformada em objetivo maior das políticas econômicas regionais do Estado. Além disso, o pesquisador aponta que tais políticas territoriais explicitavam a aplicação da Teoria dos Pólos de Desenvolvimento ao caso brasileiro – teoria formulada por Perroux e que vinha sendo aplicada desde a década de 50 em alguns planos regionais e urbanos no país. (Costa, 1991 : 63)

As políticas territoriais, desde a década de 50, principalmente, tornaram-se políticas econômico-territoriais, isto é, constituem uma subestratégia das macropolíticas econômicas. Com isso, o território, com suas regiões e lugares, tornou-se suporte e, em alguns casos, objeto de investimentos estatais e privados. (Costa, 1991: 74)

A combinação entre determinações econômico-sociais e políticas territoriais, ao longo das últimas décadas, não alterou apenas a vida interna de cada região, como também alteou profundamente a estrutura territorial-regional do país, ou seja, modificou o padrão da divisão regional (formalmente em vigor até hoje) [...] (Costa, 1991 : 75)

Ocorre que o resultado dessa combinação a que já nos referimos, a nível da estrutura territorial, expressa-se através de objetos fixos e redes hierarquizadas, que podem ser consideradas, para fins de análise, como redes especificamente produtivas (produção, circulação, consumo) e redes institucionais geografizadas, criadas ou fomentadas pelo Estado.

Essas últimas podem ser examinadas sob seus dois tipos principais:

redes hierarquizadas sob a forma de infra-estrutura em geral, destinadas aos investimentos passados, presentes e futuros [...];

redes institucionais objetivas, órgãos da política e burocracia estatais que se destinam a reproduzir, no todo territorial, a operação do aparelho estatal central.

Disseminadas nas escalas regionais, estadual e local, essas redes têm viabilizado a combinação central-local em cada lugar do território nacional. (Costa, 1991: 75)

A PROBLEMATIZAÇÃO RECENTE E AS QUESTÕES AMBIENTAIS

A presença mais forte do Estado na região nesse período – e até hoje – é marcada pela legislação ambiental, sem dúvida importante para frear a devastação desse importante e ameaçado patrimônio da humanidade (reconhecido pela Unesco como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica), inadequada, porém, às necessidades específicas da população nativa – principal ator em toda estratégia de conservação e desenvolvimento.

O governo Montoro decreta a criação de novos parques e áreas de proteção no Vale, contribuindo para agravar o quadro de dificuldades que a região já atravessava. Isto porque, por um lado, afetou uma parcela substancial da população que vivia da agricultura itinerante de subsistência, impondo restrições à coivara (queima da mata para o plantio), prática tradicional de cultivo em solos pobres e sem fertilizantes. Martinez (1995:??) observa que técnicos do Grupo da Terra, da Sudelpa, depois de fazer um levantamento dos principais produtos cultivados na região (mandioca, arroz, banana, feijão) e analisar os métodos utilizados (queimada, capinas manuais) detectaram o baixo nível de tecnologia e de capitalização da agricultura no Vale do Ribeira. Além disso, só os agricultores que detivessem título de propriedade ou de domínio de posse poderiam pedir autorização para desmatar parcelas da área que ocupavam. Como a esmagadora maioria das terras no Vale é devoluta, os posseiros que constituem o grosso da população rural foram impelidos à clandestinidade diante da necessidade de constituição de roças, o que agravou o conflito entre os lavradores e o Estado.

Como agravante adicional, os técnicos diagnosticaram a enorme dependência que muitas vezes os pequenos produtores tinham em relação

aos intermediários para levar sua produção ao mercado. Por fim, como o preço de mercado das culturas do Vale era muito baixo, o risco de perda da terra era muito alto, mesmo em áreas já tituladas. Justamente por isso, o grupo técnico defendia, além da titulação, uma reorganização fundiária. (Martinez, 1995:110)

A legislação ambiental roubou aos pequenos agricultores e posseiros o território que historicamente ocupavam. Numa reinterpretação da discussão de Senécal sobre territórios e territorialidades, o sentido que os espaços vivenciados por essa população difundia passa a ser interdito, “as tramas do espaço vivenciado e do espaço normalizado não concordam” (Senécal, 1992:37).

“Desterritorializadas” sem sofrer deslocamentos espaciais, as parcelas da população afetadas em suas condições básicas de sobrevivência não foram contempladas com qualquer apoio ou alternativa por parte do governo. As atividades que poderiam absorver a população subempregada, destruidora da floresta, não foram estimuladas. Os agricultores não dispuseram de assistência técnica ou financeira para que pudessem realizar sua produção de subsistência em áreas mais favoráveis, com base em técnicas mais modernas que dispensassem a queima da mata. Além disso, a baixa instrução de grande parte da população dificultava – como ainda dificulta – a introdução de técnicas mais produtivas e de conceitos básicos de conservação do solo.

Como ressalta Romeiro (1996:3), esse contexto torna a exploração do palmito uma opção – em alguns casos, a única – para os pequenos agricultores obterem alguma renda monetária. No entanto, a nova legislação ambiental atingia também os que praticavam o extrativismo florestal, principalmente de madeira e palmito. O extrativismo sempre foi uma das atividades tradicionais na região – especialmente o do palmito juçara, cuja exploração comercial ocorre há longa data no Vale do Ribeira. Nos anos 30 já existia uma fábrica de palmito em conserva em Juquiá. Esse autor assinala que, até o final dos anos 60, “a atividade palmiteira na região não era predatória (ou pelo menos, era pouco predatória). Havia, por parte da população local que extraía o palmito, uma consciência ecológica intuitiva

que a levava a cortar apenas palmeiras maduras, preservando também aquelas que eram identificadas como 'árvores-mães' por produzirem grandes quantidades de sementes". A atividade era, na maioria dos casos, apenas uma fonte de renda complementar, "para 'arrendondar o mês' ou fazer frente a uma situação de emergência. Era comum extrair palmito somente aos sábados", ressalta o mesmo autor.

No entanto, a partir dos anos 80 também a exploração legal de palmito passou a sofrer restrições crescentes. A Portaria DEPRN 09/89 e as resoluções SMA 12/92 e 16/94 tornaram indispensável a apresentação de um plano de manejo para a obtenção de licença para explorar o palmito. O mesmo se aplica para as culturas de subsistência, praticadas pelos pequenos agricultores. Como estes são majoritariamente posseiros, por não possuírem titulação, passaram a também não deter direitos de pleitear condições de trabalhar a terra – nova exclusão que se soma à antiga restrição ao acesso a financiamentos agrícolas.

Como ressalta Romeiro, a repressão incidiu principalmente sobre os pequenos produtores-extratores. Com isso aumentaram as áreas de pastagens, já que muitos venderam suas posses para pecuaristas, que queimavam grandes áreas, apesar das multas, contabilizadas como custo inicial de formação de pastos. A pecuária extensiva implica em destruição máxima da floresta e geração mínima de empregos.

Nos anos 90, principalmente a partir do Decreto 99.547/90, recrudescem os efeitos da implantação da política ambiental na região.

A maneira atropelada tecnocrática e autoritária com que a política de defesa ambiental foi implantada nas décadas de 1980–90 fez com que, de uma hora para outra, as atividades de subsistência de comunidades e bairros inteiros fossem consideradas crimes inafiançáveis, em decorrência dos decretos que transformam a maioria das pastagens e plantações da região em áreas de preservação ambiental. Como o Estado não oferece a essas pessoas qualquer alternativa de sobrevivência, os que decidem infringir a legislação ambiental contam com o respaldo das autoridades locais e com a anuência de suas comunidades para realizar as práticas proibidas.

O episódio mais recente dessa intervenção autoritária foi a criação do Parque Estadual Intervales, por decreto de 1995. Esse decreto do governo do estado foi baixado na calada da noite, sem conhecimento prévio sequer de diretores da Fundação Florestal, responsáveis pela administração da área. Ele anexou à antiga fazenda, área pública de conservação, mais 10.000 ha onde vivem, há muito tempo, pequenos posseiros que já deveriam ter recebido título de domínio de suas terras. Atingiu também áreas usufruto de remanescentes de quilombos, ferindo a Constituição que assegura aos descendentes de escravos aquilombados direito à terra em que se fixaram.

Foi tão grande o impacto da criação do Parque Estadual Intervales que a Fundação Florestal precisou organizar seminários para discutir estratégias emergenciais de enfrentamento e superação dos diversos conflitos gerados, de modo a poder estabelecer um plano de gestão ambiental do parque com a participação das comunidades, como requer a legislação. Mais ainda, o governo do Estado baixou um novo decreto, em 1999, redefinindo os limites do Parque para excluir deles as comunidades remanescentes de quilombos. Quanto aos antigos posseiros que perderam suas áreas para o parque, entretanto, pouco se avançou nas discussões e reuniões infundáveis entre representantes do governo estadual e das comunidades.

Observa-se que a política ambiental do atual governo privilegia a preservação da fauna e flora, ignorando os direitos dos moradores das áreas envolvidas. Elimina, assim, da paisagem o elemento humano e, do dia para noite, transforma o morador, nativo ou há muito fixado, em intruso em seu próprio território.

A propósito, há um interessante paralelo entre a observação crítica de Balastri Rodrigues sobre a falta de uma relação consistente política ambiental e turismo no Brasil e o quadro que estou traçando: “[...] a política ambiental e a política do turismo devem caminhar juntas. Porém não é isso o que tem acontecido, em particular no Brasil, onde a política do turismo é ainda inconsistente, imprecisa e até incoerente” (1997:100). O que dizer, então, da relação entre a política ambiental e a geração de renda e trabalho?

O que temos é que o Estado reprime a população tradicional do Vale em nome da proteção ao ambiente, sem lhe oferecer alternativas para explorar racionalmente o meio em que vive

Em suma, o desenvolvimento do Vale do Ribeira requer um Estado não só mais inserido e atuante no seu papel específico, mas que trabalhe para atrair investimentos produtivos e fundamentalmente reflita as questões ambientais sem abstrair a população local deste processo. Isto é, o desenvolvimento sustentável deve ser pensado como a relação equilibrada entre o Estado, o capital e o homem. Projetos econômicos devem objetivar a preservação da natureza em um contexto de geração de emprego e renda.

5 - UMA AGENDA DE ECOTURISMO

A Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira veio a se constituir um programa como desdobramento das atividades desenvolvidas no projeto “Emprego e renda no contexto de desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira”, formulado enquanto (por mim e por José Eduardo Rodrigues Veiga,) pesquisador do Instituto de Economia Agrícola – IEA, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Tal projeto tinha como objetivo desenvolver estudos que permitissem avaliar as alternativas de geração de emprego e renda para a região obedecendo a uma relação de conservação dos recursos naturais. Apresentado ao IEA em 1995, foi aprovado no mesmo ano.

Para desenvolvê-lo procedemos ao levantamento dos dados disponíveis nos diversos órgãos oficiais sobre produção, renda, demografia – assim como de estudos já realizados sobre a região nas diversas secretarias e em instituições de pesquisa. No intuito de colher mais dados diagnósticos, passei a acompanhar as reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul desde sua constituição, em 1996¹¹. Além disso acompanhei todo o desenvolvimento do Projeto Pólo Lagamar, iniciado em 1995, coordenado pela Fundação SOS Mata Atlântica, organização não-governamental ambientalista – voltado ao desenvolvimento do ecoturismo na área estuarina-lagunar, incluindo os municípios de Ilha Comprida, Iguape, Cananéia (onde se localiza o Parque Estadual da Ilha do Cardoso) e Pariquera-Açu.

Concomitantemente, continuei a freqüentar as reuniões mensais do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira – Codivar,

¹¹ O Comitê é formado por representantes do governo do Estado, das prefeituras e da sociedade civil (usuários das águas, universidades, sindicatos dos trabalhadores, entidades ambientalistas etc.) e vem debatendo a problemática dos recursos hídricos na região, definido também a alocação de verbas públicas para enfrentá-la.

buscando aprimorar ainda mais o conhecimento da região e sistematizar as demandas dos diferentes municípios.

Acrescente-se ainda que como cidadão e militante político, participei da Caravana da Cidadania, durante a campanha presidencial de 1996. No Vale do Ribeira esta percorreu quinze municípios, realizando debates, seminários e reuniões com a população local, aprofundando esse conhecimento extensivo e, ao mesmo tempo, intensivo dos problemas regionais e locais¹².

Esse contato estreito com as demandas municipais e, mais especificamente, com os diferentes atores sociais e políticos do Vale foram dando nova face ao projeto. Percebe-se a necessidade de um encaminhamento mais propositivo, visando a formulação de uma política pública regional de cunho democrático – porque definida, articulada, desenvolvida e apropriada por esse conjunto de atores e não apenas pelas esferas técnicas dos governos estadual e municipais. Uma política pública capaz de gerar emprego e renda numa área de preservação e conservação ambiental.

Lançávamos assim as bases do programa Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira – cuja institucionalização em âmbito governamental só ocorrerá mais tarde, em abril de 1997.

Visando a qualificar e responder à complexidade das demandas locais e regionais, assim como aglutinar um âmbito maior de órgãos e técnicos comprometidos com a formulação de uma política de ecoturismo adequada às características geográficas, históricas, sociais, culturais e econômicas do Vale do Ribeira, entramos em contato com dirigentes e técnicos de diferentes setores das secretarias de Cultura, Economia e Planejamento, Emprego e Relações do Trabalho, Esportes e Turismo, e Meio Ambiente – que, juntamente com os representantes do Codivar, iriam compor o grupo de trabalho do programa da Agenda. O objetivo estratégico foi (e é) o de

¹² O documento “Uma proposta de desenvolvimento sustentável para o Vale do Ribeira”, elaborado pelo Instituto Cidadania, de cuja elaboração participei relata esse processo e traça um diagnóstico da região, apontando as necessidades levantadas e as propostas de ação (entre as quais o desenvolvimento do ecoturismo).

articular diferentes órgãos das várias esferas de governo e diferentes setores da sociedade civil, de modo a possibilitar o levantamento e a implementação de alternativas para o desenvolvimento do ecoturismo, como eixo de um conjunto de atividades geradoras de renda e emprego para a população local. Ou, como afirma a resolução oficial que institui a Agenda como um programa inter-secretarias, “articular a ação conjunta dos órgãos signatários, visando ao estudo, ao planejamento e ao fomento do ecoturismo no Vale do Ribeira, como um importante instrumento do desenvolvimento sustentável regional”¹³.

Apesar da maior amplitude de ações que iriam causar o envolvimento de outras instituições do governo em seus vários níveis de responsabilidade legal, não estava garantida uma efetiva institucionalização do programa.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Cabe ressaltar algumas considerações teórico-metodológicas que estão contidas desde o início no trabalho – embora reconheçamos que não estejam tão manifestas como talvez fosse necessário.

Muito embora seja um estudo sobre as relações existentes no Vale do Ribeira e as possibilidades de transformações destas, é preciso deixar claro que esta tese se conforma a partir do relato e da análise de um trabalho de intervenção social.

Intervenção efetuada em um determinado território e junto a um determinado subconjunto da sociedade brasileira, no qual é preciso reconhecer a importância da história em suas relações sociais e seus mecanismos de reprodução e manutenção. Nessas relações incluem-se aquelas dos cidadãos do Vale com seus representantes (políticos, sindicais, comunitários etc.) e com o Estado.

Se historicamente tais relações têm sido marcadas pela subordinação em relação a Estado na forma de seus representantes de governo

¹³ Resolução Conjunta SMA/SET/SERT/SEP/SEC/SAA – 5, de 18/4/1997, que institui a “Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira”, no âmbito das Secretarias de Estado do Meio Ambiente, Esportes e Turismo, Emprego e Relações do Trabalho, Economia e Planejamento, Cultura, e Agricultura e Abastecimento.

(secretários de Estado, diretores de órgãos financiadores ou de pesquisa, polícia florestal etc.), o trabalho da Agenda de Ecoturismo volta-se para resgatar a capacidade de essa população – especialmente os setores mais desfavorecidos – criar relações inovadoras, capazes de alterar o quadro de marginalização e estagnação, movendo mecanismos políticos de aglutinação e de mudança de sua situação social e econômica, revalorizando e resignificando seu território.

Portanto, o caráter da atuação da Agenda é contribuir para o fortalecimento de mecanismos que impulsionem a atuação coletiva, em prol do desenvolvimento e melhoria das condições de vida do conjunto dos habitantes do Vale. Para tanto, a Agenda foi construindo sua institucionalidade progressivamente, enraizando-a numa prática democrática de consulta e discussão coletiva. E, antes mesmo de contar com a institucionalidade oficial, ela se institucionalizou, em parte, na prática. Isto porque toda ação precisa se institucionalizar para garantir a força necessária capaz de materializar e instrumentalizar as transformações que almeja na comunidade ou na região.

No caso de instituições que envolvem o aparelho estatal, os problemas vão bem além dos concernentes a métodos e instrumentos de abordagem social: há toda uma cultura de organização e uma política institucional que se movem segundo modelos e interesses nem sempre conformes àqueles da sociedade ou comunidade a que se dirigem. A Agenda também procurou superar esta dicotomia entre a ação tradicional das instituições estatais de planejamento (marcada pela impessoalidade burocrática, pelo refinamento de instrumentos entre especialistas e, freqüentemente, por uma prática autoritária) e as necessidades e anseios da população a que tal ação se destina. Isto só foi possível por haver, no grupo, um núcleo de pessoas (alguns dos técnicos e prefeitos envolvidos) que tinham claro o objetivo de transformar não só o panorama econômico-social do Vale, como também as relações Estado-sociedade naquelas comunidades. Esta clareza e as iniciativas iluminadas por ela permitiram que se construísse uma estratégia de política pública, de modo a

progressivamente integrar todos os agentes envolvidos – mormente os representantes do próprio Estado.

Desde logo constatou-se que a falta da institucionalização do programa deveria ser preenchida por uma estratégia que se fundamentasse em práticas de fortalecimento da proposta de ecoturismo para a região, procurando envolver não só os participantes mais diretos da Agenda como representantes das comunidades. Assim o trabalho foi se institucionalizando na prática, por intermédio da ação.

Na verdade, naquele momento, a alternativa do ecoturismo não se configurava como uma demanda para o desenvolvimento regional. Muitos prefeitos, secretários municipais, técnicos de órgãos estaduais centravam sua atenção na busca de alternativas para poder desenvolver as formas de produção tradicionais na região, com uma ou outra inovação, diante da recente legislação ambiental. Foi necessário disseminar o mais amplamente possível os conhecimentos sobre as potencialidades do ecoturismo, discutilas, avaliá-las diante da situação concreta (por meio de inventários quantitativo e qualitativo) para que a proposta criasse corpo e se tornasse uma das demandas regionais, consolidada em documento num fórum que reuniu governantes municipais, representantes comunitários, de ongs, do governo estadual (vide Quadro ??, no Anexo).

A partir desses pressupostos definiram-se como objetivos centrais da Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira:

- promover e articular ações de capacitação e educação de pessoal local para as atividades de ecoturismo;
- realizar o levantamento, a sistematização e a disponibilização dos dados referentes ao ecoturismo e à infra-estrutura básica existente na região;
- mobilizar recursos de forma complementar, visando implantar e planejar o ecoturismo na região.

Para atingir esses objetivos, o grupo iniciou a discussão e sistematização de um plano de ação, que só seria divulgado no lançamento público da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, em meados do segundo semestre de 1996.

Paralelamente à formulação do plano de ação, o grupo mais aguerrido da Agenda empreendeu algumas iniciativas para avançar na implementação desses objetivos. Atividades como o programa de treinamento “Agentes Municipais de Ecoturismo” feito para realizar um inventário quantitativo dos equipamentos turísticos da região – desenvolvido ao longo de 1995 e 1996, por meio de oficinas que reuniam um funcionário municipal e um representante da iniciativa privada de cada município do Codivar.

Essas oficinas, no total de cinco, foram realizadas em municípios-chaves que sediavam o evento, contando com a participação das localidades vizinhas. Todas as atividades foram levadas a cabo por membros do programa.

A estratégia de capacitação de agentes locais, enraizados na sociedade e na cultura do Vale, tinha também por objetivo permitir que estes se apropriem dos conhecimentos e técnicas ligados às atividades de ecoturismo e correlatas.

Depois de treinados, esses agentes fizeram um levantamento quantitativo dos recursos turísticos existentes em seus municípios. Realizado nos 23 municípios da região e também em Peruíbe – que passou a compor o espectro de atuação da Agenda em virtude de sediar a Estação Ecológica Juréia-Itatins. Além disso, esse levantamento serviria de patamar para a realização do futuro inventário do potencial turístico da região.

Ainda como subsídio para o plano de trabalho da Agenda, ainda em 1995 realizou-se o seminário “Desenvolvimento sustentável e ecoturismo no Vale do Ribeira”, reunindo técnicos e autoridades municipais, estaduais e federais. O seminário discutiu alternativas para a região com base na análise de casos de sucesso implantados em áreas próximas (Fazenda Intervalles), assim como em outros Estados (Santa Catarina, Bahia etc.) e países (Venezuela e Argentina).

Por outro lado, no final de 1995, como representante da Agenda, passei a participar de um grupo de trabalho articulado pela Coordenadoria de Educação Ambiental (Ceam), da Secretaria do Meio Ambiente, cujo objetivo era “discutir e formular orientações gerais para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo no Estado de São Paulo”.

- **Fomento:** implementação de linhas de crédito específicas, balizadas pelas informações coletadas e sistematizadas, visando incrementar a qualidade dos equipamentos e serviços de pequenos empreendedores; estímulo à formação de cooperativas ou associações nos diversos setores da atividade ecoturística; reforço às linhas de crédito tradicionais, de forma a adequar a atividade ao mercado nacional e internacional.
- **Incentivo à adequação da infra-estrutura básica e turística:** estabelecimento de parâmetros básicos para a ação pública (em saneamento, saúde, energia elétrica, comunicações, transportes, estradas e vias públicas, abastecimento, segurança); incentivo à adequação de equipamentos turísticos e correlatos (hospedagem, recreação e lazer); incentivo à revitalização do patrimônio histórico-cultural e à preservação do patrimônio natural (incluindo informação e sinalização).

Cabem alguns comentários em relação a algumas dessas estratégias definidas no plano de trabalho.

A estratégia de capacitação dirigiu-se especificamente a agentes locais, enraizados na sociedade e na cultura do Vale, propiciando uma espécie de “transferência de tecnologia” para que tais agentes se apropriem de conhecimentos e técnicas. O objetivo claro foi dotá-los de instrumental capaz de propiciar sua efetiva participação no mercado de trabalho, garantindo-lhes renda adequada. Por isso a Agenda estruturou e desenvolve cursos de formação de monitores ambientais, cujo público-alvo são os jovens da região.

Em parceria com as atividades da Agenda o Projeto Escola Sutaco desenvolve cursos de artesanato para a Agenda: esse projeto priorizou a realização desse trabalho no Vale do Ribeira visando a resgatar algumas formas de artesanato típicas e fomentar formas alternativas de geração de renda, vinculadas ao desenvolvimento do ecoturismo na região. Já foram realizadas mais de duas dezenas desses cursos, tanto em áreas urbanas como rurais e em comunidades isoladas, como as remanescentes de quilombos.

A estratégia de informação e divulgação foi e vem sendo implementada por meio do Inventário Turístico do Vale do Ribeira, descrito adiante. Dois produtos são os primeiros resultados palpáveis desse trabalho: um CD-Rom com todas as informações turísticas e ecoturísticas disponíveis, classificadas por tipo de atrativo, e um sistema com os dados preliminares do Inventário, passível de acesso por meio de disquete.

E interessante se observar que durante o desenrolar desse plano de trabalho ocorreu, em abril de 1997, de forma oficial, a institucionalização da Agenda, por meio de resolução conjunta de seis secretarias estaduais. Em sua composição estão envolvidos os seguintes órgãos:

- pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento: Instituto de Economia Agrícola;
- pela Secretaria da Cultura: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat; Departamento de Museus e Arquivos;
- pela Secretaria de Economia e Planejamento: Coordenadoria de Ação Regional – CAR; Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal/Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Fundação SEADE;
- pela Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho: Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades – Sutaco;
- pela Secretaria de Esportes e Turismo: Coordenadoria de Turismo/Divisão de Pesquisa e Planejamento; Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias;
- pela Secretaria do Meio Ambiente: Assessoria de Gestão Estratégica/Programa Estadual para a Conservação da Biodiversidade – Probio-SP; Departamento de Projetos da Paisagem; Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo; Instituto Florestal/ Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental – CINP;
- Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira – Codivar.

Em setembro de 1997 a Agenda firmou convênio com a Fundação Florestal do Estado de São Paulo e a Empresa Brasileira de Turismo – Embratur para realização de um inventário turístico na região do Vale da Ribeira.

Segundo orientações técnicas da EMBRATUR, o conhecimento da oferta turística é fator fundamental para o planejamento da atividade turística. Anteriormente, ações isoladas foram realizadas em vários estados visando esse conhecimento. Entretanto, por adotarem métodos e técnicas de pesquisas variadas, tornou-se difícil proceder a uniformização dos resultados obtidos. O inventário proposto orienta no sentido da adoção de uma metodologia comum, com o objetivo de superar essa dificuldade.

O inventário é um instrumento para o planejamento turístico, tanto setorial como territorial, pois, a partir dele, podem-se realizar avaliações e estabelecerem-se prioridades para a aplicação dos recursos disponíveis e como defende Américo Pellegrini, “o conhecimento dos agregados turísticos é muito importante na realização do Inventário da Oferta Turística de um país e indispensável no planejamento do turismo. Considera-se que todo e qualquer investimento em turismo deve demonstrar e justificar antecipadamente a sua contribuição para com a economia do país. Uma nação interessada no desenvolvimento do setor turístico deve começar a relacionar todos os recursos que podem ser utilizados para o turismo, identificando-os, classificando-os e o procedendo como uma garantia de forma a salvaguardar o meio ambiente e gastos necessários”.

INVENTÁRIO TURÍSTICO DO VALE DO RIBEIRA

O Inventário Turístico do Vale do Ribeira foi o primeiro passo para fundamentar uma proposta de fomento e implantação do ecoturismo como atividade econômica na região. Implementado pela Agenda, uma articulação de órgãos estaduais e prefeituras, ele não pretende apenas nortear a ação pública com efeitos a longo prazo mas, também, criar condições para operações privadas no campo turístico, em especial, do ecoturismo, estimulando a economia regional com base nos empreendimentos locais.

INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Entende-se “inventário turístico” como o processo pelo qual se registra o conjunto de atrativos turísticos, dos equipamentos e serviços turísticos e da infra-estrutura de apoio turístico, visando a correta ordenação e exploração do território, de forma a otimizar a utilização de seus recursos naturais e culturais.

Além disso, o inventário foi estruturado de modo a servir como instrumento técnico eminentemente prático para:

- a) oferecer um estudo sistemático da oferta turística;
- b) quantificar e qualificar os atrativos inventariados, permitindo sua avaliação;
- c) facilitar a adoção de medidas precisas de proteção e ordenação dos recursos turísticos através do planejamento;
- d) estabelecer uma hierarquia e prioridade para utilização dos atrativos existentes e orientar a política de desenvolvimento turístico nos diversos níveis.

Deve-se considerar que esse instrumento facilita o estudo e desenvolvimento da integração de áreas com características similares, baseando-se na sua proximidade e infra-estrutura e deve apresentar duas características essenciais:

- credibilidade: deve mostrar a realidade dos atrativos turísticos e sua situação;

- flexibilidade, expansão: deve ser claro, aberto, dinâmico, que permita considerar permanentemente todas as mudanças que apresentem os atrativos turísticos e sua nova situação.

OBJETIVOS

Instrumento fundamental no processo do planejamento turístico, tanto setorial quanto territorial, a partir do inventário é possível realizar avaliações e estabelecer prioridades para a aplicação dos recursos disponíveis. Cabe ao inventário:

- quantificar, qualificar e avaliar os atrativos turísticos de cada município e da região;
- facilitar a adoção de medidas precisas de proteção e ordenação dos recursos turísticos por meio do planejamento;
- estabelecer hierarquias e prioridades para a utilização dos atrativos existentes e orientar a política de desenvolvimento turístico nos diversos níveis.

Universo do levantamento - prefeitos, ongs, empresários do setor (questionários de profundidade) - importância da articulação local e também regional (Codivar)

Tecnicamente nada impediria que esse trabalho fosse inteiramente realizado por uma equipe de especialistas e pesquisadores externos à região. Entretanto, como um dos objetivos da Agenda é desenvolver atividades *com* a região e não apenas *para* a região, optou-se por trabalhar prioritariamente com pessoas do próprio Vale na operacionalização do trabalho de campo. Com isso visou-se, desde o início, dotar os municípios de parte dos instrumentos necessários para planejar o desenvolvimento do turismo e, especialmente, do ecoturismo. Levar a própria comunidade a reconhecer seu potencial e suas limitações é uma tarefa certamente mais trabalhosa e demorada, mas que representa a essência de uma política de desenvolvimento sustentável.

O Inventário Turístico do Vale do Ribeira, concebido pela Agenda, está em processo de finalização. Está previsto também, além dele, outros

três produtos: um guia técnico de ecoturismo no Vale do Ribeira, um CD-Rom e um curso de apoio ao planejamento em ecoturismo na região.

A concretização do inventário – que se completa com um sistema de informações – só foi possível graças ao empenho do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – Cepam, da Fundação Faria Lima, que, contratada para coordenar os trabalhos, não mediu esforços nem recursos para que ele chegasse a bom termo, mesmo além do orçamento estabelecido.

REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO

Como a região não dispunha de técnicos especializados nesse tipo de levantamento, foi contratada a Bioma, Assessoria e Educação Ambiental, empresa que detinha experiência acumulada em 26 oficinas de Capacitação em Ecoturismo, realizadas ao longo de 1995/96 nos Estados que demonstram potencial para o desenvolvimento do ecoturismo.

O processo de elaboração do Inventário Turístico do Vale do Ribeira articulou-se em torno das seguintes etapas: preparação, aplicação de pré-teste dos instrumentos, seleção e treinamento das equipes de campo, aplicação (campo), digitação e sistematização das informações coletadas em um banco de dados informatizado, elaboração dos relatórios finais, análise e diagnóstico prospectivo.

A fase de preparação já partiu dos dados recolhidos pelo inventário quantitativo, realizado em 1995 pelos agentes municipais de ecoturismo, capacitados pela Agenda. Instrumentos propostos inicialmente pela Bioma foram discutidos e adequados, em reuniões conjuntas dos profissionais da empresa com o grupo de trabalho da Agenda.

INSTRUMENTOS

Foram definidos os seguintes instrumentos para o levantamento, em cada município, dos atrativos naturais e culturais, dos equipamentos de infra-estrutura urbana e turística, dos serviços ligados ao turismo e correlatos:

- formulários – destinavam-se a cadastrar “todos os recursos do patrimônio natural e cultural que já se constituam como atrativos turísticos em cada no município atualmente”. Também deveriam eventualmente cadastrar os recursos atrativos potenciais;
- questionários – subdivididos em instrumentos específicos para: estabelecimentos de hospedagem (amostral, a serem aplicados em 30% dos estabelecimentos de hospedagem, selecionando-se os principais responsáveis pelo atendimento hoteleiro do município atualmente); para agências de receptivo (aplicados em todas as agências de turismo existentes no município); para diretor ou administrador de Unidade de Conservação – UC; para prefeito ou secretário de Turismo: para organizações não-governamentais ligadas à atividade de ecoturismo ou à proteção ao meio ambiente;
- fichas de levantamento – a serem preenchidas para cada ocorrência de diferentes tipos de serviços: comunicação (posto telefônico, agência postal, emissoras de rádio, jornais, emissoras de TV, editoras); bancos; igrejas e cultos; segurança; entretenimento (cinemas, centros esportivos, clubes, teatros, parques de diversão, casas de show, boates); imobiliárias; espaços para eventos; restaurantes e outros estabelecimentos; agentes de viagens e turismo; auto-serviços; saúde; meios de hospedagem (hotéis, hotéis-fazenda, pousadas, hospedarias, pensões, colônias de férias, albergues, alojamentos, apartamentos para temporada, camping etc.); escolas com cursos técnicos e profissionalizantes; meios de transporte (rodoviário, fluvial, aéreo); transportes de apoio ao turismo (táxis, vans, barcos etc.); outros estabelecimentos comerciais (materiais fotográficos, lojas de artesanato etc.); outros serviços de turismo e lazer (guias, locação de cavalos, motos, bicicletas, equipamentos de espeleologia, passeios de barco etc.);
- cadastros de recursos culturais – para registrar, em cada município, suas manifestações gastronômicas (doces, bebidas,

salgados, comidas típicas, temperos); suas manifestações artísticas / artesanato (cestaria, tapeçaria, cerâmica, pintura etc.); suas manifestações culturais gerais (religiosas, cívicas, artísticas, gastronômicas, folclóricas / populares, de grupos étnicos etc.); eventos tradicionais ou agendados (feiras, mercados, exposições, congressos / seminários; eventos esportivos, turísticos etc.)

- planilhas – para planejamento de visitas aos atrativos naturais e culturais e para controle do trabalho de campo.

METODOLOGIA DO CAMPO

Na fase de preparação definiu-se também a metodologia do trabalho de campo, a ser realizado por 24 equipes, com 3 componentes cada uma: o coordenador, o supervisor e o pesquisador. Cada coordenador e cada supervisor tinha sob sua responsabilidade o trabalho em 3 municípios.

PRÉ-TESTE

Aplicado no município de Iporanga, o pré-teste visou a avaliação qualitativa dos instrumentos elaborados. Com base nos resultados obtidos analisou-se a eficiência desses instrumentos, aperfeiçoaram-se os critérios de valoração dos recursos e equipamentos, dimensionou-se melhor o trabalho de campo, planejou-se o treinamento dos pesquisadores e a melhor forma de operacionalizar o levantamento no tempo disponível.

SELEÇÃO DAS EQUIPES

Os coordenadores do levantamento foram escolhidos a partir de indicações da Bioma, da equipe técnica da Agenda, dos membros do Codivar. O perfil profissional definido – que incluía experiência anterior em atividades de ecoturismo – impediu que essa função fosse preenchida prioritariamente por pessoas do Vale. Os coordenadores foram recrutados antes dos demais, pois foram os responsáveis pela aplicação do pré-teste. O grupo foi composto majoritariamente por bacharéis em turismo e biólogos (um deles de Miracatu).

No campo, cabia a eles a responsabilidade principal pelos resultados dos levantamentos feitos pelas equipes das quais participavam. Era tarefa exclusiva deles a aplicação dos formulários de recursos atrativos e dos questionários, além da coordenação geral dos trabalhos nos 3 municípios.

Os supervisores e os pesquisadores foram recrutados nos próprios municípios. Buscou-se assim dotar o Vale do Ribeira de pessoas capacitadas a trabalhar com levantamentos e com planejamento turístico, que, desvendando a opacidade que recobre o cotidiano, se constituíssem em reais conhecedores da potencialidade e da riqueza de suas comunidades e em futuros planejadores municipais e regionais. Supervisores (chamados de agentes regionais) e pesquisadores (agentes locais) foram recrutados por indicação das prefeituras, a partir de um perfil básico estabelecido pela equipe da Agenda.

A escolha dos agentes regionais teve como critério seu nível de conhecimento e envolvimento com a região. Para o recrutamento desses agentes, foi fundamental o contato prévio que, ao longo desses anos, tive com pessoas atuantes na região. Cabia a eles o preenchimento das fichas e dos cadastros.

Os agentes locais, moradores das cidades envolvidas no inventário, foram selecionados a partir de seu conhecimento do município. Cabia a eles indicar ao coordenador os atrativos e suas características, acompanhando as visitas deste a cada local. Além disso, por deterem grande número de informações sobre o município, colaboravam na elaboração das planilhas de planejamento do trabalho e identificação dos recursos, assim como no preenchimento das fichas e dos cadastros.

TREINAMENTO

O treinamento das equipes de campo, realizado entre 20 e 22 de janeiro de 1998 na Fazenda Intervalles pelos profissionais da Bioma, propiciou uma homogeneização de conceitos e critérios entre os membros da equipe.

PESQUISA DE CAMPO

Os levantamentos de campo foram realizados entre 29 de janeiro e 16 de fevereiro de 1998. Devido à exiguidade de recursos disponíveis, a realização do trabalho de campo só se tornou possível devido à colaboração ativa das prefeituras da região e de alguns órgãos estaduais, que forneceram a base material para o levantamento (veículos, alimentação, hospedagem).

O campo resultou em 2.800 instrumentos preenchidos, dos quais 270 formulários com recursos atrativos e 330 fichas com meios de hospedagem. As chuvas que começaram a cair no início de fevereiro dificultaram o trabalho na última semana do campo, devido a uma nova cheia. Por isso, foram necessárias algumas viagens posteriores, para completar o levantamento de atrativos em alguns municípios.

Na fase de análise dos dados colhidos pelo Inventário Turístico do Vale do Ribeira, que se processou até janeiro de 1999, procurarei traçar um diagnóstico de cada município e do conjunto da região, abrangendo os campos pesquisados:

- avaliação quantitativa de equipamentos e serviços de infraestrutura básica municipal (comunicação, bancos, igrejas e cultos, segurança, entretenimento, imobiliárias, espaço para eventos, bares e lanchonetes, auto-serviços, saúde, escolas de cursos técnicos e profissionalizantes; meios de transporte intermunicipais e interestaduais; outros estabelecimentos comerciais);
- avaliação quantitativa e qualitativa de equipamentos e serviços de infraestrutura turística (restaurantes; agentes de viagem e turismo; meios de hospedagem; meios de transporte de apoio ao turismo; outros serviços de turismo e lazer);
- avaliação quantitativa e qualitativa dos atrativos naturais e culturais com expressão física (identificação, características, acesso, localização em Unidades de Conservação, normas específicas, tempo para visita, origem dos visitantes, sinalização, informação disponível sobre o recurso, equipamentos de infraestrutura existentes, estado de conservação);

- avaliação quantitativa e qualitativa dos atrativos culturais de expressão social ou simbólica (manifestações culturais, gastronômicas, artísticas, artesanatos, eventos programados);
- avaliação das opiniões e concepções sobre desenvolvimento da atividade turística no município dos prefeitos municipais, dos proprietários de equipamentos de hospedagem; dos agentes de viagem; dos dirigentes de organizações não-governamentais; dos diretores de Unidades de Conservação (inclusive sobre a relação entre as propostas de conservação e uso turístico).

Esses resultados serão complementados por dados secundários (cartografia, geologia, geomorfologia, climatologia, aspectos antrópicos e econômicos), para permitir a melhor caracterização da região e de cada município em particular.

Com base nessa caracterização e nas análises dos dados do Inventário, será possível traçar o perfil turístico da região e suas potencialidades (objetivas e subjetivas), de seus aspectos deficientes e favoráveis em relação ao ecoturismo, de modo a subsidiar as decisões dos empreendedores e dos poderes públicos locais, assim como de articulações regionais (Codivar, APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, Pólo Lagamar, por exemplo).

A elaboração do Inventário Turístico do Vale do Ribeira correspondeu a um trabalho meticuloso de planejamento de pesquisa, no qual critérios e conceituações específicas, conduziram à formatação de um cadastro de dados turísticos e também básicos municipais, de extrema relevância para futuros estudos regionais que buscam alternativas para o Vale através do desenvolvimento do Ecoturismo, já na região presente e atuante em diversos níveis das relações sócio - ambientais.

A base do programa da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira é desenvolver a região do Vale do Ribeira através da valorização e desenvolvimento ideais da atividade turística (ecoturística) nos 24 municípios¹⁵, tendo como princípio fundamental, a interação com as

¹⁵ Apiaí, Barra do Turvo, Barra do Chapéu, Cananéia, Cajati, Eldorado, Ilha Comprida, Iguape, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba,

comunidades locais e prefeituras e demais instituições que visem os mesmos propósitos; atuar para o desenvolvimento no Vale do Ribeira através da identificação de potencialidades específicas no âmbito do segmento turístico.

Torne-se claro, que ao longo da pesquisa, em nenhum momento foram excluídos setores que agem direta ou indiretamente na dinâmica social - turística, de modo que foram estabelecidas 31 classes de questionários que, após pré - teste, orientaram os caminhos para que todo o contexto da realidade local fosse delineado concreta e objetivamente.

Inventariar os recursos turísticos regionais representativos dos seguintes setores: Infra-Estrutura Básica Municipal e Infra-Estrutura Turística (equipamentos turísticos, equipamentos básicos municipais e equipamentos de apoio ao turismo) e Atrativos Turísticos (Culturais e Naturais); cadastrar os recursos turísticos da região até então não conhecidos; despertar junto aos órgãos estaduais, municipais e internacionais o interesse pela região a partir do conhecimento de suas potencialidades para o turismo/ecoturismo; favorecer a elaboração de produtos para divulgação do Vale; informatizar os dados favorecendo a consulta e atualização do Inventário.

Considerando-se o universo da pesquisa, os 24 municípios componentes da Bacia Hidrográfica do Ribeira (escala regional de estudo), é importante citar que a atuação de Agentes Regionais, Coordenadores de Pesquisa e Agentes Locais, tornou-se aspecto fundamental para o bom desempenho das atividades de levantamento de informações nas diferentes camadas do segmento turístico a nível municipal. Foram 16 dias de pesquisa ininterrupta em campo para que o trabalho simultâneo das equipes abrangesse toda a região, um processo que culminou no envolvimento de grande parte das comunidades para com a proposta do trabalho e na (obtenção/elaboração) aquisição de 3.000 (três mil) questionários preenchidos, cadastrados e informatizados.

A elaboração do Inventário Turístico do Vale do Ribeira é uma tarefa pioneira a nível regional e fundamental para o desenvolvimento de projetos

Miracatu, Pariqueira-Açu, Pedro de Toledo, Ribeira, Registro, São Lourenço da Serra, Sete Barras, Tapiraí e Peruibe (o único que não faz parte da região do Vale do Ribeira).

direcionados ao planejamento turístico que visam o incremento municipal / setorial através do desenvolvimento do turismo / ecoturismo na região. Além deste fator, o Inventário propicia a avaliação e posterior divulgação da potencialidade turística a nível regional. Não basta objetivar o crescimento regional através do desenvolvimento turístico sem conhecer suas limitações peculiares.

Como foi colocado anteriormente, inventário turístico é a base do planejamento turístico municipal e para que sejam executadas todas as ações dele ou não decorrentes é preciso saber o que oferece aquele cotidiano, para decidir de que modo atuar, como e onde começar vislumbrando as conseqüências benéficas ou não, sempre priorizando a participação das comunidades locais através de suas críticas e sugestões.

Observa-se, nitidamente então, que o Inventário Turístico do Vale do Ribeira é, hoje, um instrumento de grande valia e o precursor para o desenvolvimento de uma nova realidade para a região e na região: o turismo sadio, daí a necessidade emergente de verificação destes dados e realimentação do Banco de Dados já existente. Grande interesse há por parte dos municípios neste aspecto e uma importante etapa foi cumprida (conhecemos o que possui o Vale do Ribeira, sabemos sob quais condições está à mercê, a região; resta-nos saber como desenvolvê-la com base nas necessidades e aspirações locais que o Inventário revela). "Criar experiência no relacionamento saudável entre ecologia , cultura e turismo/ecoturismo"¹⁶ é o desafio para a região e o resultado direto de um extenso processo de estudos: levantamento de dados e sua ordenação / democratização e análise sobre as diferentes facetas do mercado e oferta turística regional.

ANÁLISE DOS ATRATIVOS: SITUAÇÃO ATUAL E POTENCIAL

A região do Vale do Ribeira é rica em recursos atrativos naturais e culturais que podem ser viáveis como vetores de desenvolvimento do ecoturismo na região. Porém, nunca antes esses recursos foram avaliados quanto à situação atual e as possibilidades de aproveitamento do potencial

¹⁶ Américo Pellegrini Filho *in* Ecologia, Cultura e Turismo, 1993. p ??

existente. Essa avaliação é necessária para que possam ser tomadas ações no sentido de viabilizar a implementação de planejamento e gestão do ecoturismo, como alternativa econômica para as comunidades locais da região.

De acordo com as informações levantadas pelo Inventário Turístico do Vale do Ribeira é possível traçar um perfil dos municípios quanto a situação atual e potencial dos atrativos naturais e culturais para o ecoturismo. Essas informações foram levantadas em um nível qualitativo muito alto que permitirá, posteriormente, também apontar os principais problemas que envolvem as comunidades, indicando possíveis linhas de atuação conforme a situação encontrada.

Designa-se atrativo natural aqueles que têm como fonte os próprios acidentes naturais ou os recursos da flora e da fauna de um lugar, tais como: picos, serras, cachoeiras, corredeiras, cascatas, piscinas naturais, lagos, lagoas, praias, dunas, rios, barras de rios, nascentes, vales, chapadas, ilhas, cavernas, grutas, matas, manguezais, aves e mamíferos para observação.

Atrativo cultural pressupõe aquele erigido pelo Homem como: monumentos (arquiteturas civil e religiosa, ruínas, esculturas, conjuntos históricos, etc.), instituições culturais (museus, centros culturais, bibliotecas, etc.), eventos culturais (religiosos, artísticos, turísticos, gastronômicos, cívicos, esportivos, folclóricos, populares, etc.), feiras e mercados (artesanato, culinária, agropecuários, etc.), grupos étnicos (índios, caiçaras, quilombos, etc.), centros técnicos (zoológico, jardim e horto botânico, etc.), áreas de lazer (praças, jardins, parque de diversão, etc.), eventos programados (congressos, convenções, feiras e exposições), unidades de conservação (parques e estações ecológicas).

A partir dos cadastros de atrativos levantados para a realização do Inventário Turístico, estima-se a existência de 272 atrativos nos 24 municípios que compõem o Vale do Ribeira ampliado (porque inclui Peruíbe, Juquitiba e São Lourenço da Serra), sendo que, cerca de 75% são atrativos naturais e 25% culturais, demonstrando que a natureza nessa região pode vir a se transformar em um recurso de valor para o desenvolvimento local. Na realidade é um recurso natural que pode vir a se tornar em um patrimônio

cultural, dependendo da forma com que as ações para o desenvolvimento sejam implementadas, como a educação ambiental, as políticas de preservação e de pesquisa científica, visto se tratar de áreas com grande biodiversidade vegetal e animal.

Quanto à metodologia de levantamento do Inventário Turístico e à forma como as tabelas contendo os resultados por município serão apresentadas, duas observações são necessárias: nem sempre o pesquisador teve condições de acesso à todos os atrativos de um determinado município, por motivos vários; mesmo quando efetuava o levantamento em determinado atrativo, nem sempre foi possível obter todas as informações pedidas no questionário. Portanto, as quantidades de respostas e os respectivos percentuais nas linhas das tabelas, referem-se aos respondentes do município naquela questão nomeada no topo de cada coluna. Por exemplo, na tabela 1 o número total de atrativos corresponde à amostra de atrativos (ou seja, o universo que deveria ser levantado); já o número de atrativos naturais tem como base os respondentes desta categoria e os percentuais somam 100 quando considera-se o número de atrativos naturais e culturais juntos. A linha "Total" estará sempre se referindo ao conjunto de respondentes e não da amostra, com exceção da primeira coluna da tabela 1, que tem como base a amostra de atrativos cuja soma da participação dos municípios no total é igual a 100%.

Todos os 24 municípios que compõem a Agenda apresentam recursos atrativos, como demonstra a Tabela 5.1, na página seguinte.

Os municípios de Iporanga, Iguape, Pedro de Toledo, Apiaí, Tapiraí e Cananéia são os que apresentam maior número de atrativos. Também, é possível observar que nesses municípios os atrativos naturais e a localização rural dos atrativos têm maior importância. Entre esses municípios, o de Iguape possui maior participação de atrativos culturais e localização em área urbana.

**TABELA 5.1 – ATRATIVOS DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA,
SEGUNDO TIPOLOGIA E LOCALIZAÇÃO RURAL OU URBANA**

Município	Total		Natural		Cultural		Localização			
							Rural		Urbana	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Apiáí	18	6,6	15	83	3	17	13	72	5	28
Barra do Chapéu	4	1,5	4	100	0	0	2	50	2	50
Barra do Turvo	7	2,6	7	100	0	0	6	86	1	14
Cajati	6	2,2	6	100	0	0	5	83	1	17
Cananéia	15	5,5	11	73	4	27	7	58	5	42
Eldorado	8	2,9	7	88	1	13	8	100	0	0
Iguape	21	7,7	12	57	9	43	11	52	10	48
Ilha Comprida	14	5,1	12	86	2	14	5	36	9	64
Iporanga	37	14	29	78	8	22	28	78	8	22
Itaóca	13	4,8	12	92	1	7,7	11	92	1	8,3
Itapirapuã Paulista	6	2,2	5	83	1	17	6	100	0	0
Itariri	11	4	7	64	4	36	8	80	2	20
Jacupiranga	5	1,8	3	75	1	25	4	100	0	0
Juquiá	7	2,6	5	71	2	29	5	71	2	29
Juquitiba	10	3,7	7	78	2	22	6	75	2	25
Pariquera-Açu	3	1,1	3	100	0	0	3	100	0	0
Pedro de Toledo	19	7	15	79	4	21	12	80	3	20
Peruíbe	14	5,1	11	85	2	15	5	39	8	62
Registro	14	5,1	2	14	12	86	0	0	3	100
Ribeira	2	0,7	2	100	0	0	2	100	0	0
São Lourenço da Serra	9	3,3	6	67	3	33	5	63	3	38
Sete Barras	8	2,9	4	57	3	43	6	100	0	0
Tapirai	16	5,9	11	69	5	31	11	73	4	27
Miracatu	5	1,8	5	100	0	0	5	100	0	0
Total	272	100	201	75	67	25	174	72	69	28

Chama a atenção o fato de cerca de 41% dos atrativos estarem localizados em áreas que pertencem à Unidades de Conservação (UC), como se observa na Tabela 5.2, na página seguinte.

Em municípios como os de Pariquera-Açu, de Tapirai e de Miracatu, todos os atrativos se localizam em UC; ou como os de Cananéia e de Ilha Comprida, que apresentam grande parte dos atrativos em UC. Esse fato, por si só, é gerador de uma preocupação maior com relação ao planejamento e gestão para o desenvolvimento de ecoturismo.

TABELA 5.2 – ATRATIVOS DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA, SEGUNDO OCALIZAÇÃO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E TIPO DE PROPRIEDADE

Município	Sim		Não		Pessoa Física		Estado		Município		União		Empresa		Outros	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Apiai	7	39	11	61	3	16,7	7	39	6	33,3	2	11,1	0	0	0	0
Barra do Chapéu	0	0	4	100	4	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Barra do Turvo	1	14	6	86	5	71,4	1	14	1	14,3	0	0	0	0	0	0
Cajati	3	50	3	50	3	50	1	17	0	0	0	0	2	33,3	0	0
Cananéia	11	73	4	27	2	13,3	8	53	2	13,3	2	13,3	1	6,7	0	0
Eldorado	4	50	4	50	3	37,5	2	25	1	12,5	0	0	0	0	2	25
Iguape	9	43	12	57	2	9,5	5	24	6	28,6	4	19	0	0	4	19
Ilha Comprida	13	93	1	7,1	1	7,1	0	0	1	7,1	10	71,4	0	0	2	14
Iporanga	16	44	20	56	7	19,4	19	53	5	13,9	1	2,8	0	0	4	11
Itaóca	0	0	13	100	10	76,9	0	0	1	7,7	0	0	0	0	2	15
Itapirapuá Paulista	0	0	6	100	4	66,7	0	0	0	0	0	0	2	33,3	0	0
Itariri	0	0	11	100	4	36,4	1	9,1	2	18,2	0	0	0	0	4	36
Jacupiranga	0	0	4	100	3	75	0	0	1	25	0	0	0	0	0	0
Juqujá	1	14	6	86	2	28,6	0	0	1	14,3	1	14,3	0	0	3	43
Juquitiba	2	22	7	78	1	11,1	1	11	1	11,1	1	11,1	3	33,3	2	22
Pariquera-Açu	3	100	0	0	0	0	1	33	2	66,7	0	0	0	0	0	0
Pedro de Toledo	1	9,1	10	91	7	50	1	7,1	1	7,1	1	7,1	1	7,1	3	21
Peruipe	5	42	7	58	2	15,4	1	7,7	3	23,1	0	0	0	0	7	54
Registro	0	0	3	100	0	0	0	0	1	33,3	0	0	1	33,3	1	33
Ribeira	0	0	2	100	0	0	0	0	0	0	2	100	0	0	0	0
S. Lourenço da Serra	1	11	8	89	4	44,4	0	0	1	11,1	0	0	1	11,1	3	33
Sete Barras	2	33	4	67	1	25	3	75	0	0	0	0	0	0	0	0
Tapirai	16	100	0	0	7	43,8	0	0	1	6,3	1	6,3	3	18,8	4	25
Miracatu	5	100	0	0	1	20	0	0	0	0	3	60	1	20	0	0
Total	100	41	146	59	76	30,6	51	21	37	14,9	28	11,3	15	6	41	17

Quanto à propriedade da área dos atrativos na região do Vale do Ribeira, 30,6% pertencem a pessoa física; 20,6% ao Estado (governo); 14,9% ao Município; 11,3% à União e 16,5% são propriedades de outros tipos, como comunidade, área devoluta, instituição religiosa, empresa etc.

Observa-se que os municípios do Alto Ribeira, como Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Itaóca e Itapirapuã Paulista, têm alto percentual de pessoa física como proprietária de atrativo. Por outro lado, também são municípios que não apresentam grande participação de atrativos em Unidades de Conservação (UC). Esses fatos remetem à necessidade de se dar uma ênfase maior no trabalho de fomento junto aos atores privados para o desenvolvimento do ecoturismo.

O Inventário Turístico do Vale do Ribeira elaborou os seguintes critérios para realizar a análise dos atrativos:

1º.) O Potencial de Atratividade dentro do contexto turístico, conforme uma hierarquia que varia de 1 a 4:

1: Recurso turístico sem potencial suficiente para, por si só, motivar correntes de visitantes, podendo servir porém, de complemento para aqueles de hierarquia superior.

2: Recurso atrativo de relativo interesse, capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes regionais, podendo servir ainda de complemento para aqueles de hierarquia superior.

3: Recurso turístico de interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes interestaduais e regionais, servindo ainda de complemento para aqueles de hierarquia 4.

4: Recurso turístico de grande interesse capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes internacionais, interestaduais e regionais.

2º.) Como produto ou componente de produto turístico, avaliando-se os recursos de infra-estrutura de apoio turístico e os recursos de equipamentos e serviços turísticos, atribuindo conceitos que variam de 1 a 4 (1 - Péssimo; 2 - Regular; 3 - Bom; 4 - Excelente).

3º.) Quanto ao estado de conservação do atrativo atribuindo conceitos de 1 a 4, como no item anterior.

Para a classificação dos atrativos de acordo com a sua viabilidade como produto ou componente de produto no mercado turístico, os critérios apontados nos itens 2 e 3 receberam os seguintes pesos: infra-estrutura de apoio turístico = peso 12; equipamentos/serviços turísticos = peso 8; estado de conservação = peso 5.

No presente estudo, a soma dos pontos forneceu o resultado que permitiu a classificação segundo os seguintes intervalos de números de pontos:

V = Viável, de 61 a 100 pontos;

VP = Viável com Pequenas Adequações, de 31 a 60 pontos;

VG = Viável com Grandes Adequações, de 1 a 30 pontos.

Diversas variáveis foram levantadas quantificando e qualificando as condições de operação e de manutenção dos atrativos e o entorno a eles, para que se pudesse chegar aos conceitos de avaliação dos atrativos. Os indicadores dos recursos de Infra-estrutura de Apoio Turístico apontaram a situação atual, os problemas e/ou excelências nos seguintes quesitos: acesso, sinalização, informação, comunicação, energia, saneamento básico e segurança.

Os recursos de Equipamentos e Serviços Turísticos foram avaliados segundo os quesitos: hospedagem, alimentação, lazer, guias/condutores e transporte. Os quesitos observados na variável Conservação do Patrimônio foram: número de pessoas (carga) suportável, trabalhos de conservação, atitudes de conservação, impactos decorrentes do excesso de visitas, ocorrências de degradação do meio ambiente, etc.

Essas variáveis serão analisadas com maior profundidade e por atrativo, para que se possa ter uma visão de cada comunidade e de como estas se circunscrevem no objetivo de promoção do ecoturismo.

Até o momento, analisaram-se algumas variáveis ligadas aos recursos de infra-estrutura de apoio turístico, porque elas fornecem uma boa dimensão dos gargalos apresentados pelos atrativos no que diz respeito à sinalização viária e ao saneamento básico.

A Tabela 5.3 fornece alguns resultados da avaliação desses quesitos, mostrando que a sinalização viária indicativa dos atrativos está conceituada como péssima em 83,3% deles no Vale do Ribeira, o que remete a questões da implementação de vias de acesso, um problema que, ao longo de sua história, tem afetado a vida produtiva na região.

TABELA 5.3 - SINALIZAÇÃO

Município	Sinalização Viária Indicativa dos Atrativos							
	Boa		Regular		Sofrível		Péssima	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Apiáí	1	5,6	0	0	2	11	15	83,3
Barra do Chapéu	0	0	0	0	0	0	4	100
Barra do Turvo	0	0	0	0	0	0	7	100
Cajati	0	0	0	0	0	0	6	100
Cananéia	1	6,7	0	0	0	0	14	93,3
Eldorado	1	13	3	38	0	0	4	50
Iguape	0	0	2	9,5	3	14	16	76,2
Ilha Comprida	1	7,1	0	0	0	0	13	92,9
Iporanga	0	0	4	11	3	8,3	29	80,6
Itaóca	1	7,7	0	0	0	0	12	92,3
Itapirapuã Paulista	0	0	0	0	0	0	6	100
Itariri	3	27	0	0	0	0	8	72,7
Jacupiranga	1	25	0	0	0	0	3	75
Juquiá	0	0	1	14	1	14	5	71,4
Juquitiba	1	11	0	0	0	0	8	88,9
Parquera-Açú	0	0	2	67	1	33	0	0
Pedro de Toledo	0	0	0	0	0	0	15	100
Peruíbe	0	0	7	54	0	0	6	46,2
Registro	0	0	0	0	0	0	3	100
Ribeira	0	0	0	0	0	0	2	100
São Lourenço da Serra	0	0	1	11	0	0	8	88,9
Sete Barras	0	0	0	0	0	0	6	100
Tapirai	2	13	0	0	0	0	14	87,5
Miracatu	0	0	0	0	0	0	5	100
Total	12	4,8	20	8	10	4	209	83,3

Fonte: dados básicos da pesquisa.

1 BOA - sinalização normal.

2 REGULAR - alguns problemas de sinalização.

3 SOFRÍVEL - pouca sinalização até chegar ao local.

4 PÉSSIMA - não existe sinalização.

Também, a existência de cestos de lixo e de banheiro público, itens básicos em qualquer empreendimento turístico, não passariam pelo crivo de um consumidor mais rigoroso. Cerca de 75,6% dos atrativos não possuem cestos de lixo no local e 82,5% não têm instalações de banheiro público (Tabela 5.4).

TABELA 5.4- CESTOS DE LIXO E BANHEIRO PÚBLICO

Município	Cestos de Lixo				Banheiros públicos			
	Sim		Não		Sim		Não	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Apiai	8	44,4	10	55,6	1	5,6	17	94,4
Barra do Chapéu	0	0	4	100	0	0	4	100
Barra do Turvo	0	0	7	100	0	0	7	100
Cajati	1	16,7	5	83,3	1	16,7	5	83,3
Cananéia	2	13,3	13	86,7	0	0	15	100
Eldorado	2	25	6	75	1	12,5	7	87,5
Iguape	4	19	17	81	8	38,1	13	61,9
Ilha Comprida	2	14,3	12	85,7	2	14,3	12	85,7
Iporanga	13	36,1	23	63,9	10	27,8	26	72,2
Itaóca	0	0	13	100	0	0	13	100
Itapirapuã Paulista	0	0	6	100	0	0	6	100
Itariri	2	18,2	9	81,8	1	9,1	10	90,9
Jacupiranga	0	0	4	100	1	25	3	75
Juquiá	3	42,9	4	57,1	1	14,3	6	85,7
Juquitiba	1	11,1	8	88,9	1	11,1	8	88,9
Pariquera-Açú	1	33,3	2	66,7	1	33,3	2	66,7
Pedro de Toledo	0	0	14	100	1	6,7	14	93,3
Peruíbe	10	76,9	3	23,1	8	61,5	5	38,5
Registro	2	66,7	1	33,3	2	66,7	1	33,3
Ribeira	0	0	2	100	0	0	2	100
São Lourenço da Serra	2	22,2	7	77,8	2	22,2	7	77,8
Sete Barras	1	16,7	5	83,3	0	0	6	100
Tapirai	5	31,3	11	68,8	2	12,5	14	87,5
Miracatu	2	40	3	60	1	20	4	80
Total	61	24,4	189	75,6	44	17,5	207	82,5

O tipo de destinação do esgoto no local do atrativo está distribuída entre sistema de coleta pública (35,4%), fossa séptica (29,2%), fossa sumidouro (20,0) ou diretamente em curso de água (15,4%), como se vê na Tabela 5.5, a seguir.

TABELA 5.5 – DESTINAÇÃO DE ESGOTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Município	Destino do Esgoto						Abastecimento de água												
	Coleta pública		Fossa séptica		Fossa sumidouro		Direto em curso d'água		Público com tratamento		Público sem tratamento		Local com tratamento		Local sem tratamento		Nenhum		
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%	
Aplaiá	1	100	0	0	0	0	0	0	2	11,1	0	0	1	5,6	0	0	15	83,3	
Barra do Chapéu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	100	
Barra do Turvo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	14,3	0	0	0	0	0	0	6	85,7	
Cajati	0	0	1	100	0	0	0	0	2	33,3	0	0	0	0	0	0	4	66,7	
Cananéia	0	0	0	0	0	0	0	0	2	13,3	0	0	0	0	0	1	6,7	12	80
Eldorado	0	0	1	33,3	1	33,3	1	33,3	0	0	0	0	0	0	0	6	75	2	25
Iguape	6	60	2	20	0	0	2	20	5	23,8	1	4,8	3	14,3	8	38,1	4	19	
Ilha Comprida	0	0	0	0	2	100	0	0	7	50	0	0	1	7,1	1	7,1	5	35,7	
Iporanga	9	52,9	5	29,4	2	11,8	1	5,9	8	22,2	0	0	1	2,8	14	38,9	13	36,1	
Itaóca	0	0	0	0	0	0	0	0	3	25	0	0	1	8,3	7	58,3	1	8,3	
Itapirapuã Paulista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	16,7	0	0	1	16,7	4	66,7	
Itariri	0	0	0	0	1	100	0	0	3	27,3	0	0	0	0	6	54,5	2	18,2	
Jacupiranga	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	50	2	50	
Juquiá	0	0	2	50	1	25	1	25	2	33,3	0	0	0	0	4	66,7	0	0	
Juquitiba	0	0	1	100	0	0	0	0	1	14,3	0	0	0	0	2	28,6	4	57,1	
Pariquera-Açú	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	33,3	2	66,7	
Pedro de Toledo	1	33,3	0	0	2	66,7	0	0	3	20	0	0	0	0	2	13,3	10	66,7	
Peruíbe	1	11,1	2	22,2	2	22,2	4	44,4	7	53,8	0	0	0	0	5	38,5	1	7,7	
Registro	2	66,7	1	33,3	0	0	0	0	2	66,7	1	33,3	0	0	0	0	0	0	
Ribeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	100	
São Lourenço da Serra	2	66,7	0	0	1	33,3	0	0	3	37,5	0	0	0	0	3	37,5	2	25	
Sete Barras	1	50	0	0	1	50	0	0	3	50	0	0	0	0	1	16,7	2	33,3	
Tapirai	0	0	1	50	0	0	1	50	0	0	0	0	2	13,3	6	40	7	46,7	
Miracatu	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	100	0	0	
Total	23	35,4	19	29,2	13	20	10	15,4	54	22	3	1,2	9	3,7	75	30,6	104	42,4	

Os dois principais municípios em número de atrativos, Iporanga e Iguape, tiveram 52,9% e 60,0%, respectivamente, de coleta pública de esgoto, enquanto Pedro de Toledo se situa em condições mais precárias, tendo 66,7% do esgoto destinado a sumidouros.

No abastecimento de água o quadro não se altera, e 42,4% dos atrativos não possuem nenhum sistema de abastecimento de água local. Porém, é preciso lembrar as inúmeras fontes de água que permeiam a região, mas são utilizadas sem muitos cuidados e conservação. O quesito abastecimento de água local sem tratamento tem participação de 30,6%, mas tanto este item quanto o citado anteriormente precisam ser detalhados se podem estar se referindo a fontes naturais ou não.

Para definir o potencial de atratividade foram levantados a principal origem dos visitantes dos atrativos, e da segunda à quinta principal origem dos visitantes: se do próprio município, de outros municípios do estado, da região, de outros estados e de outros países.

O resultado dessa análise, observado na Tabela 5.6, na página seguinte, mostrou que 43,6% dos atrativos do Vale do Ribeira apresentam potencial de atratividade de nível 2, e 35,2% no nível 3, que significam relativo e médio interesse, respectivamente. Porém, é preciso lembrar que esses dois níveis indicam que os recursos podem servir de complemento, mutuamente, reforçando a formação na região de um pólo de desenvolvimento do ecoturismo com grande potencial de atratividade.

Os municípios que receberam hierarquia 4 para o potencial de atratividade foram Iporanga, Peruíbe, Registro e Tapiraí.

TABELA 5.6 – POTENCIAL DE ATRATIVIDADE

Município	1		2		3		4	
	Sem interesse		Relativo Interesse		Médio interesse		Grande interesse	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Apiáí	0	0	4	22,2	14	77,8	0	0
Barra do Chapéu	0	0	4	100	0	0	0	0
Barra do Turvo	0	0	3	42,9	4	57,1	0	0
Cajati	0	0	6	100	0	0	0	0
Cananéia	2	13,3	6	40	7	46,7	0	0
Eldorado	0	0	7	87,5	1	12,5	0	0
Iguape	2	9,5	8	38,1	11	52,4	0	0
Ilha Comprida	4	28,6	8	57,1	2	14,3	0	0
Iporanga	0	0	17	47,2	16	44,4	3	8,3
Itaóca	7	53,8	2	15,4	4	30,8	0	0
Itapirapuã Paulista	1	16,7	4	66,7	1	16,7	0	0
Itariri	4	36,4	5	45,5	2	18,2	0	0
Jacupiranga	1	25	3	75	0	0	0	0
Juquiá	0	0	2	28,6	5	71,4	0	0
Juquitiba	2	22,2	5	55,6	2	22,2	0	0
Pariquera-Açú	1	33,3	1	33,3	1	33,3	0	0
Pedro de Toledo	8	57,1	4	28,6	2	14,3	0	0
Peruibe	4	30,8	6	46,2	2	15,4	1	7,7
Registro	0	0	0	0	1	33,3	2	66,7
Ribeira	0	0	2	100	0	0	0	0
São Lourenço da Serra	7	77,8	2	22,2	0	0	0	0
Sete Barras	2	33,3	4	66,7	0	0	0	0
Tapirai	0	0	4	25	10	62,5	2	12,5
Miracatu	0	0	2	40	3	60	0	0
Total	45	18	109	43,6	88	35,2	8	3,2

A situação atual da infra-estrutura de apoio turístico mostra o imenso trabalho que será necessário empreender para transformar a potencialidade dos recursos turísticos da região em realidade, e principalmente, visando respeitar os preceitos do ecoturismo.

Como já analisado nas tabelas 5.3 e 5.4, os quesitos básicos de infra-estrutura indicam a falta de saneamento básico e de sinalização viária indicativa dos atrativos. Aquela avaliação, juntamente com outras variáveis no momento suprimidas, resultam na conceituação da infra-estrutura de apoio turístico apresentada na Tabela 5.7, a seguir.

TABELA 5.7 – CONCEITO SOBRE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

Município	1		2		3		4	
	Péssimo		Regular		Bom		Excelente	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Apiaí	0	0	1	33,3	1	33,3	1	33,3
Barra do Chapéu	0	0	0	0	0	0	0	0
Barra do Turvo	0	0	0	0	0	0	0	0
Cajati	0	0	0	0	0	0	0	0
Cananéia	1	20	4	80	0	0	0	0
Eldorado	1	100	0	0	0	0	0	0
Iguape	0	0	2	28,6	4	57,1	1	14,3
Ilha Comprida	0	0	1	50	0	0	1	50
Iporanga	0	0	1	16,7	5	83,3	0	0
Itaóca	0	0	0	0	0	0	0	0
Itapirapuã Paulista	1	100	0	0	0	0	0	0
Itariri	0	0	0	0	1	100	0	0
Jacupiranga	0	0	0	0	0	0	0	0
Juquiá	1	50	0	0	0	0	1	50
Juquitiba	1	50	1	50	0	0	0	0
Pariquera-Açu	0	0	1	100	0	0	0	0
Pedro de Toledo	2	50	1	25	1	25	0	0
Peruíbe	2	100	0	0	0	0	0	0
Registro	2	66,7	0	0	1	33,3	0	0
Ribeira	0	0	0	0	0	0	0	0
São Lourenço da Serra	1	33,3	1	33,3	1	33,3	0	0
Sete Barras	0		1	100	0	0	0	0
Tapiraí	0		2	50	1	25	1	25
Miracatu	0		0	0	0	0	0	0
Total	12	25	16	33,3	15	31,3	5	10,4

É importante observar que o conceito de grau mais elevado não pontuou nenhum município e que somente 15,2% dos atrativos recebem “bom” como avaliação.

Cerca de 43% e 41,7% dos atrativos obtiveram os conceitos “péssimo” e “regular”, respectivamente. No conceito “bom” atribuído à infraestrutura de apoio dos atrativos, sobressaem os municípios praianos de Iguape e Peruíbe, com 47,4% e 41,7%, respectivamente. Por outro lado, os municípios de Itapirapuã Paulista, Eldorado, Pedro de Toledo, São Lourenço da Serra e Juquitiba, entre outros, têm um percentual muito alto de atrativos com péssima classificação para a infra-estrutura de apoio.

A Tabela 5.8 apresenta os conceitos recebidos pelos atrativos do Vale do Ribeira no que diz respeito à qualidade dos recursos de equipamentos e serviços turísticos.

TABELA 5.8 – CONCEITO SOBRE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Município	1		2		3		4	
	Péssimo		Regular		Bom		Excelente	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Apiáí	2	11,1	15	83,3	1	5,6	0	0
Barra do Chapéu	0	0	4	100	0	0	0	0
Barra do Turvo	0	0	6	85,7	1	14,3	0	0
Cajati	5	83,3	1	16,7	0	0	0	0
Cananéia	5	33,3	5	33,3	5	33,3	0	0
Eldorado	7	87,5	0	0	1	12,5	0	0
Iguape	0	0	3	15,8	14	73,7	2	10,5
Ilha Comprida	0	0	5	35,7	9	64,3	0	0
Iporanga	6	16,7	17	47,2	13	36,1	0	0
Itaóca	2	16,7	7	58,3	3	25	0	0
Itapirapuã Paulista	6	100	0	0	0	0	0	0
Itariri	0	0	2	20	8	80	0	0
Jacupiranga	3	100	0	0	0	0	0	0
Juquiá	2	40	2	40	1	20	0	0
Juquitiba	1	11,1	6	66,7	2	22,2	0	0
Pariquera-Açú	1	33,3	2	66,7	0	0	0	0
Pedro de Toledo	9	60	5	33,3	1	6,7	0	0
Peruíbe	5	38,5	5	38,5	3	23,1	0	0
Registro	2	66,7	0	0	1	33,3	0	0
Ribeira	2	100	0	0	0	0	0	0
São Lourenço da Serra	4	44,4	4	44,4	1	11,1	0	0
Sete Barras	2	33,3	4	66,7	0	0	0	0
Tapirai	7	43,8	6	37,5	3	18,8	0	0
Miracatu	1	33,3	2	66,7	0	0	0	0
Total	72	29,8	101	41,7	67	27,7	2	0,8

Os equipamentos e serviços turísticos são melhor avaliados porque alguns municípios já têm uma semente desenvolvida de atendimento ao público turista, principalmente aqueles mais tradicionalmente ligados a esta atividade. Entre os serviços prestados, apresentam 88,2% de monitores oriundos do próprio município, o que sempre garante um melhor conhecimento da região e dos atrativos. A disponibilidade de alimentação está presente em 70,4% dos atrativos, indicando a presença de equipamentos como restaurantes, lanchonetes, hotéis etc.

Enquadram-se na categoria “regular” cerca de 41,7%, como “péssimo” em torno de 29,8%, “bom” em 27,7% e 0,8% “excelente” recebido por um único município, Iguape. Porém, é preciso observar que os altos percentuais para “péssimo” não foram recebidos por municípios em que os atrativos turísticos tenham grande importância, tais como Cajati, Jacupiranga e Ribeira, apesar de ser um alto percentual em Eldorado e Itapirapuã Paulista, onde os recursos atrativos têm maior importância.

Os conceitos sobre o estado de conservação dos atrativos naturais e culturais são apresentados nas tabelas 5.9 e 5.10.

TABELA 5.9 – CONCEITO SOBRE CONSERVAÇÃO DE ATRATIVOS NATURAIS

Município	1		2		3		4	
	Péssimo		Regular		Bom		Excelente	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Apiáí	1	6,7	4	26,7	5	33,3	5	33,3
Barra do Chapéu	0	0	4	100	0	0	0	0
Barra do Turvo	0	0	4	57,1	3	42,9	0	0
Cajati	3	50	3	50	0	0	0	0
Cananéia	2	16,7	2	16,7	4	33,3	4	33,3
Eldorado	0	0	0	0	7	100	0	0
Iguape	0	0	4	28,6	5	35,7	5	35,7
Ilha Comprida	0	0	4	33,3	4	33,3	4	33,3
Iporanga	0	0	16	53,3	11	36,7	3	10
Itaóca	0	0	8	61,5	3	23,1	2	15,4
Itapirapuã Paulista	3	60	2	40	0	0	0	0
Itariri	2	28,6	4	57,1	1	14,3	0	0
Jacupiranga	1	25	3	75	0	0	0	0
Juquiá	0	0	3	60	1	20	1	20
Juquitiba	1	14,3	6	85,7	0	0	0	0
Parquera-Açu	0	0	1	33,3	2	66,7	0	0
Pedro de Toledo	1	10	8	80	1	10	0	0
Peruíbe	3	27,3	6	54,5	2	18,2	0	0
Registro	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira	1	50	1	50	0	0	0	0
São Lourenço da Serra	5	83,3	1	16,7	0	0	0	0
Sete Barras	0	0	2	40	1	20	2	40
Tapiraí	2	16,7	4	33,3	5	41,7	1	8,3
Miracatu	1	20	2	40	1	20	1	20
Total	26	12,9	92	45,5	56	27,7	28	13,9

TABELA 5.10 – CONCEITO SOBRE CONSERVAÇÃO DE ATRATIVOS CULTURAIS

Município	1		2		3		4	
	Péssimo		Regular		Bom		Excelente	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Apiaí	0	0	1	33,3	1	33,3	1	33,3
Barra do Chapéu	0	0	0	0	0	0	0	0
Barra do Turvo	0	0	0	0	0	0	0	0
Cajati	0	0	0	0	0	0	0	0
Cananéia	1	20	4	80	0	0	0	0
Eldorado	1	100	0	0	0	0	0	0
Iguape	0	0	2	28,6	4	57,1	1	14,3
Ilha Comprida	0	0	1	50	0	0	1	50
Iporanga	0	0	1	16,7	5	83,3	0	0
Itaóca	0	0	0	0	0	0	0	0
Itapirapuã Paulista	1	100	0	0	0	0	0	0
Itariri	0	0	0	0	1	100	0	0
Jacupiranga	0	0	0	0	0	0	0	0
Juquiá	1	50	0	0	0	0	1	50
Juquitiba	1	50	1	50	0	0	0	0
Pariquera-Açu	0	0	1	100	0	0	0	0
Pedro de Toledo	2	50	1	25	1	25	0	0
Peruíbe	2	100	0	0	0	0	0	0
Registro	2	66,7	0	0	1	33,3	0	0
Ribeira	0	0	0	0	0	0	0	0
São Lourenço da Serra	1	33,3	1	33,3	1	33,3	0	0
Sete Barras	0		1	100	0	0	0	0
Tapiraí	0		2	50	1	25	1	25
Miracatu	0		0	0	0	0	0	0
Total	12	25	16	33,3	15	31,3	5	10,4

Tanto em relação aos atrativos naturais quanto aos culturais prevalecem as notas “regular” e “bom”, indicando que, apesar das dificuldades para a implantação de infra-estruturas, equipamentos e serviços de apoio turístico, algumas atitudes de conservação estão sendo tomadas, permitindo uma manutenção de boa a regular em 73,2% dos atrativos naturais e em 64,6% dos atrativos culturais do Vale do Ribeira. Chama atenção o conceito “excelente” para a conservação dos atrativos naturais (13,9%) e culturais (10,4%), demonstrando a possibilidade de alcançar esse patamar por iniciativa da própria comunidade e pessoas envolvidas na atividade.

A partir dos critérios estabelecidos para a análise da viabilidade do atrativo como produto para o mercado turístico, que pontuará as variáveis de infra-estrutura, equipamentos, serviços e conservação, se chegará a determinação da viabilidade como atrativo turístico, viabilidade com pequenas adequações e viabilidade com grandes adequações. Essa análise poderá ser realizada para cada atrativo e para cada município do Vale do Ribeira, permitindo que se avalie aqueles com maior potencial para o ecoturismo e que se realize um planejamento regional e local, para que cada comunidade possa se envolver nas ações a serem tomadas. Preliminarmente, pode-se apontar como viáveis, 18,5% dos atrativos do Vale do Ribeira; viáveis com pequenas adequações, 57,7%; e 23,8% viáveis com grandes adequações. Os municípios melhores posicionados nessa hierarquia são Iguape, Iporanga, Peruíbe e Tapiraí.

6 - CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZONI, Carlos Roberto. Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico : reflexões com base em duas regiões atrasadas em São Paulo. **Turismo em análise**, São Paulo, v.4, n.2, p.37-53, nov. 1993.

BARROS II, Sílvio M.; PENHA, Denise H. (Coords.). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Embratur/Ibama, 1994.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BRANDÃO, Carlos R. (Coord.) et alii. Olhares Cruzados: visões e versões sobre a vida, o trabalho e o meio-ambiente no Vale do Ribeira. Relatório preliminar - integrante do Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998. Mimeo.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Regional de Planejamento Agrícola. **Aptidão agrícola das terras do estado de São Paulo**. Brasília:

BINAGRI, 1979. p.114. Mapa, escala 1:100.000.

BURNIER, Diva. Agricultura Brasileira: A Produção de Alimentos. São Paulo, 2000.387p. Tese de Doutorado- Departamento de Geografia- FFLCH-USP.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
(Primeira Ed. Moscou, 1925)

COSTA, Wanderley M. da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil- São Paulo**. Contexto.1991

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos – O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

LEPSCH, Igo Fernando et al. **Macrozoneamento das terras da região do Rio Ribeira de Iguape, SP**. Campinas: IAC, 1990. 181p. (Boletim Científico, 19).

MARTINEZ, Maria Cecilia. **A ação governamental e a resistência camponesa no Vale do Ribeira - 1968/1986**. São Paulo: USP/FFLCH, 1995. Dissertação de Mestrado.

MIRABELLI, Helena; VIEIRA, Vera Lucia. **A ocupação e o povoamento do Vale do Ribeira**. In: Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Secretaria da Educação. **Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira**. 2. ed. São Paulo, 1992. p.55-84. (Série Educação Ambiental).

MULLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população**. Petrópolis: Vozes, 1980. (Cadernos CEBRAP, 32)

OLIVEIRA, José Flávio ; SERRANO, Célia M. T. (Coords.) **Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo**. São

Paulo: Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo /Universidade Estadual de Campinas, 1997. (Documentos Ambientais)

PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira**. São Paulo: USP, 1966. Boletim 283, Cadeira de Geografia, 14)

PLANO regional integrado de manejo agro-ambiental do Vale do Ribeira de Iguape. São Paulo: Sudelpa, 1983

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 260p.

RAMALHO FILHO, A.; PEREIRA, E. J.; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. Brasília: SUPLAN/MA SNLCS/EMBRAPA, 1978, 70p.

RELATÓRIO de situação dos recursos hídricos da UGRHI 11. São Paulo: CBH-RB Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape/ CETEC Centro Tecnológico da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação, 2000.

RODRIGUES, Adyr A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In: ----- **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

----- Um programa de geografia do turismo em nível de pós-graduação.

----- **Turismo e espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997. p.78-104.

----- Turismo local: oportunidades para inserção. In: ----- (Org.) **Turismo desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997a. p.55-64.

RODRIGUES Arlete. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997b. p.42-54.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro (Coord.). **A exploração do palmito na Mata Atlântica na Região do Vale do Ribeira.** Campinas: UNICAMP/IE, 1996. 94p. Mimeo.

SABER, Aziz N. O Ribeira de Iguape: uma setorização endereçada ao planejamento regional. **Boletim Técnico Sudelpa.** São Paulo: Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista, 1985. n. 1, jan, 1985. 36p.

SENÉCAL, G. Aspects de l'imaginaire espacial. **Annales de Géographie,** França, n. 563, p.28-42, jan./ fév., 1992.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **Uma proposta de desenvolvimento sustentável para o Vale do Ribeira.** São Paulo: Instituto Cidadania , 1997. 42p.

SOUZA, Carmélia Anna Amaral. **Ecoturismo na Bahia: estudo analítico.** Bahia: SEBRAE, 1995.

TSUKAMOTO, Ruth Youko. **A teicultura no Brasil: subordinação e dependência.** São Paulo: USP/FFLCH, 1994. Tese de Doutorado.

WESTERN, David. Prefácio: definindo ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Ed.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** São Paulo: Senac, 1995. p.12-22.

Anexo 1

Descrição dos atrativos naturais e culturais - Vale do Ribeira

Anexo 2

Valor da Produção Agropecuária -Vale do Ribeira

Anexo 3

**Estimativa de consumo alimentar por município
Vale do Ribeira**

Anexo 4

**Evolução das áreas de produção dos principais
produtos agropecuários - Vale do Ribeira**

Anexo 1
Descrição dos atrativos naturais e culturais
Vale do Ribeira

Município : Apiaí
Atrativos Turísticos Viáveis

1. **A Igreja Matriz de Santo Antônio:** (atrativo cultural) é o marco zero do município e não se sabe ao certo o ano de sua construção. Possui uma única torre e o estilo predominante é o arcadismo com influências bizantina e romana. A porta frontal é esculpida em madeira maciça de lei e com grandes dimensões. As janelas laterais são circulares com vitrais transparentes e adornos de ferro. A cor externa da construção é bege em tons escuro e claro. Bastante conservada. O espaço interno das paredes e pilastras é decorado em tons de azul claro e branco o que proporciona a sensação de harmonia e luminosidade constantes favorecida pela presença de lustres de cristal. Poucas imagens de santos (as) com destaque para as esculturas de Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora de Lurdes e Santo Antônio, que chamam atenção por seu valor artístico - cultural, como segue:
 - *Imagem de Santo Antônio:* escultura em madeira e colorida em tons suaves; tem valor histórico por se tratar de um "santo do pau oco" cuja cabeça atua como tampo e o restante da peça como recipiente para esconderijo de ouro. A data de sua confecção é desconhecida. Bastante conservada com 80 cm de altura aproximadamente.
 - *Imagem de Nossa Senhora de Fátima:* com cerca de 70 cm de altura, é representada por uma escultura colorida em tons de branco e dourado. Destaque para os olhos da imagem que são representação quase perfeita da visão humana. A imagem foi doada por uma família abastada residente em Apiaí no ano de construção da Igreja.
 - *Imagem de Nossa Senhora de Lurdes:* com 1,65m de altura, é uma escultura colorida em tons de azul turquesa e dourado. Não identificada data de sua colocação na Igreja bem como a de sua concepção. Os olhos são réplica quase perfeita da visão humana.

2. **Pedra do Chapéu: PETAR - Núcleo Caboclos** (atrativo natural) não identificada a origem do nome atribuído ao atrativo. Representado pela sobreposição entre uma pedra de arenito sobre outra (de menor proporção) de formação calcárea "soldadas" por ação natural formando um conjunto rochoso de perfeito equilíbrio. O fenômeno é considerado raro no meio geológico (não houve explicação quanto ao porquê). Na parte superior da rocha de arenito, há o desenvolvimento de vegetação de pequeno e médio porte (musgos, bromélias e um pequeno arbusto equilibrada sobre a superfície rochosa. Debaxo do complexo, é possível o descanso. A altura aproximada da "escultura" é de 4 m.

3. **Gruta do Chapéu: PETAR - Núcleo Caboclos** (atrativo natural) Caverna de formação calcárea bastante ornamentada por diversas categorias de espeleotemas. Possui trechos bastante escorregadios e o acesso ao atrativo dá-se pela Trilha do Chapéu num, percurso de curta duração (600 m) e bastante arborizado e sinalizado. A área topografada da caverna é de 2200 m contudo, apenas 350 m estão abertos à visitação no Circuito Turístico (área de visitação intensiva - Portaria IF 1992) delimitado por cordas e estacas. Há, próximo à boca da caverna, morcegos e opiliões nas parte mais distantes da luz em fendas e platôs.

- 4. Caverna das Aranhas: PETAR - Núcleo Caboclos (atrativo natural):** a área permitida à visitação corresponde ao trecho até os blocos de granito. Há poucas categorias de espeleotemas. Cuidado com trechos escorregadios. Presença de opiliões e poucos morcegos próximo à entrada. Acesso à caverna pela Trilha do Chapeú por 600 m por um percurso sinalizado e bastante arborizado com possibilidade de observação de blocos de granito ao longo do caminho.

Atrativos Turísticos Viáveis com Pequenas Adequações

- 1. Prédio da Delegacia de Polícia:** (atrativo cultural) o prédio foi construído no ano de 1912 com a intenção primeira de ser ali sediada a prisão municipal. A construção do edifício perdurou por seis anos consecutivos. A arquitetura é eclética onde se destacam as grades de ferro fundido cobrindo janelas de grandes proporções. O prédio, em termos de conservação, necessita de melhorias na pintura externa e interna e arremates de alvenaria. A base da construção é de saibro ainda original. Construção imponente que destaca-se pela austeridade e porte. O portão principal é de ferro com lanças superiores bastante pontiagudas e de material original. Atualmente o prédio é utilizado pela Polícia civil e há salas na parte interna subdivididas com biombos. Piso em madeira.
- 2. Cachoeira do Faxinal:** (atrativo natural): a cachoeira situa-se numa fazenda cujo percurso do rio, propiciou a formação de um sistema de criação de animais de pequeno porte, ou seja, a cada curva, havia a criação de cavalos, galinhas, patos, etc. A área onde localiza-se a cachoeira caracteriza-se por uma extensa área plana gramada. No local há presença de aves, onças, veados e outros. Com 20 m de queda de livre e 3 m de corredeiras a cachoeira é cercada por densa vegetação atlântica com muitas árvores frutíferas e arbustos de frutas silvestres. O passeio pelo caminho de acesso ao atrativo, cruza algumas áreas de fazendas e há plantações de pequeno porte de araucárias (pinheiro do Paraná) que sobreiam o percurso.
- 3. Cachoeira Sete Reis: PETAR - Núcleo Caboclos (atrativo natural):** queda d'água com 15 m de altura, baixa temperatura e água cristalina. Vegetação circundante de mata atlântica densa. Observação de aves. Poço para banho com correnteza. Acesso difícil de longa duração (aproximadamente 2:30 horas?)
- 4. Lago das Borbulhas:** (atrativo natural): representado por uma nascente de rio cuja areia do leito bastante fina, revolve-se a cada bolha de ar que sobe do fundo formando verdadeiros desenhos circulares de grande beleza. A área onde situa-se o lago, assemelha-se a um bosque tropical muito silencioso, de paisagem bucólica com muitas bromélias, sombra, arbustos, troncos caídos e gramíneas. O silêncio no local é surpreendente. A água do lago é transparente sem correnteza e fauna aquática aparente. A cada som de voz do visitante próximo ao lago, a areia revolve-se formando novos desenhos ao fundo da água e anéis na superfície. Não se sabe a profundidade do lago e não se aconselha o banho já que a areia do fundo age como areia movediça. A área do lago é de aproximadamente 6 metros

quadrados. O local é de fácil acesso porém não há sinalização. Presença de lixo em pouca quantidade como principalmente latas que os visitantes jogam na água para comprovar se afundam ou não.

5. **Mirante da Boa Vista:** (atrativo natural): o Mirante da Boa Vista é um atrativo de significativo interesse supersticiosa (para alguns ponto de observação de ovnis) e paisagisticamente. Situa-se na SP 165 que interliga Apiaí a Iporanga e está na altura do KM 21 ? . Há no local beirando a estrada, uma mureta de aproximadamente 1 m de altura onde se pode sentar e observar o Vale do Rio Betari e o relevo regional. A altura do mirante é de ??? m. No local venta bastante e ao entardecer, a neblina sobrepõe os morros. É possível ouvir ao longe o rio Betari e muitas aves que povoam a mata densa. Não há sinalização e pontos de lixo com papéis e latas.
6. **Trilha do Espírito Santo:** (atrativo natural) a Trilha do Espírito Santo abrange 8 Km de extensão em chão pisado em excelentes condições de conservação para caminhada, com poucos trechos de desnível e com aproximadamente 2,5 m de largura. A paisagem é caracterizada por trechos de vegetação primária e secundária com grande variedade de espécies introduzidas por ação antrópica (bananeiras, laranjeiras, limoeiros) ao longo do percurso, atrativos de relevância são observados ao longo do caminho:
 - **Ruínas do Vilarejo Sulinos:** antiga comunidade composta pelos trabalhadores da Caieira (empresa responsável pela queima do mineral calcáreo para a produção do cal). Nos fornos desativados é possível observar a presença de espeleotemas (estalactites) com mais de 30 cm de comprimento formadas pela deposição do calcáreo ainda presente.
 - **Antiga Capela:** capela com pequenas dimensões datada da década de 40 com escadaria em pedra e imagens religiosas também da mesma década
 - **Riacho da Estrada:** o rio Espírito Santo atravessa a trilha com água muito límpida e potável. É possível observar o fundo do rio com cascalhos coloridos. Bom local para descanso. Bela paisagem
 - **Pedreira Depetris:** pedreira ainda em atividade de extração mineral. Observa-se ao longe as grandes paredes escavadas e dinamitadas para retirada do calcáreo. A presença da chamada Garganta do Diabo proporciona um belo espetáculo já que água arrastada com força ao fundo do aquaduto rochoso, provoca fortes sons assustadores. O local é bastante silencioso e também de risco com relação a desbamentos repentinos e buracos escondidos no solo. O rio que atravessa o local é límpido de água potável e é possível observar em todas as direções a riqueza na variedade de minerais presente na região. O aspecto da paisagem é árido porém fascinante. Um bom local para educação ambiental e passeios de lazer. Sinalização de alerta quanto ao perigo de atividade de dinamite.
 - **Gruta do Espírito Santo:** localizada próximo à pedreira, é uma gruta de teto baixo, bastante úmida. São 2000 m de extensão visitáveis contudo, restritos às pessoas com deficiências cardíacas e crianças. Não possui sinalização e há poucas formações espeleológicas.
 - **Mina de Chumbo:** desativada, é um atrativo de grande interesse histórico que marca o início da exploração de chumbo no Estado de São Paulo. Está bem

conservada e é construída em ferro fundido. Acredita-se que data do período entre 1800 e 1890. É um complexo de maquinários hoje escondido sob a mata densa e úmida. O acesso é bastante complicado com trechos escorregadios e vegetação espinhosa. No local, a mina de onde se retirava o chumbo tem sua abertura exposta contudo o perigo de sua visita reside no risco de desabamentos e soterramento. Não há sinalização na área porém o atrativo é bastante potencial.

7. **Mirante de Gurutuba:** (atrativo natural): o mirante é representado por um trecho situado no alto do Morro do Gurutuba de onde se pode avistar grande parte do relevo da região no qual o Vale do Gurutuba bastante extenso é por vezes absolutamente oculto sob a densa neblina. Há vento forte no local e o acesso é dificultoso (ingreme e escorregadio em alguns trechos). Não há sinalização e equipamentos de segurança. Do mirante avista-se ainda o teleférico de minérios da empresa Camargo Correia que cruza através de cabos de aço grande trecho do percurso até o mirante. Não foi possível identificar a altitude do mirante.
8. **Pedras da FEPASA:** (atrativo natural): o atrativo é representado por um complexo oriundo do afloramento de rochas calcáreas que, em contato com as intempéries, assumiram formatos peculiares, realçados pela tonalidade escura das rochas. O atrativo situa-se no morro à margem da estrada de ferro e está a aproximadamente 40 m de altura. A vegetação do entorno é representada pelas gramíneas e lírios que florescem de janeiro a fevereiro todos os anos proporcionando belo espetáculo. Há muito vento. É possível caminhar entre as rochas de até 6 m (?) de altura pelo caminho estreito e mal conservado. Algumas pedras possuem pichações e alguns aventureiros treinam ali o rapel. O atrativo foi tombado como patrimônio pelo Instituto Geológico no ano de ? como ? .
9. **Cascatinha:** (atrativo natural): é uma pequena queda d'água com correnteza fraca e água não potável e cristalina. Algumas pedras planas oferecem local de descanso no meio do rio. A área é frequentada em dias de sol e feriados e fins de semana por moradores de Apiaí. A vegetação de entorno é de Mata Atlântica nativa. Observa-se no local ponto de fogueira próximos às gramíneas secas o que favorece o início de incêndio e poluição ambiental. Há lixo espalhado e inexistência de sinalização. Odor de urina e fezes às margens do rio. O atrativo tem potencial mas está bastante mal conservado.
10. **Morro do Ouro:** (atrativo natural e cultural): localiza-se 1068 m acima do nível do mar o que impressiona aos visitantes pois a menos de 30 km a altitude eleva-se a 60 m. Do cume é possível observar a Serra de Paranapiacaba e a cidade de Apiaí na qual sobressai a empresa Camargo Correia. O local é conhecido para observar a paisagem e o Por do sol. Ao lado noroeste do morro, a vegetação é densa e secundária. Todo o morro é circundado por cursos de água. Ouve-se muitas aves no local. O acesso é por estrada de terra somente com autorização da polícia florestal e proprietário da área. Há ainda ali minas desativadas do período de exploração aurífera da cidade (daí o nome do morro) no período do século XVII. Muitas lendas existem com relação ao Morro do Ouro. (?). No cume do Morro situa-se a antena de telecomunicações da TELESP. Há muita visita no local mesmo sem prévia autorização. Existe a proposta de ser criado ali um parque municipal.

11. Monumento à Lua: (atrativo cultural): o local onde hoje está situado o monumento, foi preparado / reservado antes mesmo da chegada do Homem à Lua em 1969. Na realidade, o monumento foi idealizado antes da conquista contudo apenas inaugurado no dia da chegada do homem à lua, quando foi implantado solenemente em 1969. É reconhecido pela NASA como o primeiro monumento erguido em homenagem ao feito, do mundo (arquivo municipal / da prefeitura) e a ser inaugurado na data especial de 20/09/69. É o conjunto representado por uma Lua em fase crescente confeccionada pelo mosaico de pequenos blocos de granito preto colocada sobre um bloco da mesma formação porém de blocos brancos. O complexo tem aproximadamente 1,65 m de altura e interessante forma artística. O monumento em termos históricos é de grande atratividade contudo está escondido sob as árvores da praça chamando pouca atenção dos visitantes. Sem sinalização. Inaugurada no mandato do então prefeito João Cristino dos Santos, no 198º aniversário do município.

12. Caverna do Chapéu Mirim I: (atrativo natural): caverna calcárea com grande variedade de espeleotemas e presença de fauna cavernícola. Circuito turístico interno de ? m de extensão. Caverna molhada (atravessada pelo rio ?). Forte corrente de vento no interior da caverna. A caverna é ideal para desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

13. Caverna Pescaria: (atrativo natural): caverna molhada de origem calcárea cortada pelo Rio Pescaria. Poucas formações espeleológicas em excelente estado de conservação. Circuito turístico interno (500 m aproximadamente). Ao longo do rio dentro da caverna, trechos de formação de praia com cascalhos. Trechos de teto baixo e longos túneis. A caverna está cadastrada na Portaria IF 1992 como área de visitação restrita contudo, existe ali atividade turística. Percurso de acesso bastante difícil (ingrime, escorregadio, vegetação densa, sem sinalização). Altura do pórtico da caverna registrado em 6 m de altura com epífitas (orquídeas e bromélias). Risco de inundações internas em períodos de chuvas (janeiro e fevereiro).

Município: Barra do Chapéu

Atrativos Turísticos Viáveis com Pequenas Adequações

1. Corredeiras do Didácio: (atrativo natural): corredeiras formadas pelo rio Catas Altas localizadas em meio à mata secundária. É um dos locais mais frequentados pela população local.

2. Cachoeira do Tombo Feio: (atrativo natural): cachoeira com queda de aproximadamente 35 m de altura formando vários poços. É uma cachoeira com grande volume de água e com vegetação exuberante ao seu redor. Já é bastante visitada pelos moradores locais. A cachoeira é formada pelo rio Chapéu.

3. Cachoeira da Usina: (atrativo natural): Cachoeira com aproximadamente 30 m de altura em quedas volumosas. Está localizada na Usina Velha; construída em 1948

pela família Kalazan de Iporanga. Este atrativo é muito interessante pois é um atrativo cultural e natural ao mesmo tempo. A usina está em estado bom para poder ser um atrativo cultural. Possui máquinas antigas e sua arquitetura é peculiar. A usina foi desativada em 1970 e hoje pertence a um proprietário de São Paulo. Procurar Fazenda Ináguá (011)852 5588.

4. **Chapéu dos Duartes:** (atrativo natural): cachoeira com pequenas quedas d'água porém muito agradável para banhos. É formada pelo rio Chapéu e possui uma bela vegetação ao seu redor. Este local também já recebe uma boa visitação turística (pessoal local). Característica peculiar - o rio some debaixo da pedra formando um poço redondo e logo depois deságua.
5. **Serra da Lagoinha:** (atrativo natural): Imensa serra com formações rochosas e aspecto de cerrado. Seu ponto mais alto é de 1700 m de altitude; é um mirante incrível para toda a região além de propiciar trilhas, esportes de aventura como a escalagem, rappel, vôo livre e dizem ainda que o ponto é favorável para a observação de ovnis. Possui algumas pequenas grutas e passaram por lá algumas pessoas que fizeram camping. A vegetação está rica e esverdeada, porém, segundo o guia, na época de seca os proprietários da região colocam fogo na mata (árvores) para que se possa preparar o pasto.

Município: Barra do Turvo

Atrativos Turísticos Viáveis com Pequenas Adequações

1. **Cachoeira Fria:** (atrativo natural): Cachoeira incrível com água cristalina (Córrego Frio); a água é bastante fria. Não existe atualmente uma trilha adequada para visitação; tivemos que subir o córrego até a cachoeira pela água. No trajeto é possível observar a exuberante Mata Atlântica com suas inúmeras árvores, bromélias, borboletas e pássaros. Forma-se um poço esverdeado que é perfeito para banho. Existe um projeto que tenta viabilizar uma trilha entre esta cachoeira e a cachoeira do Dito Salú.
2. **Cachoeira do Pescador:** (atrativo natural): cachoeiras formadas pelo rio Turvo, possuem grande quantidade de água, corredeiras fortes. Existem alguns pontos que são próprios para banho, porém outros extremamente perigosos devido ao grande volume de água. Possui uma vegetação nativa rica em bromélias, árvores altas, espécies características de Mata Atlântica.
3. **Cachoeira do Dito Salú:** (atrativo natural): 8 km de estrada e aproximadamente 1,5 km de caminhada. Cachoeira com queda de 65 m. Água limpa e ótima para banho. Apresenta uma vegetação incrível como fauna também. Atualmente a estrada não está em boas condições para chegar até o local e é preciso andar uns km para chegar à cachoeira. Existe um projeto de realizar uma trilha que liga esta cachoeira até a Fazenda Fria que possui várias cachoeiras e uma caverna.
4. **Cachoeira Pimentas (Ignácio):** (atrativo natural): cachoeira com queda de aproximadamente 20 m, água cristalina e vegetação exuberante. A cachoeira já

está sendo preparada para receber visitação, mas é necessário pensar em uma trilha que tenha harmonia com a mata e que faça com que o turista possa observar a mata e sua flora. É boa para banho apesar de não ter um grande poço. Sua queda tem bastante água, é bem estreita, característica da região. Ao estacionar o carro é preciso caminhar aproximadamente 800 m até a cachoeira.

5. **Mirante da Torre:** (atrativo natural) mirante com visão de 360° (deslumbrante). Pode-se avistar toda a região, as serras dos municípios de Cajati, Eldorado, Adrianópolis (Paraná) e outros. Pode-se avistar também o Parque das Aurácias no Paraná com o vale de São João (extenso vale com formação calcárea com várias cavernas). Pratica-se o vôo livre e é o melhor ponto para ver a cidade e entender a geografia local.
6. **Caverna Fria:** (atrativo natural): Caverna de formação arenosa argilosa, o que a torna impossibilitada para a visitação. O local poderia ser visitado por pesquisadores, técnicos, ou seja, para pesquisa científica. Possui formações delicadas e nascentes de água no seu interior. Ao redor encontra-se a exuberante Mata Atlântica.

Atrativos Viáveis

1. **Encontro dos Rios Turvo e Pardo:** (atrativo natural): o rio Pardo é mais esverdeado fora da época de chuvas e o rio Turvo tem cor de guaraná. Hoje em dia o local não está muito limpo, existe alguns locais com lixo de casas, que ficam ao redor; como também algumas áreas com erosão. O local é próprio para passeios de caiaque, bóias, etc.

Município: Cajati

Atrativos Turísticos Viáveis com Pequenas Adequações

1. **Barra do Azeite:** (atrativo natural): local com formação de um meandro no rio do Azeite com corredeiras e apropriado para banho com grande afluxo de visitantes. Forma-se uma pequena praia. Existem 02 bares instalados. Há uma ponte suspensa. Segundo um dos moradores, existem pelo menos duas cachoeiras com grande volume de água e queda de 20 m com poço para banho porém com acesso muito difícil por trilha de cerca de 1:30 min de percurso na mata nativa e com uma declividade acentuada o que impossibilita o acesso em função da chuva.

Atrativos Turísticos Viáveis com Grandes Adequações

1. **Caverna da Capelinha:** (atrativo natural): caverna com acesso por trilha difícil com áreas de risco com pequenos abismos em terrenos escorregadios. O ingresso à caverna se dá por entrada com muita lama e escorregadio. Apresenta um salão principal com água corrente e formações calcáreas com alto grau de depredação: estalactites quebradas e pichações por toda parte. Pode ser agregado valor

histórico pela possível passagem do Capitão Lamarca. Ao longo da trilha para a caverna, passa-se por uma área de sambaqui. O proprietário pretende vender parte de suas terras por cerca de 80.000,00 Reais. Existe projeto para compra e transformação da área em Núcleo do PEJ. Pretende-se resgatar a história da passagem do Capitão Lamarca pela região.

2. **Cachoeira Manoel Gomes:** (atrativo natural) o acesso é difícil no período de chuvas especialmente pois percorre-se 6 km em estrada de terra atravessando-se uma extensa plantação de bananas. A cachoeira tem uma queda de cerca de 10 m e é bem larga com aproximadamente 30 m com grande volume de água. Forma-se um poço extenso com cerca de 100 m por 30 m e uma segunda queda pequena formando uma corredeira.
3. **Corredeiras do Rio Capelinha:** (atrativo natural). Com uma mata nativa em bom estado de conservação. Cerca de 20 minutos de caminhada por trilha acima da chamada Caverna da Capelinha chega-se às corredeiras com um volume de água razoável (período de chuva). Forma-se um poço grande bastante apropriado para banho. Água cristalina.
4. **Cachoeira Cortesia:** (atrativo natural): com queda de cerca de 18 m bom volume de água e presença de mata ciliar. Água barrenta (período de chuva). Poço com aproximadamente 100 m por 20 m. Presença de muito lixo espalhado.
5. **Cachoeira da Capelinha ou Noiva do Capitão:** (atrativo natural) conjunto de quedas sobre as pedras, formando uma corredeira que se estende por uma extensão de 50 a 60 m que se bifurcam formando um poço pequeno acima e um poço maior abaixo com cerca de uns 30 m por 10 m com uma queda com cerca de 3 a 4 m que possibilita banho com ducha para banho e natação. Recebe pequena visitação quando o tempo está bom. Chegam a visitar o atrativo de 12 a 15 pessoas. Valor agregado: História da passagem do Capitão Lamarca pela região. Nome atribuído 1ª cachoeira = Noiva do Capitão.

Município: Itaóca

Atrativos Turísticos Viáveis

1. **Rio da Ponte Mole:** (atrativo natural): Local onde o rio Palmital se alarga e fica mais fundo, formando um bom lugar para banho - com formação de praia de areia e pedras - o local possui uma pedra grande que utilizada como plataforma de mergulho. Local rodeado por eucaliptos e um pouco de mata nativa. Local propício a banho e mergulhos.

Atrativos Turísticos Viáveis com pequenas adequações:

1. **Cachoeira do Henriques:** (atrativo natural): cachoeira com 2 quedas de aproximadamente 3 metros cada - sendo que uma se distancia da outra em

aproximadamente 50 metros de corredeiras. Cercada de mata nativa - pedras escorregadias. Não é possível nadar somente molhar o corpo.

2. **Varadorzinho:** (atrativo natural): cachoeira pequena de 1 metro, formação de poço grande e fundo - local com pedras grandes com formatos interessantes - algumas pedras são usadas como plataforma para mergulho inclusive uma pedra tem aproximadamente 10 metros de altura - local com grande volume de água. Cercado por fazenda e gados, um dos leitos ainda possui um pouco de vegetação natural. Local propício a banho e mergulho.
3. **Mirante da Torre da Telesp:** (atrativo natural): Mirante localizado no alto de um morro do local pode-se avistar o centro de Itaóca e algumas serras. O local é desmatado e é onde se encontra a Torre da Telesp.
4. **Cachoeira do Guarda – Mão:** (atrativo natural): cachoeira de aproximadamente 4 metros com queda vertical em meio a duas pedras de formato redondo e grande, formação de uma prainha pequena, água bem limpa. Cercada por vegetação natural, com presença de bromélias - tem um monjolo no local. Não é possível nadar no local somente molhar o corpo na cachoeira.
5. **Cachoeira do Areado Grande:** (atrativo natural): cachoeira com queda de aproximadamente 80 metros - em formato de onda - com médio volume de água - a água se espalha por uma largura de até 10 metros com formação de poço pequeno e raso (em alguns pontos a água chega a 1 metro). Vegetação natural, mata atlântica, com presença de árvores como o palmitero e flores como bromélias. Local propício a banho e talvez seja bom para canioning. Todo o entorno é cheio de cachoeiras e poços, acima desta cachoeira tem mais duas menores - é possível chegar até o meio da cachoeira por um caminho a direita da mesma.
6. **Varadouro:** (atrativo natural): local por onde o Rio Ribeira de Iguape passa por uma espécie de canal formado por pedras de grande porte e em grande quantidade, formando uma correnteza muito forte que se estende por aproximadamente 500 m, a partir daí (500 m) o rio Ribeira se espalha novamente e volta a ser manso - a largura do canal é de aproximadamente 4 metros - o leito do Rio que se encontra no Estado de São Paulo ainda continua conservado com mata nativa, mas o leito que se encontra no Estado do Paraná foi desmatado e é formado por morros. (o rio Ribeira de Iguape divide os Estados do Paraná e São Paulo) - em alguns pontos a profundidade chega a ser maior que 20 metros). Presença de peixes como: tilápia, cascudo, traíra, piraputanga, carpas. Local perigoso para nadar. Talvez para canoagem seja bom. A trilha de acesso barrenta, uma parte se encontra em área desmatada e a outra se encontra em meio a mata natural, (quando a trilha vai se aproximando do rio) é possível ver árvores de grande porte e com bromélias - trilha de aproximadamente 2 km, reta, (sem subidas e descidas de morro).
7. **Poço do Inferno:** (atrativo natural): cachoeira com queda de aproximadamente 10 metros, formando poço natural de tamanho médio. O seu meio chega a ser mais profundo que 3 metros - água cristalina deliciosa para nadar e é possível ver o fundo do poço. Cercada por mata natural com árvores de grande porte e bromélias -

abaixo desta cachoeira a água do Rio Claro corre formando outras cachoeiras e poços menores. Local propício a banho e caminhada.

8. **Caverna da Serrinha:** (atrativo natural): Caverna de calcáreo - para entrar na caverna é necessário passar por uma fenda, depois já dentro da caverna andar mais uns 50 metros e deixar o rio subindo por uma parte desmoronada até passar por um buraco (pequeno) depois deste buraco chega-se a um salão grande com presença de formações geológicas, principalmente estalactites - é possível também explorar a parte baixa da caverna, o que se faz o tempo todo andando pelo rio (o rio chega na altura da canela) (aproximadamente 200 metros) até que o teto fica bem baixo e encosta na água - na parte baixa não tem tantas formações como a parte de cima . Presença de morcegos (inclusive muitas fezes). O local ideal para prática de cavernismo e espeleologia.
9. **Mirante dos Henriques:** (atrativo natural): Localizado na própria estrada que passa pelo bairro dos Henriques - do local é possível avistar vários morros, serras e vales inclusive a divisão dos Estados de São Paulo e Paraná pelo Rio Ribeira de Iguape e alguns Bairros de Itaóca. O local é bem alto - altitude que se aproxima a 1000 metros.
10. **Quilombo Cangume:** (atrativo natural): o quilombo começou sua formação quando duas famílias de escravos fugidos foram morar neste local, uma destas famílias era a de José Cangume, bisavô do atual representante do Quilombo, Francisco Dias Monteiro. Hoje o Quilombo é constituído por 35 famílias, sendo que somente 3 mulheres são de fora, geralmente eles se casam entre si. Todos são espíritas, mesa branca, com uma tradição de 70 anos de religião espírita no Quilombo. As casas são todas feitas de barro com teto de sapé e eles não possuem eletricidade. O local onde o Quilombo está localizado está numa altitude de 1025 m. Os quilombolas possuem a escritura pública de posse da terra, com 38,5 hectares. Eles plantam arroz, feijão e outros para sua própria subsistência, mas quando sobra eles vendem o excesso. Geralmente os homens saem para trabalhar fora, em grupo de 15 a 20 em cidades próximas e ficam de uma a duas semanas.
11. **Cachoeira do Gurutuba dos Martins:** (atrativo natural): Esta cachoeira é formada por 3 blocos de pedra que se parecem com uma escada de três degraus - a água escorre por aproximadamente 15 metros - a largura de cada degrau é de aproximadamente 7 metros - formação de praia pequena - o local onde termina a cachoeira possui várias pedras e é bem raso, não é possível nadar, somente molhar o corpo. É cercado por vegetação natural, com presença de muitas bromélias, inclusive tem uma árvores de grande porte ainda viva caída bem em frente a cachoeira com várias bromélias.
12. **Poço do Jambreiro:** (atrativo natural): poço natural formado pelo Rio Palmital - grande e fundo - com pedras grandes que são utilizadas como plataforma natural para mergulho. Cercada de um lado por mata nativa e do outro pela estrada Itaóca - Apiaí. Tem uma ponte pensil a 50 metros do local. Local propício ao banho e mergulhos.

Município: Ribeira

Atrativos Turísticos Viáveis com Grandes Adequações

1. **Cachoeira do Bastuque:** (atrativo natural): é uma cachoeira com queda de aproximadamente 60 metros. O volume de água é considerável e a qualidade desta, acredita-se, potável. Água bastante fria e cristalina. As pedras que formam o pequeno poço que antecede a queda, são de formação arenosa fragmentando - se a pequeno deslize ou mínimo apoio o que determina o alto grau de periculosidade do atrativo. No poço de aproximadamente 1,70 m de profundidade é possível o banho. Vegetação circundante de mata atlântica nativa e mata secundária com espécies como: mangueiras, bananeiras, limoeiros. A área onde está a cachoeira é de propriedade de uma pequena fazenda de gado e plantação de cana e mandioca.
2. **Rio Catas Altas:** (atrativo natural): ao longo deste rio vários pontos das margens formam pequenas praias de areia, alcançadas hora pela travessia do rio sobre pedras sobressalente outras a nado em trechos de pouca correnteza. A água é turva e bastante fria. Alguns trechos do leito, entre pedras, formam poços de banho. A vegetação de entorno é caracterizada pelas gramíneas que compõe áreas de parto para búfalos e suínos. Casas de madeira rústicas e de pau a pique espalham-se ao longo das margens. Para alcançar os poços de banho e prainhas é necessário algumas vezes atravessar estas pequenas propriedades cujos donos já se habituaram à rotina de feriados e fins de semana de calor nos quais visitantes de Ribeira e Apiaí ocupam, todas as partes de banho. Um grave problema para este turismo refere-se à questão da qualidade da água do rio já que algumas das casas que estão na margem, despejam seus dejetos orgânico e inorgânicos no Rio Catas Altas que carrega o lixo ao longo do curso da água, prendendo por vezes em poços de banho de visitantes, latas, garrafas. Outro detalhe é quanto à observação de focos de larvas de mosquitos nas margens e prainhas além do odor de urina e fezes. Mulheres lavam nesta água, roupas e banham as crianças.

Município: Sete Barras

Atrativos Turísticos Viáveis

1. **Sítio Karina:** (atrativos naturais): sítio com acesso bonito bem conservado, com belo lago onde se pratica o pesque e pague. Possui, afastado do lago, restaurante, lanchonete, com salão e área ao ar livre (com mesas), churrasqueira coberta com bancos, salão de snooker e pimbolim. Tem local possível para camping. Bonita construção, caminhos com flores e vegetação nativa, limpo bem cuidado. Lago com mata ao redor com bambus, palmeiras juçara (palmito) e outras espécies da Mata Atlântica.

Atrativos Turísticos Viáveis com Pequenas Adequações

1. **Bairro do Guapiruvú - praias do Etá:** (atrativo natural): rio com pequenas "praias", poços (para nadar), rochas (para deitar) e com pequenas corredeiras. Há uma ponte

suspensa por cabos de aço, com proteção lateral do tipo tela com piso de táboas de madeira, como uma pinguela. Certo suspense ao passar por ela, porque balança bastante. No entorno, bela vegetação natural. Usado como local para nadar e pescar. Passagem para estrada que leva a trilha no interior da Fazenda Intervalles, com cachoeira (dita bonita), exigindo 2,5 a 3,0 horas de caminhada.

2. **Cachoeira Alta , do Ipiranga, do Travessão:** (atrativo natural): queda de 17 m (avaliação dos moradores), com bastante volume de água, caindo em piscina profunda com muita correnteza (rio Temível). Junto, queda de uns 2,5 m com bom volume de água, pequena piscina, desembocando na piscina maior (rio Travessão). Descendo o Ipiranga, a partir deste ponto navegável com canoa rasa, dá para observar fauna local (capivaras, antas, jacarés,). Caminho por um bananal, no final é antigo bananal com mata em recuperação avançada no lado da fazenda e mata bem conservada do lado do Parque. Bando impressionante de periquitos. Flora interessante. Conjunto atrativo, impressionante, oferece risco (queda, afogamento).
3. **Pedreira Rocha com Grafite:** (atrativo natural): jazida mineral de grafite não industrial, explosão paralisada. Há informação da existência de cachoeira próximo à pedreira.
4. **Cachoeira da Primeira Ilha (corredeiras):** (atrativo natural): corredeiras, mata ciliar, bromélias e orquídeas e flores (caetês). Canal de condução para roda d 'água = cult. /hist.(ver Pref.)
5. **Cachoeira do Quilombo:** (atrativo natural): 1 ° cachoeira: cachoeira com 30 m, bom volume de água, poço, não é permitido banhar-se pois oferece perigo pela grande volume de água. Peixes como lambari e bagre. 2 ° cachoeira com 10 m, bom volume de água, poço e é possível banhar-se, inclusive crianças, água cristalina, prainha. Vegetação de mata atlântica bem preservada. Avifauna: jacu, macuco, tucano, saripoca. Mamífero: macaco prego, mono carvoeiro, cotia. Réptil: cobras (coral, jararaca, caninana). Na cachoeira tem escorregador de pedra natural, existe plataforma natural para mergulho.
6. **Casas de Farinha de Guapiruvu:** (atrativo cultural): há pelo menos duas casas de farinha no bairro. Uma, do Sr. Antônio Xisto, instalada há muitos anos, com um grande tacho de cobre da avó, vindo de Minas e motorzinho e engenho artesanais, tipiti, prensa, etc. Produz-se farinha, polvilho, etc. Muito procurado quando funciona plenamente (no momento o dono está caamdo, em Registro, não produz). Outra, do Sr. José Santana, instalada pelo próprio há mais de 25 anos, possui uma moenda manual muito antiga, de quase 100 anos e outras peças coletadas. Produz bem, quando ativada faz manualmente 120 kg por dia e pode chegar a 250 kg com motor elétrico. Família produz também café artesanalmente.
7. **Palmital:** (atrativo natural): palmital plantado há dezessete anos, ocupa hoje uma área de 5 ha. Existe lago com jacaré não manejado, estima-se (Sr. Chiquinho) que existam de 20 a 30 indivíduos. Sr. Chiquinho (Francisco Teixeira de Oliveira) é conhecedor de histórias locais do ambiente, da fauna, flora e de técnicas de manejo de espécies nativas. Autor de livros sobre as histórias e dramas do Vale.

Município : Juquiá
Atrativos Turísticos Viáveis

1. **Sítio dos Colibris:** (atrativo natural). É uma área particular arborizada com viveiros (aproximadamente 130) onde diferentes espécies de aves (vários psitacídeos como tucanos, cisnes, flamingos, pavões, patos, galinhas). Alguns tanques com carpas. Executam pesquisas de reprodução em cativeiro das espécies de aves tanto nativas como exóticas, com autorização do IBAMA segundo as normas vigentes. Promovem a reprodução do papagaio da cara roxa. Várias espécies de árvores nativas e exóticas são cultivadas (sem preocupação com o manejo).
2. **Rio Juquiá:** (atrativo natural): o rio Juquiá tem sua nascente localizada próxima a Grande São Paulo. Atravessando o município de Juquiá recebe as águas dos afluentes Assungui, Juquiá Guaçú e São Lourenço. Suas águas permitem a navegação de embarcações de pequeno a médio porte. A pesca é explorada durante todo o ano por pescadores amadores sendo que a maioria permanece às margens. Espécies de peixes encontradas: traíras, mandis, lambaris, piabas, robalos, curimatás. O rio Juquiá deságua no Rio Ribeira de Iguape no município de Registro. Historicamente foi utilizado como via de transporte da cidade de Juquiá aos demais sítios ribeirinhos do Vale do Ribeira.

Atrativos Turísticos Viáveis com Pequenas Adequações.

1. **Centro Histórico de Juquiá:** (atrativo cultural): O Núcleo Histórico de Juquiá é formado pela Estação Ferroviária e construções datadas das décadas de 30 e 40. O núcleo é formado por cerca de 10 casas, mais o prédio da Estação. A arquitetura é característica dessa época, com alguma influência dos imigrantes japoneses. A proximidade da estação ferroviária às margens do Rio Juquiá indicam o grande centro urbano do período. Nesse período o porto do distrito de Santo Antônio de Juquiá era o principal local de escoamento da produção agrícola do Vale do Ribeira pois os barcos ficaram impossibilitados de atracar em Iguape devido ao assoreamento do Mar Pequeno após a construção do Valo Grande. O acesso ao mar somente era possível através da linha ferroviária Santos - Juquiá.
2. **Cachoeira do Pouso Alto:** (atrativo natural): corredeiras com declividade baixa. Queda de aproximadamente 2 m formando um pequeno poço, muitas pedras formam pequenas piscinas naturais. Margens: a margem mais inclinada apresenta alguma vegetação com árvores de porte médio. A margem de acesso é totalmente desmatada com um pequeno pasto bovino instalado, totalmente cercado., sendo que a cerca atravessa o riacho em dois locais. A área é utilizada para o plantio de bananas.
3. **Cachoeira do Ribeirão Cedro:** (atrativo natural): Série de três cachoeiras. O acesso às quedas é pelo alto (das cachoeiras). A 1º queda tem um desnível de aproximadamente 3 m. A 2º queda apresenta um desnível de mais de 10 metros. A 3º apresenta uma grande diferença de nível mas não foi possível determinar sua altura. Um mirante no 2º nível permite visualizar as plantações de banana (1º plano)

e a serra de Juquiá - Guaçú (Serra de Paranapiacaba) ao fundo. Em todos os níveis formam-se piscinas naturais (pequenas). A vegetação é exuberante = floresta secundária com espécies de leguminosas, bromélias, samambaias, alguns palmitos. Fauna: aves e répteis.

4. **Corredeiras do Rio Assungui:** (atrativo natural): A declividade do rio Assungui é pequena. Muitas pedras (grandes e médias) formam as corredeiras. Pontos bons para banho. Pratica-se canoagem em caiaques. Duas árvores frondosas (uma mangueira e uma da família das leguminosas) proporcionam boa sombra. A margem oposta possui mata exuberante. Pesca de cascudo com tarrafa e de lambaris com vara de bambu.

Atrativo Turístico Viável com Grandes Adequações:

1. **Cachoeira do Tata:** (atrativo natural): cachoeira com queda livre de aproximadamente 12 m com pequeno volume de água. Forma pequeno poço apropriado para banho. Pode-se perceber que a ação mecânica da água escavou as rochas formando o desnível. O espaço escavado é arredondado (aproximadamente 4 m de diâmetro). Desnível de aproximadamente 12 m. Forma-se numa grota com aproximadamente 30 m de extensão. Vegetação de encosta da grota é de espécies pioneiras com alguma ocorrência de bromélias e samambaias. Capacidade para 05 pessoas. A grota tem muitas rochas desgastadas pela ação das águas. Ambiente agradável e escorregadio. Área de pastagem de gado próxima.

Município: Cajati

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

1. **Barra do Azeite:** (atrativo natural): local com formação de um meandro no rio do Azeite com corredeiras e apropriado para banho com grande afluxo de visitantes. Forma-se uma pequena praia. Existem dois bares instalados e uma ponte suspensa. Segundo os moradores, existe pelo menos duas cachoeiras com grande volume de água e queda de cerca de 20 m com poço para banho, porém, com acesso muito difícil por trilha de cerca de 1:30 horas na mata nativa e com uma declividade acentuada o que impossibilita o acesso em função da chuva.

Atrativos Viáveis Com Grandes Adequações

1. **Caverna da Capelinha:** (atrativo natural): caverna com acesso por trilha difícil com áreas de risco com pequenos abismos em terreno escorregadio. O ingresso à caverna se dá por entrada com muita lama e escorregadio. Apresenta um salão principal com água corrente e formações calcáreas com alto grau de depredação: estalactites quebradas e pizações por toda parte. Pode ser agregado valor histórico pela possível passagem do Capitão Lamarca. Ao longo da trilha para a caverna, passa-se por uma área de sambaqui. O proprietário pretende vender parte de suas

terras por cerca de 80.000 reais. Existe um projeto de compra e transformação da área em Núcleo do PEJ. Pretende-se resgatar a história da passagem do Capitão Lamarca pela região.

2. **Cachoeira Manoel Gomes:** (atrativo natural): o acesso é difícil, no período das chuvas especialmente pois percorre-se 6 km em estrada de terra atravessando-se uma plantação de bananas. A cachoeira tem uma queda de cerca de 10 m e é bem larga com aproximadamente 30 m com grande volume de água. Forma-se um poço extenso com cerca de 100 por 30 m e uma segunda queda pequena formando a corredeira.
3. **Corredeiras do Rio Capelinha:** (atrativo natural): com uma mata nativa em bom estado de conservação. Cerca de 20 minutos de trilha acima da chamada Caverna da Capelinha chega-se às corredeiras com um volume razoável de água (período de chuva). Forma-se um poço grande bastante apropriado para banho. Água cristalina.
4. **Cachoeira Cortesia:** (atrativo natural): com queda de cerca de 18 m, bom volume de água. Presença de mata ciliar. Água barrenta (período de chuva). Poço com aproximadamente 100 m e 20 m. Presença de muito lixo espalhado.
5. **Cachoeira da Capelinha ou Noiva do Capitão:** (atrativo natural): conjunto de quedas sobre as pedras formando uma corredeira que se estende por uma extensão de 50 a 60 m que se bifurcam formando um poço maior abaixo com cerca de uns 30 m por 10 m com uma queda com cerca de 3 a 4 m que possibilita banho, com ducha e banho para natação.

Município: Tapiraí **Atrativos Viáveis**

1. **Fazenda Ecológica Multiambiental:** (atrativo cultural): técnicas de manejo do palmito. Queda d'água com 3 m. Presença de dois rios: Turvo e Bechior. Vegetação natural com presença de fauna: aves, mamíferos e répteis. Trilha (caminhada), pesca, banho, observação de aves, animais silvestres.
2. **Plantação do Chá:** (atrativo cultural): visita da Usina. Como é realizado o beneficiamento do chá. O processo todo de produção do chá para consumo é possível de ser observado.

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

1. **Cachoeira do Alecrim:** sem descrição do atrativo
2. **Cachoeira do Limoeiro:** (atrativo natural): queda d'água de 3 a 4 m com piscina natural de pequeno porte. Existe pequena formação de pedra similar a uma gruta. Encontra-se uma corredeira que forma uma hidromassagem natural numa banheira

de pedras e num recôncavo de areias brancas - muito bom para crianças,. Vegetação natural com presença de fauna. Atividades: caminhada, banho, observação de aves.

3. **Cachoeira do Juquiazinho:** (atrativo natural): trilha pela mata, corredeira com aproximadamente 20 m e formação de piscina natural.
4. **Cachoeira do Chá:** (atrativo natural): são 600 m de extensão em corredeiras até a queda principal que tem 30 m de altura, possui piscinas naturais, grande variedade de vegetação da Mata Atlântica e com grande possibilidade de se encontrar animais silvestres. Atrativo de grande beleza onde podemos encontrar também um magnífico canal de pedra esculpido pelas águas.
5. **Cabeça da Anta:** (atrativo natural): fonte de água natural.
6. **Mirante:** (atrativo natural): mirante com beleza cênica, cadeia de montanhas em sua observação.
7. **Cachoeira do Tombo:** (atrativo natural): cachoeira com queda de 6 m com grande volume de água, com piscina natural própria para o banho, água cristalina, repleta de vegetação nativa, apesar da extração Juçara com presença de fauna: aves, com escorregador natural. Bromélias. Trilha conforme as necessidades de manutenção.
8. **Cachoeira do Ribeirão da Anta:** (atrativo natural): trilha pela mata, vista de uma grande árvore centenária; corredeira com cerca de 15 m, com duas pequenas quedas e escorregador natural pela pedra, formando uma piscina.
9. **Mirante do Alecrim:** (atrativo natural): mirante que proporciona uma visão ampla e exuberante de parte da Serra do Mar e da Região do Vale do Ribeira. Que se localiza-se à margem da estrada vicinal que dá acesso a outro atrativo natural que é a Cachoeira do Alecrim.
10. **Mirante do Chaparral:** (atrativo natural): vista para uma cadeia de montanhas da Estrada que liga Tapiraí a Pilar do Sul.

Atrativos Viáveis com Grandes Adequações

1. **Monjolo D'água:** (atrativo cultural): construção de casas com cerca de 40 anos. Trilha pela mata margeando o rio até chegar ao atrativo principal: monjolo d'água que foi construído há 32 anos utilizado para moer milho que de sua farinha se faz fubá, canjica e farinha para os pratos da localidade.
2. **Cachoeira dos Góes:** (atrativo natural): corredeira d'água com cerca de 50 m. Propícia para banhos.

3. **Cachoeira do Belchior:** (atrativo natural): cachoeira com queda de 10 m de altura, com um exuberante paredão de pedra. Vegetação natural com presença de fauna: aves, répteis.

???? (sem qualificação)

Criador Conservacionista Rancho das Hortênsias: animais silvestres em geral: aves, répteis e mamíferos com 300 exemplares. Paisagem de entorno é rica em beleza e espécies. Criadouro conservacionista cujo objetivo não é comercial, mas sim destinado à reprodução das espécies.

Município: São Lourenço da Serra **Atrativos Viáveis**

1. **Praça 10 de Agosto:** (atrativo cultural): Praça central do município onde localiza-se os principais comércios de serviços de alimentação, lojas de souvenirs. Bem arborizada com vários bancos de descanso, telefone público e banheiros masculino e feminino. Bem conservada, é onde os jovens se encontram à noite.

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

1. **Paróquia Nossa Senhora Aparecida:** (atrativo cultural): construção recente toda em concreto em estilo moderno, formas arredondadas. Aparentemente inacabada, com jardim gramado na frente sem paisagismo.
2. **Trilha do Verde:** (atrativo natural): trilha bem aberta para Rallye: consiste de duas etapas: 1º vai de Itapecirica, área da construtora Ferreira Guedes, Bairro Potuverá, seguindo por algumas propriedades particulares depois pela Reserva Florestal até a estrada Municipal de São Lourenço da Serra, Bairro Aldeinha. Total de 7 Km. 2º Início após 4 km quando chega numa casa, virando à direita. Total de 17 Km até divisa de São Lourenço com Ibiúna no Bairro de Itatuba. Ambas as etapas cortam vegetação natural com belas paisagens, com alguns mirantes, presença de fauna: veoads, capivara, gambá, aves, jaguatirica, cachorro do mato, tucano, gavião, surucuá. Região de nascentes que contribuem com o Rio São Lourenço. As trilhas são bem abertas devido aos constantes rallies, porém seu entorno está aparentemente preservado. Há problemas com jipeiros avulsos, que invadem propriedades quebram cercas e degradam a vegetação de entorno em alguns trechos.
3. **Cachoeira dos Pratas:** (atrativo natural): cachoeira com bom volume de água, meio barrenta, porém limpa com cerca de 5 m de altura por 12 m de largura. Desprovida de vegetação no entorno apenas alguns exemplares arbóreos. O resto é pastagem. Formação de boa piscina natural, ótimo para banhos. Bons locais para banhos de sol. Local de fácil acesso, sem riscos para as pessoas.

Atrativos Viáveis com Grandes Adequações

- 1. Cachoeira do Paiol:** (atrativo natural): uma cascatinha com aproximadamente 0,5 m formando grande piscina natural boa para banho de sol. Seguida de uma cascata com cerca de 3 m formando nova piscina boa para banho. Área de entorno desmatada parcialmente com grama. Seguindo por breve trilha de 50 m. Nova cachoeira, maior, total de aproximadamente 10 m. Altura por 30 m de comprimento formando poço natural de 3 por 1 m com vegetação preservada. O nome do rio é Vargedo. Proprietário não visita a área há 18 anos e o caseiro não recebe salário de agosto de 97. Por isso cobra ingresso.
- 2. Cascata de Itatuba:** (atrativo natural): rio de nome desconhecido desce de forma encachoeirada contendo o relevo de mata nativa. Forma uma sequência de pequenas quedas, nem todas acessíveis. Volume de água pequeno. A mais acessível formada por um escorregador natural, com cerca de 3 m de comprimento, terminando em piscina natural pequena (3 por 3 m) possui boa mata nativa de entorno, porém a área para banho de sol é restrita quase nula.
- 3. Lagoa Ranieri:** (atrativo natural): lagoa com cerca de 200 m de comprimento por 70 de largura com águas um pouco amarronzadas (barrentas) porém limpas, boa para pesca e banhos de rio. Área restrita para banho de sol. Possui um deck para pequenas embarcações e uma pequena e simpática ilha. Vegetação de entorno bastante alterada.
- 4. Cachoeira do Sítio das Lavras:** (atrativo natural): pequena cascata formando grande piscina natural, boa para banho. Boa área para banho de sol. Vegetação descaracterizada, muita pastagem.
- 5. Igreja de São Lourenço:** (atrativo cultural): era a Igreja Matriz da cidade, perdendo este título devido à construção de outra igreja maior a Igreja de Nossa Senhora Aparecida. Construída em estilo colonial. Bem pequena, porém conservada pequeno jardim na entrada.

Município: Jacupiranga Atrativos Viáveis

- 1. Pesque - Pague:** (???) : pesque e pague com lago grande com cerca de 300 m por 100 m com quiosques. Aluguel de equipamento para pesa. Outros equipamentos como salão para eventos e refeições nos finais de semana e ocasiões especiais. Arena para rodeio. Existe intenção por parte do proprietário de criar outros equipamentos de lazer e transformar o espaço em um grande centro de lazer.

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

- 1. Salto do Guaraú:** (atrativo natural): o rio Guaraú forma um complexo de corredeiras. O local denominado Salto do Guaraú possui infra -estrutura com

banheiro público e lanchonete. Área com muitas pedras de granito no rio, formando área apropriada para banho. Foi criado um percurso que se estende por 5 km de rio e acompanhado pela Estrada do Guaraú desde o km 20 até o km 16 para prova de bóia - cross. As corredeiras oferecem um percurso bastante apropriado para a prática deste e de outros esportes aquáticos.

2. **Pedra do Lençol:** (atrativo natural): pedra com mais de 100 m de altura parcialmente cobertura por vegetação nativa. Apropriada à prática de escaladas e rapel. Para o acesso percorre-se um imenso bananal. Pode-se visitar uma "casa de farinha" = local para produção de farinha com equipamento rústico artesanal em madeira e com tacho de cobre. Pode-se prestar à prática de um turismo especializado em esportes radicais. Um grupo chamado SELVA já escalou a pedra algumas vezes.
3. **Cachoeira do Desemboque:** (atrativo natural): formada por três poços principais sendo o mais alto com profundidade em torno de 50 cm. O segundo é largo com profundidade maior permitindo a natação. O terceiro é fundo e formado por queda d'água com altura aproximada de 5 m. Águas claras e transparentes. Nos fins de semana chega a juntar cerca de 60 carros no local provocando sérios transtornos, brigas, lixo, etc. Não existe nenhuma infra-estrutura para visitação, mas por falta de alternativas de lazer no município o afluxo é grande na área da cachoeira.
4. **Cachoeiras - Sítio Sr. Paulo José Ballacka Rahnig** - (atrativo natural): ainda não recebe visitação. Dentro do sítio tem-se duas áreas com quedas d'água a mais próxima a cerca de 10 m da sede apresenta pedra com grande dimensão com corredeira e formação de um poço grande que permite a natação. Segundo o Sr. Davi Sobral, conhecedor da área, estas águas formam o Ribeirão do Meio. Um pouco mais distante a cerca de 15 minutos para o lado oposto temos três quedas d'água, a primeira é pequena com cerca de 1,5 m, a segunda com cerca de 3 m e formação de um poço pequeno e fundo e a terceira com cerca de 6 m de altura e um poço maior para banho.

Município: Pedro de Toledo

Atrativos Viáveis

1. **Capela Fazenda São José:** (atrativo cultural): capela de porte médio em estilo colonial de grande beleza arquitetônica que fazia parte da Fazenda São José a aproximadamente 80 anos. Em seu interior podemos encontrar: colunas em estilo romano, pinturas singulares (um fundo com flores e detalhes em dourado), lustres, janelas com vidros similares a vitrais e uma belíssima pia batismal. A entrada de acesso é um caminho todo gramado de aproximadamente 300 m todo ladeado de palmeiras imperiais. Há também imagens de santos doadas pelas famílias da época (família Vasconcelos, proprietária da fazenda, Cordeiro e Magalhães). A capela pertencia a família Vasconcelos que doou a Diocese de Registro. O informante Sr. José Alves d Silva, que faz manutenção do local, possui cópia da escritura da doação. Havia um sino colocado na fundação da Capela que hoje se encontra na capela de Três Barras também no município.

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

- 1. Remanescentes da Origem da Cidade:** (atrativo cultural): conjunto de casas e outros prédios com algum interesse turístico, pois remanescentes do surgimento da cidade. A estação ferroviária foi o local da partida das primeiras construções e restaram os prédios do Hotel Guarani (aproximadamente de 60 anos) bem conservado na Rua Tupi e ao lado uma casa pequena toda reformada de 1948. Na Av. Hélio esquina com Rua Tupi uma casa de 1928 branca, relativamente conservada (a fachada). Na mesma rua, o antigo cinema (data indefinida) abriga hoje uma fábrica de doces. Fachada mantida, interior modificado. Na Av. Brasil, algumas construções antigas abrigam hoje o comércio nos nº 33, (1923), 52 (1927) e 82 (1946).
- 2. Morro dos Macacos:** (atrativo natural): imenso morro rochoso com afloramento de rocha com possibilidade de esportes radicais serem praticados. Há uma parede com cerca de 15 m de altura por 15 de largura bem desprovida de vegetação para a prática de esportes de escalada, rapel e outros. No sopé, extensa plantação de banana compõe a paisagem.
- 3. Cachoeira do Ribeirão Grande:** (atrativo natural): grande formação rochosa com aproximadamente 12 metros, formando piscinas naturais propícias ao banho. Águas límpidas. Paisagem de entorno de grande beleza (apesar de alguns pontos estarem desmatados). No percurso até o atrativo há pontos onde se pode apreciar a paisagem de maneira privilegiada como por exemplo o Pico Itatins. No percurso a possibilidade de ver com clareza a Serra de Toledo, Pico de Itatins.
- 4. Rio do Peixe:** (atrativo natural): rio de águas límpidas com corredeiras e piscinas naturais propícias a banhos. Grande beleza da vegetação de entorno. Encontra-se formação rochosa que forma um escorregador natural. Muito procurado por grupos familiares e tem a preferência das crianças pois apesar das corredeiras é um atrativo de águas tranquilas. A descrição acima é do ponto principal do Rio do Peixe. Mas ao longo do rio podemos encontrar outros pontos similares e de fácil acesso.
- 5. Cachoeira da Caçadinha:** (atrativo natural): no principal ponto encontramos uma bifurcação de grupos de pedras que formam duas quedas d'água que deságuam formando duas piscinas naturais de grande beleza com água límpida, propícia ao banho. Depois as águas deságuam formando outras quedas para depois formarem corredeiras onde também podemos encontrar alguns pontos de piscinas naturais próprias para banhos e paisagem de entorno original modificada em muitos pontos sendo ocupada pelo cultivo de banana. Na vegetação ainda de Mata Atlântica pode-se encontrar animais silvestres.
- 6. Mirante do Cruzeiro:** (atrativo natural): ponto mais alto da parte urbana do município com bela vista principalmente à noite com a cidade iluminada. Possui cruzeiro com cerca de 5 m de altura que possui iluminação própria. Alcança toda a parte urbana do município e bonita vista de mais morros do entorno da cidade. Ocorre a procissão de Santana, Padroeira do Município em junho.

7. **Igreja Matriz de Santana:** (atrativo cultural): bela igreja em estilo indefinido (partes coloniais com colunas romanas e torre gótica). Situada no topo de uma colina no centro da cidade. Interior em reforma, alta simples, vitrões coloridos (simples). Capacidade para aproximadamente 200 pessoas, teto fde madeira. Na sua frente simpática e bem conservada praça com bancos e um monumento circular no centro. Possui escadaria com bela vegetação no entono. Por fora sinais do tempo sujaram um pouco sua torre. Também será reformada por fora. Esta torre possui uma cruz iluminada de aproximadamente 1 m, sinos e faroletes de iluminação. Ano de construção desconhecido.
8. **Praia do Rio Itariri:** (atrativo natural): vários bancos de areia para banho de sol, descanso, pescaria e lazer. Possibilidade de mergulho nos remansos. Vegetação ciliar presente e exuberante na margem direita. Na esquerda, algumas intervenções (desmatamentos e plantio de exóticas). Ruínas da antiga ponte que ligava o centro ao Bairro. Base de pedra, coluna de tijolos.
9. **Prainha:** (atrativo natural): grande piscina natural em um ponto do Rio Itariri própria para banhos em relação a dimensão. Mas é um atrativo que sofre visivelmente a ação do assoreamento mais que ainda é muito procurada pelos turistas na vegetação de entorno também houve desmatamentos.
10. **Cachoeira da Fazenda São José:** (atrativo natural): sequência muito bonita de pequenas quedas e pelo menos 4 piscinas naturais boas para banho. Vegetação ciliar de um lado preservada e de outro mexida e alterada. No final o último poço é uma fenda nas pedras formando um corredor de 3 m por 1 m com água caindo com certa força que parece formar uma banheira de hidromassagem. No caminho para a beira do rio muitas árvores de grande porte.

Atrativos Viáveis com Grandes Adequações

1. **Cachoeira do Mariano:** (atrativo natural): imensa garganta com enormes blocos de pedras desmoronados por onde correm as águas as vezes por baixo das pedras, outras formando pequenas quedas de água. Bonita vegetação de entorno. Importante: lugar extremamente perigoso pois entre as pedras formam-se fendas profundas com a água correndo fortemente por debaixo. Lugar muito escorregadio. Não oferece condições de visitaão a não ser colocando o visitante em risco.
2. **Pico Peito da Moça:** (atrativo natural): não foi possível chegar ao local e o tempo estava chuvoso com a neblina encobrindo o pico porém foram colhidas informações: trata-se de dois grandes morros de formatos semelhantes que lembram os seios de uma mulher. Para atingi-lo é necessário conhecer bem o caminho e dispor de pelo menos 3 horas de caminhada pela mata. Informaram também que há uma enorme cachoeira no caminho do Pico: a cachoeira do Pico da Moça.

3. **Corredeira do Rio Despraiado:** (atrativo natural): seqüência de pequenas quedas, poços e piscinas naturais formados pela parte alta o Rio Despraiado. Bonita vegetação de entorno e o rio possui largura de aproximadamente 7 m com bom volume de água. No local há também o rio Taquariuçú que deságua no Despraiado e também possui formação de pequenas quedas e piscinas. Área pertence ao Sr. Paulo Campista há 30 anos no local.
4. **Cachoeira Despraiado:** (atrativo natural): bela cachoeira com bom volume de água e extensa piscina natural boa para banho. Queda formada por duas caídas uma ao lado direito e outra à esquerda. Ao meio, grande pedra destoa da paisagem dividindo a cachoeira. Total da queda 5 m. Pode oferecer atividade de canyoning. Largura = 30 m. Entorno mata ciliar bem preservada. Porém mais afastado, encontra-se vastas plantações de bananas e agricultura de subsistência, tudo dentro da Estação (Ecológica Juréia Itatins). Mais adiante, há praias de rio boas para banho de sol. Fomos informados da existência de outra cachoeira dentro da estação, bonita, que não pôde ser visitada por falta de tempo.
5. **Represa do Mariano:** (atrativo natural): seria uma bela represa caso sua barragem não estivesse estourada. Possui vegetação de entorno bem alterada, com algumas palmeiras compondo a paisagem de entorno junto com capim. Com água, forma-se uma ilha com várias palmeiras. Ex - dono do sítio, um Sr. Japonês, morreu. O sítio foi vendido e abandonado.
6. **Cachoeira da Usina:** (atrativo natural): bela seqüência de queda d 'água próxima às ruínas de uma antiga usina hidrelétrica de nome desconhecido. Uma grande cachoeira com cerca de 10 m. No total, sendo a primeira parte de 6 m com pequeno poço no meio de difícil acesso e segunda queda com 6 m formando boa piscina natural. Vegetação bem preservada. Ruínas da usina interessantes, observando-se ainda o gerador, as pás da hélice e as paredes de sua estrutura. A trilha que dá acesso de aproximadamente 1:30 horas em panos calmos era a antiga estrada que dava acesso à usina e que a mata está encobrendo totalmente porém, belíssima.
7. **Figueira Centenária:** (atrativo natural): enorme e centenária figueira (ficus sp.) com cerca de 30 m de altura e DAP (diâmetro à altura do peito) de aproximadamente 2 m. Suas raízes tubulares formam abrigos em sua base, onde cabem aproximadamente 3 pessoas. Copa da árvore com cerca de 20 m de diâmetro.
8. **Cascata Sem Nome:** (atrativo natural): pequena e bela cascata no meio da mata nativa com muitos palmitos. Pequeno volume de água sem área para banho de sol. Próxima a um jipe abandonado da segunda guerra mundial.

Município: Eldorado
Atrativos Viáveis

1. **Caverna do Diabo:** (atrativo natural): a Caverna do Diabo possui cerca de 600 m de área destinada à visitação pública, sob uma passarela suspensa. Segundo Lélis Ribeiro - monitor de grupos da Caverna, há cerca de 12 pontos de interpretação

para os grupos de visitantes. Um dos aspectos de maior relevância é a diversidade das formações e composição geológica no interior da caverna. Além da área de visitação específica da Caverna do Diabo; há a disposição do público visitante uma trilha em meio à vegetação de mata atlântica com cerca de 06 a 08 metros de altura com formação de piscina para banho. Há a hospedagem com 05 unidades (chalés) com acomodação para 10 pessoas cada. Uma loja de souvenir's e artesanato local. E um restaurante para cerca de 80 pessoas, com serviço associado de uma lanchonete.

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

- 1. Cachoeira do Sapatu:** (atrativo natural): a cachoeira do sapatu tem acesso por uma trilha à partir da estrada SP - 166, segue até o rio cerca de 50 m. chega-se ao ribeirão Sapatu, subindo pelas pedras e pelo ribeirão a cerca de 50 m há uma queda de 5 a 6 m com um pequeno poço para banho, subindo uma escada de madeira com corrimão paralelo à esta queda chega-se a uma cachoeira de queda com cerca de 10 m de altura e uma área para banho (piscina) (há relato do Lélis Ribeiro que a área já comportou 20 pessoas de forma confortável). A mata no entorno é de vegetação de mata Atlântica com árvores de cerca de 10 a 15 m de altura. A cachoeira do Sapatu está na área de propriedade particular do Sr. Thirso Mariano Pereira. Possui área do sítio a 32 anos, com uma área de 36 ha. Há cinco anos não produz (agricultura) praticamente nada na área. Trabalha por meia com um agricultor da região com banana. O bananal fica perto de um afluente chamado ribeirão do Angico, perto cerca de 50 m.
- 2. Estrada do Areadinho:** (atrativo natural): cachoeira com queda de aproximadamente 40 metros com grande volume de água a mata preservada em ser entorno com variedades de plantas ornamentais e pássaros. Não apresenta qualidades específicas para algum tipo de esportes ou menos lugar para nadar o aproveitamento maior seria na parte de educação ambiental. Logo abaixo desta queda existe outro de pequeno porte com aproximadamente 15 m no mesmo rio.
- 3. Cachoeira do Barro Fundo:** (atrativo natural): Cachoeira com duas quedas de 8 m cada com piscina natural para banho. Água muito limpa com tonalidade azulada. Nas proximidades das cachoeiras a mata atlântica encontra-se bem preservada e há grande presença de aves típicas desse habitat. Local típico para banho de cachoeira.
- 4. Cachoeira do Ribeirão das Ostras:** (atrativo natural): o rio tem muitas cachoeiras e piscinas naturais, sendo a mais importante , a Queda de Meu Deus conhecida também como Cachoeira das Ostras ou Cachoeira de Morte e mais 8 cachoeiras. O rio ainda não foi todo percorrido e pelo relevo do local deve haver mais cachoeiras. O Vale é profundo e com a mata bem preservada próximo ao rio com possibilidade de observação de macacos répteis (lagartos e cobras) e aves. O meio para chegar na cachoeira é através da caminhada e principal atividade do local é o banho de cachoeira.

5. **Mirante da Bulha:** (atrativo natural): um dos pontos mais altos do Vale com uma vista maravilhosa da mata, do rio Ribeira e algumas cidades vizinhas e com o tempo bom avista-se o mar em Iguape. A trilha é boa e de fácil acesso com sua mata preservada com variedades de plantas e aves. A caminhada é no mínimo de 1:30 horas e para quem gosta de escalada o lugar é bom com muitos "picos" para este esporte. No alto do mirante existe uma cruz, que no mês de junho (29) dia de São Pedro é realizada uma procissão pela comunidade local.
6. **Comunidade Remanescente do Quilombo de Vaporunduva:** (atrativo cultural): localizada à margem esquerda do rio Ribeira de Iguape a cerca de 50 km do centro de Eldorado a travessia é realizada via barco tradicional da região. As edificações da comunidade são simples algumas de alvenaria e pau-a-pique com antenas parabólicas em algumas casas. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário está em péssimas condições de conservação, o telhado quebrado, esperando manutenção pelo CONDEPHAAT, mas neste período de chuvas o comprometimento deste patrimônio fica mais evidente pelo descaso deste órgão público. A edificação dos muros do cemitério quase não existe mais, apenas alguns espaços ainda em pé, sustentados por uma cerca de arame. Associação Quilombos de Vaporunduva (cerca de 5000 ha demarcados). Cerca de 65 a 70 famílias estabelecidas desde o século XVIII. Construção da Igreja Nossa Sra. Do Rosário estimado em 1630. Considera que não tem infra-estrutura inicialmente não queriam o turismo, mas agora estão pensando em planejar e ver o que querem. O turismo deve ser uma fonte de desenvolvimento com controle da Associação para obter benefícios diretos do turismo. Informações cedidas por José Rodrigues da Silva - morador da comunidade e membro da MOAB - Movimento dos Ameaçados pela Barragem (associação regional) e MAB - Movimento dos Atingidos Pela Barragem (associação nacional)

Município: Pariqueira - Açú

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

1. **Casa de Pedra:** (atrativo natural): a área de lazer do Parque está rodeada por mata atlântica e os quiosques com churrasqueiras estão em área bosqueada. Há um rio pequeno (nascente do rio Pariqueira) com algumas quedas d'água cerca de 3 a 4 com as duas primeiras formando piscinas naturais, há na primeira queda um escorregador muito utilizado pelos turistas. Na terceira queda também há um escorregador de cimento. A Casa de Pedra foi restaurada em 1989, no seu interior não há nenhuma mobília mas encontra-se em excelente estado de conservação, pisos, janelas e paredes. A casa foi construída em 1905 pelo imigrante alemão Rodolfo Harzer em estilo europeu.
2. **Trilha da Campina do Encantado:** (atrativo natural): os primeiros 600 m são caracterizados com vegetação de solo turfoso, muito característico das transições de ambientes diferentes, quando percorre-se os próximos 1400 m, vegetação de restinga exuberante com árvores entre 15 e 20 m com elevada biodiversidade de vegetais observada, com alguns pontos encharcados. Os próximos 1200 m a vegetação altera-se para mata Alta de Restinga. Nos próximos 2000 m, retorna-se à

mata de restinga com solo encharcado com predominância de bromélias cobrindo o solo. Posteriormente nos 1000 m encontra-se um sambaqui com uma árvore exuberante como ponto de referência. Os próximos 1300 m são de área de mata em estágio de regeneração alternando solo firme e encharcado. No final da trilha (800 m) encontra-se vegetação (capoeira) em estágio lento de recuperação, passa-se nos últimos 200 m por uma área de gramíneas bastante altas. A última etapa foi descer o rio Pariquera -Açú até a casa que será ponto de apoio e vigilância do Parque. Esta edificação ainda não está operando. Localização: Barra do Pariquera - Açú e Mirim. Foi realizado um trajeto de barco também no rio Pariquera- Mirim com áreas de mata ciliar em bom estágio de conservação. Esta trilha foi realizada num período de cerca de 6 h, do seu ponto de entrada até a margem do Rio Pariquera-Açú. A diversidade de ambientes diferentes percorridos na mesma trilha é muito marcante pela diferença observada dos vegetais que ali se apresentam. O ponto de atratividade denominado de Campina do Encantado que encontra-se em uma turfeira rica em gás metano que quando perfura-se o solo com um graveto espesso após a retirada deste graveto pode-se obter uma chama de fogo através de fósforos ou isqueiros é bastante peculiar. Como a trilha no período de chuvas de dezembro a março apresenta-se com solo em vários trechos encharcados o preparo físico para percorrê-la é muito importante pois há trechos frágeis exigindo um esforço físico maior. O sambaqui apesar de expressivo pela sua área necessita de um estudo arqueológico específico para trabalhar-se com dados de datação e características específicas de cunho científico.

3. **Cachoeira da Casa de Pedra:** (atrativo natural): a cachoeira tem duas quedas d'água com pequeno volume de água. A primeira queda tem cerca de 5 m de altura e a segunda tem cerca de 5 m também. É formada entre rochas com cerca de 1 m e 40 cm de largura com um piso regular de rochas que as pessoas entram para se banhar na primeira queda. A segunda queda já tem cerca de 2,5 m de largura entre as rochas. Há uma vegetação de mata atlântica no entorno, provavelmente secundária. O acesso da trilha até o local da cachoeira é muito difícil, pois está em uma área de 6 m de descida em barranco muito íngreme e sem infra - estrutura para apoio das pessoas, não há escadas naturais e nem artificiais.

Município: Miracatu

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

1. **Corredeiras do Faú:** (atrativo natural): Corredeiras com pequenas cachoeira (5 m) formando pequeno poço ideal para banho. Vegetação de entorno é de mata secundária. Escorregador natural. Pesca de lambari com vara. Presença de aves e mamíferos. Prática de canoagem (caiaques).
2. **Corredeiras do Rio Bananal ou Salto de Biguá:** (atrativo natural): o rio Bananal possui porte médio. Nasce na Serra da Prainha e desemboca no rio São Lourenço. Apresenta corredeiras por um trecho de aproximadamente 4 km, formando remansos e poços entre as muitas pedras, ideais para banho. A área do Bairro da Barra Funda possui extensos bananais e nos locais onde a declividade é mais acentuada ainda apresenta focos de mata atlântica principalmente nas encostas de

morro e mata ciliar. Escorregadores e plataformas de mergulho naturais pesca com vara, lambaris, mandis e cascudos podem ser capturados com a mão dentro das tocas.

- 3. Represa da Cachoeira da Fumaça:** (atrativo natural): represa formada no Rio Juquiá. Mais de 8 Km de extensão. Pesca com vara de traíra, bagre, tilápia, lambari, cará, carpa. Mata secundária com muito jacatirão e embaúbas.
- 4. Cachoeira do Sobe e Desce:** (atrativo natural): o Córrego do Sobe e Desce nasce na Serra do Juquiá - Guaçú ou do Lourencinho. Cachoeira com queda de 15 m de altura e largura aproximada de 17 m. Volume médio de água. Formações rochosas e correnteza não permitem banhos. Mais abaixo pequeno poço numa pedra única permite banho para 5 pessoas simultaneamente. Área da cachoeira é de mata atlântica primária, virgem segundo informações do morador antigo, nascido na região. Muitas aves (psitacídeos, sabiás, tiés, etc.). Mamíferos = antas, capivaras, cachorros do mato, jaguatirica. Vegetação exuberante - bromélias, palmitos, figueiras.

Atrativos Viáveis com Grandes Adequações

- 1. Sumidouro do Rio Bananal:** (atrativo natural): corredeiras que passam sob pedras por um trecho de aproximadamente 100 m. As pedras ali dispostas são resultados de um desmoronamento ocorrido em outro período geológico, formando várias grutas. Na ressurgência forma-se um pequeno poço ideal para banho. Vegetação ciliar no local é de mata secundária. No entorno predomina o cultivo de banana.

Município : Ilha Comprida Atrativos Viáveis

- 1. Praia do Araçá:** (atrativo natural): praia com longa faixa de areia, ondas fortes - formação de pequenas dunas - local sem nenhuma sombra. Desta praia é possível avistar alguns morros cobertos pela mata atlântica que pertencem ao município de Iguape. Local propício a banhos, surf e pesca. Presença de pássaros.
- 2. Trilha da Trincheira:** (atrativo natural): trilha de aproximadamente 5 km de extensão com duração de 3 horas. A trilha se inicia no extremo sul da Ilha Comprida, no Pontal da Trincheira com caminhada pela praia. Deste ponto avista-se a Ilha do Bom Abrigo, a Ilha do Cardoso e a Serra do Mar, segue beirando o manguezal, sendo que, em alguns pontos se faz necessária a caminhada por dentro da água do mar (chegando a atingir a cintura dependendo da maré) e também em meio ao manguezal. Nesta parte da trilha é possível encontrar botos, marias farinhas se escondendo nas areias e pássaros como o martim pescador, garças, biguás e corujas. Também se observa os líquens (espécie de alga que indica inexistência absoluta de poluição) vegetação rasteira repleta de bromélias e os cercos (armações de bambu para pesca: trata-se de uma das técnicas mais ambientalmente corretas, pois a distância entre as varas da armadilha permite que os filhotes possam sair livremente ficando somente os peixes maiores). A trilha

segue rumo à Vela de Caiçaras, Trincheira, típica de pescadores onde pode ser observado seus costumes e até conhecido mais de perto através de boa prosa. Passando a Vila da Trincheira a vegetação encontrada é a de restinga com enorme variedade de orquídeas, bromélias e samambaias e riachos de cor escura(marrom) devido a decomposição de folhas e raízes. Esta trilha também dá acesso ao Morretinho, a parte de maior altitude da Ilha Comprida e o único local com formação rochosa. A trilha da Trincheira também guarda história, pois neste local existiu o forte Moschera que desmoronou por completa com o passar dos anos devido ao fenômeno da erosão. A trilha finaliza com a chegada à Av. Intermares. Trilha inteiramente plana. Esta trilha vem sendo operacionalizada como um passeio turístico pela Prefeitura Municipal, sendo por enquanto um projeto piloto. Os grupos sempre são acompanhados por um guia e pelo corpo de bombeiros (com dois integrantes). Deve-se fazer a trilha quando a maré estiver baixa.

- 3. Praia do Boqueirão Sul:** (atrativo natural): praia com larga faixa de areia - mar de ondas fortes e limpo - sem locais para sombra. Da praia é possível avistar a Ilha do Bom Abrigo e a Ilha do Cardoso. Próximo à praia a vegetação é rasteira e mais para dentro encontram-se a vegetação de restinga - a aproximadamente 200 m em descrição ao Pontal da Trincheira existe uma pequena barra de água doce(opção para banhos). Local ideal para surf e banhos. É possível avistar barcos pesqueiros de caiçaras. Ilha Comprida possui uma extensão de 74 Km de praia sendo a praia do Boqueirão Sul uma pequena parte desta.
- 4. Praia do Boqueirão:** (atrativo natural). Praia com larga faixa de areia, mar limpo e boas ondas. Formação de pequenas dunas cobertas por vegetação rasteira. Nesta praia acontecem os eventos programados pela Prefeitura Municipal como atividades esportivas e culturais, nela se encontram várias barracas que servem comida e bebida. É a praia da Ilha mais frequentada. Local propício a banhos, a prática de surf e caminhadas. Ilha Comprida possui uma extensão de 74 km de praia, sendo a Praia do Boqueirão uma pequena parte desta.

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

- 1. Trilha Pedrinhas – Juruvaúva:** (atrativo natural): trilha que liga a Vila de Pedrinhas à Vila de Juruvaúva - percurso de aproximadamente 8 Km e duração de 3 horas. Trilha em meio à mata de restinga com presença de bromélias e orquídeas em grande quantidade. Durante o percurso atravessa-se vários córregos de coloração escura devido à decomposição de folhas e raízes onde já existem pinguelas em alguns pontos. A água chega até o joelho, dependendo do período de chuvas. A trilha segue beirando o Mar Pequeno e de alguns locais é possível avistá-lo. Existe um pequeno desvio da trilha que leva a uma prainha do Mar Pequeno de onde é possível avistar morros cobertos de mata atlântica do município de Cananéia. Presença de Pássaros.
- 2. Ponta da Praia Norte:** (atrativo natural): a ponta da praia é o local onde o Mar Pequeno deságua no oceano atlântico. Formação de correnteza forte. O local modifica conforme a maré - aumentando e diminuindo o tamanho da praia (areia).

Do local é possível avistar a Estação Ecológica Juréia - Itatins e vários morros cobertos por mata atlântica além do farol de Icapara que se encontram no município de Iguape. Banhos somente numa distância de 100 m no mínimo da Barra de Icapara propício à pesca, surf e observação de canoas e barcos pesqueiros. No meio do ano o local é ponto de observação de aves migratórias.

3. **Lagoa do Atlântico:** (atrativo natural): lagoa de coloração escura devido à decomposição de raízes e folhas. Chega a ter 2,5 m de profundidade em alguns pontos. Cercada de residências de um lado e capinzal seguido de restinga de outro. Local propício a banhos, pesca e passeios de caiaque. Presença de pássaros como quero-quero, corujas, garças (em determinadas épocas) e raramente revoada de Caras Roxa (de manhã ou à tarde). Existe uma ponte sobre a lagoa. Presença de plantas aquáticas (ninféias).
4. **Sambaqui do Nóbrego ou do Rio Cordeirinho:** (atrativo natural): sambaqui com 49 m de comprimento por 48 m de largura e aproximadamente 8 m de altura. Formado por ossadas, montes de conchas e outros materiais acumulados ao longo dos séculos pelos indígenas que habitavam a região. Local coberto em algumas partes por vegetação cercado de árvores e presença de bromélias de várias espécies.
5. **Lagoa do Icaraí:** (atrativo natural): lagoa formada pelo Rio Candapuí - possui 200 m de comprimento - sua coloração é escura, tipo coca - cola devido a decomposição de folhas e raízes - água rica em iodo - possui uma grande quantidade de plantas aquáticas (ninféia) - cercada por capinzal e mais ao fundo restinga , está próxima algumas residências em alguns pontos chega a ser de 2,5 m de profundidade. Local propicia a banho e a pesca de traíra, cará e bagre.
6. **Dunas Internas do Araçá:** (atrativo natural): área grande com formação de dunas que chegam a ser de 5 m. Dunas cobertas por vegetação de restinga com predominância de araçá, a vegetação faz com que as dunas não se movam tanto, não ocorrendo mudanças rápidas no local. As dunas se encontram entre o Mar Pequeno e a praia. Do local se avista morros cobertos por mata atlântica que pertencem ao município de Iguape, presença de pássaros como coruja, quero-quero, gavião carcará e tié sangue. Pode ser um bom local para observação de aves. O local é usado para campeonatos de motocross.
7. **Cemitério dos Índios:** (atrativo cultural): hoje o local é o cemitério de Ilha Comprida, mas tem grande importância histórico, os índios enterravam os seus mortos no local e quando os jesuítas vieram para o Brasil eles abençoaram o local e passaram a enterrar os mortos no local. O cemitério está de frente para o Mar Pequeno e possui uma Igreja antiga. A rua que dá acesso ao local passa por cima de um sambaqui.
8. **Trilha da Cachoeira:** (atrativo natural): a trilha localiza-se no município de Cananéia mas o acesso é feito de barco a partir da Vila de Pedrinhas atravessando o Mar Pequeno onde é possível observar o manguezal e pássaros e penetrando no rio Paratiú. A trilha está em meio à mata atlântica e acompanha o Rio Paratiú. Possui uma extensão de aproximadamente 2,5 com duração de 40 minutos. Chega-se a

represa do Rio Paratiú que abastece a Vila de Pedrinhas e que foi construída inicialmente por escravos próximo do local e agora está sendo utilizada pela SABESP. Ainda existem ruínas do engenho de arroz no local. Presença de pássaros em todo o percurso desde a parte de barco até a trilha.

9. **Lagoa São Januário:** (atrativo natural): lagoa de aproximadamente 300 m de extensão cercada por vegetação de taboas de um lado presença de pequenas dunas seguidas de mata de restinga e do outro algumas residências. Dista aproximadamente 200 m do mar. Local ideal para a pesca e passeios. Presença de pássaros como gavião carcará, quero-quero e freirinhas.
10. **Lagoa da Adriana:** (atrativo natural): lagoa com aproximadamente 100 m de comprimento formada pelo rio Candapuí. Possui coloração escura, tipo coca-cola devido à decomposição de folhas e raízes. Sua água é rica em iodo. Local ideal para banhos devido à profundidade e boa para pesca de traíra e bagre. Localizada a 200 m da praia, próxima às residências.

Município: Registro

Atrativos Viáveis

1. **Fazenda Boa Vista ou Pousada dos Equinos:** (atrativo cultural): fazenda de criação bovina (corte) 200 cabeças em pasto, criação de equinos (manga larga, marchador) (65) bananicultura, piscicultura. Explora turismo rural. Estábulo, curral, galpões de equinos etc. construída há mais de 20 anos. Sede também. Fica às margens do Rio Ribeira de Iguape. Estrada SP 139 km 7,5 até o rio Ribeira ou estrada Bar Boa Vista rio km 6,5 em péssimo estado de conservação, terra.
2. **Yoshimoto Indústria e Comércio de Artefatos de Junco Ltda.:** (atrativo cultural): processo de produção de esteira de praia, de bolsa e chinelos de junco para a praia. É a única fábrica de esteira que abastece o Estado de São Paulo. Essa é a razão porque constitui um atrativo turístico.
3. **Ikebana:** (atrativo cultural): desde 1996 que estão com as exposições de Ikebana. Já realizaram 3 exposições com 2 exposições apenas abertas ao público. É possível visitar a exposição e receber o "jourei". O "jourei" é uma oração em ação "luz divina". Ainda é ministrado um curso onde o básico é composto de 16 aulas. O estudante recebe 2 aulas por mês e paga uma taxa que inclui flores utilizadas. Inscrições para o curso: início do ano e meio do ano - janeiro e fevereiro e junho - julho.
4. **Bosque Municipal:** (atrativo natural): o bosque possui vários equipamentos como playground, quiosques, trilhas, etc.
5. **Registro Baseball Clube:** (atrativo cultural): início em 1993. Comparecem a essa festa aproximadamente 600 pessoas. Esta festa é complementada com bingo, atrações musicais. É servido além do sushi, o yaksoba, sa chi mi, tempurá.

6. **Expovale:** (atrativo cultural): construído em 1988, arquitetura de galpões e áreas livres. Uso para feiras locais e regionais e exposições.
7. **Biblioteca Municipal:** (atrativo cultural): esta biblioteca pertencia ao Estado (Secretaria da Saúde) no ano de 1995 passou para o município (prefeitura). Sua frequência maior é de estudantes do município e municípios vizinhos.
8. **Praça Beira Rio (Tooru Nagashi):** (atrativo cultural): o Tooru Nagashi é uma homenagem realizada no dia de Finados pela Associação Nipo Brasileira de Registro há mais de 40 anos. Tradição da colônia japonesa que presta assim homenagem aos mortos (mortos no rio Ribeira de Iguape e em acidentes na BR116. Há um monumento a esses mortos na beira do rio Ribeira onde é feita uma missa por ocasião do Tooru Nagashi). É realizado no Rio Ribeira de Iguape onde diversos barquinhos feitos em madeira são lançados ao rio contendo uma vela dentro.
9. **Templo Homnpa Hongwansi:** (atrativo cultural): arquitetura singular muito bonita, expressão da cultura japonesa. Internamente há um altar com uma imagem de Buda vinda do Japão. Lateralmente existem chapas penduradas com o nome budista de pessoas falecidas das famílias que frequentam o templo. Existe um sino na entrada que veio do Japão. Único templo budista do Vale do Ribeira.

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

1. **Fazenda Santa Luzia:** (atrativo natural): Rio Ribeira e Rio Juquiá. Fazenda de Banana e Bovinos. A fazenda é utilizada como ponto para dois campeonatos (torneios) de pesca ecológica, 1997 e 1996 mês de setembro. Participantes: 25 duplas. O objetivo do torneio é educação ambiental, recolher o lixo do rio e a pesca não predatória (os peixes pescados são soltos no rio).
2. **Associação Cultural Nippo Brasileira:** (atrativo cultural): início em 1993. Exposição de quadros. Escola japonesa de língua e fazem o exame no Centro de Cultura Japonesa (USP). Atividade diária de ginástica rítmica - rádio tissô. Curso e exposição de Ikebana. Curso de arte culinária e curso de caligrafia japonesa. Exposição de objetos da cidade irmã do Japão - Nal. Festas: banda folclórica japonesa, festa do Sushi, Yakisoba, Sa Chi Mi
3. **Estação Experimental de Zootecnia do Vale do Ribeira:** (atrativo cultural): conhecimento do animal. Conhecer a criação e manejo do búfalo. Projetos desenvolvidos no Instituto. Projetos de melhoramento animal. Projeto de melhoramento para carne. Projeto de melhoramento para leite. Fomento para criação de bubalinocultura. Mostra, apreciação e degustação dos produtos derivados. Conhecimento de sistema de criação e instalação específicos. Oferta de cursos específicos, palestras para criadores estudantes e outros. Área de entorno com vegetação natural possibilidade de trilhas, fauna nativa, aves.

Atrativos Viáveis com Grandes Adequações

1. **Torazzo Okamoto Chá Ribeira Ltda.:** (atrativo cultural): as sementes originais (Sr. Okamoto trouxe as sementes originais do Sri Lanka antigo Seilão) estão plantadas em um local e são expostas para os visitantes. Adequadas para a cultura do chá preto da espécie ASSAMI. A Usina de Chá é a parte de embalagem do chá são de interesse para o turista e constituem o atrativo.
2. **KKKK Cia. Ultramarina de Desenvolvimento:** (atrativo cultural): em 1922 a Cia. Ultramarina de Desenvolvimento inaugurava suas instalações no Brasil em Registro. Bloco de 4 armazéns com mais de dois mil metros quadrados de área construindo à margem do Rio, no estilo arquitetônico da primeira década deste século. Com o KKKK iniciava suas instalações em Registro. Prédio tombado pelo CONDEPHAAT em 1987 e foi adquirido pela prefeitura de Registro em 1990. Marca o início de fomento à colonização japonesa.

Município: Itariri

Atrativos Viáveis

1. **Cachoeira da Italiana:** (atrativo natural): o local é formado por várias corredeiras. Considerável volume de água. Formação de poços naturais sendo o 1º de porte grande. Possui pedras bem grandes. Rodeado por mata nativa. Presença de peixes. Propícia a banho. Possui um escorregador natural. Trilha de acesso bem demarcada.

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

1. **Salto:** (Atrativo natural): cachoeira com queda de aproximadamente 6 m, grande volume de água, a queda d'água é bem larga. O local é formado por pedras de grande porte. Acima da cachoeira tem um local com escorregador natural e abaixo, depois da água segue em forma de corredeira, forma-se um poço natural de tamanho médio. Local rodeado de vegetação natural. Esta cachoeira é formada pelo rio das Pedras. Pode-se parar em alguns pontos para nadar pois a trilha de acesso segue próxima ao curso do rio em meio à mata natural e passando por um bananal.
2. **Cachoeira do Araribá:** (atrativo natural): neste local o rio do Azeite forma pequenas cachoeiras e um pequeno poço. Presença de pedras de grande porte. Local cercado por mata natural. Presença de pássaros e peixes. Local propício a banhos e caminhadas pelo rio.
3. **Saltinho:** (atrativo natural): corredeiras com formação de piscinas naturais de grande porte. Grande volume de água. Rodeado por árvores, principalmente bambus. Propício a banho. Local possui pedras de médio porte.

4. **Aldeia do rio do Azeite:** (atrativo cultural): tribo Tupi Guarani formada por 6 famílias, 30 pessoas. Vivem em casas construídas de barro e cobertas de bambu e palha Guaricana. Tem como línguas o Tupiguarani e a língua portuguesa. Na sua maioria pertencem à religião da Assembléia de Deus. Todos fabricam artesanato e os comercializam . A aldeia se localiza próxima à Estação Ecológica Juréia Itatins e é cercada por rios, cachoeiras, corredeiras e mata atlântica. Plantam bananas e palmitos.
5. **Morro da Torre:** (atrativo natural): o morro se encontra em parte desmatado e em parte coberto por vegetação natural. Do alto do Morro é possível ver toda a cidade de Itariri, as Serras e Morros que cercam o município e plantação de bananas. A trilha que dá acesso ao alto do Morro está localizada na parte desmatada e atravessa o posto da fazenda.
6. **Rio das Pedras:** (atrativo natural): rio de porte médio com várias corredeiras pequenas. Possui muitas pedras de vários tamanhos e vegetação natural. Possui algumas casas no seu entorno e uma ponte pênsil. Presença de pássaros. Local rodeado por morros com vegetação natural. Local propício a banho. Tem uma ponte pênsil próxima ao local.
7. **Ponte Pênsil:** (atrativo cultural): ponte pênsil de madeira sobre o rio do Azeite. Ponte antiga localizada em meio a uma bela paisagem de morros e rio de pedras. Continua a ser utilizada para atravessar o rio apesar de apresentar perigo pois sua parte lateral está em estado de deterioração e mesmo a madeira (piso da ponte) está solta. A extensão da ponte é de 9 m.
8. **Igreja São Benedito:** (atrativo cultural): a Igreja São Benedito foi a 1º igreja construída no centro urbano de Itariri. Data de 1925. É propriedade da Prefeitura e está desativada temporariamente. Não foi possível visitar a parte interna pois estava fechada.
9. **Estação Ferroviária:** (atrativo cultural): estação ferroviária de Itariri. Construção datada de 1914. O local não está sendo mais utilizado como Estação Ferroviária. Localiza-se bem no centro da cidade. A estação está com as portas fechadas, sendo possível conhecer só a parte de fora. O trem passa pela Estação mas não pára. A Estação Ferroviária ainda não é visitada como um atrativo turístico. Tem um banheiro público na rodoviária em frente à Estação. Parte da Estação é utilizada para aulas de Karatê.
10. **Pedra da Moça:** (atrativo natural): Piscina natural formada pelo rio do Azeite com pedras de grande porte que servem de plataforma para mergulhos. Presença de peixes. Local rodeado por plantações de banana. Propício ao banho.

Município: Peruíbe

Atrativos Viáveis

1. **Chão de Pedra:** (atrativo cultural): é um espaço cultural onde se produz artesanato em pedras (bijuterias, quadros e artesanato em geral). Músicas em apresentações

com datas previamente marcadas. Projeção de vídeos. Construção com arquitetura integrada ao ambiente rupestre. Possui cozinha onde são servidos petiscos em mesas ao redor da piscina de pedras. Pode-se aplicar a lama negra e tomar uma sauna e ducha. Exposição de arte. Possui uma escola de artesanato e ateliês. Funciona como um centro de informações turísticas. Possui intercâmbio com o círculo italiano. Segundo o proprietário suas terras não pertencem à área da EEJI, porém esta informação precisa ser checada, pois segundo outras fontes toda a área pertence à EEJI.

2. **Praia do Guaraú:** (atrativo natural): praia com cerca de 3 km de extensão, areia escura, praia plana, sem dunas. Faixa de areia com largura aproximada de 200 m em média. Foz do rio Guaraú. Boa para pesca.
3. **Praia do Centro:** (atrativo natural): areia fina e escura. Água escura. Faixa de mais de 70 m de largura. Extensão de 1700 m. Na alta temporada fica poluída por esgoto doméstico. Presença de barrascas sem padronização. Parque de diversão e outras atividades de lazer são instaladas na alta temporada tais como: pistas de moto cross e trio elétrico.
4. **Prainha:** (atrativo natural): entre a Praia do Costão e do Guaraú. Areia escura. Águas escuras. Extensão de cerca de 400 m e largura de cerca de 40 m. Costão e ilhas. Boa para pesca. Presença de construção típica de um castelo. Acesso através de propriedade particular. Vista com grande beleza cênica.
5. **Praia do Costão ou Canto ou Biquinha:** (atrativo natural): a areia é fina, a água escura, foz do rio Preto, extensão aproximada de 500 m com largura de cerca de 80 m em média. Presença de bico com água fresca utilizada para banho. Costão rochoso no canto direito.

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

1. **Ruínas do Abarebebê:** (atrativo natural): está em obras. A construção de um museu (praticamente pronto). Restauro das minas paralisado temporariamente. São ruínas com 452 anos. De uma Igreja Batista que recebe o nome indígena do Padre Leonardo (Abarebebê). Padre Voador. Na área existem outras peças antigas como um relógio de sol. Existe um templo místico construído a cerca de uns 10 anos. Possui sítio arqueológico "aldeia São João" batista de Peruíbe. (IPHAN)
2. **Mirante:** (atrativo natural): **sem descrição ??????????**
3. **Corredeiras do Rio do Ouro:** (atrativo natural): corredeiras com cerca de 30 m de extensão. Poço natural com cerca de 10 m por 5 m na queda principal. Poço menor em queda secundária. Poço principal com profundidade de 1,5 m e poço secundário com menos de 1 m de profundidade.
4. **Anízio Balneário:** (atrativo natural): foi construída uma barragem no meio do rio do ouro para formação de uma piscina com água natural do rio. Dimensão aproximada

de 50 m por 5 m. Um "verdadeiro absurdo". O proprietário foi autuado pela Polícia Florestal, mas continua explorando o local. Está construindo uma pousada, um salão para eventos. Possui um bar, restaurante e um empório no local.

5. **Cachoeira Paríso:** (atrativo natural): cachoeira do Paraíso, quedas sucessivas sendo que existem algumas com escorregadores naturais em pedra. Altura estimada da queda d'água de 10 m. Presença de pequenos peixes. Poço natural apropriado para banho. Água cristalina. A vegetação do entorno é de mata atlântica bem preservada. Existem trilhas de acesso no entorno bem sinalizadas. Existem 5 lanchonetes na "praça" de acesso.
6. **Corredeiras do Perequê:** (atrativo natural): corredeiras do Perequê e Poço do Perequê. Água cristalina com peixes (lambaris, carás, traíras). Poço natural próprio para banho. Vegetação de mata atlântica bem preservada com presença de aves e lagartos. Existe trilha que conduz a duas lagoas naturais. 20 minutos de caminhada sem sinalização. O poço encontra-se assoreado naturalmente por cascalho e em época de grandes chuvas a descida de pedras ameaça a segurança da ponte, favorecendo assim a retenção destas "corridas de cascalho" em direção aos pilares de sustentação da ponte.
7. **Mercado de Peixe:** (atrativo cultural): o mercado de peixe de Peruíbe foi construído pela extinta SUDELPA, sua arquitetura é simples consta apenas de bancas de alvenaria, algumas de propriedade dos Armadores (donos dos barcos) e outros de pessoas que compram dos pescadores que não possuem bancas. Muitas pessoas buscam informações sobre marés, passeios e ilhas com pescadores, que também fazem viagens para as ilhas próximas. O mercado aluga os barcos para turistas. Frete por pessoa R\$ 20,00. O mercado é atração para os turistas que desejam conhecer embarcações de pesca.

Atrativos Viáveis com Grandes Adequações

1. **Balneário Poço Azul:** (atrativo natural): pequena corredeira com poço de grande extensão de aproximadamente 30 m por 5 m e profundidade de aproximadamente 6 m. Possibilita mergulhos de cima da árvore ou por corda de alturas que variam de 5 a 10 m/. Balneário em condições sanitárias ruins, com bar ao lado e muito lixo acumulado e jogado em valas nas proximidades do rio.
2. **Barra do Una e Praia:** (atrativo natural): barra do rio Una e Praia do Una. Vegetação de mata atlântica, mangue e restinga e jundu. Praia com aproximadamente 2000 m sem poluição e com 6 campings. Durante a época de temporada estima-se que entre 1500 e 2000 pessoas hospedam-se nos campings. Praia pertencente ao município de Iguape mas o acesso viário é através de Peruíbe. O sr. Edson dos Santos Carvalho, morador de mais de 15 anos dono do camping Novo Horizonte afirma que a atual gestão municipal de Peruíbe cuida da área (lixo e estrada) de maneira sem precedentes. Afirma que de julho a dezembro recebe turistas da Alemanha, em grupos de 15 pessoas que permanecem de 2º feira a Sexta. Estes grupos vem com reserva feita em São Paulo diretamente para

o camping Novo Horizonte. Os campings cobram R\$ 5,00 por pessoa/dia a partir da idade de 9 anos.

Município: Cananéia
Atrativos Viáveis

- 1. Praia do Marujá (atrativo natural):** a praia é caracterizada por ser de mar aberto como uma praia grande de muitos quilômetros de extensão. Ela apresenta a zona de restinga é formada somente por gramíneas com algumas porções de formações arbustivas. A praia tem areia dura e fina. Ela é bastante visitada por turistas que estão alojados na vila do Marujá. Na época de temporada há uma grande quantidade de lixo advindo dos turistas e de material trazido pela maré. Sendo de mar aberto, há muitas ondas que se arrebatam sucessivamente na praia.
- 2. Costão: (atrativo natural):** é representado por uma faixa rochosa de delinea a costa da Ilha. Em períodos chuvosos o nível do mar eleva-se recobrando grande parte deste trecho com risco de que aqueles desavisados não possam ultrapassar esta faixa de relevo, com ondas que rebentam sobre as pedras e profundos desníveis. Em períodos de maré baixa, é possível (nas piscinas entre pedras) observar a fauna marinha (esponjas, peixes, algas, etc). As rochas que compõe o Costão são escuras (pretas) e desgastada pela ação das águas .
- 3. Manguezal: (atrativo natural):** a área de manguezal representa um dos atrativos de maior interesse por parte dos visitantes, principalmente das crianças que visitam o Núcleo Perequê com a escola. O manguezal abrange no Núcleo, uma área de aproximadamente 4 Km de extensão dos quais, por uma hora e meia de caminhada (quando não se atolam os pés) até a área central do manguezal. Neste ponto o visitante aprofunda-se por até quase 1 m na areia lodosa. As raízes aéreas e rizóforos fazem da paisagem um universo peculiar de formas e dimensões quase homogêneas. A vegetação é específica, representada por 3 espécies fundamentais: o manguê vermelho (vegetal arbustivo com tronco/ caule de tonalidade interior vermelha); o amarelo e o branco. Cada uma destas plantas apresenta um formato próprio de raízes, por entre as quais pequenos caranguejos e maris-farinha caminham subindo e descendo sobre troncos ora aprofundando-se na areia outras saindo de pequenos buracos rasos. Há trechos de solo arenoso mergulhados na água do mar e outros, secos e endurecidos. É um tanto dificultoso caminhar por entre a vegetação local (de médio porte com galhos entrelaçados). Há muitas sementes de manguê que, deslocadas naturalmente, sobrevivem até um ano na água até fixarem-se em solo ideal para sua germinação. A água no manguezal é escura em decorrência da decomposição de matéria orgânica ali em larga escala. Em períodos de maré baixa, observa-se o fundo das poças e o trabalho de coleta de alimento de peixes e caranguejos. Em função de ser um verdadeiro berçário (área ideal para reprodução de diversas espécies animais) e abrigar rica diversidade de microorganismos e material orgânico, a área de manguê exala forte odor. O ambiente é bastante silencioso e apesar de serem as folhagens esparsas e pequenas e médias, há bastante sombra. De extrema relevância para atividades de educação ambiental e pesquisa científica.

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações

- 1. Praia de Itacuruçá:** (atrativo natural): localizado praticamente na estrada do canal junto à Ilha do Cardoso. É uma praia com extensão de 12 km aproximadamente. Em seu comprimento ela é sinuosa com trechos maiores de praia e outros menores. Observa-se que o mar vem causando grande estrago junto à vegetação. Em alguns trechos temos vegetação baixa constituída de arbustos, em outros gramíneas e caraguatás (bromélias). Em outras vegetação de mangue estando uma parte bastante destruída por causa do mar. Neste trecho, dependendo da maré, há uma dificuldade de transpor para o outro lado da praia já que há uma infinidade de galhos retorcidos que se estendem na zona de arrebenção. Em seu entorno não há montanhas com exceção na porção de praia próxima ao mar aberto. Foram vistas aves marinhas no percurso.
- 2. Cachoeira do Mandira:** (atrativo natural): a partir da estrada percorre-se uma estrada estreita cascalhada inicialmente (100 m) de um capinzal, posteriormente inicia-se um caminho em meio à uma mata atlântica exuberante após cerca de 800 a 900 m chega-se à uma área descampada, à esquerda uma ex mineradora e à direita uma trilha estreita. Descendo cerca de 7 m chega-se ao rio Mandira, caudaloso com pedras e corredeira de água com volume razoável, na frente, subindo o rio, encontra-se uma piscina natural, estreitada por rochas forma-se uma nova piscina com a cachoeira de queda de 6 a 7 m. Todo o entorno é de mata atlântica.
- 3. Centro Histórico de Cananéia:** (atrativo cultural): o período do qual pertecem as diversas construções do centro do município (centro histórico tombado pelo CONDEPHAAT) equivale aos anos de 1837/1838 aproximadamente, quando em Cananéia existiam 12 engenhos para o beneficiamento do arroz, 3 engenhos de aguardente e 1 fábrica de barris de madeira. Este foi o tempo áureo da cidade que serviu como um dos pontos de escoamento da produção agrícola do Ribeira. Algumas das construções deste período ainda existem e grande parte foi construída com pedras da região. Hoje algumas servem de moradia, outras, comércio e outras ainda estão em estado depreciativo em decorrência da não manutenção. Portas e janelas chamam a atenção e relembram vilas do período colonial, à beira mar ou paralelas à via pública com piso de paralelepípedos. Destaca-se deste conjunto a Igreja Matriz, construída em taipa de pilão e ainda bastante conservada. É o marco da cidade e destaca-se em tons de azul e branco com um sino em ferro fundido. O mais interessante é observar a homogeneidade no padrão construtivo da época, a largura das ruas de paralelepípedos, a proporção da área antiga (um centro urbano antigo) em relação ao que é hoje a cidade em termos de abrangência espacial, imaginar quem viveu naquele casario.
- 4. Poço das Antas (Ilha do Cardoso):** (atrativo natural): o Poço das Antas situa-se em meio à Mata Atlântica e corresponde à uma piscina natural de aproximadamente 3,5 m de raio e 3 m de profundidade. É uma piscina natural formada pelo rio Perequê. A água é bastante fria e cristalina com pouca correnteza. É possível a natação e mergulhos. A mata circundante é mata atlântica nativa, bastante densa e úmida. Ouve-se muitos sons de aves. O acesso ao atrativo se dá pela trilha do Morro das

Almas em percurso que permite ao visitante observar 3 tipos de vegetação bastante diferenciados ao longo do caminho: restinga, transição entre restinga e mata atlântica e mata atlântica propriamente. No percurso ainda se observam interessantes paisagens como áreas cobertas por densas camadas de bromélias terrestres em flor em certos períodos do ano com folhas bastante verdes que contrastam com o tom verde escuro da restinga. Há trechos escorregadios e com raízes salientes contudo, até o Poço, todo o trajeto é plano. No Poço não há fauna aquática e as laterais oferecem pedras ideais para o descanso e banho de sol. Foi possível encontrar no caminho um bando de porcos do mato e várias plantas com propriedades medicinais como a carqueja, a cavalinha, a citronela. Com sorte, encontram-se os jacarés do Papo Amarelo e lagartos. Não foi possível seguindo a trilha do Morro das Almas, alcançar a antiga usina e o Morro das Almas propriamente em decorrência da chuva e neblina. Não foi identificado o percurso em Km da Trilha mas o tempo gasto foi de aproximadamente 1:30 de caminhada até o Poço.

5. **Morro São João:** (atrativo natural): o Morro São João possui uma trilha que inicia-se após a Casa de Pedra (datada de 1906 de propriedade do Eng. J. Novaes - placa inscrita na casa). A trilha apresenta-se sombreada em praticamente todo o percurso, no final cerca de 50 m até o mirante há uma vegetação de mato (gramíneas). A vegetação de mata atlântica do entorno da trilha é bastante exuberante e diversa. O mirante construído é de ferro, tem cerca de 10 m de altura, a vista do alto é um atrativo turístico de elevada qualidade. Observa-se em dias claros, as paisagem da Ilha do Cardoso, Ilha Comprida, Ilha do Bom Abrigo, o município, o Mar de Cubatão com a Vila Porto de Cubatão e baía de Trepandé. O artesão Sr. Benedito Aroldo de Almeida até a década de 50, no alto do Morro de São João havia Cruzeiro e a comunidade de Cananéia fazia a romaria do Divino Espírito Santo, no dia 3 de maio, quando a bandeira do Divino ia até os sítios. Às 5:00 horas da manhã os foliões com rabeca e viola com a porta da Igreja fechada saía da Igreja e iam pela cidade. Por volta das 8:00 horas subiam o Morro São João em procissão após terem chamado as famílias da cidade. Então rezavam a missa no cruzeiro no alto do Morro.
6. **Cachoeira da Lage:** (atrativo natural): partindo-se da Praia de Camburiú (Vila de Pescadores) segue pela fase oceânica, passando por 3 praias, na 4ª praia a denominada Praia da Lage (a cerca de 1 hora de caminhada), na margem de um pequeno rio entra-se na trilha. Passa-se por uma área de restinga e posteriormente entra-se numa área de mata mais exuberante de mata atlântica de planície litorânea com muitos pontos de solos encharcados variando com terra firme (cerca de 1 hora de caminhada) chegando ao rio a trilha é pelas pedras, cerca de 30 minutos até uma queda de 1m em forma de escorregador com uma piscina natural de porte representativo, para nadar e com entorno de Mata Atlântica.
7. **Cachoeira Grande:** (atrativo natural): a cachoeira tem aproximadamente 10 m de altura em queda semelhante a um tobogã. Grande volume de água. Água cristalina de temperatura bastante fria queda d'água bastante forte. Há uma piscina natural abaixo da queda com capacidade para até 30 pessoas. E com aproximadamente 3,5 m de profundidade. Há o risco de mergulhos visto que as pedras do fundo são

pontiagudas. É ideal apenas o banho e natação. Nas laterais as pedras arredondadas permitem o descanso e baho de sol. A vegetação de entorno é de mata atlântica nativa com muitas epífitas (bromélias e orquídeas) e ouve-se constantemente o canto de diversos pássaros. É possível alcançar a queda de cachoeira subindo-se as pedras em forma de "degraus" porém com o cuidado de apoiar-se constantemente evitando-se tombos nas áreas de rochas com musgos e um tanto escorregadias. Para as crianças, as piscinas menores abaixo da grande piscina da cachoeira, são um bom atrativo com água limpa e pouca profundidade e sem correnteza. A cachoeira é ponto de parada praticamente obrigatório dos barqueiros que cruzam os canais por onde se dá o acesso ao citado atrativo. A entrada para a trilha é sinalizada e o percurso de aproximadamente 30 minutos com grau de dificuldade médio. Há trechos mais íngrime e não se caconselha a visita em dias chuvosos visto que há pontos com deslizamento de barro por erosão do piso da trilha. Aoi longo do trajeto, observam-se as ruínas de uma das casas construídas com pedras locais e farinha de ostra ("cimento"/mistura feita com o maceramento de conchas e areia da praia para acoplar as pedras entre umas e outras) que serviram de moradia aos trabalhadores da antiga serraria ali construída na década de 30. Hoje as ruínas estão cobertas de líquens e musgos e são um atrativo peculiar. O passeio não é indicado para idosos.

8. **Praça da Figueira - Árvore do Coração de Pedra:** (atrativo cultural): a Praça da Figueira é denominada de Árvore do Coração de Pedra, a comunidade indica que sua idade é de aproximadamnet 150 anos. Há uma imagem de Nossa Sra. Dos Navegantes na extremidade da praça sendo também passagem da Procissão de Nsa. Sra. Dos Navegantes em 15 de agosto. O porte da figueira é razoavelmente significativo. Esta árvore possui levado número de plantas epífitas (bromélias, cactos, samambaias) em seus troncos. Este atrativo cultral não apresenta visualmente um aspecto de destauq enquanto atrativo paisagístico considerando a pequena área de ocupação da praça e o porte pequeno da árvore. O que destaca-se é a evolução da figueira ao longo destes anos pela fala da comunidade ter envolvido um chafariz onde pegava-se água antigamente, pois atualmente o chafariz está totalmente envolvido pelas raízes da árvore. Acredito que é ponto de observação mas não configura-se em si como um atrativo turístico para nenhuma categoria estabelecida no trabalho do Inventátio, mas a prefeitura divulga este ponto como atrativo turístico.
9. **Argolões de Ferro:** (atrativo cultural):os argolões que datam do século XVI estão inseridos na margem do Mar de Cananéia (fora) na base do Morro São João na direção sul. Infelizmente foi identificada uma guarita de vigilância por cima da rocha onde estão os argolões e um caminho que dá em um pier para o desembarque de camarões da fábrica, neste pier há um sistema de seleção da matéria prima que chega via embarcações (sistema com máquinas e funcionários). Os argolões do período estimado do século XVI estão inseridos em uma área particular da fábrica de pescados "Golfinho Azul". O pier de desembarque do produto e a forma de operacionalização dos camarões pode ser um atrativo potencial para trabalhos de educação ambiental. Tanto do recurso histórico inexplorado quanto do sistema utilizado para separar a matéria prima, com possibilidade de visitar o interior da fábrica de gelo e congelados de pescados em geral.

- 10. Praia de Ipanema:** (atrativo natural): praia localizada em área de mar aberto. Apresenta areia dura e largura de aproximadamente grande. Sua extensão é média mas sua beleza cênica impressiona por estar cercada de montanhas por todos os lados. A praia faz limites com vegetação rasteira e também com vegetação arbórea de mata secundária. Nas temporadas se faz atividade de camping o que não é permitido no Parque. Em termos de fauna foram observados grande números de aves como gaivotas, biguás entre outros. Próximo à praia na montanha há uma pequena cachoeira em forma de escada. Há também um curso de água que desemboca no mar. (rio Ipanema).
- 11. Cachoeira do Pitú:** (atrativo natural): a cachoeira do Itapitingüi tem cerca de 8 m em rochas com volume de água caudaloso. Formando uma piscina com raio de 10 a 12 m à direita da cachoeira (olhando-se de frente) o rio continua correndo entre rochas. A mata atlântica está ao redor da área. Muito próximo cercad e 800 m do início da trilha cerca de 200 m há plantação de banana
- 12. Ilha do Bom Abrigo:** (atrativo natural): a fase da ilha voltada para o continente, possui dois principais pntos de visitação, sendo eles: 1. A praia com pequena área de extensão ótima para banhos com uma bica de água natural. É também ponto de partida para a trilha de subida ao Farol da Ilha.No ápice do farol a paisagem da fase oceânica pode-se observar a Ilha Filhote ligada à Ilha do Bom Abrigo e as encostas da Ilha do Cardoso, Ilha Comprida e Cananéia. Na base do Farol há uma área com mata exuberante, outra área é rodeada de gramíneas. 2. Próximo à praia há uma pequena baía, na fase voltada para o continente na qual estão inseridas ruínas das antigas construções com a presença de fornos com tachos para a produção de óleo de baleia. O agente local e pessoas da comunidade não conseguem identificar qual a datação deste sítio arqueológico. Apesar do elevado grau de degradação deste patrimônio histórico, há a necessidade de realização via Univerisdade de um estudo científico de arqueologia para melhor precisar os dados deste patrimônio.

Município: Iporanga **Atrativos Viáveis**

- 1. Caverna Santana - Núcleo Santana:** (atrativo natural): a extensão da caverna é de 6 km. 800 m correspondem ao circuito turístico cujo trajeto abrange 8 salões da caverna. A caverna é conhecida como aquela que possui o maior número de espeleotemas (variedade) e conservados do país. Uma bela piscina natural com extensão de 10 m por 10 m aproximadamente. Há passarelas para segurança dos visitantes e travessia do Rio Roncador que corta a caverna. Formações específicas temáticas: camelo, fatia de bacon, coração, mão de 3 dedos, boca do tubarão, dançarina, peru, Cristo, Nossa Senhora. Há trechos nos quais a calcita "escorrida" representa um "céu de estrelas" minúsculas que fascinam pela sua perfeição e harmonia. Formações de todos os tamanhos. A entrada da caverna (boca) está permanentemente fechada por uma grade de ferro com portão e que só é aberta pelos guias do Parque de posse da chave que necessariamente conduzem a visita à caverna. O atrativo foi fechado pois na década de 60, muitas formações foram

destruídas em decorrência da visitação descontrolada. O nome da Caverna se deve à homenagem à Padroeira de Iporanga: Nossa Sra. De Santana. É um espetáculo.

2. **Igreja Matriz de Iporanga:** (atrativo cultural): no ano de 1982, parte do edifício (inclusive a torre inteira) ruiu e foi reformado entre 1987 e 1988. A igreja, em estilo colonial, foi construída entre os anos de 1738 e 1755 em taipa de pilão. Os afrescos internos foram elaborados por artistas desconhecidos da época. As coroas são de ouro maciço e os diademas fabricados com o ouro extraído dos garimpos da região, já não mais ocupam espaço ali. O sino é lemento de destaque: foi confeccionado em 1772 na Holanda com ferro fundido e possui encravado o Brazão do Império Brasileiro. Tem uma sonoridade sem par. A igreja tem as cores azul e branco, uma torre, grandes janelas de madeira, escadaria frontal de pedras original do período de sua construção. A Igreja é uma homenagem à Padroeira de Iporanga: Nossa Sra. De Santana.
3. **Cachoeira das Andorinhas: Núcleo Santana** (atrativo natural): a cachoeira possui cerca de 25 m de altura e com volume considerável de água. Uma formação de "canyon" com formação de um poço com profundidade de aproximadamente 2 m permite banho porém, são inviáveis os mergulhos em função das pedras pontiagudas do fundo do poço e de sua pouca profundidade. Também não se deve de modo algum adentrar abaixo da queda d'água que tem força impressionante e pode provocar o afogamento por pressão e prisão entre as pedras. Água cristalina. Vegetação de entorno de mata atlântica nativa com grande diversidade. Muitas aves. O acesso se dá pela trilha que margeia o rio Betari (Trilha do Betari) que forma a cachoeira.
4. **Cachoeira do Beija - Flor ou Do Betari: Núcleo Santana** (atrativo natural) : a cachoeira é bem mais volumosa no nível da água do que a Cachoeira das Andorinhas. Localiza-se acima desta última e está bem mais recuada em meio à mata densa. Possui águas mais calmas e poço que permite apenas banho. Não foi possível identificar a altura da queda e não é recomendável adentrar debaixo da mesma em função da pressão da água que desce o paredão rochoso. Acesso também pela Trilha do Betari.
5. **Centro Histórico do Vale do Ribeira:** (atrativo cultural): o conjunto arquitetônico histórico é tombado como patrimônio cultural pelo CONDEPHAAT. O conjunto data do século XVIII. Iporanga permaneceu por bastante tempo isolada do progresso e graças ao fato, manteve grande parte de sua estrutura arquitetônica original e abrangência espacial. Há casas construídas com taipa de pilão e de pau a pique. As janelas das pequenas casas e também as portas de madeira são originais. Escadarias de pedras, fonte pública de ferro fundido, luminárias de 1874, telhados com telhas originais da época e o estilo de construção colonial demonstram o velho Brasil.
6. **Figueiras e Pau D'Alho - Núcleo Ouro Grosso:** (atrativo natural): as figueiras o pau d'alho são árvores de grande porte que destacam-se em meio à vegetação pela proporção da largura que atingem os troncos e as raízes sobressalentes do solo. Há um fenômeno natural interessante: o entrelaçamento entre o pau d'alho e a

figueira o que proporcionou a formação de um "túnel" de altura de aproximadamente 2 m com extensão de cerca de 4 m que pode ser atravessado pelos visitantes que percorrem a Trilha da Figueira. Estima-se que o complexo natural tenha aproximadamente 100 anos de idade. A altura das árvores ultrapassa os 30 m. Nos galhos há grande quantidade de orquídeas e bromélias. É um atrativo ideal para educação ambiental e pesquisa científica. No local há um banco para descanso e observação das proporções do atrativo. A vegetação de entorno é de mata atlântica original com alto grau de umidade relativa do ar e diversidade de espécies. O atrativo situa-se após a entrada para a Caverna Ouro Grosso. A trilha é um pouco escorregadia de baixo impacto para o visitante, contudo não aconselhável para idosos e crianças com menos de 10 anos de idade.

- 7. Caverna Morro Preto - Núcleo Santana:** (atrativo natural): caverna seca (qualificação atribuída às cavernas que não possuem um rio que as atravessa) formada por desabamento de placas rochosas. O circuito turístico é de 600 m e chega até a 1º escada de madeira. Há grandes estalactites, fendas e placas rochosas de grande extensão formando gigantescos degraus de pedra. Não foi observada fauna cavernícola. A boca da caverna chama a atenção por sua dimensão e formações espeleológicas cobertas de musgos e líquens. Há trechos escorregadios no interior do atrativo. De dentro para fora olhando-se para a entrada da caverna, a luz favorece a formação de uma belíssima imagem com contrastes de sombras. Deve-se ter o cuidado durante o passeio dentro da caverna com pedras soltas. Deve-se fazer a visita acompanhado de um guia local ou monitores cadastrados no Parque. A caverna foi um importante sítio arqueológico.
- 8. Lago do Núcleo Ouro Grosso:** (atrativo natural): o lago abrange um área de aproximadamente 4 m quadrados. A água é turva em decorrência da decomposição de folhas e raízes da vegetação de entorno que ali se acumulam naturalmente. Há muitas ninféias e libélulas e ainda cascudos e carpas. No centro do lago uma ilha pequenina com um quiosque de sapé, favorece o descanso e observação da área em todas as direções. O acesso ao quiosque se dá por uma pequena ponte de madeira. É comum ouvir o grito da araponga e várias outras aves. Muitas crianças do Bairro da Serra brincam ali. Não é permitido o mergulho e mesmo o banho. Há muitas raízes no fundo que podem enroscar os pés. Não foi possível identificar a profundidade do lago.
- 9. Garimpo Santo Antônio:** (atrativo cultural): o atrativo encontra-se numa região rica em fauna e possui um rio propício para banho. O garimpo data de 1576 e a cidade de Iporanga iniciou-se nesta região. Com o ciclo do ouro os bandeirantes e viajantes fixaram residência. Esta área deve ser estudada para melhor compreensão quanto à importância do garimpo ali e qual sua história. O proprietário está com proposta de montar um museu do ouro e gostaria que o trabalho fosse feito em conjunto com as universidades.
- 10. Cachoeira do Couto:** (atrativo natural): cachoeira formada por curso d'água que originou a Caverna do Couto. Queda d' água com cerca de 10 m seguida, após o poço, de outra com cerca de 4 m de altura. Situa-se das dependências do Núcleo Santana e é visitada por grande número de turistas que percorrem a Trilha Morro -



Preto Couto. Água cristalina com formação de pequeno poço para banho inclusive debaixo da queda. A profundidade é de aproximadamente 3 m. Não é possível o mergulho. Vegetação de mata atlântica circundante. Pedras para descanso. Ideal para as crianças.

- 11. Caverna do Couto:** (atrativo natural): galeria molhada (atravessada por rio) com forte corrente de vento com percurso de aproximadamente 200 m abertos à visitação. Poucas formações espeleológicas. Tem interligação com a Caverna Morro Preto, poré, acesso difícil, sem autorização para ser praticado. Percurso dificultoso em função da água que alcança os joelhos. Visita com monitor.

Atrativos Viáveis com Pequenas Adequações:

- 1. Museu do Clayton:** (atrativo cultural): casarão construído pelos escravos com taipa de pilão e pertenceu à uma família de comerciantes de classe média lata do século passado. Foi comprada e restaurada pelo atual proprietário que através de pesquisas e com o intuito de fazer da casa um museu, decorou-a internamente com móveis e utensílios que eram utilizados no século passado por estas famílias. São objetos adquiridos em leilões e feiras de várias procedências e doados por amigos e conhecidos. São painéis de ferro, cristais, porcalanas, cestarias, etc.
- 2. Cachoeira Água Milagrosa:** (atrativo natural): é uma cachoeira com porte pequeno (8 m de queda) com água cristalina e potável. É possível avistá-la da estrada SP 165 e fica a 200 m da via. Não é possível tomar banho, não há poço. A vegetação de entorno é mata atlântica nativa. O local é bastante úmido. O atrativo é secundário. Não se sabe a origem do nome.
- 3. Mirante do Núcleo Santana ou Mirante do Betari:** (Atrativo natural): o mirante é a porta de recepção aos turistas que vistam o Núcleo Santana. A parada é quase que obrigatória para a grande maioria que se encanta observando do alto, o Vale do Rio Betari. O contraste das cores entre as montanhas, define o contorno da paisagem. Sempre venta. Existe ali uma mureta de pedras que serve de assento aos observadores e de segurança. Em períodos de ar limpo, ouve-se o som das águas do rio Betari e ao longe muitos pássaros. À noite, os campistas do Núcleo costuma ir ao Mirante para observar o céu estrelado e conversar. Muitos permanecem ali até amanhecer o dia. Não foi possível identificar altitude do mirante.
- 4. Caverna Alambari:** (atrativo natural): caverna molhada cortad pelo Rio Alambari. Possui poucas formações espeleológicas. Alguns salões da caverna são formados pelo desabamento do teto da caverna em decorrência de fenômenos naturais (abalos sísmicos, chuvas, etc.). O salão de entrada da caverna é utilizado por alguns visitantes ou moradores locais como "igreja" já que lá celebram a cerimônia de casamento oficial e formalmente (presença de padre). A vegetação de entorno é caracterizada pela mata atlântica original e trechos de mata secundária (embaúbas e curipunas). É a caverna mais frequentada pela população local. O circuito permitido na parte interna corresponde à travessia com saída no Vale do Betari e entrada pela parte inferior da caverna. Poucos morcegos apenas na entrada do

atrativo. Não é ideal ingerir a água do rio que cruza a caverna. Grande parte da travessia se dá pela água do rio que atinge em alguns pontos até 1,60 m, de altura portanto, é necessário que o visitante seja acompanhado de um monitor local.

5. **Cachoeira do Dema:** (atrativo natural): para alcançar a cachoeira, caminha-se pela trilha da Cachoeira do Dema observando-se uma paisagem de mata atlântica com flora e aves exuberantes. É possível observar a antiga estrutura para captação de água do rio da Caixinha que abastecia a cidade de Iporanga. Ao longo do caminho, alguns pequenos poços rasos de água, promovem refrescamento e brincadeiras. São 15 minutos a pé na trilha de fácil percurso até a cachoeira. A Cachoeira do Dema tem médio volume de água que cai sobre um poço de 4 m de profundidade. São arriscados os mergulhos e a natação. A queda d'água possui 3 m de altura e está em meio à bela vegetação nativa. Situa-se na propriedade do Sr. Ademar (Dema) que não se incomoda com os visitantes mais cautelosos no seu sítio.
6. **Piscina do Rio Betari (núcleo ouro grosso):** (atrativo natural): a área do rio Betari indicada, representa um trecho do rio com profundidade de aproximadamente 2 m, com fluxo médio de correnteza que propicia atividades de lazer como natação, banhos. A água é cristalina porém bastante gelada. As pedras ao redor servem de apoio ao descanso e banho de sol. Começa nesta piscina a descida com bóias pelo rio. A vegetação do local é mata atlântica original. O local é bastante agradável para o passeio e descanso.
7. **Córrego Seco:** (atrativo natural): na realidade o Córrego Seco é uma ressurgência do Rio, acredita-se atravessa a Caverna Areias e da Paçoca. O córrego, na verdade possui bastante água e correnteza média quando em períodos de cheia e fica absolutamente seco ou mesmo com baixíssimo volume de água em períodos de seca. O fenômeno se dá em decorrência da presença de um sifão que interliga dois níveis de lençóis freáticos. Está em estudo, o percurso destas águas sob o solo. O córrego desperta interesse em pesquisadores e estudantes das áreas de geologia, geografia, espeleologia e mineração e mesmo em turistas curiosos que buscam o córrego seco e encontram um pequeno rio com água e correnteza. A água não é potável. A vegetação circundante secundária arbustiva. Cachorros de rua brincam na água.
8. **Caverna Gerenias:** (atrativo natural): esta caverna tem grande extensão (número não oficial) com muitas formações espeleológicas. É ideal para pesquisas geológicas, geográficas, biológicas e espeleológicas. Há ali pesquisas sobre os morcegos, moluscos e centopéias. Caverna molhada atravessada pelo rio Marinho. Dificuldade média de travessia completa. O acesso até a boca da caverna é longo (2:30 horas) em meio à mata densa. Conhecem o percurso apenas moradores locais (quilombolas) e monitores muito antigos da região (do Bairro da Serra e de Iporanga). Há a necessidade de atravessar o rio Ribeira de Iguape com barco por 1:30 horas até a margem direita. É necessário fazer a contratação do barqueiro e do monitor. Para o transporte em barco, apenas é cobrado o tanque de combustível. A caverna serve como esconderijo de pacas. Não foi possível completar a travessia da caverna em decorrência da chuva e terreno escorregadio para retornar à trilha de retorno.

- 9. Caverna do Lago Suspenso:** (atrativo natural): a trilha de acesso à esta Caverna tem alto grau de dificuldade (ladeira escorregadia). A entrada da caverna é difícil (estreita) já que representada por uma descida vertical de 8 m abaixo do solo. Há pouca variedade de espeleotemas e a responsável pelo nome da caverna é a associação de calcáreo em formas de espeleotemas que em conjunto formam diques quase perfeitos. No interior destes diques a água é absolutamente estática e em dias de sol, a luz que adentra ao salão destes diques reflete causando bela imagem. Estes diques situam-se a 10 m de altura do piso da caverna e juntos, ao longe, formam a imagem de um lago, daí, lago suspenso. A vegetação de entorno da caverna é secundária com pontos de cultivo de milho. Ouvem-se várias aves. Sr. João Gaúcho, proprietário das terras onde encontra-se a caverna não se incomoda com a visitação desde que esta seja "responsável".
- 10. Mirante Alto da Bandeira:** (atrativo natural): este atrativo está localizado no ponto mais alto do Bairro da Serra. De lá é possível avistar todo o bairro e o rio Betari. Para a subida ingreme até o cume é preciso levar água. Venta muito. Exatamente no divisor de água do mirante, está a divisa do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). Não foi identificada a altitude do mirante. Vegetação de mata secundária e trechos de mata primária.
- 11. Trilha do Garrafão:** (atrativo natural): a vegetação invadiu a trilha e há o risco de encontrar cobras e aranhas em função da presença de várias bananeiras (habitat propício a estes animais como abrigo). O percurso é de alto grau de dificuldade com várias travessias do Rio Ouro Grosso por entre pedras e superfícies lisas e cursos d'água. A mata circundante é densa e umidade alta. Vários trechos com barrancos escorregadios. Ouvem-se muitas aves. Há muitos pés de palmito juçara, bromélias de várias espécies e orquídeas. A paisagem é lindíssima. Ao longo da trilha observam-se sumidouros do rio com pequenas poças onde se reproduzem sapos e pequenos cascudos. Todo o caminho é coberto de cipós. Ao longo do trajeto encontram-se Chuchus que se proliferam sobre a vegetação nativa. Há uma infinidade de fungos e líquens. Não é um atrativo ideal para crianças e adolescentes mas para o turismo científico. A trilha conduz aos abismos que não são abertos à visitação.
- 12. Praça Luis Nestlehner:** (atrativo cultural): a praça é bastante agradável: arborizada, plana e ampla. É utilizada para quermesses, festas municipais e é ponto de encontro de grupos de jovens. Os postes de iluminação são do século XVIII. É a Praça da Matriz de Iporanga. Possui um chafariz em estilo colonial de ferro fundido e com aplicações em relevo. A praça é bastante antiga e apresenta duas pinturas que representam, uma a mineração aurífera (1567) e outra, a chegada da Santa Nossa Sra. Do Livramento no Porto do Ribeira de Iporanga (31.12.1961). Estas pinturas foram oferecidas por Jeremias de Oliveira Franco em 1967. Há banheiro numa distância de 300 m. Há bancos debaixo das árvores. É uma área bastante bucólica, bem no centro velho da cidade.
- 13. Cachoeira do Taquaruvira:** (atrativo natural); é uma cachoeira formada pelo rio Taquaruvira de aproximadamente 7 m e um poço com capacidade aproximada para 15 pessoas. Presença de vegetação nativa - mata atlântica. Muitas bromélias,

orquídeas e plamitos. Ao lado da cachoeira, encontra-se uma ruína de pequeno porte, pertencente à uma usina de captação de energia elétrica que não descaracterizou a área. Acima da cachoeira do Taquaruvira, há outra de 4 m sem área para banho. Neste local observa-se a fauna e flora. Acesso de pequena extensão e em boas condições.

- 14. Caverna do Laboratório:** (atrativo natural): caverna com fácil acesso localizada a cerca de 10 minutos da Estrada. Atravessa-se um descampado com uma ilha da mata atlântica (trecho restrito com densa vegetação) no entorno da entrada da caverna. Há uma elevada parede de pedra com vegetação. Caverna de calcáreo. Na década de 80 serviu como laboratório para o estudo e pesquisa em bio espeleologia. Ainda há ali equipamentos de pesquisa como escada de ferro e mureta.
- 15. Recanto da Passagem:** (atrativo natural): o rio da Passagem é um rio caudaloso e próprio para banhos. A água é bastante límpida e é possível a descida de bóias. É um atrativo próximo à área urbana. É necessário um estudo de viabilização de uma trilha de acesso que acompanhe a mergulho, já que existem ilhas com rica vegetação ao longo do curso.
- 16. Cachoeira do Sem Fim:** (atrativo natural): cachoeira com aproximadamente 9 m de altura com poço de tamanho médio (capacidade máxima para 20 pessoas). De pouca profundidade sendo ideal apenas à natação e banho. O acesso à cachoeira se dá por trilha que atravessa uma propriedade particular com extensão de aproximadamente 300 m com observação de trechos de mata atlântica original e de outras áreas descampadas. Acima desta cachoeira há outras duas com poços também para banho. O cenário é bastante bucólico, harmonioso. É possível atravessar a piscina a nado e chegar à queda e sentar debaixo d'água apenas cuidando com as pedras lisas e escorregadias. Há local sobre pedras para o banho de sol e descanso.
- 17. Caverna Casa de Pedra:** (atrativo natural): a maior boca de caverna do mundo com 215 m de altura. Vegetação de entorno de mata atlântica original densa e exuberante com muitas espécies de aves. Presença de mamíferos como macacos e onça pardas. É necessária a travessia do rio Maximiliano duas vezes até a boca da caverna (Boca Pequena ou da Caveira) e a travessia uma vez para acesso à boca grande. No trajeto que margeia o rio, são avistados pequenos córregos afluentes e de água cristalina. A caverna apresenta poucas formações espeleológicas contudo, algumas de grande porte como a de Santo Antônio, as janelas (orifícios adornados com espeleotemas contorcidos) e ainda o Salão Krone, com vestígios de escavações arqueológicas nas quais encontrou-se na Boca Pequena ossadas humanas enterradas de uma mulher e uma criança (daí o nome Boca da Caveira). Dentro da Caverna é necessária a travessia a nado do Poço das Serpentes com mais de 6 m de profundidade porém sem correnteza. É possível se fazer a escalada da cachoeira até o nível superior do salão. No rio que atravessa a caverna há trechos bastante adequados ao banho. Mesma atribuição se aplica aos trechos de rio externos à caverna. Dentro da caverna algumas cobras são encontradas presas

entre pedras já que arrastadas pela correnteza, porém, segundo os moradores, morrem em até 48 horas em decorrência da ausência de alimentos na caverna.

- 18. Caverna Água Suja:** (atrativo natural): localiza-se a 3 km do posto dos guias. Caverna com salão de entrada extenso. Caverna molhada: cortada pelo rio Betari. Circuito turístico até a primeira cachoeira com 3 m de altura. Água do rio turva e não ideal para beber. Forte corrente de vento dentro da caverna. É necessário atravessar um sifão a nado. Poucas formações espeleológicas, Trechos escorregadios. Mata atlântica de entorno densa. Boca de caverna de grande proporção e bem interessante.
- 19. Fábrica Cultural:** (atrativo cultural): construído em 1945, no local de um antigo sobrado, junto ao porto do rio Iporanga, o edifício com grossas paredes de alvenaria e cobertura de telhas tipo francesa, abrigava originalmente uma fábrica de beneficiamento do palmito desativada no final da década de 1970. Ocioso por vários anos, o prédio foi adquirido pelo atual proprietário passando por obras de restauração. Com área total de aproximadamente 400 m quadrados o edifício é composto basicamente por 02 grandes espaços: bar dançante e salão de eventos (para atividade sócio culturais e ambientais). É um centro cultural e recreativo.
- 20. Museu do Centro de Convivência do Núcleo Ouro Grosso:** (atrativo cultural): a área do museu abrange o andar superior do Centro de Convivência. É amplo e bastante arejado, com piso em madeira, janelas de vidro de onde se vê o lago e a mata. Foi inaugurado em 1997 em maio e a exposição permanente é composta de artesanato regional e local, painéis da região, do Parque e do município com várias informações curiosas. As prateleiras são de madeira e o espaço é bastante agradável. A mostra ainda está sendo incrementada e é voltada à educação ambiental dos visitantes.
- 21. Porto do Ribeirão:** (atrativo cultural): localizado no centro histórico da cidade é utilizado hoje como atracamento de canoas de pescadores artesanais locais. A paisagem circundante é interessante: encontro das águas do rio Iporanga com o Rio Ribeira de Iguape que forma um belo espetáculo natural de cores. A separação das águas é evidente. A explicação para o fenômeno é atribuída à diferença de temperatura das águas entre os rios (Ribeirão Iporanga mais frio do que o Ribeira). No local outros atrativos são observados como: os casarões ao alto datados do séc. XIX e ainda em bom estado de conservação, antiga escadaria de pedras interligando o centro do município ao porto. Nesta escadaria cada pedra tem uma tonalidade diferente. As canoas atracadas no porto são também um atrativo: canoas de um pau só, entalhadas manualmente como faziam os primeiros caboclos e pescadores do local. O porto do Ribeirão é o ponto de chegada da Balsa que transporta Nsa. Sra. Do Livramento na Festa Tradicional em sua homenagem realizada anualmente em 31.12 às 18:00 horas.
- 22. Sítio do Jurumirim:** (atrativo natural): o rio Jurumirim corta o Sítio e tem água cristalina. Margens com árvores floríferas da Mata Atlântica. Casa da sede bem simples. O local é ideal para passeio e banho no rio.

- 23. Caverna do Betari:** (atrativo natural): é uma caverna calcárea ainda em atividade (processo de formação de espeleotemas). Possui ressurgência de rio e "cachoeira" de calcita. A boca da caverna tem altura de 3 m e é possível observar raízes de árvores e arbustos que sobrepõe a rocha. O salão inicial tem grande proporção. Caverna de fácil percurso, contudo propicia escorregões em decorrência da presença de barro sobre o piso. São 100 m de fácil percurso. Presença de morcegos, inclusive de espécies endêmicas. Compatível como ponto de pesquisa espeleológica, atividade de educação ambiental e lazer. Entorno é representado pela vegetação de Mata Atlântica original com possibilidade de observação de aves e flora como bromélias e orquídeas. A estrada de acesso e a trilha precisam de conservação.
- 24. Caverna do Ouro Grosso:** (atrativo natural): de acordo com o zoneamento das áreas abertas à visitação intensiva, apenas a partir da entrada inferior (trilha das Figueiras) até a base da primeira cachoeira. A boca da caverna é extremamente estreita e sufocante por aproximadamente 4 m. A caverna é molhada atravessada pelo rio Ouro Grosso. São escassas as formações espeleológicas e o trajeto é percorrido em grande parte na água. A correnteza do rio é forte e dificulta a agilidade de locomoção. Caverna perigosa para adolescentes e crianças. Não se deve fazer a travessia em períodos de chuva quando a caverna é inundada pela elevação do nível do rio.
- 25. Morro das Corujas:** (atrativo natural): é o morro onde se permite a observação da cidade de cima assim como todo o seu entorno num raio de 360°. Acesso íngreme mal conservado com percurso de 40 minutos de duração.

Anexo 2
Valor da Produção Agropecuária
Vale do Ribeira

Valor da Produção Discriminado por Produto, por Município no Vale do Ribeira - 1998/99

Município: 014-JUQUITIBA

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
120 MANDIOCA PARA MESA	35.700,00	90,90	90,90
996 LARANJA PARA INDUSTRIA	2.508,75	6,38	97,28
997 LARANJA DE MESA	1.065,00	2,71	100,00
Total do Município	39.273,75	100,00	

Município: 043-REGISTRO

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	17.445.701,88	80,44	80,44
992 ARROZ EM CASCA	2.040.435,60	9,40	89,85
988 TANGERINA	1.758.400,00	8,10	97,96
120 MANDIOCA PARA MESA	376.635,00	1,73	99,70
989 MILHO	40.263,30	0,18	99,88
995 FEIJAO	23.915,00	0,11	100,00
Total do Município	21.685.350,78	100,00	

Município: 044-SETE BARRAS

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	10.407.960,00	67,02	67,02
403 CARNE BOVINA	4.767.255,58	30,69	97,72
999 LEITE C	232.500,00	1,49	99,22
992 ARROZ EM CASCA	75.740,00	0,48	99,70
406 CARNE SUINA	31.005,00	0,19	99,90
996 LARANJA PARA INDUSTRIA	10.035,00	0,06	99,97
997 LARANJA DE MESA	4.260,00	0,02	99,99
998 LEITE B	0,00	0,00	99,99
Total do Município	15.528.755,58	100,00	

Município: 045-ELDORADO PAULISTA

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	14.329.800,00	94,51	94,51
403 CARNE BOVINA	465.640,00	3,07	97,58
999 LEITE C	226.300,00	1,49	99,07
989 MILHO	54.780,00	0,36	99,43
992 ARROZ EM CASCA	43.280,00	0,28	99,72
406 CARNE SUINA	41.737,50	0,27	100,00
Total do Município	15.161.537,50	100,00	

Município: 046-IGUAPE

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	5.792.256,00	83,62	83,62
988 TANGERINA	448.392,00	6,47	90,09
403 CARNE BOVINA	279.384,00	4,03	94,12
119 MANDIOCA PARA INDUSTRIA	270.600,00	3,90	98,03
992 ARROZ EM CASCA	64.920,00	0,93	98,97
999 LEITE C	55.800,00	0,80	99,77
995 FEIJAO	15.305,60	0,22	100,00
Total do Municipio	6.926.657,60	100,00	

Município: 047-CANANEIA

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	905.040,00	61,74	61,74
403 CARNE BOVINA	498.900,00	34,03	95,77
992 ARROZ EM CASCA	34.624,00	2,36	98,13
999 LEITE C	18.600,00	1,26	99,40
120 MANDIOCA PARA MESA	5.950,00	0,40	99,81
989 MILHO	2.739,00	0,18	100,00
Total do Municipio	1.465.853,00	100,00	

Município: 048-ITARIRI

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	13.575.600,00	98,12	98,12
120 MANDIOCA PARA MESA	142.800,00	1,03	99,15
403 CARNE BOVINA	53.216,00	0,38	99,53
406 CARNE SUINA	30.051,00	0,21	99,75
995 FEIJAO	21.523,50	0,15	99,90
989 MILHO	7.532,25	0,05	99,96
999 LEITE C	4.960,00	0,03	99,99
998 LEITE B	0,00	0,00	99,99
Total do Municipio	13.835.682,75	100,00	

Município: 049-JACUPIRANGA

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	7.542.000,00	90,32	90,32
999 LEITE C	465.000,00	5,56	95,88
120 MANDIOCA PARA MESA	232.050,00	2,77	98,66
119 MANDIOCA PARA INDUSTRIA	42.213,60	0,50	99,17
995 FEIJAO	40.655,50	0,48	99,66
992 ARROZ EM CASCA	23.804,00	0,28	99,94
989 MILHO	4.473,70	0,05	100,00
Total do Municipio	8.350.196,80	100,00	

Município: 050-JUQUIA

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	12.836.484,00	94,11	94,11
999 LEITE C	341.000,00	2,50	96,61
403 CARNE BOVINA	155.224,42	1,13	97,75
988 TANGERINA	75.360,00	0,55	98,30
408 OVO	66.959,97	0,49	98,79
406 CARNE SUINA	66.780,00	0,48	99,28
989 MILHO	43.824,00	0,32	99,60
312 LIMAO	24.485,86	0,17	99,78
409 CARNE DE FRANGO	17.600,00	0,12	99,91
992 ARROZ EM CASCA	6.492,00	0,04	99,96
995 FEIJAO	4.783,00	0,03	99,99
998 LEITE B	0,00	0,00	99,99
Total do Municipio	13.638.993,25	100,00	

Município: 051-MIRACATU

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	10.558.800,00	98,73	98,73
403 CARNE BOVINA	99.780,00	0,93	99,67
999 LEITE C	18.600,00	0,17	99,84
406 CARNE SUINA	8.347,50	0,07	99,92
989 MILHO	6.573,60	0,06	99,98
992 ARROZ EM CASCA	1.731,20	0,01	100,00
Total do Municipio	10.693.832,30	100,00	

Município: 052-PARIQUERA-ACU

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
988 TANGERINA	6.552.396,00	81,94	81,94
304 BANANA	1.131.300,00	14,14	96,09
119 MANDIOCA PARA INDUSTRIA	135.300,00	1,69	97,78
409 CARNE DE FRANGO	81.840,00	1,02	98,80
406 CARNE SUINA	33.390,00	0,41	99,22
998 LEITE B	27.360,00	0,34	99,56
312 LIMAO	18.238,78	0,22	99,79
999 LEITE C	9.300,00	0,11	99,91
989 MILHO	5.478,00	0,06	99,98
996 LARANJA PARA INDUSTRIA	1.003,50	0,01	99,99
997 LARANJA DE MESA	426,00	0,00	100,00
Total do Municipio	7.996.032,28	100,00	

Município: 053-PEDRO DE TOLEDO

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	9.050.400,00	98,52	98,52
120 MANDIOCA PARA MESA	95.200,00	1,03	99,56
992 ARROZ EM CASCA	19.476,00	0,21	99,77
989 MILHO	8.217,00	0,08	99,86
999 LEITE C	7.440,00	0,08	99,94
995 FEIJAO	4.783,00	0,05	100,00
Total do Município	9.185.516,00	100,00	

Município: 135-APIAI

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
128 TOMATE DE MESA	45.828.000,00	95,41	95,41
403 CARNE BOVINA	823.185,00	1,71	97,12
129 TOMATE PARA INDUSTRIA	720.000,00	1,49	98,62
989 MILHO	219.120,00	0,45	99,08
992 ARROZ EM CASCA	216.400,00	0,45	99,53
995 FEIJAO	143.490,00	0,29	99,83
999 LEITE C	55.800,00	0,11	99,94
304 BANANA	18.100,80	0,03	99,98
996 LARANJA PARA INDUSTRIA	5.352,00	0,01	99,99
997 LARANJA DE MESA	2.272,00	0,00	99,99
406 CARNE SUINA	0,00	0,00	99,99
409 CARNE DE FRANGO	0,00	0,00	99,99
998 LEITE B	0,00	0,00	99,99
Total do Município	48.031.719,80	100,00	

Município: 140-IPORANGA

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
128 TOMATE DE MESA	432.820,00	26,79	26,79
403 CARNE BOVINA	249.450,00	15,44	42,24
999 LEITE C	223.200,00	13,81	56,06
992 ARROZ EM CASCA	194.760,00	12,05	68,12
304 BANANA	190.058,40	11,76	79,89
995 FEIJAO	179.362,50	11,10	90,99
406 CARNE SUINA	66.780,00	4,13	95,13
989 MILHO	36.520,00	2,26	97,39
120 MANDIOCA PARA MESA	25.882,50	1,60	98,99
119 MANDIOCA PARA INDUSTRIA	16.236,00	1,00	100,00
Total do Município	1.615.069,40	100,00	

Município: 141-BARRA DO TURVO

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
403 CARNE BOVINA	332.600,00	49,14	49,14
995 FEIJAO	99.964,70	14,77	63,91
992 ARROZ EM CASCA	69.248,00	10,23	74,14
989 MILHO	52.041,00	7,68	81,83
304 BANANA	36.201,60	5,34	87,18
120 MANDIOCA PARA MESA	29.750,00	4,39	91,58
998 LEITE B	27.360,00	4,04	95,62
119 MANDIOCA PARA INDUSTRIA	16.236,00	2,39	98,02
406 CARNE SUINA	13.356,00	1,97	100,00
Total do Municipio	676.757,30	100,00	

Município: 142-RIBEIRA

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
403 CARNE BOVINA	199.560,00	37,91	37,91
406 CARNE SUINA	71.550,00	13,59	51,51
996 LARANJA PARA INDUSTRIA	45.157,50	8,57	60,09
109 CANA-DE-ACUCAR	36.792,00	6,99	67,08
304 BANANA	36.201,60	6,87	73,95
120 MANDIOCA PARA MESA	35.700,00	6,78	80,74
989 MILHO	33.781,00	6,41	87,16
995 FEIJAO	29.176,30	5,54	92,70
997 LARANJA DE MESA	19.170,00	3,64	96,34
128 TOMATE DE MESA	9.547,50	1,81	98,16
999 LEITE C	8.060,00	1,53	99,69
992 ARROZ EM CASCA	1.623,00	0,30	100,00
Total do Municipio	526.318,90	100,00	

Município: 578-BARRA DO CHAPEU

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
989 MILHO	356.070,00	71,83	71,83
995 FEIJAO	95.660,00	19,29	91,13
999 LEITE C	22.320,00	4,50	95,63
992 ARROZ EM CASCA	21.640,00	4,36	100,00
Total do Municipio	495.690,00	100,00	

Município: 582-CAJATI

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	14.571.144,00	83,75	83,75
403 CARNE BOVINA	1.435.767,68	8,25	92,00
988 TANGERINA	778.720,00	4,47	96,48
999 LEITE C	372.000,00	2,13	98,62
995 FEIJAO	117.183,50	0,67	99,29
119 MANDIOCA PARA INDUSTRIA	48.708,00	0,28	99,57
989 MILHO	35.607,00	0,20	99,77
312 LIMAO	25.330,20	0,14	99,92
992 ARROZ EM CASCA	12.984,00	0,07	100,00
Total do Municipio	17.397.444,38	100,00	

Município: 599-ITAOCA

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
128 TOMATE DE MESA	458.280,00	32,68	32,68
999 LEITE C	452.600,00	32,28	64,97
403 CARNE BOVINA	194.571,00	13,87	78,84
989 MILHO	125.537,50	8,95	87,80
992 ARROZ EM CASCA	45.985,00	3,28	91,08
304 BANANA	36.201,60	2,58	93,66
120 MANDIOCA PARA MESA	35.700,00	2,54	96,21
995 FEIJAO	29.654,60	2,11	98,32
406 CARNE SUINA	12.879,00	0,91	99,24
988 TANGERINA	8.792,00	0,62	99,87
991 AMENDOIM EM CASCA	1.789,50	0,12	100,00
Total do Município	1.401.990,20	100,00	

Município: 600-ITAPIRAPUA PAULISTA

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
999 LEITE C	44.640,00	100,00	100,00
Total do Município	44.640,00	100,00	

Município: 617-SAO LOURENCO DA SERRA

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
406 CARNE SUINA	1.054.170,00	71,25	71,25
988 TANGERINA	188.400,00	12,73	83,98
312 LIMAO	135.094,40	9,13	93,11
409 CARNE DE FRANGO	39.600,00	2,67	95,79
304 BANANA	22.626,00	1,52	97,32
999 LEITE C	22.320,00	1,50	98,83
989 MILHO	13.695,00	0,92	99,75
996 LARANJA PARA INDUSTRIA	2.508,75	0,16	99,92
997 LARANJA DE MESA	1.065,00	0,07	100,00
Total do Município	1.479.479,15	100,00	

Município: 117-TAPIRAI

PRODUTO	VALOR DA PRODUCAO	%	ACUMULADO
304 BANANA	1.448.064,00	96,76	96,76
120 MANDIOCA PARA MESA	38.080,00	2,54	99,31
989 MILHO	9.130,00	0,61	99,92
995 FEIJAO	1.195,75	0,07	100,00
Total do Município	1.496.469,75	100,00	

Anexo 3
Estimativa de consumo alimentar por município
Vale do Ribeira

Vale do Ribeira - 1995/96

Tabela - 3.1-7 - Estimativas de Consumo Alimentar, por Municípios de Registro, Sete Barras, Apiaí e Barra do Turvo

Especificação	São Paulo	Registro	Sete Barras	Apiaí	Barra do Turvo
População		53505	13669	27136	8107
Produtos	33,607	1798143	459374	911960	272452
Cereais e leguminosas	25,845	1382837	353275	701330	209525
Cereais	0,137	7330	1873	3718	1111
Arroz integral	24,602	1316330	336285	667600	199448
Arroz polido	0,623	33334	8516	16906	5051
Milho seco	0,483	25843	6602	13107	3916
Outros cereais	7,762	415306	106099	210630	62927
Leguminosas		0	0	0	0
Feijão-fradinho	0,020	1070	273	543	162
Feijão-jalo	1,749	93580	23907	47461	14179
Feijão-manteiga	0,086	4601	1176	2334	697
Feijão-mulatinho	0,171	9149	2337	4640	1386
Feijão-preto	6,746	360945	92211	183059	54690
Feijão-rajado	0,072	3852	984	1954	584
Feijão-roxo	0,260	13911	3554	7055	2108
Outros feijões	0,403	21563	5509	10936	3267
Outras leguminosas	28,067	1501725	383648	761626	227539
Hortaliças	3,213	171912	43918	87188	26048
Hortaliças folhosas e florais	0,183	9791	2501	4966	1484
Agrião	0,825	44142	11277	22387	6688
Alface	0,145	7758	1982	3935	1176
Cheiro-verde	0,935	50027	12781	25372	7580
Couve	0,415	22205	5673	11261	3364
Couve-flor	0,632	33815	8639	17150	5124
Repolho fresco	0,078	4173	1066	2117	632
Outras hortaliças folhosas e florais	0,547	29267	7477	14843	4435
Hortaliças frutosas	10,647	569668	145534	288917	86315
Abóbora comum	0,374	20011	5112	10149	3032
Abobrinha	0,636	34029	8693	17258	5156
Berinjela	0,276	14767	3773	7490	2238
Chuchu	0,673	36009	9199	18263	5456
Jiló	0,338	18085	4620	9172	2740
Pepino fresco	0,602	32210	8229	16336	4880
Pimentão	1,020	54575	13942	27679	8269
Quiabo	0,339	18138	4634	9199	2748
Tomate	5,283	282667	72213	143359	42829
Vagem	0,660	35313	9022	17910	5351
Outras hortaliças frutosas	0,547	29267	7477	14843	4435

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

Especificação	São Paulo	Registro	Sete Barras	Apiáí	Barra do Turvo
Produtos					
Hortaliças tuberosas e outras	14,207	760146	194195	385521	115176
Alho	0,288	15409	3937	7815	2335
Batata-doce	0,168	8989	2296	4559	1362
Batata-inglesa	6,922	370362	94617	187835	56117
Beterraba	0,483	25843	6602	13107	3916
Cebola fresca	3,362	179884	45955	91231	27256
Cenoura	1,796	96095	24550	48736	14560
Inhame		0	0	0	0
Mandioca	0,692	37025	9459	18778	5610
Outras hortaliças tuberosas e outras	0,497	26592	6793	13487	4029
Frutas	44,581	2385306	609378	1209750	361418
Frutas de clima tropical	36,098	1931423	493424	979555	292646
Abacate	0,504	26967	6889	13677	4086
Abacaxi	0,743	39754	10156	20162	6024
Banana-d'água	5,378	287750	73512	145937	43599
Banana-maça	0,507	27127	6930	13758	4110
Banana-prata	1,328	71055	18152	36037	10766
Laranja-baia		0	0	0	0
Laranja-lima	0,788	42162	10771	21383	6388
Laranja-pera	12,000	642060	164028	325632	97284
Laranja-seleta	0,249	13323	3404	6757	2019
Limão comum	0,797	42643	10894	21627	6461
Mamão	3,567	190852	48757	96794	28918
Manga	2,493	133388	34077	67650	20211
Maracujá	1,499	80204	20490	40677	12152
Melancia	2,548	136331	34829	69143	20657
Melão	0,699	37400	9555	18968	5667
Tangerina	1,517	81167	20736	41165	12298
Outras bananas	0,638	34136	8721	17313	5172
Outras laranjas	0,593	31728	8106	16092	4807
Outras frutas de clima tropical	0,005	268	68	136	41
Frutas de clima temperado	8,483	453883	115954	230195	68772
Caqui	0,198	10594	2706	5373	1605
Maça	2,530	135368	34583	68654	20511
Pera	1,519	81274	20763	41220	12315
Uva	2,171	116159	29675	58912	17600
Outras frutas de clima temperado	2,065	110488	28226	56036	16741
Cocos, castanhas e nozes	0,246	13162	3363	6675	1994
Cocos	0,209	11183	2857	5671	1694
Açai (emulsão)		0	0	0	0
Coco-da-baia	0,209	11183	2857	5671	1694
Outros cocos		0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Especificação	São Paulo	Registro	Sete Barras	Apiáí	Barra do Turvo
Produtos					
Castanhas e nozes	0,037	1980	506	1004	300
Castanhas, nozes	0,037	1980	506	1004	300
Farinhas, féculas e massas	8,966	479726	122556	243301	72687
Farinhas	3,376	180633	46147	91611	27369
Farinha de mandioca	1,226	65597	16758	33269	9939
Farinha de rosca	0,223	11932	3048	6051	1808
Farinha de trigo	1,715	91761	23442	46538	13904
Farinha vitaminada	0,083	4441	1135	2252	673
Outras farinhas	0,128	6849	1750	3473	1038
Féculas	1,584	84752	21652	42983	12841
Amido de milho	0,135	7223	1845	3663	1094
Creme de milho	0,024	1284	328	651	195
Fécula de mandioca	0,079	4227	1080	2144	640
Flocos de cereal	0,107	5725	1463	2904	867
Flocos de milho	0,306	16373	4183	8304	2481
Fubá de milho	0,785	42001	10730	21302	6364
Outras féculas	0,149	7972	2037	4043	1208
Massas	4,006	214341	54758	108707	32477
Macarrão com ovo	2,879	154041	39353	78125	23340
Macarrão sem ovo	0,460	24612	6288	12483	3729
Macarrão não especificado	0,148	7919	2023	4016	1200
Massa para pizza, pastel, etc.	0,465	24880	6356	12618	3770
Outras massas	0,064	3424	875	1737	519
Panificados	26,609	1423715	363718	722062	215719
Pães	23,021	1231739	314674	624698	186631
Pão de forma industrializado	1,208	64634	16512	32780	9793
Pão doce	0,829	44356	11332	22496	6721
Pão francês	20,510	1097388	280351	556559	166275
Outros pães	0,474	25361	6479	12862	3843
Bolos	0,405	21670	5536	10990	3283
Bolo de tngo	0,391	20920	5345	10610	3170
Outros bolos	0,014	749	191	380	113
Produtos					
Biscoitos, roscas, etc.	3,183	170306	43508	86374	25805
Biscoito doce	1,944	104014	26573	52752	15760
Biscoito salgado	1,239	66293	16936	33622	10045
Rosca doce		0	0	0	0
Rosca salgada		0	0	0	0

Especificação	continuação				
	São Paulo	Registro	Sete Barras	Apiáí	Barra do Turvo
Carnes	30,713	1643299	419816	833428	248990
<i>Carnes bovinas de primeira</i>	12,734	681333	174061	345550	103235
Alcatra	3,358	179670	45901	91123	27223
Carne moída de primeira	0,411	21991	5618	11153	3332
Carne não especificada de primeira	0,201	10755	2747	5454	1630
Chã-de-dentro	3,247	173731	44383	88111	26323
Contrafilé	1,974	105619	26983	53566	16003
Filé e filé mignon	0,961	51418	13136	26078	7791
Lagarto comum	1,011	54094	13819	27434	8196
Lagarto redondo	0,073	3906	998	1981	592
Patinho	1,499	80204	20490	40677	12152
<i>Carnes bovinas de segunda</i>	9,473	506853	129486	257059	76798
Acém	5,296	283362	72391	143712	42935
Carne moída de segunda	1,558	83361	21296	42278	12631
Carne não especificada de segunda	0,389	20813	5317	10556	3154
Costela bovina	1,169	62547	15979	31722	9477
Músculo	0,669	35795	9145	18154	5424
Pá	0,051	2729	697	1384	413
Peito		0	0	0	0
Outras carnes bovinas de segunda	0,342	18299	4675	9281	2773
<i>Carnes bovinas outras</i>	0,837	44784	11441	22713	6786
Carne-seca	0,038	2033	519	1031	308
Outras carnes bovinas	0,457	24452	6247	12401	3705
<i>Carnes suínas com osso e sem osso</i>	1,302	69664	17797	35331	10555
Carré	0,592	31675	8092	16065	4799
Costela suína	0,093	4976	1271	2524	754
Lombo	0,103	5511	1408	2795	835
Pernil	0,279	14928	3814	7571	2262
Toucinho	0,236	12627	3226	6404	1913
Outras carnes suínas com e sem osso		0	0	0	0
<i>Carnes suínas outras</i>	3,703	198129	50616	100485	30020
Mortadela	0,630	33708	8611	17096	5107
Presunto	0,712	38096	9732	19321	5772
Salsicha	1,849	98931	25274	50174	14990
Outras carnes suínas	0,612	32745	8365	16607	4961
<i>Carnes de outros animais</i>	2,664	142537	36414	72290	21597
Lingüiça	2,538	135796	34692	68871	20576
Outras carnes de outros animais	0,126	6742	1722	3419	1021
<i>Vísceras</i>	0,817	43714	11168	22170	6623
<i>Vísceras bovinas</i>	0,733	39219	10019	19891	5942
Fígado	0,503	26913	6876	13649	4078
Outras vísceras bovinas	0,023	1231	314	624	186

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Especificação	continuação				
	São Paulo	Registro	Sete Barras	Apiáí	Barra do Turvo
Produtos					
Visceras suínas	0,084	4494	1148	2279	681
Visceras suínas	0,084	4494	1148	2279	681
Outras vísceras		0	0	0	0
Outras vísceras		0	0	0	0
Pescados	2,486	133013	33981	67460	20154
Pescados de água salgada	2,446	130873	33434	66375	19830
Bacalhau	0,219	11718	2994	5943	1775
Camarão fresco	0,072	3852	984	1954	584
Corvina fresca	0,322	17229	4401	8738	2610
Pescada fresca	0,362	19369	4948	9823	2935
Pescada em filé fresco	0,237	12681	3240	6431	1921
Pescadinha fresca	0,000	0	0	0	0
Sardinha em conserva	0,106	5672	1449	2876	859
Sardinha fresca	0,067	3585	916	1818	543
Outros pescados de água salgada	0,703	37614	9609	19077	5699
Pescados de água doce	0,019	1017	260	516	154
Pescados de água doce	0,004	214	55	109	32
Aves e ovos	20,805	1113172	284384	564564	168666
Aves	16,597	888022	226864	450376	134552
Asa de frango	0,252	13483	3445	6838	2043
carne não especificada de frango	0,728	38952	9951	19755	5902
Coxa de frango	1,132	60568	15473	30718	9177
Frango abatido (inteiro)	11,748	628577	160583	318794	95241
Frango vivo	0,378	20225	5167	10257	3064
Peito de frango	2,292	122633	31329	62196	18581
Outras carnes de frango	0,711	38042	9719	19294	5764
Outras aves	0,107	5725	1463	2904	867
Ovos	4,208	225149	57519	114188	34114
Ovo de galinha	4,208	225149	57519	114188	34114
Laticínios	77,363	4139307	1057475	2099322	627182
Leite e creme de leite	72,782	3894201	994857	1975012	590044
Creme de leite em conserva	0,343	18352	4688	9308	2781
Leite condensado	0,671	35902	9172	18208	5440
Leite de vaca fresco		0	0	0	0
Leite de vaca pasteurizado	7,041	376729	96243	191065	57081
Leite em pó integral	0,686	36704	9377	18615	5561
Leite em pó não especificado	0,213	11397	2911	5780	1727
Outros leites e cremes de leite	0,460	24612	6288	12483	3729

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Especificação	continuação				
	São Paulo	Registro	Sete Barras	Apiáí	Barra do Turvo
Produtos					
Queijos e requeijão	2,760	147674	37726	74895	22375
Queijo minas	0,701	37507	9582	19022	5683
Queijo muzarella	0,726	38845	9924	19701	5886
Queijo prato	0,564	30177	7709	15305	4572
Requeijão	0,036	1926	492	977	292
Outros queijos	0,409	21884	5591	11099	3316
Outros laticínios	1,821	97433	24891	49415	14763
logurte	0,957	51204	13081	25969	7758
Manteiga	0,291	15570	3978	7897	2359
Outros laticínios	0,190	10166	2597	5156	1540
Açúcares e produtos de confeitaria	16,777	897653	229325	455261	136011
Açúcares	14,406	770793	196916	390921	116789
Açúcar cristal	0,015	803	205	407	122
Açúcar refinado	14,236	761697	194592	386308	115411
Outros açúcares	0,020	1070	273	543	162
Doces e derivados	1,624	86892	22198	44069	13166
Doce a base de leite	0,068	3638	929	1845	551
Doce de fruta em calda	0,169	9042	2310	4586	1370
Doce de fruta em pasta	0,228	12199	3117	6187	1848
Sorvete	0,832	44516	11373	22577	6745
Outros doces e derivados	0,326	17443	4456	8846	2643
Outros açúcares e produtos de conf.	0,747	39968	10211	20271	6056
Chocotete em pó	0,597	31942	8160	16200	4840
Outros açúcares e produtos de conf.	0,161	8614	2201	4369	1305
Sais e condimentos	4,949	264796	67648	134296	40122
Sais	2,159	115517	29511	58587	17503
Sal grosso	0,003	161	41	81	24
Sal refinado	2,153	115196	29429	58424	17454
Outros sais	0,000	0	0	0	0
Condimentos	2,789	149225	38123	75682	22610
Caldo de carne em tablete	0,024	1284	328	651	195
Caldo de galinha em tablete	0,006	321	82	163	49
Coco ralado	0,040	2140	547	1085	324
Fermento	0,062	3317	847	1682	503
Maionese	0,317	16961	4333	8602	2570
Massa de tomate	0,558	29856	7627	15142	4524
Molho de tomate	0,707	37828	9664	19185	5732
Tempero misto	0,001	54	14	27	8
Vinagre de álcool		0	0	0	0
Vinagre de vinho	0,697	37293	9527	18914	5651
Outros condimentos	0,225	12039	3076	6106	1824

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

Especificação	São Paulo	Registro	Sete Barras	Apiáí	Barra do Turvo
Produtos					
Óleos e gorduras	7,968	426328	108915	216220	64597
Óleos	6,892	368756	94207	187021	55873
Azeite de oliva	0,248	13269	3390	6730	2011
Óleo de milho	0,227	12146	3103	6160	1840
Óleo de soja	6,275	335744	85773	170278	50871
Outros óleos	0,141	7544	1927	3826	1143
Gorduras	1,077	57625	14722	29225	8731
Margarina vegetal	1,039	55592	14202	28194	8423
Outras gorduras	0,038	2033	519	1031	308
Bebidas e infusões	36,849	1971606	503689	999934	298735
Bebidas alcoólicas	7,996	427826	109297	216979	64824
Aguardente de cana	0,348	18620	4757	9443	2821
Cerveja	6,797	363673	92908	184443	55103
Vinho	0,572	30605	7819	15522	4637
Outras bebidas alcoólicas	0,279	14928	3814	7571	2262
Bebidas não alcoólicas	26,625	1424571	363937	722496	215849
Água mineral	0,081	4334	1107	2198	657
Refrigerante de coca	13,884	742863	189780	376756	112558
Refrigerante de guaraná	5,417	289837	74045	146996	43916
Refrigerante de laranja	1,733	92724	23688	47027	14049
Refrigerante de limão	0,348	18620	4757	9443	2821
Suco de fruta em pó	0,146	7812	1996	3962	1184
Suco de fruta envasado	1,010	54040	13806	27407	8188
Outros Refrigerantes	2,943	157465	40228	79861	23859
Outras bebidas não alcoólicas	0,133	7116	1818	3609	1078
Cafés	2,150	115036	29388	58342	17430
Café moído	2,101	112414	28719	57013	17033
Café solúvel	0,031	1659	424	841	251
Outros cafés	0,011	589	150	298	89
Chás	0,078	4173	1066	2117	632
Chá-mate	0,580	31033	7928	15739	4702
Chá preto	0,009	482	123	244	73
Outros chás	0,023	1231	314	624	186
Alimentos preparados misturas ind.e outros	5,500	294278	75180	149248	44589
Alimentos preparados	5,273	282132	72077	143088	42748
Frango assado ou defumado	0,168	8989	2296	4559	1362
Massa	1,912	102302	26135	51884	15501
Refeição	0,609	32585	8324	16526	4937
Salgadinho	0,051	2729	697	1384	413
Outros alimentos preparados	0,563	30123	7696	15278	4564

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Especificação	continuação				
	São Paulo	Registro	Sete Barras	Apiáí	Barra do Turvo
Produtos					
Misturas industriais	0,227	12146	3103	6160	1840
Mistura para bolo	0,160	8561	2187	4342	1297
Outras misturas industriais	0,066	3531	902	1791	535
Outros		0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
 Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Vale do Ribeira - 1995/96

Tabela - 3.1-8 - Estimativas de Consumo Alimentar, por Municípios de Barra do Chapéu, Cajati, Cananéia e Eldorado

	São Paulo	Barra do Chapéu	Cajati	Cananéia	Eldorado
Produtos	kg/hab/ano	4840	29018	12172	13884
Cereais e leguminosas	33,607	162658	975208	409064	466600
Cereais	25,845	125090	749970	314585	358832
Arroz integral	0,137	663	3975	1668	1902
Arroz polido	24,602	119074	713901	299456	341574
Milho seco	0,623	3015	18078	7583	8650
Outros cereais	0,483	2338	14016	5879	6706
Leguminosas	7,762	37568	225238	94479	107768
Feijão-fradinho		0	0	0	0
Feijão-jalo	0,020	97	580	243	278
Feijão-manteiga	1,749	8465	50752	21289	24283
Feijão-mulatinho	0,086	416	2496	1047	1194
Feijão-preto	0,171	828	4962	2081	2374
Feijão-rajado	6,746	32651	195755	82112	93661
Feijão-roxo	0,072	348	2089	876	1000
Outros feijões	0,260	1258	7545	3165	3610
Outras leguminosas	0,403	1951	11694	4905	5595
Hortaliças	28,067	135844	814448	341632	389682
Hortaliças folhosas e florais	3,213	15551	93235	39109	44609
Agrião	0,183	886	5310	2227	2541
Alface	0,825	3993	23940	10042	11454
Cheiro-verde	0,145	702	4208	1765	2013
Couve	0,935	4525	27132	11381	12982
Couve-flor	0,415	2009	12042	5051	5762
Repolho fresco	0,632	3059	18339	7693	8775
as hortaliças folhosas e florais	0,078	378	2263	949	1083

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

	São Paulo	continuação			
		Barra do Chapéu	Cajati	Cananéia	Eldorado
Produtos	kg/hab/ano	4840	29018	12172	13884
Hortalças frutosas	10,647	51531	308955	129595	147823
Abóbora comum	0,374	1810	10853	4552	5193
Abobrinha	0,636	3078	18455	7741	8830
Berinjela	0,276	1336	8009	3359	3832
Chuchu	0,673	3257	19529	8192	9344
Jiló	0,338	1636	9808	4114	4693
Pepino fresco	0,602	2914	17469	7328	8358
Pimentão	1,020	4937	29598	12415	14162
Ouiabo	0,339	1641	9837	4126	4707
Tomate	5,283	25570	153302	64305	73349
Vagem	0,660	3194	19152	8034	9163
Outras hortalças frutosas	0,547	2647	15873	6658	7595
Hortalças tuberosas e outras	14,207	68762	412259	172928	197250
Alho	0,288	1394	8357	3506	3999
Batata-doce	0,168	813	4875	2045	2333
Batata-inglesa	6,922	33502	200863	84255	96105
Beterraba	0,483	2338	14016	5879	6706
Cebola fresca	3,362	16272	97559	40922	46678
Cenoura	1,796	8693	52116	21861	24936
Inhame		0	0	0	0
Mandioca	0,692	3349	20080	8423	9608
Outras hortalças tuberosas e outras	0,497	2405	14422	6049	6900
Frutas	44,581	215772	1293651	542640	618963
Frutas de clima tropical	36,098	174714	1047492	439385	501185
Abacate	0,504	2439	14625	6135	6998
Abacaxi	0,743	3596	21560	9044	10316
Banana-d'água	5,378	26030	156059	65461	74668
Banana-maçã	0,507	2454	14712	6171	7039
Banana-prata	1,328	6428	38536	16164	18438
Laranja-baia		0	0	0	0
Laranja-lima	0,788	3814	22866	9592	10941
Laranja-pera	12,000	58080	348216	146064	166608
Laranja-seleta	0,249	1205	7225	3031	3457
Limão comum	0,797	3857	23127	9701	11066
Mamão	3,567	17264	103507	43418	49524
Manga	2,493	12066	72342	30345	34613

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Barra do Chapéu	Cajati	Cananéia	Eldorado
	São Paulo	4840	29018	12172	13884
Produtos	kg/hab/ano				
Frutas de clima tropical	36,098	174714	1047492	439385	501185
Maracujá	1,499	7255	43498	18246	20812
Melancia	2,548	12332	73938	31014	35376
Melão	0,699	3383	20284	8508	9705
Tangerina	1,517	7342	44020	18465	21062
Outras bananas	0,638	3088	18513	7766	8858
Outras laranjas	0,593	2870	17208	7218	8233
Outras frutas de clima tropical	0,005	24	145	61	69
Frutas de clima temperado	8,483	41058	246160	103255	117778
Caqui	0,198	958	5746	2410	2749
Maça	2,530	12245	73416	30795	35127
Pera	1,519	7352	44078	18489	21090
Uva	2,171	10508	62998	26425	30142
Outras frutas de clima temperado	2,065	9995	59922	25135	28670
Cocos, castanhas e nozes	0,246	1191	7138	2994	3415
Cocos	0,209	1012	6065	2544	2902
Açai (emulsão)		0	0	0	0
Coco-da-baia	0,209	1012	6065	2544	2902
Outros cocos		0	0	0	0
Castanhas e nozes	0,037	179	1074	450	514
Castanhas, nozes	0,037	179	1074	450	514
Farinhas, féculas e massas	8,966	43395	260175	109134	124484
Farinhas	3,376	16340	97965	41093	46872
Farinha de mandioca	1,226	5934	35576	14923	17022
Farinha de rosca	0,223	1079	6471	2714	3096
Farinha de trigo	1,715	8301	49766	20875	23811
Farinha vitaminada	0,083	402	2408	1010	1152
Outras farinhas	0,128	620	3714	1558	1777
Féculas	1,584	7667	45965	19280	21992
Amido de milho	0,135	653	3917	1643	1874
Creme de milho	0,024	116	696	292	333
Fécula de mandioca	0,079	382	2292	962	1097
Flocos de cereal	0,107	518	3105	1302	1486
Flocos de milho	0,306	1481	8880	3725	4249
Fubá de milho	0,785	3799	22779	9555	10899
Outras féculas	0,149	721	4324	1814	2069

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Barra do Chapéu	Cajati	Cananéia	Eldorado	
	São Paulo		4840	29018	12172	13884
Produtos	kg/hab/ano					
Massas	4,006	19389	116246	48761	55619	
Macarrão com ovo	2,879	13934	83543	35043	39972	
Macarrão sem ovo	0,460	2226	13348	5599	6387	
Macarrão não especificado	0,148	716	4295	1801	2055	
Massa para pizza, pastel, etc.	0,465	2251	13493	5660	6456	
Outras massas	0,064	310	1857	779	889	
Panificados	26,609	128788	772140	323885	369439	
Pães	23,021	111422	668023	280212	319624	
Pão de forma industrializado	1,208	5847	35054	14704	16772	
Pão doce	0,829	4012	24056	10091	11510	
Pão francês	20,510	99268	595159	249648	284761	
Outros pães	0,474	2294	13755	5770	6581	
Bolos	0,405	1960	11752	4930	5623	
Bolo de tngo	0,391	1892	11346	4759	5429	
Outros bolos	0,014	68	406	170	194	
Biscoitos, roscas, etc.	3,183	15406	92364	38743	44193	
Biscoito doce	1,944	9409	56411	23662	26990	
Biscoito salgado	1,239	5997	35953	15081	17202	
Rosca doce		0	0	0	0	
Rosca salgada		0	0	0	0	
Carnes	30,713	148651	891230	373839	426419	
Carnes bovinas de primeira	12,734	61633	369515	154998	176799	
Alcatra	3,358	16253	97442	40874	46622	
Carne moída de primeira	0,411	1989	11926	5003	5706	
não especificada de primeira	0,201	973	5833	2447	2791	
Chã-de-dentro	3,247	15715	94221	39522	45081	
Contrafilé	1,974	9554	57282	24028	27407	
Filé e filé mignon	0,961	4651	27886	11697	13343	
Lagarto comum	1,011	4893	29337	12306	14037	
Lagarto redondo	0,073	353	2118	889	1014	
Patinho	1,499	7255	43498	18246	20812	

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Barra do Chapéu	Cajati	Cananéia	Eldorado
	São Paulo	4840	29018	12172	13884
Produtos	kg/hab/ano				
Carnes bovinas de segunda	9,473	45849	274888	115305	131523
Acém	5,296	25633	153679	64463	73530
Carne moída de segunda	1,558	7541	45210	18964	21631
Carne não especificada de segunda	0,389	1883	11288	4735	5401
Costela bovina	1,169	5658	33922	14229	16230
Músculo	0,669	3238	19413	8143	9288
Pá	0,051	247	1480	621	708
Peito		0	0	0	0
Outras carnes bovinas de segunda	0,342	1655	9924	4163	4748
Carnes bovinas outras	0,837	4051	24288	10188	11621
Carne-seca	0,038	184	1103	463	528
Outras carnes bovinas	0,457	2212	13261	5563	6345
Carnes suínas com osso e sem osso	1,302	6302	37781	15848	18077
Carré	0,592	2865	17179	7206	8219
Costela suína	0,093	450	2699	1132	1291
Lombo	0,103	499	2989	1254	1430
Pernil	0,279	1350	8096	3396	3874
Toucinho	0,236	1142	6848	2873	3277
Outras carnes suínas com e sem osso		0	0	0	0
Carnes suínas outras	3,703	17923	107454	45073	51412
Mortadela	0,630	3049	18281	7668	8747
Presunto	0,712	3446	20661	8666	9885
Salsicha	1,849	8949	53654	22506	25672
Outras carnes suínas	0,612	2962	17759	7449	8497
Carnes de outros animais	2,664	12894	77304	32426	36987
Lingüiça	2,538	12284	73648	30893	35238
Outras carnes de outros animais	0,126	610	3656	1534	1749
Visceras	0,817	3954	23708	9945	11343
Visceras bovinas	0,733	3548	21270	8922	10177
Fígado	0,503	2435	14596	6123	6984
Outras vísceras bovinas	0,023	111	667	280	319
Visceras suínas	0,084	407	2438	1022	1166
Visceras suínas	0,084	407	2438	1022	1166
Outras vísceras		0	0	0	0
Outras vísceras		0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Barra do Chapéu	Cajati	Cananéia	Eldorado
	São Paulo	4840	29018	12172	13884
Produtos	kg/hab/ano				
Pescados	2,486	12032	72139	30260	34516
<i>Pescados de água salgada</i>	2,446	11839	70978	29773	33960
Bacalhau	0,219	1060	6355	2666	3041
Camarão fresco	0,072	348	2089	876	1000
Corvina fresca	0,322	1558	9344	3919	4471
Pescada fresca	0,362	1752	10505	4406	5026
Pescada em filé fresco	0,237	1147	6877	2885	3291
Pescadinha fresca	0,000	0	0	0	0
Sardinha em conserva	0,106	513	3076	1290	1472
Sardinha fresca	0,067	324	1944	816	930
Outros pescados de água salgada	0,703	3403	20400	8557	9760
<i>Pescados de água doce</i>	0,019	92	551	231	264
Pescados de água doce	0,004	19	116	49	56
Aves e ovos	20,805	100696	603719	253238	288857
Aves	16,597	80329	481612	202019	230433
Asa de frango	0,252	1220	7313	3067	3499
Carne não especificada de frango	0,728	3524	21125	8861	10108
Coxa de frango	1,132	5479	32848	13779	15717
Frango abatido (inteiro)	11,748	56860	340903	142997	163109
Frango vivo	0,378	1830	10969	4601	5248
Peito de frango	2,292	11093	66509	27898	31822
Outras carnes de frango	0,711	3441	20632	8654	9872
Outras aves	0,107	518	3105	1302	1486
Ovos	4,208	20367	122108	51220	58424
Ovo de galinha	4,208	20367	122108	51220	58424
Laticínios	77,363	374437	2244920	941662	1074108
Leite e creme de leite	72,782	352265	2111988	885903	1010505
Creme de leite em conserva	0,343	1660	9953	4175	4762
Leite condensado	0,671	3248	19471	8167	9316
Leite de vaca fresco		0	0	0	0
Leite de vaca pasteurizado	7,041	34078	204316	85703	97757
Leite em pó integral	0,686	3320	19906	8350	9524
Leite em pó não especificado	0,213	1031	6181	2593	2957
Outros leites e cremes de leite	0,460	2226	13348	5599	6387

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação					
	São Paulo	Barra do Chapéu	Cajati	Cananéia	Eldorado
Produtos	kg/hab/ano				
Queijos e requeijão	2,760	13358	80090	33595	38320
Queijo minas	0,701	3393	20342	8533	9733
Queijo muzarella	0,726	3514	21067	8837	10080
Queijo prato	0,564	2730	16366	6865	7831
Requeijão	0,036	174	1045	438	500
Outros queijos	0,409	1980	11868	4978	5679
Outros laticínios	1,821	8814	52842	22165	25283
logurte	0,957	4632	27770	11649	13287
Manteiga	0,291	1408	8444	3542	4040
Outros laticínios	0,190	920	5513	2313	2638
Açúcares e produtos de confeitaria	16,777	81201	486835	204210	232932
Açúcares	14,406	69725	418033	175350	200013
Açúcar cristal	0,015	73	435	183	208
Açúcar refinado	14,236	68902	413100	173281	197653
Outros açúcares	0,020	97	580	243	278
Doces e derivados	1,624	7860	47125	19767	22548
Doce a base de leite	0,068	329	1973	828	944
Doce de fruta em calda	0,169	818	4904	2057	2346
Doce de fruta em pasta	0,228	1104	6616	2775	3166
Sorvete	0,832	4027	24143	10127	11551
Outros doces e derivados	0,326	1578	9460	3968	4526
Outros açúcares e produtos de conf.	0,747	3615	21676	9092	10371
Chocotata em pó	0,597	2889	17324	7267	8289
açúcares e produtos de conf.	0,161	779	4672	1960	2235
Sais e condimentos	4,949	23953	143610	60239	68712
Sais	2,159	10450	62650	26279	29976
Sal grosso	0,003	15	87	37	42
Sal refinado	2,153	10421	62476	26206	29892
Outros sais	0,000	0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

		continuação			
		Barra do Chapéu	Cajati	Cananéia	Eldorado
Produtos	São Paulo	4840	29018	12172	13884
	kg/hab/ano				
Condimentos	2,789	13499	80931	33948	38722
Caldo de carne em tablete	0,024	116	696	292	333
Caldo de galinha em tablete	0,006	29	174	73	83
Coco ralado	0,040	194	1161	487	555
Fermento	0,062	300	1799	755	861
Maionese	0,317	1534	9199	3859	4401
Massa de tomate	0,558	2701	16192	6792	7747
Molho de tomate	0,707	3422	20516	8606	9816
Tempero misto	0,001	5	29	12	14
Vinagre de álcool		0	0	0	0
Vinagre de vinho	0,697	3373	20226	8484	9677
Outros condimentos	0,225	1089	6529	2739	3124
Óleos e gorduras	7,968	38565	231215	96986	110628
Óleos	6,892	33357	199992	83889	95689
Azeite de oliva	0,248	1200	7196	3019	3443
Óleo de milho	0,227	1099	6587	2763	3152
Óleo de soja	6,275	30371	182088	76379	87122
Outros óleos	0,141	682	4092	1716	1958
Gorduras	1,077	5213	31252	13109	14953
Margarina vegetal	1,039	5029	30150	12647	14425
Outras gorduras	0,038	184	1103	463	528
Bebidas e infusões	36,849	178349	1069284	448526	511612
Bebidas alcoólicas	7,996	38701	232028	97327	111016
Aguardente de cana	0,348	1684	10098	4236	4832
Cerveja	6,797	32897	197235	82733	94370
Vinho	0,572	2768	16598	6962	7942
Outras bebidas alcoólicas	0,279	1350	8096	3396	3874
Bebidas não alcoólicas	26,625	128865	772604	324080	369662
Água mineral	0,081	392	2350	986	1125
Refrigerante de coca	13,884	67199	402886	168996	192765
Refrigerante de guaraná	5,417	26218	157191	65936	75210
Refrigerante de laranja	1,733	8388	50288	21094	24061
Refrigerante de limão	0,348	1684	10098	4236	4832
Suco de fruta em pó	0,146	707	4237	1777	2027
Suco de fruta envasado	1,010	4888	29308	12294	14023
Outros Refrigerantes	2,943	14244	85400	35822	40861
Outras bebidas não alcoólicas	0,133	644	3859	1619	1847

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

		continuação			
		Barra do Chapéu	Cajati	Cananéia	Eldorado
Produtos	São Paulo	4840	29018	12172	13884
	kg/hab/ano				
Cafés	2,150	10406	62389	26170	29851
Café moído	2,101	10169	60967	25573	29170
Café solúvel	0,031	150	900	377	430
Outros cafés	0,011	53	319	134	153
Chás	0,078	378	2263	949	1083
Chá-mate	0,580	2807	16830	7060	8053
Chá preto	0,009	44	261	110	125
Outros chás	0,023	111	667	280	319
Alimentos preparados misturas ind.e outro	5,500	26620	159599	66946	76362
Alimentos preparados	5,273	25521	153012	64183	73210
Frango assado ou defumado	0,168	813	4875	2045	2333
Massa	1,912	9254	55482	23273	26546
Refeição	0,609	2948	17672	7413	8455
Salgadinho	0,051	247	1480	621	708
Outros alimentos preparados	0,563	2725	16337	6853	7817
Misturas industriais	0,227	1099	6587	2763	3152
Mistura para bolo	0,160	774	4643	1948	2221
Outras misturas industriais	0,066	319	1915	803	916
Outros		0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
 Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Vale do Ribeira - 1995/96

Tabela - 3.1-9 - Estimativas de Consumo Alimentar, por Municípios de Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba e Iguape

		Jacupiranga	Juquiá	Juquitiba	Iguape
	São Paulo	16995	20448	26479	27343
Produtos	kg/hab/ano				
Cereais e leguminosas	33,607	571151	687196	889880	918916
Cereais	25,845	439236	528479	684350	706680
Arroz integral	0,137	2328	2801	3628	3746
Arroz polido	24,602	418111	503062	651436	672692
Milho seco	0,623	10588	12739	16496	17035
Outros cereais	0,483	8209	9876	12789	13207
Leguminosas	7,762	131915	158717	205530	212236
Feijão-fradinho		0	0	0	0
Feijão-jalo	0,020	340	409	530	547
Feijão-manteiga	1,749	29724	35764	46312	47823
Feijão-mulatinho	0,086	1462	1759	2277	2351
Feijão-preto	0,171	2906	3497	4528	4676
Feijão-rajado	6,746	114648	137942	178627	184456
Feijão-roxo	0,072	1224	1472	1906	1969
Outros feijões	0,260	4419	5316	6885	7109
Outras leguminosas	0,403	6849	8241	10671	11019
Hortaliças	28,067	476999	573914	743186	767436
Hortaliças folhosas e florais	3,213	54605	65699	85077	87853
Agrião	0,183	3110	3742	4846	5004
Alface	0,825	14021	16870	21845	22558
Cheiro-verde	0,145	2464	2965	3839	3965
Couve	0,935	15890	19119	24758	25566
Couve-flor	0,415	7053	8486	10989	11347
Repolho fresco	0,632	10741	12923	16735	17281
Outras hortaliças folhosas e florais	0,078	1326	1595	2065	2133

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Jacupiranga	Juquiá	Juquitiba	Iguape
	São Paulo	16995	20448	26479	27343
Produtos	kg/hab/ano				
<i>Hortalças frutosas</i>	10,647	180946	217710	281922	291121
Abóbora comum	0,374	6356	7648	9903	10226
Abobrinha	0,636	10809	13005	16841	17390
Berinjela	0,276	4691	5644	7308	7547
Chuchu	0,673	11438	13762	17820	18402
Jiló	0,338	5744	6911	8950	9242
Pepino fresco	0,602	10231	12310	15940	16460
Pimentão	1,020	17335	20857	27009	27890
Ouiabo	0,339	5761	6932	8976	9269
Tomate	5,283	89785	108027	139889	144453
Vagem	0,660	11217	13496	17476	18046
Outras hortalças frutosas	0,547	9296	11185	14484	14957
<i>Hortalças tuberosas e outras</i>	14,207	241448	290505	376187	388462
Alho	0,288	4895	5889	7626	7875
Batata-doce	0,168	2855	3435	4448	4594
Batata-inglesa	6,922	117639	141541	183288	189268
Beterraba	0,483	8209	9876	12789	13207
Cebola fresca	3,362	57137	68746	89022	91927
Cenoura	1,796	30523	36725	47556	49108
Inhame		0	0	0	0
Mandioca	0,692	11761	14150	18323	18921
Outras hortalças tuberosas e outras	0,497	8447	10163	13160	13589
Frutas	44,581	757654	911592	1180460	1218978
<i>Frutas de clima tropical</i>	36,098	613486	738132	955839	987028
Abacate	0,504	8565	10306	13345	13781
Abacaxi	0,743	12627	15193	19674	20316
Banana-d'água	5,378	91399	109969	142404	147051
Banana-maça	0,507	8616	10367	13425	13863
Banana-prata	1,328	22569	27155	35164	36312
Laranja-baia		0	0	0	0
Laranja-lima	0,788	13392	16113	20865	21546
Laranja-pera	12,000	203940	245376	317748	328116
Laranja-seleta	0,249	4232	5092	6593	6808
Limão comum	0,797	13545	16297	21104	21792
Mamão	3,567	60621	72938	94451	97532
Manga	2,493	42369	50977	66012	68166

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Produtos	continuação				
	São Paulo	Jacupiranga	Juquiá	Juquitiba	Iguape
	kg/hab/ano	16995	20448	26479	27343
Frutas de clima tropical	36,098	613486	738132	955839	987028
Maracujá	1,499	25476	30652	39692	40987
Melancia	2,548	43303	52102	67468	69670
Melão	0,699	11880	14293	18509	19113
Tangerina	1,517	25781	31020	40169	41479
Outras bananas	0,638	10843	13046	16894	17445
Outras laranjas	0,593	10078	12126	15702	16214
Outras frutas de clima tropical	0,005	85	102	132	137
Frutas de clima temperado	8,483	144169	173460	224621	231951
Caqui	0,198	3365	4049	5243	5414
Maça	2,530	42997	51733	66992	69178
Pera	1,519	25815	31061	40222	41534
Uva	2,171	36896	44393	57486	59362
Outras frutas de clima temperado	2,065	35095	42225	54679	56463
Cocos, castanhas e nozes	0,246	4181	5030	6514	6726
Cocos	0,209	3552	4274	5534	5715
Açai (emulsão)		0	0	0	0
Coco-da-baia	0,209	3552	4274	5534	5715
Outros cocos		0	0	0	0
Castanhas e nozes	0,037	629	757	980	1012
Castanhas, nozes	0,037	629	757	980	1012
Farinhas, féculas e massas	8,966	152377	183337	237411	245157
Farinhas	3,376	57375	69032	89393	92310
Farinha de mandioca	1,226	20836	25069	32463	33523
Farinha de rosca	0,223	3790	4560	5905	6097
Farinha de trigo	1,715	29146	35068	45411	46893
Farinha vitaminada	0,083	1411	1697	2198	2269
Outras farinhas	0,128	2175	2617	3389	3500
Féculas	1,584	26920	32390	41943	43311
Amido de milho	0,135	2294	2760	3575	3691
Creme de milho	0,024	408	491	635	656
Fécula de mandioca	0,079	1343	1615	2092	2160
Flocos de cereal	0,107	1818	2188	2833	2926
Flocos de milho	0,306	5200	6257	8103	8367
Fubá de milho	0,785	13341	16052	20786	21464
Outras féculas	0,149	2532	3047	3945	4074

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Jacupiranga	Juquiá	Juquitiba	Iguape
	São Paulo	16995	20448	26479	27343
Produtos	kg/hab/ano				
Massas	4,006	68082	81915	106075	109536
Macarrão com ovo	2,879	48929	58870	76233	78720
Macarrão sem ovo	0,460	7818	9406	12180	12578
Macarrão não especificado	0,148	2515	3026	3919	4047
Massa para pizza, pastel, etc.	0,465	7903	9508	12313	12714
Outras massas	0,064	1088	1309	1695	1750
Panificados	26,609	452220	544101	704580	727570
Pães	23,021	391242	470733	609573	629463
Pão de forma industrializado	1,208	20530	24701	31987	33030
Pão doce	0,829	14089	16951	21951	22667
Pão francês	20,510	348567	419388	543084	560805
Outros pães	0,474	8056	9692	12551	12961
Bolos	0,405	6883	8281	10724	11074
Bolo de tngo	0,391	6645	7995	10353	10691
Outros bolos	0,014	238	286	371	383
Biscoitos, roscas, etc.	3,183	54095	65086	84283	87033
Biscoito doce	1,944	33038	39751	51475	53155
Biscoito salgado	1,239	21057	25335	32807	33878
Rosca doce		0	0	0	0
Rosca salgada		0	0	0	0
Carnes	30,713	521967	628019	813250	839786
Carnes bovinas de primeira	12,734	216414	260385	337184	348186
Alcatra	3,358	57069	68664	88916	91818
Carne moída de primeira	0,411	6985	8404	10883	11238
Carne não especificada de primeira	0,201	3416	4110	5322	5496
Chã-de-dentro	3,247	55183	66395	85977	88783
Contrafilé	1,974	33548	40364	52270	53975
Filé e filé mignon	0,961	16332	19651	25446	26277
Lagarto comum	1,011	17182	20673	26770	27644
Lagarto redondo	0,073	1241	1493	1933	1996
Patinho	1,499	25476	30652	39692	40987

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
 Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Jacupiranga	Juquiá	Juquitiba	Iguape
	São Paulo	16995	20448	26479	27343
Produtos	kg/hab/ano				
<i>Carnes bovinas de segunda</i>	9,473	160994	193704	250836	259020
Acém	5,296	90006	108293	140233	144809
Carne moída de segunda	1,558	26478	31858	41254	42600
Carne não especificada de segunda	0,389	6611	7954	10300	10636
Costela bovina	1,169	19867	23904	30954	31964
Músculo	0,669	11370	13680	17714	18292
Pá	0,051	867	1043	1350	1394
Peito		0	0	0	0
Outras carnes bovinas de segunda	0,342	5812	6993	9056	9351
<i>Carnes bovinas outras</i>	0,837	14225	17115	22163	22886
Carne-seca	0,038	646	777	1006	1039
Outras carnes bovinas	0,457	7767	9345	12101	12496
<i>Carnes suínas com osso e sem osso</i>	1,302	22127	26623	34476	35601
Carré	0,592	10061	12105	15676	16187
Costela suína	0,093	1581	1902	2463	2543
Lombo	0,103	1750	2106	2727	2816
Pernil	0,279	4742	5705	7388	7629
Toucinho	0,236	4011	4826	6249	6453
Outras carnes suínas com e sem osso		0	0	0	0
<i>Carnes suínas outras</i>	3,703	62932	75719	98052	101251
Mortadela	0,630	10707	12882	16682	17226
Presunto	0,712	12100	14559	18853	19468
Salsicha	1,849	31424	37808	48960	50557
Outras carnes suínas	0,612	10401	12514	16205	16734
<i>Carnes de outros animais</i>	2,664	45275	54473	70540	72842
Lingüiça	2,538	43133	51897	67204	69397
Outras carnes de outros animais	0,126	2141	2576	3336	3445
Visceras	0,817	13885	16706	21633	22339
<i>Visceras bovinas</i>	0,733	12457	14988	19409	20042
Fígado	0,503	8548	10285	13319	13754
Outras vísceras bovinas	0,023	391	470	609	629
<i>Visceras suínas</i>	0,084	1428	1718	2224	2297
Visceras suínas	0,084	1428	1718	2224	2297
<i>Outras vísceras</i>		0	0	0	0
Outras vísceras		0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Jacupiranga	Juquiá	Juquitiba	Iguape
	São Paulo	16995	20448	26479	27343
Produtos	kg/hab/ano				
Pescados	2,486	42250	50834	65827	67975
<i>Pescados de água salgada</i>	2,446	41570	50016	64768	66881
Bacalhau	0,219	3722	4478	5799	5988
Camarão fresco	0,072	1224	1472	1906	1969
Corvina fresca	0,322	5472	6584	8526	8804
Pescada fresca	0,362	6152	7402	9585	9898
Pescada em filé fresco	0,237	4028	4846	6276	6480
Pescadinha fresca	0,000	0	0	0	0
Sardinha em conserva	0,106	1801	2167	2807	2898
Sardinha fresca	0,067	1139	1370	1774	1832
Outros pescados de água salgada	0,703	11947	14375	18615	19222
<i>Pescados de água doce</i>	0,019	323	389	503	520
Pescados de água doce	0,004	68	82	106	109
Aves e ovos	20,805	353581	425421	550896	568871
<i>Aves</i>	16,597	282066	339375	439472	453812
Asa de frango	0,252	4283	5153	6673	6890
Carne não especificada de frango	0,728	12372	14886	19277	19906
Coxa de frango	1,132	19238	23147	29974	30952
Frango abatido (inteiro)	11,748	199657	240223	311075	321226
Frango vivo	0,378	6424	7729	10009	10336
Peito de frango	2,292	38953	46867	60690	62670
Outras carnes de frango	0,711	12083	14539	18827	19441
Outras aves	0,107	1818	2188	2833	2926
<i>Ovos</i>	4,208	71515	86045	111424	115059
Ovo de galinha	4,208	71515	86045	111424	115059
Laticínios	77,363	1314784	1581919	2048495	2115337
<i>Leite e creme de leite</i>	72,782	1236930	1488246	1927195	1990078
Creme de leite em conserva	0,343	5829	7014	9082	9379
Leite condensado	0,671	11404	13721	17767	18347
Leite de vaca fresco		0	0	0	0
Leite de vaca pasteurizado	7,041	119662	143974	186439	192522
Leite em pó integral	0,686	11659	14027	18165	18757
Leite em pó não especificado	0,213	3620	4355	5640	5824
Outros leites e cremes de leite	0,460	7818	9406	12180	12578

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Jacupiranga	Juquiá	Juquitiba	Iguape
	São Paulo	16995	20448	26479	27343
Produtos	kg/hab/ano				
Queijos e requeijão	2,760	46906	56436	73082	75467
Queijo minas	0,701	11913	14334	18562	19167
Queijo muzarella	0,726	12338	14845	19224	19851
Queijo prato	0,564	9585	11533	14934	15421
Requeijão	0,036	612	736	953	984
Outros queijos	0,409	6951	8363	10830	11183
Outros laticínios	1,821	30948	37236	48218	49792
Iogurte	0,957	16264	19569	25340	26167
Manteiga	0,291	4946	5950	7705	7957
Outros laticínios	0,190	3229	3885	5031	5195
Açúcares e produtos de confei	16,777	285125	343056	444238	458734
Açúcares	14,406	244830	294574	381456	393903
Açúcar cristal	0,015	255	307	397	410
Açúcar refinado	14,236	241941	291098	376955	389255
Outros açúcares	0,020	340	409	530	547
Doces e derivados	1,624	27600	33208	43002	44405
Doce a base de leite	0,068	1156	1390	1801	1859
Doce de fruta em calda	0,169	2872	3456	4475	4621
Doce de fruta em pasta	0,228	3875	4662	6037	6234
Sorvete	0,832	14140	17013	22031	22749
Outros doces e derivados	0,326	5540	6666	8632	8914
<i>Outros açúcares e produtos de conf.</i>	0,747	12695	15275	19780	20425
Chocotete em pó	0,597	10146	12207	15808	16324
Outros açúcares e produtos de conf.	0,161	2736	3292	4263	4402
Sais e condimentos	4,949	84108	101197	131045	135321
Sais	2,159	36692	44147	57168	59034
Sal grosso	0,003	51	61	79	82
Sal refinado	2,153	36590	44025	57009	58869
Outros sais	0,000	0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Jacupiranga	Juquiá	Juquitiba	Iguape
	São Paulo	16995	20448	26479	27343
Produtos	kg/hab/ano				
Condimentos	2,789	47399	57029	73850	76260
Caldo de carne em tablete	0,024	408	491	635	656
Caldo de galinha em tablete	0,006	102	123	159	164
Coco ralado	0,040	680	818	1059	1094
Ferrmento	0,062	1054	1268	1642	1695
Maionese	0,317	5387	6482	8394	8668
Massa de tomate	0,558	9483	11410	14775	15257
Molho de tomate	0,707	12015	14457	18721	19332
Tempero misto	0,001	17	20	26	27
Vinagre de álcool		0	0	0	0
Vinagre de vinho	0,697	11846	14252	18456	19058
Outros condimentos	0,225	3824	4601	5958	6152
Óleos e gorduras	7,968	135416	162930	210985	217869
Óleos	6,892	117130	140928	182493	188448
Azeite de oliva	0,248	4215	5071	6567	6781
Óleo de milho	0,227	3858	4642	6011	6207
Óleo de soja	6,275	106644	128311	166156	171577
Outros óleos	0,141	2396	2883	3734	3855
Gorduras	1,077	18304	22022	28518	29448
Margarina vegetal	1,039	17658	21245	27512	28409
Outras gorduras	0,038	646	777	1006	1039
Bebidas e infusões	36,849	626249	753488	975725	1007562
Bebidas alcoólicas	7,996	135892	163502	211726	218635
Aguardente de cana	0,348	5914	7116	9215	9515
Cerveja	6,797	115515	138985	179978	185850
Vinho	0,572	9721	11696	15146	15640
Outras bebidas alcoólicas	0,279	4742	5705	7388	7629
Bebidas não alcoólicas	26,625	452492	544428	705003	728007
Água mineral	0,081	1377	1656	2145	2215
Refrigerante de coca	13,884	235959	283900	367634	379630
Refrigerante de guaraná	5,417	92062	110767	143437	148117
Refrigerante de laranja	1,733	29452	35436	45888	47385
Refrigerante de limão	0,348	5914	7116	9215	9515
Suco de fruta em pó	0,146	2481	2985	3866	3992
Suco de fruta envasado	1,010	17165	20652	26744	27616
Outros Refrigerantes	2,943	50016	60178	77928	80470
Outras bebidas não alcoólicas	0,133	2260	2720	3522	3637

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Jacupiranga	Juquiá	Juquitiba	Iguape
	São Paulo	16995	20448	26479	27343
Produtos	kg/hab/ano				
Cafés	2,150	36539	43963	56930	58787
Café moído	2,101	35706	42961	55632	57448
Café solúvel	0,031	527	634	821	848
Outros cafés	0,011	187	225	291	301
Chás	0,078	1326	1595	2065	2133
Chá-mate	0,580	9857	11860	15358	15859
Chá preto	0,009	153	184	238	246
Outros chás	0,023	391	470	609	629
Alimentos preparados mistura	5,500	93473	112464	145635	150387
Alimentos preparados	5,273	89615	107822	139624	144180
Frango assado ou defumado	0,168	2855	3435	4448	4594
Massa	1,912	32494	39097	50628	52280
Refeição	0,609	10350	12453	16126	16652
Salgadinho	0,051	867	1043	1350	1394
Outros alimentos preparados	0,563	9568	11512	14908	15394
Misturas industriais	0,227	3858	4642	6011	6207
Mistura para bolo	0,160	2719	3272	4237	4375
Outras misturas industriais	0,066	1122	1350	1748	1805
Outros		0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Vale do Ribeira - 1995/96

Tabela - 3.1-10 - Estimativas de Consumo Alimentar, por Municípios de Ilha Comprida, Itaóca, Itapirapuã Paulista e Itariri

	São Paulo	Ilha Comp	Itaóca	Itapirapuã Pta	Itariri
Produtos	kg/hab/ano	6608	3231	3577	13588
Cereais e leguminosas	33,607	222075	108584	120212	456652
Cereais	25,845	170784	83505	92448	351182
Arroz integral	0,137	905	443	490	1862
Arroz polido	24,602	162570	79489	88001	334292
Milho seco	0,623	4117	2013	2228	8465
Outros cereais	0,483	3192	1561	1728	6563
Leguminosas	7,762	51291	25079	27765	105470
Feijão-fradinho		0	0	0	0
Feijão-jalo	0,020	132	65	72	272
Feijão-manteiga	1,749	11557	5651	6256	23765
Feijão-mulatinho	0,086	568	278	308	1169
Feijão-preto	0,171	1130	553	612	2324
Feijão-rajado	6,746	44578	21796	24130	91665
Feijão-roxo	0,072	476	233	258	978
Outros feijões	0,260	1718	840	930	3533
Outras leguminosas	0,403	2663	1302	1442	5476
Hortaliças	28,067	185467	90684	100396	381374
Hortaliças folhosas e florais	3,213	21232	10381	11493	43658
Agrião	0,183	1209	591	655	2487
Alface	0,825	5452	2666	2951	11210
Cheiro-verde	0,145	958	468	519	1970
Couve	0,935	6178	3021	3344	12705
Couve-flor	0,415	2742	1341	1484	5639
Repolho fresco	0,632	4176	2042	2261	8588
Outras hortaliças folhosas e florais	0,078	515	252	279	1060

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

	São Paulo	Ilha Comp	Itaóca	Itapirapuã Pta	Itariri
Produtos	kg/hab/ano	6608	3231	3577	13588
Hortalças frutosas	10,647	70355	34400	38084	144671
Abóbora comum	0,374	2471	1208	1338	5082
Abobrinha	0,636	4203	2055	2275	8642
Berinjela	0,276	1824	892	987	3750
Chuchu	0,673	4447	2174	2407	9145
Jiló	0,338	2234	1092	1209	4593
Pepino fresco	0,602	3978	1945	2153	8180
Pimentão	1,020	6740	3296	3649	13860
Ouiabo	0,339	2240	1095	1213	4606
Tomate	5,283	34910	17069	18897	71785
Vagem	0,660	4361	2132	2361	8968
Outras hortalças frutosas	0,547	3615	1767	1957	7433
Hortalças tuberosas e outras	14,207	93880	45903	50818	193045
Alho	0,288	1903	931	1030	3913
Batata-doce	0,168	1110	543	601	2283
Batata-inglesa	6,922	45741	22365	24760	94056
Beterraba	0,483	3192	1561	1728	6563
Cebola fresca	3,362	22216	10863	12026	45683
Cenoura	1,796	11868	5803	6424	24404
Inhame		0	0	0	0
Mandioca	0,692	4573	2236	2475	9403
as hortalças tuberosas e outras	0,497	3284	1606	1778	6753
Frutas	44,581	294591	144041	159466	605767
Frutas de clima tropical	36,098	238536	116633	129123	490500
Abacate	0,504	3330	1628	1803	6848
Abacaxi	0,743	4910	2401	2658	10096
Banana-d'água	5,378	35538	17376	19237	73076
Banana-maça	0,507	3350	1638	1814	6889
Banana-prata	1,328	8775	4291	4750	18045
Laranja-baia		0	0	0	0
Laranja-lima	0,788	5207	2546	2819	10707
Laranja-pera	12,000	79296	38772	42924	163056
Laranja-seleta	0,249	1645	805	891	3383
Limão comum	0,797	5267	2575	2851	10830
Mamão	3,567	23571	11525	12759	48468
Manga	2,493	16474	8055	8917	33875

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

	São Paulo	Ilha Comp	Itaóca	Itapirapuã Pta	Itariri
Produtos	kg/hab/ano	6608	3231	3577	13588
Frutas de clima tropical	36,098	238536	116633	129123	490500
Maracujá	1,499	9905	4843	5362	20368
Melancia	2,548	16837	8233	9114	34622
Melão	0,699	4619	2258	2500	9498
Tangerina	1,517	10024	4901	5426	20613
Outras bananas	0,638	4216	2061	2282	8669
Outras laranjas	0,593	3919	1916	2121	8058
Outras frutas de clima tropical	0,005	33	16	18	68
Frutas de clima temperado	8,483	56056	27409	30344	115267
Caqui	0,198	1308	640	708	2690
Maça	2,530	16718	8174	9050	34378
Pera	1,519	10038	4908	5433	20640
Uva	2,171	14346	7015	7766	29500
Outras frutas de clima temperado	2,065	13646	6672	7387	28059
Cocos, castanhas e nozes	0,246	1626	795	880	3343
Cocos	0,209	1381	675	748	2840
Açai (emulsão)		0	0	0	0
Coco-da-baia	0,209	1381	675	748	2840
Outros cocos		0	0	0	0
Castanhas e nozes	0,037	244	120	132	503
Castanhas, nozes	0,037	244	120	132	503
Farinhas, féculas e massas	8,966	59247	28969	32071	121830
Farinhas	3,376	22309	10908	12076	45873
Farinha de mandioca	1,226	8101	3961	4385	16659
Farinha de rosca	0,223	1474	721	798	3030
Farinha de trigo	1,715	11333	5541	6135	23303
Farinha vitaminada	0,083	548	268	297	1128
Outras farinhas	0,128	846	414	458	1739
Féculas	1,584	10467	5118	5666	21523
Amido de milho	0,135	892	436	483	1834
Creme de milho	0,024	159	78	86	326
Fécula de mandioca	0,079	522	255	283	1073
Flocos de cereal	0,107	707	346	383	1454
Flocos de milho	0,306	2022	989	1095	4158
Fubá de milho	0,785	5187	2536	2808	10667
Outras féculas	0,149	985	481	533	2025

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
 Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

	São Paulo	Ilha Comp	Itaóca	Itapirapuã Pta	Itariri
Produtos	kg/hab/ano	6608	3231	3577	13588
Massas	4,006	26472	12943	14329	54434
Macarrão com ovo	2,879	19024	9302	10298	39120
Macarrão sem ovo	0,460	3040	1486	1645	6250
Macarrão não especificado	0,148	978	478	529	2011
Massa para pizza, pastel, etc.	0,465	3073	1502	1663	6318
Outras massas	0,064	423	207	229	870
Panificados	26,609	175832	85974	95180	361563
Pães	23,021	152123	74381	82346	312809
Pão de forma industrializado	1,208	7982	3903	4321	16414
Pão doce	0,829	5478	2678	2965	11264
Pão francês	20,510	135530	66268	73364	278690
Outros pães	0,474	3132	1531	1695	6441
Bolos	0,405	2676	1309	1449	5503
Bolo de tngo	0,391	2584	1263	1399	5313
Outros bolos	0,014	93	45	50	190
Biscoitos, roscas, etc.	3,183	21033	10284	11386	43251
Biscoito doce	1,944	12846	6281	6954	26415
Biscoito salgado	1,239	8187	4003	4432	16836
Rosca doce		0	0	0	0
Rosca salgada		0	0	0	0
Carnes	30,713	202952	99234	109860	417328
Carnes bovinas de primeira	12,734	84146	41144	45550	173030
Alcatra	3,358	22190	10850	12012	45629
Carne moída de primeira	0,411	2716	1328	1470	5585
Carne não especificada de primeira	0,201	1328	649	719	2731
Chã-de-dentro	3,247	21456	10491	11615	44120
Contrafilé	1,974	13044	6378	7061	26823
Filé e filé mignon	0,961	6350	3105	3437	13058
Lagarto comum	1,011	6681	3267	3616	13737
Lagarto redondo	0,073	482	236	261	992
Patinho	1,499	9905	4843	5362	20368

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Ilha Comp	Itaóca	Itapirapuã Pta	Itariri
	São Paulo	6608	3231	3577	13588
Produtos	kg/hab/ano				
Carnes bovinas de segunda	9,473	62598	30607	33885	128719
Acém	5,296	34996	17111	18944	71962
Carne moída de segunda	1,558	10295	5034	5573	21170
Carne não especificada de segunda	0,389	2571	1257	1391	5286
Costela bovina	1,169	7725	3777	4182	15884
Músculo	0,669	4421	2162	2393	9090
Pá	0,051	337	165	182	693
Peito		0	0	0	0
Outras carnes bovinas de segunda	0,342	2260	1105	1223	4647
Carnes bovinas outras	0,837	5531	2704	2994	11373
Carne-seca	0,038	251	123	136	516
Outras carnes bovinas	0,457	3020	1477	1635	6210
Carnes suínas com osso e sem osso	1,302	8604	4207	4657	17692
Carré	0,592	3912	1913	2118	8044
Costela suína	0,093	615	300	333	1264
Lombo	0,103	681	333	368	1400
Pernil	0,279	1844	901	998	3791
Toucinho	0,236	1559	763	844	3207
Outras carnes suínas com e sem osso		0	0	0	0
Carnes suínas outras	3,703	24469	11964	13246	50316
Mortadela	0,630	4163	2036	2254	8560
Presunto	0,712	4705	2300	2547	9675
Salsicha	1,849	12218	5974	6614	25124
Outras carnes suínaas	0,612	4044	1977	2189	8316
Carnes de outros animais	2,664	17604	8607	9529	36198
Lingüiça	2,538	16771	8200	9078	34486
Outras carnes de outros animais	0,126	833	407	451	1712
Visceras	0,817	5399	2640	2922	11101
Visceras bovinas	0,733	4844	2368	2622	9960
Fígado	0,503	3324	1625	1799	6835
Outras vísceras bovinas	0,023	152	74	82	313
Visceras suínas	0,084	555	271	300	1141
Visceras suínas	0,084	555	271	300	1141
Outras vísceras		0	0	0	0
Outras vísceras		0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
 Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Ilha Comp	Itaóca	Itapirapuã Pta	Itariri
	São Paulo	6608	3231	3577	13588
Produtos	kg/hab/ano				
Pescados	2,486	16427	8032	8892	33780
<i>Pescados de água salgada</i>	2,446	16163	7903	8749	33236
Bacalhau	0,219	1447	708	783	2976
Camarão fresco	0,072	476	233	258	978
Corvina fresca	0,322	2128	1040	1152	4375
Pescada fresca	0,362	2392	1170	1295	4919
Pescada em filé fresco	0,237	1566	766	848	3220
Pescadinha fresca	0,000	0	0	0	0
Sardinha em conserva	0,106	700	342	379	1440
Sardinha fresca	0,067	443	216	240	910
Outros pescados de água salgada	0,703	4645	2271	2515	9552
<i>Pescados de água doce</i>	0,019	126	61	68	258
Pescados de água doce	0,004	26	13	14	54
Aves e ovos	20,805	137479	67221	74419	282698
<i>Aves</i>	16,597	109673	53625	59367	225520
Asa de frango	0,252	1665	814	901	3424
Came não especificade de frango	0,728	4811	2352	2604	9892
Coxa de frango	1,132	7480	3657	4049	15382
Frango abatido (inteiro)	11,748	77631	37958	42023	159632
Frango vivo	0,378	2498	1221	1352	5136
Peito de frango	2,292	15146	7405	8198	31144
Outras carnes de frango	0,711	4698	2297	2543	9661
Outras aves	0,107	707	346	383	1454
<i>Ovos</i>	4,208	27806	13596	15052	57178
Ovo de galinha	4,208	27806	13596	15052	57178
Laticínios	77,363	511215	249960	276727	1051208
<i>Leite e creme de leite</i>	72,782	480943	235159	260341	988962
Creme de leite em conserva	0,343	2267	1108	1227	4661
Leite condensado	0,671	4434	2168	2400	9118
Leite de vaca fresco		0	0	0	0
Leite de vaca pasteurizado	7,041	46527	22749	25186	95673
Leite em pó integral	0,686	4533	2216	2454	9321
Leite em pó não especificado	0,213	1408	688	762	2894
Outros leites e cremes de leite	0,460	3040	1486	1645	6250

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Ilha Comp	Itaóca	Itapirapuã Pta	Itariri
	São Paulo	6608	3231	3577	13588
Produtos	kg/hab/ano				
Queijos e requeijão	2,760	18238	8918	9873	37503
Queijo minas	0,701	4632	2265	2507	9525
Queijo muzarella	0,726	4797	2346	2597	9865
Queijo prato	0,564	3727	1822	2017	7664
Requeijão	0,036	238	116	129	489
Outros queijos	0,409	2703	1321	1463	5557
Outros laticínios	1,821	12033	5884	6514	24744
logurte	0,957	6324	3092	3423	13004
Manteiga	0,291	1923	940	1041	3954
Outros laticínios	0,190	1256	614	680	2582
Açúcares e produtos de confe	16,777	110862	54206	60011	227966
Açúcares	14,406	95195	46546	51530	195749
Açúcar cristal	0,015	99	48	54	204
Açúcar refinado	14,236	94071	45997	50922	193439
Outros açúcares	0,020	132	65	72	272
Doces e derivados	1,624	10731	5247	5809	22067
Doce a base de leite	0,068	449	220	243	924
Doce de fruta em calda	0,169	1117	546	605	2296
Doce de fruta em pasta	0,228	1507	737	816	3098
Sorvete	0,832	5498	2688	2976	11305
Outros doces e derivados	0,326	2154	1053	1166	4430
<i>Outros açúcares e produtos de conf.</i>	0,747	4936	2414	2672	10150
Chocotate em pó	0,597	3945	1929	2135	8112
Outros açúcares e produtos de conf.	0,161	1064	520	576	2188
Sais e condimentos	4,949	32703	15990	17703	67247
Sais	2,159	14267	6976	7723	29336
Sal grosso	0,003	20	10	11	41
Sal refinado	2,153	14227	6956	7701	29255
Outros sais	0,000	0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

	São Paulo	Ilha Comp	Itaóca	Itapirapuã Pta	Itariri
Produtos	kg/hab/ano	6608	3231	3577	13588
Condimentos	2,789	18430	9011	9976	37897
Caldo de carne em tablete	0,024	159	78	86	326
Caldo de galinha em tablete	0,006	40	19	21	82
Coco ralado	0,040	264	129	143	544
Ferrmento	0,062	410	200	222	842
Maionese	0,317	2095	1024	1134	4307
Massa de tomate	0,558	3687	1803	1996	7582
Molho de tomate	0,707	4672	2284	2529	9607
Tempero misto	0,001	7	3	4	14
Vinagre de álcool		0	0	0	0
Vinagre de vinho	0,697	4606	2252	2493	9471
Outros condimentos	0,225	1487	727	805	3057
Óleos e gorduras	7,968	52653	25745	28502	108269
Óleos	6,892	45542	22268	24653	93648
Azeite de oliva	0,248	1639	801	887	3370
Óleo de milho	0,227	1500	733	812	3084
Óleo de soja	6,275	41465	20275	22446	85265
Outros óleos	0,141	932	456	504	1916
Gorduras	1,077	7117	3480	3852	14634
Margarina vegetal	1,039	6866	3357	3717	14118
Outras gorduras	0,038	251	123	136	516
Bebidas e infusões	36,849	243498	119059	131809	500704
Bebidas alcoólicas	7,996	52838	25835	28602	108650
Aguardente de cana	0,348	2300	1124	1245	4729
Cerveja	6,797	44915	21961	24313	92358
Vinho	0,572	3780	1848	2046	7772
Outras bebidas alcoólicas	0,279	1844	901	998	3791
Bebidas não alcoólicas	26,625	175938	86025	95238	361781
Água mineral	0,081	535	262	290	1101
Refrigerante de coca	13,884	91745	44859	49663	188656
Refrigerante de guaraná	5,417	35796	17502	19377	73606
Refrigerante de laranja	1,733	11452	5599	6199	23548
Refrigerante de limão	0,348	2300	1124	1245	4729
Suco de fruta em pó	0,146	965	472	522	1984
Suco de fruta envasado	1,010	6674	3263	3613	13724
Outros Refrigerantes	2,943	19447	9509	10527	39989
Outras bebidas não alcoólicas	0,133	879	430	476	1807

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
 Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Ilha Comp	Itaóca	Itapirapuã Pta	Itariri
	São Paulo	6608	3231	3577	13588
Produtos	kg/hab/ano				
Cafés	2,150	14207	6947	7691	29214
Café moído	2,101	13883	6788	7515	28548
Café solúvel	0,031	205	100	111	421
Outros cafés	0,011	73	36	39	149
Chás	0,078	515	252	279	1060
Chá-mate	0,580	3833	1874	2075	7881
Chá preto	0,009	59	29	32	122
Outros chás	0,023	152	74	82	313
Alimentos preparados misturas ind.e outros	5,500	36344	17771	19674	74734
Alimentos preparados	5,273	34844	17037	18862	71650
Frango assado ou defumado	0,168	1110	543	601	2283
Massa	1,912	12634	6178	6839	25980
Refeição	0,609	4024	1968	2178	8275
Salgadinho	0,051	337	165	182	693
Outros alimentos preparados	0,563	3720	1819	2014	7650
Misturas industriais -	0,227	1500	733	812	3084
Mistura para bolo	0,160	1057	517	572	2174
Outras misturas industriais	0,066	436	213	236	897
Outros		0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
 Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Vale do Ribeira - 1995/96

Tabela - 3.1-11 - Estimativas de Consumo Alimentar, por Municípios de Iporanga, Miracatu, Pqriquera-Açu e Pedro de Toledo

		Iporanga	Miracatu	Pariquera-Açu	Pedro de Toledo
	São Paulo	4564	22358	17646	9178
Produtos	kg/hab/ano				
Cereais e leguminosas	33,607	153382	751385	593029	308445
Cereais	25,845	117957	577843	456061	237205
Arroz integral	0,137	625	3063	2418	1257
Arroz polido	24,602	112284	550052	434127	225797
Milho seco	0,623	2843	13929	10993	5718
Outros cereais	0,483	2204	10799	8523	4433
Leguminosas	7,762	35426	173543	136968	71240
Feijão-fradinho		0	0	0	0
Feijão-jalo	0,020	91	447	353	184
Feijão-manteiga	1,749	7982	39104	30863	16052
Feijão-mulatinho	0,086	393	1923	1518	789
Feijão-preto	0,171	780	3823	3017	1569
Feijão-rajado	6,746	30789	150827	119040	61915
Feijão-roxo	0,072	329	1610	1271	661
Outros feijões	0,260	1187	5813	4588	2386
Outras leguminosas	0,403	1839	9010	7111	3699
Hortaliças	28,067	128098	627522	495270	257599
Hortaliças folhosas e florais	3,213	14664	71836	56697	29489
Agrião	0,183	835	4092	3229	1680
Alface	0,825	3765	18445	14558	7572
Cheiro-verde	0,145	662	3242	2559	1331
Couve	0,935	4267	20905	16499	8581
Couve-flor	0,415	1894	9279	7323	3809
Repolho fresco	0,632	2884	14130	11152	5800
Outras hortaliças folhosas e florais	0,078	356	1744	1376	716

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

		continuação				
		Iporanga	Miracatu	Pariquera-Açu	Pedro de Toledo	
São Paulo		4564	22358	17646	9178	
Produtos	kg/hab/ano					
Hortaliças frutosas		10,647	48593	238046	187877	97718
Abóbora comum	0,374	1707	8362	6600	3433	
Abobrinha	0,636	2903	14220	11223	5837	
Berinjela	0,276	1260	6171	4870	2533	
Chuchu	0,673	3072	15047	11876	6177	
Jiló	0,338	1543	7557	5964	3102	
Pepino fresco	0,602	2748	13460	10623	5525	
Pimentão	1,020	4655	22805	17999	9362	
Ouiabo	0,339	1547	7579	5982	3111	
Tomate	5,283	24112	118117	93224	48487	
Vagem	0,660	3012	14756	11646	6057	
Outras hortaliças frutosas	0,547	2497	12230	9652	5020	
Hortaliças tuberosas e outras		14,207	64841	317640	250697	130392
Alho	0,288	1314	6439	5082	2643	
Batata-doce	0,168	767	3756	2965	1542	
Batata-inglesa	6,922	31592	154762	122146	63530	
Beterraba	0,483	2204	10799	8523	4433	
Cebola fresca	3,362	15344	75168	59326	30856	
Cenoura	1,796	8197	40155	31692	16484	
Inhame		0	0	0	0	
Mandioca	0,692	3158	15472	12211	6351	
Outras hortaliças tuberosas e outras	0,497	2268	11112	8770	4561	
Frutas		44,581	203468	996742	786676	409164
Frutas de clima tropical		36,098	164751	807079	636985	331307
Abacate	0,504	2300	11268	8894	4626	
Abacaxi	0,743	3391	16612	13111	6819	
Banana-d'água	5,378	24545	120241	94900	49359	
Banana-maçã	0,507	2314	11336	8947	4653	
Banana-prata	1,328	6061	29691	23434	12188	
Laranja-baia		0	0	0	0	
Laranja-lima	0,788	3596	17618	13905	7232	
Laranja-pera	12,000	54768	268296	211752	110136	
Laranja-seleta	0,249	1136	5567	4394	2285	
Limão comum	0,797	3638	17819	14064	7315	
Mamão	3,567	16280	79751	62943	32738	
Manga	2,493	11378	55738	43991	22881	

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Iporanga	Miracatu	Pariquera-Açu	Pedro de Toledo
	São Paulo	4564	22358	17646	9178
Produtos	kg/hab/ano				
Frutas de clima tropical	36,098	164751	807079	636985	331307
Maracujá	1,499	6841	33515	26451	13758
Melancia	2,548	11629	56968	44962	23386
Melão	0,699	3190	15628	12335	6415
Tangerina	1,517	6924	33917	26769	13923
Outras bananas	0,638	2912	14264	11258	5856
Outras laranjas	0,593	2706	13258	10464	5443
Outras frutas de clima tropical	0,005	23	112	88	46
Frutas de clima temperado	8,483	38716	189663	149691	77857
Caqui	0,198	904	4427	3494	1817
Maça	2,530	11547	56566	44644	23220
Pera	1,519	6933	33962	26804	13941
Uva	2,171	9908	48539	38309	19925
Outras frutas de clima temperado	2,065	9425	46169	36439	18953
Cocos, castanhas e nozes	0,246	1123	5500	4341	2258
Cocos	0,209	954	4673	3688	1918
Açai (emulsão)		0	0	0	0
Coco-da-baía	0,209	954	4673	3688	1918
Outros cocos		0	0	0	0
Castanhas e nozes	0,037	169	827	653	340
Castanhas, nozes	0,037	169	827	653	340
Farinhas, féculas e massas	8,966	40921	200462	158214	82290
Farinhas	3,376	15408	75481	59573	30985
Farinha de mandioca	1,226	5595	27411	21634	11252
Farinha de rosca	0,223	1018	4986	3935	2047
Farinha de trigo	1,715	7827	38344	30263	15740
Farinha vitaminada	0,083	379	1856	1465	762
Outras farinhas	0,128	584	2862	2259	1175
Féculas	1,584	7229	35415	27951	14538
Amido de milho	0,135	616	3018	2382	1239
Creme de milho	0,024	110	537	424	220
Fécula de mandioca	0,079	361	1766	1394	725
Flocos de cereal	0,107	488	2392	1888	982
Flocos de milho	0,306	1397	6842	5400	2808
Fubá de milho	0,785	3583	17551	13852	7205
Outras féculas	0,149	680	3331	2629	1368

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação					
		Iporanga	Miracatu	Pariquera-Açu	Pedro de Toledo
	São Paulo	4564	22358	17646	9178
Produtos	kg/hab/ano				
Massas	4,006	18283	89566	70690	36767
Macarrão com ovo	2,879	13140	64369	50803	26423
Macarrão sem ovo	0,460	2099	10285	8117	4222
Macarrão não especificado	0,148	675	3309	2612	1358
Massa para pizza, pastel, etc.	0,465	2122	10396	8205	4268
Outras massas	0,064	292	1431	1129	587
Panificados	26,609	121443	594924	469542	244217
Pães	23,021	105068	514704	406229	211287
Pão de forma industrializado	1,208	5513	27008	21316	11087
Pão doce	0,829	3784	18535	14629	7609
Pão francês	20,510	93608	458563	361919	188241
Outros pães	0,474	2163	10598	8364	4350
Bolos	0,405	1848	9055	7147	3717
Bolo de tngo	0,391	1785	8742	6900	3589
Outros bolos	0,014	64	313	247	128
Biscoitos, roscas, etc.	3,183	14527	71166	56167	29214
Biscoito doce	1,944	8872	43464	34304	17842
Biscoito salgado	1,239	5655	27702	21863	11372
Rosca doce		0	0	0	0
Rosca salgada		0	0	0	0
Carnes	30,713	140174	686681	541962	281884
Carnes bovinas de primeira	12,734	58118	284707	224704	116873
Alcatra	3,358	15326	75078	59255	30820
Carne moída de primeira	0,411	1876	9189	7253	3772
Carne não especificada de primeira	0,201	917	4494	3547	1845
Chã-de-dentro	3,247	14819	72596	57297	29801
Contrafilé	1,974	9009	44135	34833	18117
Filé e filé mignon	0,961	4386	21486	16958	8820
Lagarto comum	1,011	4614	22604	17840	9279
Lagarto redondo	0,073	333	1632	1288	670
Patinho	1,499	6841	33515	26451	13758

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
 Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Iporanga	Miracatu	Pariquera-Açu	Pedro de Toledo
	São Paulo	4564	22358	17646	9178
Produtos	kg/hab/ano				
Carnes bovinas de segunda	9,473	43235	211797	167161	86943
Acém	5,296	24171	118408	93453	48607
Carne moída de segunda	1,558	7111	34834	27492	14299
Carne não especificada de segunda	0,389	1775	8697	6864	3570
Costela bovina	1,169	5335	26137	20628	10729
Músculo	0,669	3053	14958	11805	6140
Pá	0,051	233	1140	900	468
Peito		0	0	0	0
Outras carnes bovinas de segunda	0,342	1561	7646	6035	3139
Carnes bovinas outras	0,837	3820	18714	14770	7682
Carne-seca	0,038	173	850	671	349
Outras carnes bovinas	0,457	2086	10218	8064	4194
Carnes suínas com osso e sem osso	1,302	5942	29110	22975	11950
Carré	0,592	2702	13236	10446	5433
Costela suína	0,093	424	2079	1641	854
Lombo	0,103	470	2303	1818	945
Pernil	0,279	1273	6238	4923	2561
Toucinho	0,236	1077	5276	4164	2166
Outras carnes suínas com e sem osso		0	0	0	0
Carnes suínas outras	3,703	16900	82792	65343	33986
Mortadela	0,630	2875	14086	11117	5782
Presunto	0,712	3250	15919	12564	6535
Salsicha	1,849	8439	41340	32627	16970
Outras carnes suínaas	0,612	2793	13683	10799	5617
Carnes de outros animais	2,664	12158	59562	47009	24450
Lingüiça	2,538	11583	56745	44786	23294
Outras carnes de outros animais	0,126	575	2817	2223	1156
Vísceras	0,817	3729	18266	14417	7498
Vísceras bovinas	0,733	3345	16388	12935	6727
Fígado	0,503	2296	11246	8876	4617
Outras vísceras bovinas	0,023	105	514	406	211
Vísceras suínas	0,084	383	1878	1482	771
Vísceras suínas	0,084	383	1878	1482	771
Outras vísceras		0	0	0	0
Outras vísceras		0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Iporanga	Miracatu	Pariquera-Açu	Pedro de Toledo
	São Paulo	4564	22358	17646	9178
Produtos	kg/hab/ano				
Pescados	2,486	11346	55582	43868	22817
<i>Pescados de água salgada</i>	2,446	11164	54688	43162	22449
Bacalhau	0,219	1000	4896	3864	2010
Camarão fresco	0,072	329	1610	1271	661
Corvina fresca	0,322	1470	7199	5682	2955
Pescada fresca	0,362	1652	8094	6388	3322
Pescada em filé fresco	0,237	1082	5299	4182	2175
Pescadinha fresca	0,000	0	0	0	0
Sardinha em conserva	0,106	484	2370	1870	973
Sardinha fresca	0,067	306	1498	1182	615
Outros pescados de água salgada	0,703	3208	15718	12405	6452
<i>Pescados de água doce</i>	0,019	87	425	335	174
Pescados de água doce	0,004	18	89	71	37
Aves e ovos	20,805	94954	465158	367125	190948
<i>Aves</i>	16,597	75749	371076	292871	152327
Asa de frango	0,252	1150	5634	4447	2313
Carne não especificada de frango	0,728	3323	16277	12846	6682
Coxa de frango	1,132	5166	25309	19975	10389
Frango abatido (inteiro)	11,748	53618	262662	207305	107823
Frango vivo	0,378	1725	8451	6670	3469
Peito de frango	2,292	10461	51245	40445	21036
Outras carnes de frango	0,711	3245	15897	12546	6526
Outras aves	0,107	488	2392	1888	982
<i>Ovos</i>	4,208	19205	94082	74254	38621
Ovo de galinha	4,208	19205	94082	74254	38621
Laticínios	77,363	353085	1729682	1365147	710038
<i>Leite e creme de leite</i>	72,782	332177	1627260	1284311	667993
Creme de leite em conserva	0,343	1565	7669	6053	3148
Leite condensado	0,671	3062	15002	11840	6158
Leite de vaca fresco		0	0	0	0
Leite de vaca pasteurizado	7,041	32135	157423	124245	64622
Leite em pó integral	0,686	3131	15338	12105	6296
Leite em pó não especificado	0,213	972	4762	3759	1955
Outros leites e cremes de leite	0,460	2099	10285	8117	4222

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Iporanga	Miracatu	Pariquera-Açu	Pedro de Toledo
	São Paulo	4564	22358	17646	9178
Produtos	kg/hab/ano				
Queijos e requeijão	2,760	12597	61708	48703	25331
Queijo minas	0,701	3199	15673	12370	6434
Queijo muzzarella	0,726	3313	16232	12811	6663
Queijo prato	0,564	2574	12610	9952	5176
Requeijão	0,036	164	805	635	330
Outros queijos	0,409	1867	9144	7217	3754
Outros laticínios	1,821	8311	40714	32133	16713
logurte	0,957	4368	21397	16887	8783
Manteiga	0,291	1328	6506	5135	2671
Outros laticínios	0,190	867	4248	3353	1744
Açúcares e produtos de confeitaria	16,777	76570	375100	296047	153979
Açúcares	14,406	65749	322089	254208	132218
Açúcar cristal	0,015	68	335	265	138
Açúcar refinado	14,236	64973	318288	251208	130658
Outros açúcares	0,020	91	447	353	184
Doces e derivados	1,624	7412	36309	28657	14905
Doce a base de leite	0,068	310	1520	1200	624
Doce de fruta em calda	0,169	771	3779	2982	1551
Doce de fruta em pasta	0,228	1041	5098	4023	2093
Sorvete	0,832	3797	18602	14681	7636
Outros doces e derivados	0,326	1488	7289	5753	2992
Outros açúcares e produtos de conf.	0,747	3409	16701	13182	6856
Chocotata em pó	0,597	2725	13348	10535	5479
Outros açúcares e produtos de conf.	0,161	735	3600	2841	1478
Sais e condimentos	4,949	22587	110650	87330	45422
Sais	2,159	9854	48271	38098	19815
Sal grosso	0,003	14	67	53	28
Sal refinado	2,153	9826	48137	37992	19760
Outros sais	0,000	0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
 Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Iporanga	Miracatu	Pariquera-Açu	Pedro de Toledo
	São Paulo	4564	22358	17646	9178
Produtos	kg/hab/ano				
Condimentos	2,789	12729	62356	49215	25597
Caldo de carne em tablete	0,024	110	537	424	220
Caldo de galinha em tablete	0,006	27	134	106	55
Coco ralado	0,040	183	894	706	367
Ferrmento	0,062	283	1386	1094	569
Maionese	0,317	1447	7087	5594	2909
Massa de tomate	0,558	2547	12476	9846	5121
Molho de tomate	0,707	3227	15807	12476	6489
Tempero misto	0,001	5	22	18	9
Vinagre de álcool		0	0	0	0
Vinagre de vinho	0,697	3181	15584	12299	6397
Outros condimentos	0,225	1027	5031	3970	2065
Óleos e gorduras	7,968	36366	178149	140603	73130
Óleos	6,892	31455	154091	121616	63255
Azeite de oliva	0,248	1132	5545	4376	2276
Óleo de milho	0,227	1036	5075	4006	2083
Óleo de soja	6,275	28639	140296	110729	57592
Outros óleos	0,141	644	3152	2488	1294
Gorduras	1,077	4915	24080	19005	9885
Margarina vegetal	1,039	4742	23230	18334	9536
Outras gorduras	0,038	173	850	671	349
Bebidas e infusões	36,849	168179	823870	650237	338200
Bebidas alcoólicas	7,996	36494	178775	141097	73387
Aguardente de cana	0,348	1588	7781	6141	3194
Cerveja	6,797	31022	151967	119940	62383
Vinho	0,572	2611	12789	10094	5250
Outras bebidas alcoólicas	0,279	1273	6238	4923	2561
Bebidas não alcoólicas	26,625	121517	595282	469825	244364
Água mineral	0,081	370	1811	1429	743
Refrigerante de coca	13,884	63367	310418	244997	127427
Refrigerante de guaraná	5,417	24723	121113	95588	49717
Refrigerante de laranja	1,733	7909	38746	30581	15905
Refrigerante de limão	0,348	1588	7781	6141	3194
Suco de fruta em pó	0,146	666	3264	2576	1340
Suco de fruta envasado	1,010	4610	22582	17822	9270
Outros Refrigerantes	2,943	13432	65800	51932	27011
Outras bebidas não alcoólicas	0,133	607	2974	2347	1221

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Iporanga	Miracatu	Pariquera-Açu	Pedro de Toledo
	São Paulo	4564	22358	17646	9178
Produtos	kg/hab/ano				
Cafés	2,150	9813	48070	37939	19733
Café moído	2,101	9589	46974	37074	19283
Café solúvel	0,031	141	693	547	285
Outros cafés	0,011	50	246	194	101
Chás	0,078	356	1744	1376	716
Chá-mate	0,580	2647	12968	10235	5323
Chá preto	0,009	41	201	159	83
Outros chás	0,023	105	514	406	211
Alimentos preparados misturas ind.e outros	5,500	25102	122969	97053	50479
Alimentos preparados	5,273	24066	117894	93047	48396
Frango assado ou defumado	0,168	767	3756	2965	1542
Massa	1,912	8726	42748	33739	17548
Refeição	0,609	2779	13616	10746	5589
Salgadinho	0,051	233	1140	900	468
Outros alimentos preparados	0,563	2570	12588	9935	5167
Misturas industriais	0,227	1036	5075	4006	2083
Mistura para bolo	0,160	730	3577	2823	1468
Outras misturas industriais	0,066	301	1476	1165	606
Outros		0	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
 Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Vale do Ribeira - 1995/96

Tabela - 3.1.12 - Estimativas de Consumo Alimentar, por Municípios de Ribeira, São Lourenço da Serra e Tapiraí

		Ribeira	São Lourenço da Serra	Tapiraí
	São Paulo	3507	12185	8527
Produtos	kg/hab/ano			
Cereais e leguminosas	33,607	117860	409501	286567
Cereais	25,845	90638	314921	220380
Arroz integral	0,137	480	1669	1168
Arroz polido	24,602	86279	299775	209781
Milho seco	0,623	2185	7591	5312
Outros cereais	0,483	1694	5885	4119
Leguminosas	7,762	27221	94580	66187
Feijão-fradinho		0	0	0
Feijão-jalo	0,020	70	244	171
Feijão-manteiga	1,749	6134	21312	14914
Feijão-mulatinho	0,086	302	1048	733
Feijão-preto	0,171	600	2084	1458
Feijão-rajado	6,746	23658	82200	57523
Feijão-roxo	0,072	253	877	614
Outros feijões	0,260	912	3168	2217
Outras leguminosas	0,403	1413	4911	3436
Hortaliças	28,067	98431	341996	239327
Hortaliças folhosas e florais	3,213	11268	39150	27397
Agrião	0,183	642	2230	1560
Alface	0,825	2893	10053	7035
Cheiro-verde	0,145	509	1767	1236
Couve	0,935	3279	11393	7973
Couve-flor	0,415	1455	5057	3539
Repolho fresco	0,632	2216	7701	5389
Outras hortaliças folhosas e florais	0,078	274	950	665

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Ribeira	São Lourenço da Serra	Tapiraí
	São Paulo	3507	12185	8527
Produtos	kg/hab/ano			
Hortalças frutosas	10,647	37339	129734	90787
Abóbora comum	0,374	1312	4557	3189
Abobrinha	0,636	2230	7750	5423
Berinjela	0,276	968	3363	2353
Chuchu	0,673	2360	8201	5739
Jiló	0,338	1185	4119	2882
Pepino fresco	0,602	2111	7335	5133
Pimentão	1,020	3577	12429	8698
Ouiabo	0,339	1189	4131	2891
Tomate	5,283	18527	64373	45048
Vagem	0,660	2315	8042	5628
Outras hortalças frutosas	0,547	1918	6665	4664
Hortalças tuberosas e outras	14,207	49824	173112	121143
Alho	0,288	1010	3509	2456
Batata-doce	0,168	589	2047	1433
Batata-inglesa	6,922	24275	84345	59024
Beterraba	0,483	1694	5885	4119
Cebola fresca	3,362	11791	40966	28668
Cenoura	1,796	6299	21884	15314
Inhame		0	0	0
Mandioca	0,692	2427	8432	5901
Outras hortalças tuberosas e outras	0,497	1743	6056	4238
Frutas	44,581	156346	543219	380142
Frutas de clima tropical	36,098	126596	439854	307808
Abacate	0,504	1768	6141	4298
Abacaxi	0,743	2606	9053	6336
Banana-d'água	5,378	18861	65531	45858
Banana-maça	0,507	1778	6178	4323
Banana-prata	1,328	4657	16182	11324
Laranja-baia		0	0	0
Laranja-lima	0,788	2764	9602	6719
Laranja-pera	12,000	42084	146220	102324
Laranja-seleta	0,249	873	3034	2123
Limão comum	0,797	2795	9711	6796
Mamão	3,567	12509	43464	30416

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Ribeira	São Lourenço da Serra	Tapiraí
	São Paulo	3507	12185	8527
Produtos	kg/hab/ano			
<i>Frutas de clima tropical</i>	36,098	126596	439854	307808
Manga	2,493	8743	30377	21258
Maracujá	1,499	5257	18265	12782
Melancia	2,548	8936	31047	21727
Melão	0,699	2451	8517	5960
Tangerina	1,517	5320	18485	12935
Outras bananas	0,638	2237	7774	5440
Outras laranjas	0,593	2080	7226	5057
Outras frutas de clima tropical	0,005	18	61	43
<i>Frutas de clima temperado</i>	8,483	29750	103365	72335
Caqui	0,198	694	2413	1688
Maça	2,530	8873	30828	21573
Pera	1,519	5327	18509	12953
Uva	2,171	7614	26454	18512
Outras frutas de clima temperado	2,065	7242	25162	17608
Cocos, castanhas e nozes	0,246	863	2998	2098
Cocos	0,209	733	2547	1782
Açaí (emulsão)		0	0	0
Coco-da-baia	0,209	733	2547	1782
Outros cocos		0	0	0
Castanhas e nozes	0,037	130	451	315
Castanhas, nozes	0,037	130	451	315
Farinhas, féculas e massas	8,966	31444	109251	76453
Farinhas	3,376	11840	41137	28787
Farinha de mandioca	1,226	4300	14939	10454
Farinha de rosca	0,223	782	2717	1902
Farinha de trigo	1,715	6015	20897	14624
Farinha vitaminada	0,083	291	1011	708
Outras farinhas	0,128	449	1560	1091
Féculas	1,584	5555	19301	13507
Amido de milho	0,135	473	1645	1151
Creme de milho	0,024	84	292	205
Fécula de mandioca	0,079	277	963	674
Flocos de cereal	0,107	375	1304	912
Flocos de milho	0,306	1073	3729	2609
Fubá de milho	0,785	2753	9565	6694
Outras féculas	0,149	523	1816	1271

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Ribeira	São Lourenço da Serra	Tapiraí
	São Paulo	3507	12185	8527
Produtos	kg/hab/ano			
Massas	4,006	14049	48813	34159
Macarrão com ovo	2,879	10097	35081	24549
Macarrão sem ovo	0,460	1613	5605	3922
Macarrão não especificado	0,148	519	1803	1262
Massa para pizza, pastel, etc.	0,465	1631	5666	3965
Outras massas	0,064	224	780	546
Panificados	26,609	93318	324231	226895
Pães	23,021	80735	280511	196300
Pão de forma industrializado	1,208	4236	14719	10301
Pão doce	0,829	2907	10101	7069
Pão francês	20,510	71929	249914	174889
Outros pães	0,474	1662	5776	4042
Bolos	0,405	1420	4935	3453
Bolo de tngo	0,391	1371	4764	3334
Outros bolos	0,014	49	171	119
Biscoitos, roscas, etc.	3,183	11163	38785	27141
Biscoito doce	1,944	6818	23688	16576
Biscoito salgado	1,239	4345	15097	10565
Rosca doce		0	0	0
Rosca salgada		0	0	0
Carnes	30,713	107710	374238	261890
Carnes bovinas de primeira	12,734	44658	155164	108583
Alcatra	3,358	11777	40917	28634
Carne moída de primeira	0,411	1441	5008	3505
Carne não especificada de primeira	0,201	705	2449	1714
Chã-de-dentro	3,247	11387	39565	27687
Contrafile	1,974	6923	24053	16832
Filé e filé mignon	0,961	3370	11710	8194
Lagarto comum	1,011	3546	12319	8621
Lagarto redondo	0,073	256	890	622
Patinho	1,499	5257	18265	12782

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Ribeira	São Lourenço da Serra	Tapiraí
Produtos	São Paulo	3507	12185	8527
	kg/hab/ano			
Carnes bovinas de segunda	9,473	33222	115429	80776
Acém	5,296	18573	64532	45159
Carne moída de segunda	1,558	5464	18984	13285
Carne não especificada de segunda	0,389	1364	4740	3317
Costela bovina	1,169	4100	14244	9968
Músculo	0,669	2346	8152	5705
Pá	0,051	179	621	435
Peito		0	0	0
Outras carnes bovinas de segunda	0,342	1199	4167	2916
Carnes bovinas outras	0,837	2935	10199	7137
Carne-seca	0,038	133	463	324
Outras carnes bovinas	0,457	1603	5569	3897
Carnes suínas com osso e sem osso	1,302	4566	15865	11102
Carré	0,592	2076	7214	5048
Costela suína	0,093	326	1133	793
Lombo	0,103	361	1255	878
Pernil	0,279	978	3400	2379
Toucinho	0,236	828	2876	2012
Outras carnes suínas com e sem osso		0	0	0
Carnes suínas outras	3,703	12986	45121	31575
Mortadela	0,630	2209	7677	5372
Presunto	0,712	2497	8676	6071
Salsicha	1,849	6484	22530	15766
Outras carnes suínaas	0,612	2146	7457	5219
Carnes de outros animais	2,664	9343	32461	22716
Lingüiça	2,538	8901	30926	21642
Outras carnes de outros animais	0,126	442	1535	1074
Visceras	0,817	2865	9955	6967
Visceras bovinas	0,733	2571	8932	6250
Fígado	0,503	1764	6129	4289
Outras vísceras bovinas	0,023	81	280	196
Visceras suínas	0,084	295	1024	716
Vísceras suínas	0,084	295	1024	716
Outras vísceras		0	0	0
Outras vísceras		0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Ribeira	São Lourenço da Serra	Tapirai
		3507	12185	8527
	São Paulo			
	kg/hab/ano			
Produtos				
Pescados	2,486	8718	30292	21198
<i>Pescados de água salgada</i>	2,446	8578	29805	20857
Bacalhau	0,219	768	2669	1867
Camarão fresco	0,072	253	877	614
Corvina fresca	0,322	1129	3924	2746
Pescada fresca	0,362	1270	4411	3087
Pescada em filé fresco	0,237	831	2888	2021
Pescadinha fresca	0,000	0	0	0
Sardinha em conserva	0,106	372	1292	904
Sardinha fresca	0,067	235	816	571
Outros pescados de água salgada	0,703	2465	8566	5994
<i>Pescados de água doce</i>	0,019	67	232	162
Pescados de água doce	0,004	14	49	34
Aves e ovos	20,805	72963	253509	177404
<i>Aves</i>	16,597	58206	202234	141523
Asa de frango	0,252	884	3071	2149
Carne não especificada de frango	0,728	2553	8871	6208
Coxa de frango	1,132	3970	13793	9653
Frango abatido (inteiro)	11,748	41200	143149	100175
Frango vivo	0,378	1326	4606	3223
Peito de frango	2,292	8038	27928	19544
Outras carnes de frango	0,711	2493	8664	6063
Outras aves	0,107	375	1304	912
<i>Ovos</i>	4,208	14757	51274	35882
Ovo de galinha	4,208	14757	51274	35882
Laticínios	77,363	271312	942668	659674
<i>Leite e creme de leite</i>	72,782	255246	886849	620612
Crema de leite em conserva	0,343	1203	4179	2925
Leite condensado	0,671	2353	8176	5722
Leite de vaca fresco		0	0	0
Leite de vaca pasteurizado	7,041	24693	85795	60039
Leite em pó integral	0,686	2406	8359	5850
Leite em pó não especificado	0,213	747	2595	1816
Outros leites e cremes de leite	0,460	1613	5605	3922

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

		continuação		
		Ribeira	São Lourenço	Tapiraí
			da Serra	
Produtos	São Paulo	3507	12185	8527
	kg/hab/ano			
Queijos e requeijão	2,760	9679	33631	23535
Queijo minas	0,701	2458	8542	5977
Queijo muzarella	0,726	2546	8846	6191
Queijo prato	0,564	1978	6872	4809
Requeijão	0,036	126	439	307
Outros queijos	0,409	1434	4984	3488
Outros laticínios	1,821	6386	22189	15528
Iogurte	0,957	3356	11661	8160
Manteiga	0,291	1021	3546	2481
Outros laticínios	0,190	666	2315	1620
Açúcares e produtos de confeitaria	16,777	58837	204428	143057
Açúcares	14,406	50522	175537	122840
Açúcar cristal	0,015	53	183	128
Açúcar refinado	14,236	49926	173466	121390
Outros açúcares	0,020	70	244	171
Doces e derivados	1,624	5695	19788	13848
Doce a base de leite	0,068	238	829	580
Doce de fruta em calda	0,169	593	2059	1441
Doce de fruta em pasta	0,228	800	2778	1944
Sorvete	0,832	2918	10138	7094
Outros doces e derivados	0,326	1143	3972	2780
Outros açúcares e produtos de conf.	0,747	2620	9102	6370
Chocotote em pó	0,597	2094	7274	5091
Outros açúcares e produtos de conf.	0,161	565	1962	1373
Sais e condimentos	4,949	17356	60304	42200
Sais	2,159	7572	26307	18410
Sal grosso	0,003	11	37	26
Sal refinado	2,153	7551	26234	18359
Outros sais	0,000	0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
 Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Ribeira	São Lourenço da Serra	Tapiraí
	São Paulo	3507	12185	8527
Produtos	kg/hab/ano			
Condimentos	2,789	9781	33984	23782
Caldo de carne em tablete	0,024	84	292	205
Caldo de galinha em tablete	0,006	21	73	51
Coco ralado	0,040	140	487	341
Ferrnento	0,062	217	755	529
Maionese	0,317	1112	3863	2703
Massa de tomate	0,558	1957	6799	4758
Molho de tomate	0,707	2479	8615	6029
Tempero misto	0,001	4	12	9
Vinagre de álcool		0	0	0
Vinagre de vinho	0,697	2444	8493	5943
Outros condimentos	0,225	789	2742	1919
Óleos e gorduras	7,968	27944	97090	67943
Óleos	6,892	24170	83979	58768
Azeite de oliva	0,248	870	3022	2115
Óleo de milho	0,227	796	2766	1936
Óleo de soja	6,275	22006	76461	53507
Outros óleos	0,141	494	1718	1202
Gorduras	1,077	3777	13123	9184
Margarina vegetal	1,039	3644	12660	8860
Outras gorduras	0,038	133	463	324
Bebidas e infusões	36,849	129229	449005	314211
Bebidas alcoólicas	7,996	28042	97431	68182
Aguardente de cana	0,348	1220	4240	2967
Cerveja	6,797	23837	82821	57958
Vinho	0,572	2006	6970	4877
Outras bebidas alcoólicas	0,279	978	3400	2379
Bebidas não alcoólicas	26,625	93374	324426	227031
Água mineral	0,081	284	987	691
Refrigerante de coca	13,884	48691	169177	118389
Refrigerante de guaraná	5,417	18997	66006	46191
Refrigerante de laranja	1,733	6078	21117	14777
Refrigerante de limão	0,348	1220	4240	2967
Suco de fruta em pó	0,146	512	1779	1245
Suco de fruta envasado	1,010	3542	12307	8612
Outros Refrigerantes	2,943	10321	35860	25095
Outras bebidas não alcoólicas	0,133	466	1621	1134

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000

Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

continuação

		Ribeira	São Lourenço da Serra	Tapiraí
	São Paulo	3507	12185	8527
Produtos	kg/hab/ano			
Cafés	2,150	7540	26198	18333
Café moído	2,101	7368	25601	17915
Café solúvel	0,031	109	378	264
Outros cafés	0,011	39	134	94
Chás	0,078	274	950	665
Chá-mate	0,580	2034	7067	4946
Chá preto	0,009	32	110	77
Outros chás	0,023	81	280	196
Alimentos preparados misturas ind.e	5,500	19289	67018	46899
Alimentos preparados	5,273	18492	64252	44963
Frango assado ou defumado	0,168	589	2047	1433
Massa	1,912	6705	23298	16304
Refeição	0,609	2136	7421	5193
Salgadinho	0,051	179	621	435
Outros alimentos preparados	0,563	1974	6860	4801
Misturas industriais	0,227	796	2766	1936
Mistura para bolo	0,160	561	1950	1364
Outras misturas industriais	0,066	231	804	563
Outros		0	0	0

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - POF - 1995/96 e Censo Demográfico - 2000
Org.: ROMÃO, D.A. - 2001

Anexo 4
Evolução das áreas de produção dos principais
produtos agropecuários
Vale do Ribeira

Tabela 4.1 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURAS EM BARRA DO TURVO

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABOBORA								1	1	12	12	10	10	10
ABOBRINHA														
ALHO									1					
CHUCHU												8	5	5
PIMENTAO								1						
REPOLHO								1	1					
TOMATE ENVARADO									1					
GENGIBRE				14	24	21	20							
MANDIOCA PARA INDUSTRIA		20	24		20	20	121	121	24	24	34	30	30	30
MANDIOCA PARA MESA	10	80	70	36	20	20			48	48	48	48	48	48
ARROZ EM CASCA SEQ.E VARZ.	960	400	400	484	484	400	400	310	280	280	363	420	400	400
MILHO EM GRAO	600	500	600	400	400	450	450	315	315	363	400	455	405	410
MILHO EM GRAO (SAFRINHA)												455		
FEIJAO DA SECA	1.900	1.500	3.000	3.000	3.000	1.000	968	484	280	280	320	470	400	400
FEIJAO DAS AGUAS	600	300	2.000	2.000	484	1.000	400	1.086	212	150	220	280	280	230
ABACATE								24	8					
MAMAO	23													
MARACUJA										1	1			
BANANA		30	55	55	40	85	88	85	26	27	26	30	30	40
CANA PARA FORRAGEM		50	30	36	20	15	24	24	24	24	36	61	60	61
CANA PARA INDUSTRIA				20	20									
PASTO NATURAL	500	2.000	2.000			3.000	24.200	24.200	20.000	20.000	18.000	18.000	17.000	17.000
PASTO CULTIVADO	250	600	700	2.500	3.300	3.300	16.940	16.940	20.200	20.200	22.200	22.200	23.000	23.000
CAPIM P/SEMENTE	750	2.600												
PINUS									24	24	24	25	25	25
MATA NATURAL									38.800	58.191	38.800	55.300	55.300	55.300

Tabela 4.2 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE CULTURAS [ha] EM CAJATI

CULTURA	93	94	95	96
ABOBORA	50	50	50	100
ABOBRINHA			4	4
ACELGA				5
ALFACE			2	
BERINGELA			2	
BETERRABA			1	
BROCOLOS				1
CHUCHU			2	
PIMENTA				10
QUIABO			4	
REPOLHO			1	
VAGEM			1	
MANDIOCA PARA INDUSTRIA	20	50	50	20
MANDIOCA PARA MESA			20	
MANDIOQUINHA		5		
ARROZ EM CASCA SEQ.E VARZ.	20	20	20	40
MILHO EM GRAO		30	30	90
FEIJAO DA SECA	40	40	40	80
FEIJAO DAS AGUAS	25	25	25	80
LIMAO				10
MARACUJA	30	18	18	60
MEXERICA	56	140	112	140
BANANA	5.320	5.420	5.520	5.300
CHA	30	30	30	
CANA PARA FORRAGEM			20	20
PASTO NATURAL	6.000	6.000	6.000	1.800
PASTO CULTIVADO	3.600	3.600	3.600	6.000
CAPIM P/SEMENTE				
PINUS		1.465	200	200
EUCALIPTUS	1.100	1.100	3.415	1.200
MATA NATURAL		23.000	23.000	23.000

Tabela 4.3 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURAS EM ELDORADO PAULISTA

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABOBORA														
ABOBRINHA									2			10		
GENGIBRE				10	20	15						5		
MANDIOCA PARA INDUSTRIA	20	20	30	75	70	50	50	40	40	40	20	40	40	40
MANDIOCA PARA MESA	20	20	30	75	70	50	50	30	30	30	20	45	50	30
ARROZ EM CASCA SEQ.E VARZ.	800	500	500	230	200	200	200	200	150	140	140	240	240	100
MILHO EM GRAO	500	300	300	450	400	300	200	400	100	100	100	200	200	80
MILHO VERDE				5										
FEIJAO DA SECA	100	80	80	50	40	20	20	40	15	15	5	40	40	40
FEIJAO DAS AGUAS	50				60	20	20	20	20	20	20	80	50	40
FEIJAO DE INVERNO S/IRRIG.		50	80	40	40	40	30				10			
AMEIXA														
GOIABA PARA INDUSTRIA			7	12	12			12	12	12	10	10	10	7
GOIABA PARA MESA					8	8	8		3	3	3	6		10
LIMAO								14	14	14	14	14	14	
MARACUJA	19	21	1					18	40	30	25	50	50	50
MEXERICA	116	73	116	116	116	116	116	116	116	116	116	116	116	71
POMELO														
PONKAN														
BANANA	2.000	2.000	3.500	3.750	5.500	5.500	5.500	5.000	4.575	4.725	3.110	3.593	2.335	4.416
CACAU	105	175	175	367	212	212	212	175	175	105	105	105	105	105
CAFE BENEFICIADO														
SERINGUEIRA	11	37	37	37	75	75	75	75	75	75	75	75	75	75
PASTO NATURAL	5.000	5.000	5.000	5.500	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000	5.000	8.000	6.000	6.000
PASTO CULTIVADO	8.000	8.000	8.000	8.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	12.000	14.000	14.500	18.500
CAPIM P/SEMENTE	13.000	13.000												
EUCALIPTUS		100	100	100	535	450	450	200	200	200	50	50	50	50
PINUS		2.500	2.500	2.500	5.000	482	4.812	4.812	2.500	2.500	2.400	2.350	2.400	2.400
MATA NATURAL		102.348	102.300	102.348	140.000	140.000	140.000	140.000	140.000	140.000	140.000	123.122	123.122	123.122

Tabela 4.4 - EVOLUÇÃO DAS CULTURAS EM ÁREAS [ha] EM IGUAPE *

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABOBRINHA	8				25	20			40			120	100	100
ALFACE												2		
BERINGELA	5			300	300	300	379	379	418	418	450	470	450	450
CHUCHU		200		12	10	10	10	8				24		
JILO	7			10	20				8					
PEPINO	10	8		15	10	10						6		
PIMENTA	6													
PIMENTAO	12	10												
QUIABO	25	15			60		30	30	25			25	20	
VAGEM	10	10		10	25	25	30	30	3			131	131	131
ANTURIO	10	10		10	25	25	30	30	3					32.000
MANDIOCA PARA INDUSTRIA	65	40	45	40	90	40	20	20	135			130	100	100
MANDIOCA PARA MESA	8	20	20	20	30	30	400	400	150	130	100			
ARROZ EM CASCA SEQ. E VARZ.	700	520	700	550	300	300	400	400	90					
MILHO EM GRAO	70	35		30		5								
MILHO PARA SILAGEM						10								
MILHO VERDE						10				5	4	8	4	8
FEIJO DA SECA	15	10	8			10	40	9	83	2	6	8	8	8
FEIJO DAS AGUAS	15	18	10	25	50	30						5	5	5
FEIJO DE INVERNO S/IRRIG.	6	10	12									3		
ABACAXI	127											45	17	15
GOIABA PARA MESA		11	12	12	12	12	12	25	19	15	15			
LIMÃO			14	14	14	14	14	8	8			225	150	250
MARACUJA	110	10	45	45	90	120	120	192	200	250	211			
MEXERICA			6									70	70	
PONKAN								57	57			1.130	700	1.100
BANANA	1.250	1.250	1.250	1.375	1.375	1.375	1.400	925	960	1.045	1.215	1.130	700	1.100
CACAU	155	131	227	227		227	227	101				10		
CANA PARA FORRAGEM	15	30	45	30										
CANA PARA INDUSTRIA	50	50	50									100		
PALMITO	750	15.000	31	15.000	22	15.000	22	41	41	41	41	41	41	
SERINGUEIRA								6.756	7.000					
PASTO NATURAL	1.500	1.500	1.600	5.000	1.600	1.500	219.621	2.196	2.196	2.124	2.124	2.114	2.124	2.124
PASTO CULTIVADO	450	450	700	3.000	3.500	3.800	506.716	5.067	5.367	5.681	5.500	5.500	5.500	5.500
CAPIM P/SEMENTE	1.950	1.950												
EUCALIPTUS												394		
PINUS								22	22	22				
MATA NATURAL		150.000	162.400	162.240	150.000	150.000			51.486	109.530	109.530	152.160	151.137	151.137

* até 92 inseria parte do atual município de Ilha Comprida

Tabela 4. 5 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURAS EM ILHA COMPRIDA

CULTURAS	93	94
ABACAXI	3	
LIMAO	1	
PASTO NATURAL	42	
MATA NATURAL		12.540

Tabela 4.6 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURA EM IPORANGA

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
MANDIOCA PARA INDUSTRIA	16	10	20	38	30	20		40	40	40	25	40	30	40
MANDIOCA PARA MESA	15	10	5											
ARROZ EM CASCA SEQ.E VARZ.	800	200	200	400	400	330	250	350	350	400	320	400	380	400
MILHO EM GRÃO	700	200	160	350	300	350	350	200	180	200	220	380	250	380
MILHO PARA PIPOCA			7											
FEIJÃO DA SECA	600	150	300	100	100	150	100	100	100	140	120	180	120	180
FEIJÃO DAS ÁGUAS	400	200	140	350	100	150	100	80	150	180	100	150	100	100
FEIJAO DE INVERNO S/IRRIG.		200			100	150	100	100	100	120	130	180	150	180
LIMÃO												10		
MAMÃO	10													
MARACUJA						20	6	8	6					1
PONKAN														8
BANANA	210	85	112	115	105	60	75	60	60	120	60	60	60	60
CACAU				7	10	10	10		3	28				
CANA PARA FORRAGEM					15	20	10	25	30			20	25	20
CANA PARA INDÚSTRIA			10	55	60	30	20	25	35	35		40	25	40
SERINGUEIRA									1	1				
PASTO NATURAL	7.000	1.200	1.000	2.000	2.200		2.200	2.200	2.500	2.400	2.500	2.600	2.600	2.600
PASTO CULTIVADO	1.000	300	300	1.000	1.200		1.200	1.200	1.300	1.300	1.200	1.250	1.250	1.250
CAPIM P/SEMENTE	8.000	1.500												
MATA NATURAL		110.000	110.000	110.000	110.000		110.000					102.877	102.877	102.877

Tabela 4.7 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURAS EM ITARIRI

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABOBORA	20	5	30	15	15	10	10	10	4	10	3	5	5	4
ABOBRINHA			5									7	7	7
ACELGA										1	2	4	4	4
ALFACE	7													
BERINGELA														
CHICÓREA									1	1			2	
CHUCHU			10	14										
COUVE											1			
ERVILHA TORTA										3			5	5
JILO						2	5	3	3	3	4	3	2	2
PEPINO	5									2	2		2	2
PIMENTA	1					1	1	2	2	2	2	2		1
PIMENTÃO	20	10	36	18					6	10		25	25	25
QUIABO											1			
REPOLHO														
TOMATE ENVARADO	1													
VAGEM	20	20	15	10	15	15	2	15	10	10	10	20	20	20
GENGIBRE	10													
MANDIOCA PARA INDÚSTRIA								10	15			40	40	40
MANDIOCA PARA MESA	10	18	6	45	15	20	20	20	10	15	15	40	40	35
ARROZ EM CASCA SEQ. E VARZ.	20	20	20	22	15			7		5	7	15	15	20
MILHO EM GRÃO	10	10	50						2			2		
MILHO VERDE														
FEIJÃO DA SECA	20	5	10	10	8	5	8	4	4	2	3	10		
FEIJÃO DAS ÁGUAS	20		5	12	10	6	6			11	6	20	25	30
FEIJÃO DE INVERNO S/IRRIG.		3	13									10	10	10
GOIABA PARA MESA		12	18		8	8	8	2	2	2	2	2	2	2
LARANJA	1	1	1							0	0			
MAMÃO	3													
MARACUJÁ	4	7	7				25	22	4	4	4	7	7	7
BANANA	3.650	2.750	2.800	3.000	3.000	1.650	1.650	2.125	2.525	3.346	3.346	3.715	3.725	3.725
CACAU	49	58	58											
CANA PARA FORRAGEM	10	10	11	15	15	12	10	8	9	9	9	20	20	20
CANA PARA INDÚSTRIA												8		
SERINGUEIRA									7	7	1			
PASTO NATURAL	100	200	600	400			450	450	450	450	450	650	650	650
PASTO CULTIVADO	50	200	500	-			50	50	50	50	50	175	175	175
CAPIM P/SEMENTE	150	400	-	-			50	50	-	-	-	-	-	-
EUCALIPTUS								14	17	17	17	17	17	17
MATA NATURAL										16.710	16.710	16.710	16.710	16.710

Tabela 4.8 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE CULTURAS EM JACUPIRANGA

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABÓBORA	80								10	50				
ABOBRINHA	4	3			100		48							
BERINGELA	3													
MANDIOCA PARA INDÚSTRIA														
ARROZ EM CASCA SEQ.E VARZ.	400	400	400	200				80	80	80	60	60	60	60
MILHO EM GRÃO	600	600	600	300					30	30	10	50	50	50
MILHO VERDE									50	50	20	30	30	30
FEIJÃO DA SECA	150		300	200	200	36		10	10					
FEIJÃO DAS AGUAS	200	250	250	200	200				60	60	20	20	20	50
FEIJÃO DE INVERNO S/RRIG.		50	200	50	50				40	40	10	10	20	20
CAQUI												40		50
GOIABA PARA MESA							1							
MARACUJÁ	40	30												
MEXERICÁ	112	56	98	140	56	140	168	20	60	120	90	60	60	8
BANANA	3.300	4.500	4.500	5.100	6.100	5.100	5.000	168	168	168				60
CHÁ	100	100	75	100	100			5.000	5.150	6.180	1.975	1.925	1.925	1.925
CACAU								50	50	50				
CANA PARA FORRAGEM	50	50	14	62	17									
CANA PARA INDÚSTRIA														
SERINGUEIRA	53	53	70	228	228	228	228	228	228	228	228	30	30	30
PASTO NATURAL	6.400	15.000	15.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	228	60	60	60
PASTO CULTIVADO	2.800	6.000	10.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	109	102	102	120
CAPIM P/SEMENTE	9.200	21.000									4.200	4.200	4.200	4.200
EUCALIPTUS		1.547	1.547								2.400	4.200	4.200	4.200
PINUS	2.000	2.000							1.600	1.600	700	700	700	700
MATA NATURAL								600	600	600	2.200	2.200	2.200	2.200
							90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	37.000	37.000	37.000

Tabela 4.9 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURAS EM JUQUIÁ

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABOBORA		2		5	5	5	2	2	1		4	1		
ABOBRINHA						2	4	3						
BERINGELA								2	1					
CHUCHU								3	4					
JILO				4	5	3	3	4	1					
PEPINO				2	2	3	4	5	4					
PIMENTA									2	1				
PIMENTAO								1	1					
QUIABO								4						
VAGEM				5	5			10	6					
GERGELIM	100													
ANTURIO	1	1												
MANDIOCA PARA INDUSTRIA	80	10							139	135		135		
MANDIOCA PARA MESA	30		10				140	139						
ARROZ EM CASCA IRRIGADO										5	5	5		30
ARROZ EM CASCA SEQ.E VARZ.	10	150	80	120	120	100	160	160	60	45	20	25	40	30
MILHO EM GRAO	100	32	90	90	90	90	100	100	220	290	298	220	163	160
MILHO PARA SILAGEM								12	12					
FEIJAO DA SECA	100	5	60	30	20	20	10			10	10	20	20	10
FEIJAO DAS AGUAS	30	15	40	40	50	40	60	50	60	30	40	30	43	20
FEIJAO DE INVERNO S/IRRIG.			10											
LARANJA														5
LIMAO							14	14	14			10	10	10
MARACUJA	1	5	15	12	12	12	12	12	12	8	6	6	6	9
MEXERICA	56											11	11	11
NESPERA														20
TANGERINA														
BANANA	1.000	4.000	3.200	3.450	3.450	3.925	2.453	2.453	2.755	3.680	3.680	3.700	3.700	3.700
CACAU		125	227	230	222	222	222	222	69	69	69	69		
CAFE BENEFICIADO							27							2
CANA PARA FORRAGEM	10									2		10		
SERINGUEIRA		37	37	50	42	37	37	37	16	16	16	16		
PASTO NATURAL	1.500	1.500	1.500	2.000	1.500	1.500	1.600	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	2.000	2.000
PASTO CULTIVADO	2.500	2.500	2.500	5.000	2.600	2.600	2.500	2.600	2.600	2.500	2.500	2.500	6.000	6.000
CAPIM P/SEMENTE	4.000	4.000												
EUCALIPTUS							10			40		24	24	24
MATA NATURAL										57.678	57.678	46.936	46.936	46.936
				32.240										

Tabela 4.10 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURAS EM MIRACATU

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABOBORA	35	35		30					8	15	10	10	15	15
ABOBRINHA				8					2			5	10	10
BERINGELA									25			5	5	5
CHUCHU														
JILO				24										
PEPINO				10		20			5			6	6	6
PIMENTAO										4	5	6	6	6
QUIABO				20					8	5	5	5	5	5
VAGEM				55					4	10	10	10	10	10
ANTURIO	2	2		2										
MANDIOCA PARA INDUSTRIA			60						200	50	20	100	100	100
MANDIOCA PARA MESA	70	70	30			4			100	50	50	50	100	100
ARROZ EM CASCA SEQ.E VARZ.	200	200	240		200	160	160	100	100	100	150	160	160	160
MILHO EM GRAO	30	30	60	80	80	90	90	80	80	80	100	50	50	50
MILHO EM GRAO (SAFRINHA)														
MILHO VERDE				25										50
FEIJAO DA SECA	20	30	10	10	10	5	5				25	30	30	30
FEIJAO DAS AGUAS	50	50	70	40	40	15	30				30	30	30	20
FEIJAO DE INVERNO S/IRRIG.							5				25	30	30	20
LARANJA	1	1												
LIMAO	10	10	19	19	19	3	3							
MACA				4										
MARACUJA	5			20	20	50	50		50	50	50	50	50	50
MEXERICA		4	4	4	4									
BANANA	3.100	3.575	3.600	3.600	3.600	3.550	3.500	3.500	3.500	4.200	4.200	4.700	4.400	4.400
CACAU	10	10	28	28	28	28	28							
CAFE BENEFICIADO														
CANA PARA FORRAGEM	20	20		10	10	10	10	10	50	50	50	50	50	3
PALMITO														5
SERINGUEIRA			43	43	43	43	43	43	40	40	16	30	30	30
PASTO NATURAL	3.500	3.500	3.500	3.500	3.500				4.500	3.000	3.500	3.500	3.000	3.500
PASTO CULTIVADO	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500				2.000	1.500	1.500	4.500	1.500	2.300
CAPIM P/SEMENTE	5.000	5.000		5.000										
EUCALIPTUS	204													
KIRI	28									327	327	327	327	
PINUS	200													
MATA NATURAL	94.500		85.000	85.000	72.000				75.000	72.631	72.011	72.956	72.956	72.956

Tabela 4.11 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURAS EM PARIQUERA-AÇU

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABOBRINHA	10				3		5	20	20	10		30	30	
ALFACE														
JILO	5											5	5	
PIMENTA	15								20					
PEPINO	15		5	5	5	15	15	5	10	5	5	5	3	3
QUIABO												15	15	
VAGEM	15											2		
ANTURIO	10	5		3	4	5	5	15	20	10	20	20	20	
BATATA DE INVERNO			50					2			2	2	2	2
MANDIOCA PARA INDUSTRIA	70	150	110	60	110	130	130	200	220	220	40	40	60	40
MANDIOCA PARA MESA	25	10	10	10	10	10	5	40	40	20	40	40	40	40
ARROZ EM CASCA IRRIGADO														
ARROZ EM CASCA SEQ.E VARZ.	600	900	800	900	900	900	900	800	800	800	150	15	40	40
MILHO EM GRAO	200	200	250	250	250	250	250	200	250	250		285	200	200
MILHO EM GRAO (SAFRINHA)												150	250	250
MILHO PARA SILAGEM												50	50	
MILHO VERDE								20	30	30	60	60	60	60
FEIJO DA SECA	80	40	40	50	50	50	100	80	80	80	80	80	80	50
FEIJO DAS AGUAS	50		50	50	50	50	70	70	50	50	78	60	100	100
FEIJO DE INVERNO S/IRRIG.			50	70	80	60	50	50	120	120		80		
ACEROLA														
CAQUI														
GOIABA PARA MESA	11	14	12	6	6	4	6	8	9	7	16	24	24	24
JABUTICABA														
LIMAO	34	58	48	53	48	34	34	24	14	14	1	1	1	1
MAMAO	40													
MARACUJA	350	150	150	200	180	180	180	300	350	400	5	14	14	14
MELANCIA														
MEXERICA	386	434	462	462	462	482	460	602	644	588	1.344	500	550	550
PONKAN	78	56	42	28	28	28	28	28	56	56	56	5	5	
BANANA	185	155	250	243	235	235	225	183	125	125	175	1.372	1.400	1.400
CHA	1.200	1.300	1.500	1.600	1.600	1.600	1.600	1.800	2.000	2.000	2.000	224	224	224
CACAU	97	83	83	83	83	83	83	83	42	83	2.000	2.000	2.000	1.900
CANA PARA FORRAGEM	20	40	40	40	40	60	60	80	80	90	7	7	7	7
CANA PARA INDUSTRIA	15	70	55	60	55	60	60	85	96	130	100	100	100	100
SERINGUEIRA	50	60	60	60	60	60	60	60	60	60	130	130	130	155
PASTO NATURAL	1.500	1.700	3.000	3.000	3.000	5.000	5.500	5.500	5.500	60	60	30	30	30
PASTO CULTIVADO	2.500	3.267	3.500	3.800	5.800	3.500	4.000	4.500	4.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500
CAPIM P/SEMENTE	4.000	4.967										4.500	4.500	4.500
EUCALIPTUS	800													
PINUS			500	500		800	250	120	25	85	35	25	25	50
MATA NATURAL	10.000	12.000	12.000	20.000	15.000	20.000	13.500	10.000	16.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000

Tabela 4.12 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURAS EM PEDRO DE TOLEDO

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABOBORA														
ABOBRINHA		4		6	8	6	4					5	5	5
ALFACE												3	3	4
BERINGELA		5										2	2	2
CHICOREA														
CHUCHU	10												2	
JILO	5	5	2											
PEPINO		3												2
PIMENTA	8			2										
PIMENTAO		5												1
QUIABO	20	30		10	10	5	4			8		20	20	20
VAGEM	10	10		9	8							20	20	18
MANDIOCA PARA INDUSTRIA					18			13	13					
MANDIOCA PARA MESA		10	11	11	14	20	19	23	23	23	15	50	50	50
ARROZ EM CASCA SEQ.E VARZ.	10	60	25	12	10	8	8	10				50	50	40
MILHO EM GRAO	50	60	20							10		20		30
MILHO VERDE	5													
FEIJAO DA SECA	20	30	15	13	10	8	5	8				15		10
FEIJAO DAS AGUAS	15	15	8	7	10	12	8	8	10	10	8	8	20	20
FEIJAO DE INVERNO S/IRRIG.			13						6			15	15	10
MARACUJA	5											3		3
BANANA	1.500	1.500	1.600	1.000	1.015	1.500	1.000	1.250	1.250	2.640	1.600	2.810	2.880	2.880
CAFE BENEFICIADO	18	21	21	1	2									
CANA PARA FORRAGEM	15	10	10	15	15	17	17	17	19	17	10	20	20	20
SERINGUEIRA									10	10	14			
PASTO NATURAL	700	500	700	400	450	450		400	400	400	400	1.000	1.000	1.000
PASTO CULTIVADO	200	200	600		40	40								
CAPIM P/SEMENTE	700	700						30	30	30	30	500	500	500
EUCALIPTUS									1	129	129	129	129	129
MATA NATURAL								56.714	56.714	56.714	56.714	56.714	56.714	56.714

Tabela 4.13 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURAS EM REGISTRO

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ANTURIO	14	14		30	20			10	10		10	10	10	10
ABACAXI	190													
CAQUI									1	1	1	1	1	1
GOIABA PARA MESA	12	15	15	18	18	18	18	15	15	15	15	15	15	15
LARANJA									180	180				
LIMAO								2	2	2				
MAMAO	45	22	23											
MARACUJA	160	200	180	200	300	380	500	500	400	480	350	400	400	500
MEXERICA	196	196	196	196	196	196	196	196	210	210	232	232	232	232
PONKAN	14													
BANANA	2.210	2.540	2.600	3.900	3.845	3.800	3.800	3.075	3.025	3.630	3.650	3.620	1.603	2.100
CHA	3.050	3.000	3.000	3.100	3.100	2.900	2.900	3.000	3.000	2.850	2.550	2.550	2.000	1.500
CACAU	62	62	62	70	70	70	70							
CAFE BENEFICIADO	21			10	10	10	10	10	10	10	9	9	6	6
CANA PARA FORRAGEM	25	30	40	40	40	45	20	30	20	10	10	30	30	30
CANA PARA INDUSTRIA	30	30	20	20	20	20	20	20					30	30
SERINGUEIRA		172	212	254	254	254	190	190	190	190	190	190	190	190
PASTO NATURAL	7.000	7.000	3.500	3.300	3.300		3.300	3.500	3.500	3.500	3.500	4.000	3.900	4.000
PASTO CULTIVADO	3.900	3.900	2.000	2.500	3.000		3.500	3.500	3.500	3.500	3.500	3.000	3.000	3.000
CAPIM P/SEMENTE	10.900	10.900												
EUCALIPTUS	400	400	200	200	200	60	60	61	100	100	100	100	100	100
KIRI	40	40	40	5	5	4	4	4	4	12				
PINIUS	50	50	50	50	50	50	50	5	5	5	5	12	12	12
MATA NATURAL	18.000	18.000	26.000	26.000	25.000	15.000	15.000			30.792	30.792	30.729	30.792	36.729

Tabela 4.14 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURAS EM SETE BARRAS

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABOBORA	5	50	180	160	160	165	100	90			40	50	40	40
ABOBRINHA	2			4	2							10		
ALFACE					6									
BERINGELA	1			1								1		
CENOURA												3		
CHUCHU	1											2		
COUVE												1		
JILO	1	1		1										
PEPINO	2													30
PIMENTAO	2													
QUIABO	2													
VAGEM				1										
GENGIBRE	95	50	180	160	160	165	100	90	27	40	40	25	25	
ANTURIO	1	1		1										
INHAME													4	3
MANDIOCA PARA INDUSTRIA	40	120	180	160	160	165	100	90		200	200	100	100	100
MANDIOCA PARA MESA	40	120	180	160	160	165	100	100		100	100	100	200	100
ARROZ EM CASCA IRRIGADO									40	40	40	40	40	40
ARROZ EM CASCA SEQ.E VARZ.	800	1.200	1.000	1.200	400	400	350	100	150	110	200	320	200	200
MILHO EM GRAO	250	500	400	500	180	200	100	50	70	50	150	300	150	150
MILHO EM GRAO (SAFRINHA)									150			50		
MILHO VERDE	60	50	10	10			25	25						
FEIJO DA SECA	50	60	60	50	50	50	50	10		40	40	110	40	40
FEIJO DAS AGUAS	50	80	50	120	100	120	100		20	20	20	40		40
FEIJO DE INVERNO S/IRRIG.	10	10	2	20	20	5								
ABACATE							40	40						
ABACAXI	5	2					10							
GOIABA PARA INDUSTRIA										1		4	4	4
GOIABA PARA MESA	2										2			
LICHIA														41
LIMAO							7	7	7	7	7	7	26	
MACA													3	
MACADAMIA											26	26	26	35
MAMAO			5											
MARACUJA	10	25	8				3	2	3		50	110	700	60
PONKAN												1		
BANANA	3.050	3.500	3.850	4.150	4.375	4.175	4.250	3.525	5.500	5.700	5.260	5.300	3.140	3.140
CHA	200	200	200	220	150	120	130	120	120	100	100	110	110	110
CACAU	28	76	90	100	100	100	55	80	80	80	44	55	55	55
CAFE BENEFICIADO		7	10	13	19	19	44	44	44	44	44	44	44	44
CANA PARA FORRAGEM	50	50	50	50	35	35	60	50	50	50	50	60	50	50
CANA PARA INDUSTRIA														
PALMITO														
SERINGUEIRA	36	82	82	82	100	41	41	41	41	41	41	30	30	30
PASTO NATURAL	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.200	3.200	3.200	3.200	3.200	4.600	5.000	5.000	5.000
PASTO CULTIVADO	2.000	2.500	2.300	4.000	4.100	4.500	4.800	4.600	4.600	4.600	3.200	18.000	18.000	18.000
CAPIM/PISEMENTE	5.000	5.500												
EUCALIPTUS	5	20	20	20	20	5	4	5	6	97	97	97	97	97
KIRI														
PINUS	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	18	18	18
MATA NATURAL											80.823	80.823	70.262	70.262

Figura 4.15 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS [ha] DE CULTURAS EM TAPIRAÍ

CULTURAS	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
ABOBORA	20	20	20	20	15	20	20				20	10	10	
ABOBRINHA	10	10	30	30	10	10				100	15	10	10	
ALCACHOFRAS												5	5	5
ALFACE											1	1	1	
BETERRABA	5	5			5	5				20	5	5	5	5
CEBOLA DE MUDA														
CEBOLINHA														
CENOURA	50	50	40	40	40						40	20	20	
COGUMELO														
COUVE														
COUVE DE BRUXELAS								1						6
COUVER-FLORES														
ESPINAFRE	10									10	5	2	2	20
JILÓ	5	5												
PEPINO		12	12	12	12						18	2	6	6
PIMENTÃO	5									10	12	6	6	
REPOLHO	10	10	10	10	10					1	6	6		
SALSA	5	5	5	5	5					100	10	10	10	5
SALSÃO	5	5	5	5	5							5	5	5
TOMATE ENVARADO	10	10	10	12	10	10		10		10	18	9	9	10
VAGEM										50				
GENGIBRE	10		10	10	10	10					100	40	40	
BATATA DA SECA											70	4		
BATATA DAS ÁGUAS														
BATATA DOCE	300	250	200	200	200					50		6	6	100
INHAME											100	100	100	10
MANDIOCA PARA INDÚSTRIA											150	75	100	100
MANDIOCA PARA MESA														
MANDIOQUINHA	400	400	400	400	60	100					2	2	2	25
ARROZ EM CASCA SEQ. E VARZ.	10	10	10	10	10	10				10	50	50	50	60
MILHO EM GRAO	100	100	100	60	90	90	90			10	50	30	30	50
MILHO EM GRAO (SAFRINHA)											800	500	160	30
MILHO PARA SILAGEM														160
FEIJÃO DA SECA	100													20
FEIJÃO DAS ÁGUAS	100	100		15	30	35	40	40			100	40	30	
AMENDOIM DAS ÁGUAS											40	40	40	100
GERGELIM	100													100

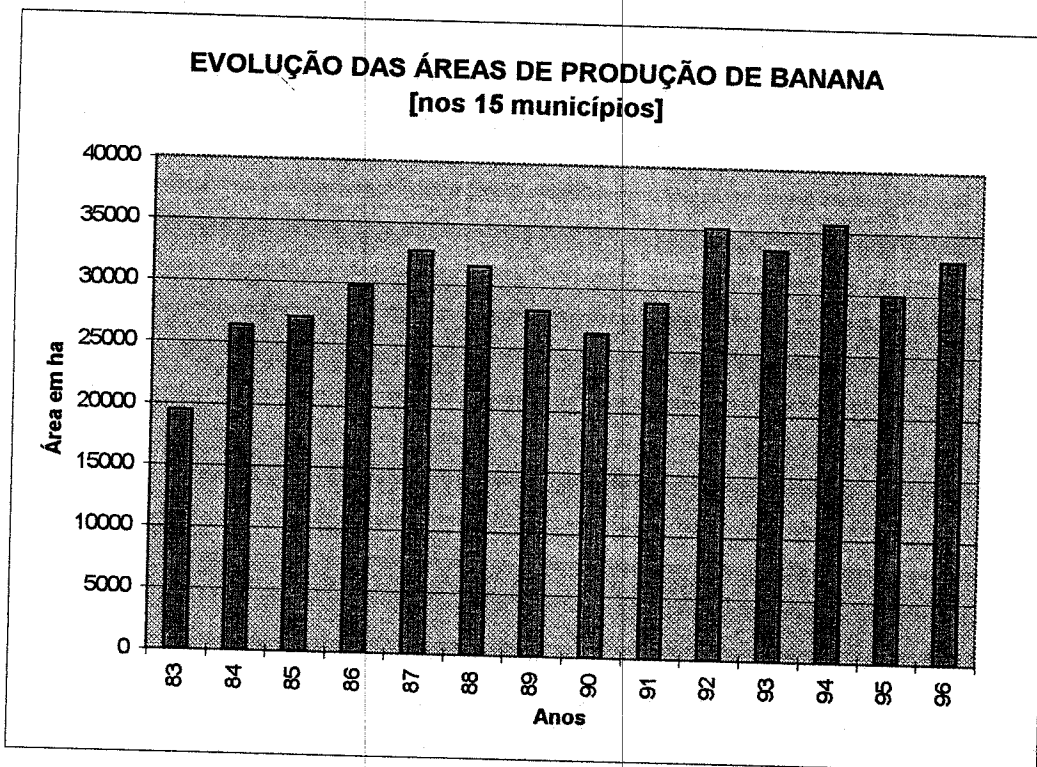


Figura 4.1 - Evolução das áreas de produção de banana

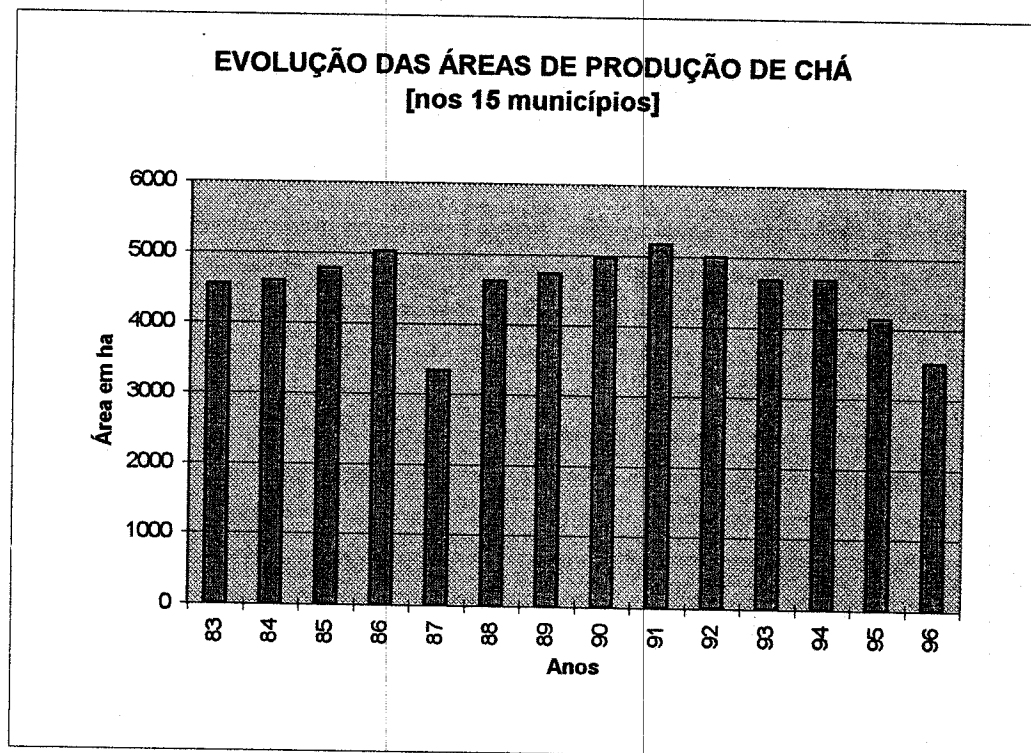


Figura 4.2 - Evolução das áreas de produção de chá

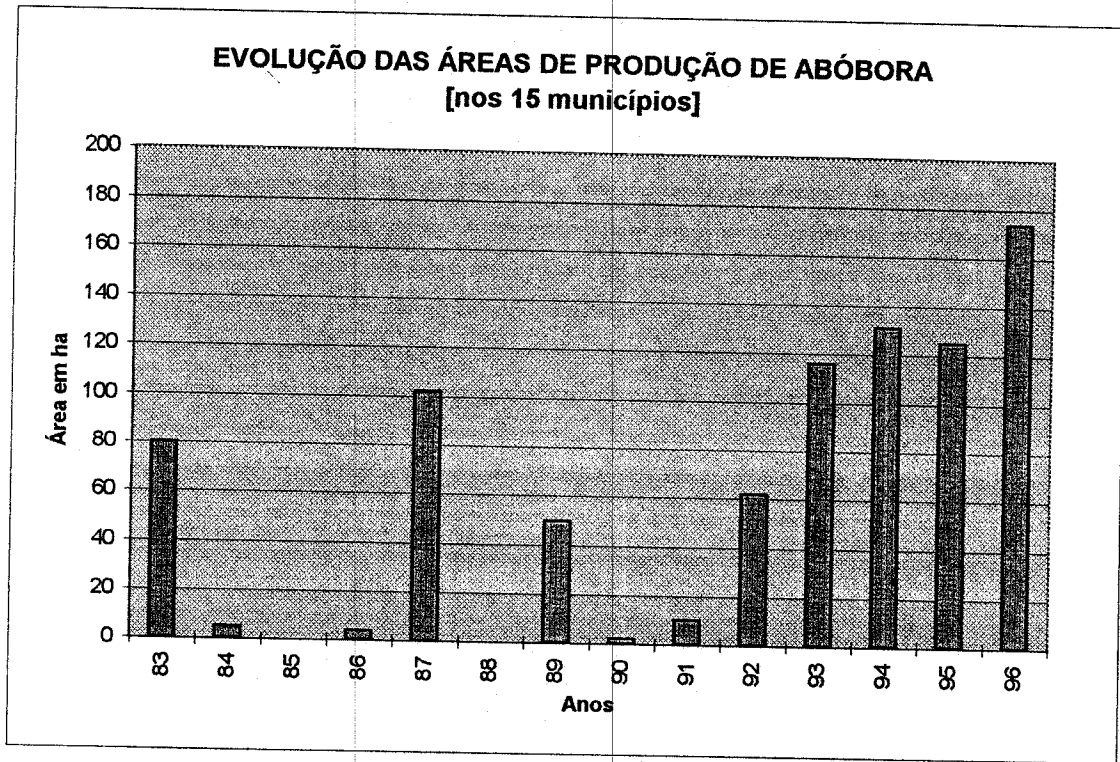


Figura 4.3 - Evolução das áreas de produção de abóbora

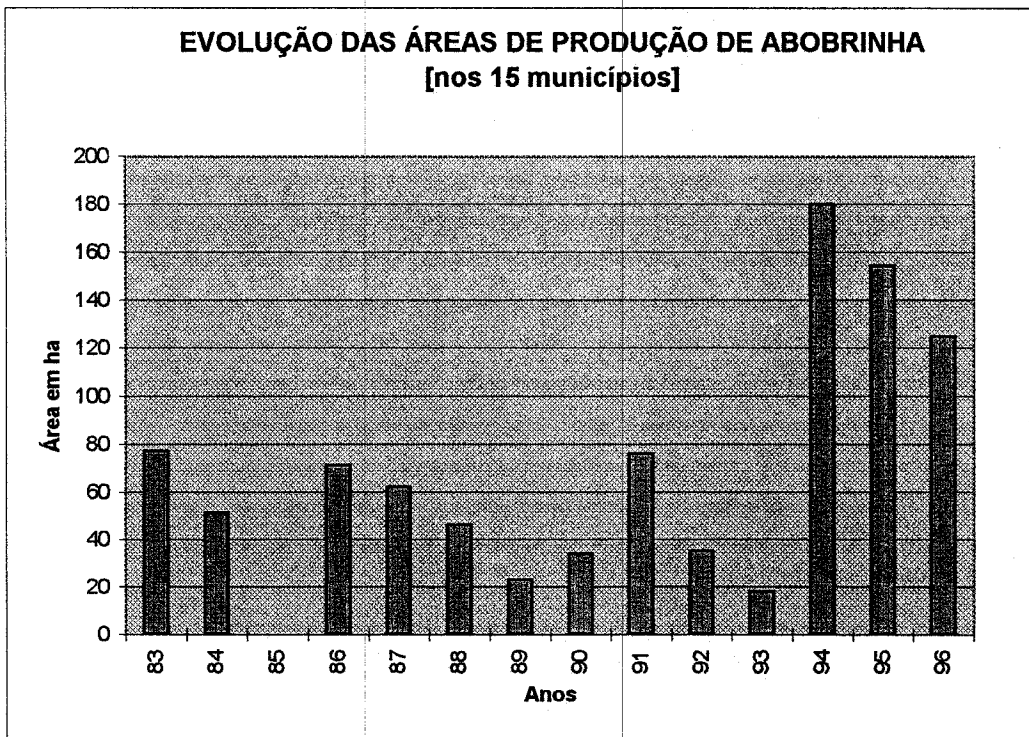


Figura 4.4 - Evolução das áreas de produção de abobrinha

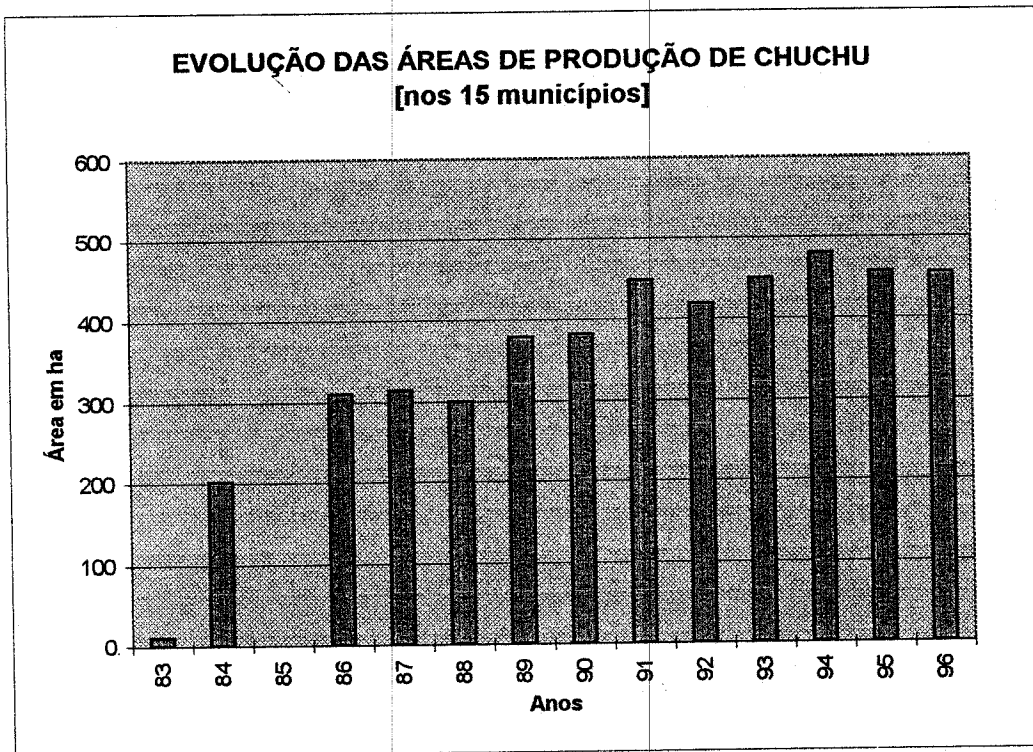


Figura 4.5 - Evolução das áreas de produção de chuchu

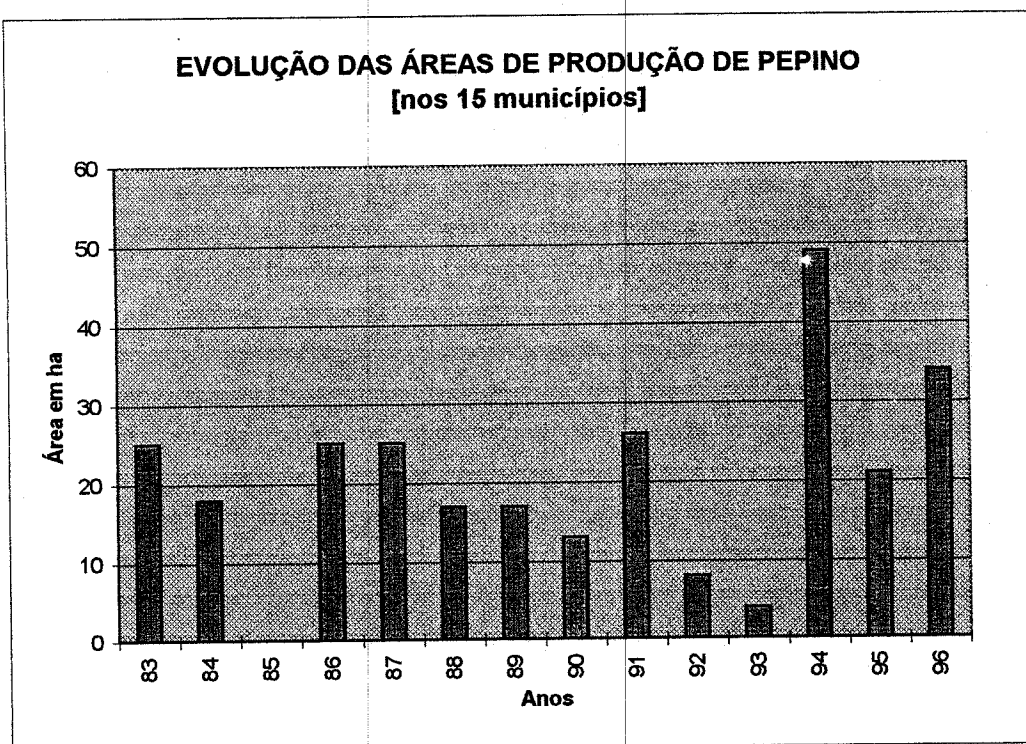


Figura 4.6 - Evolução das áreas de produção de pepino

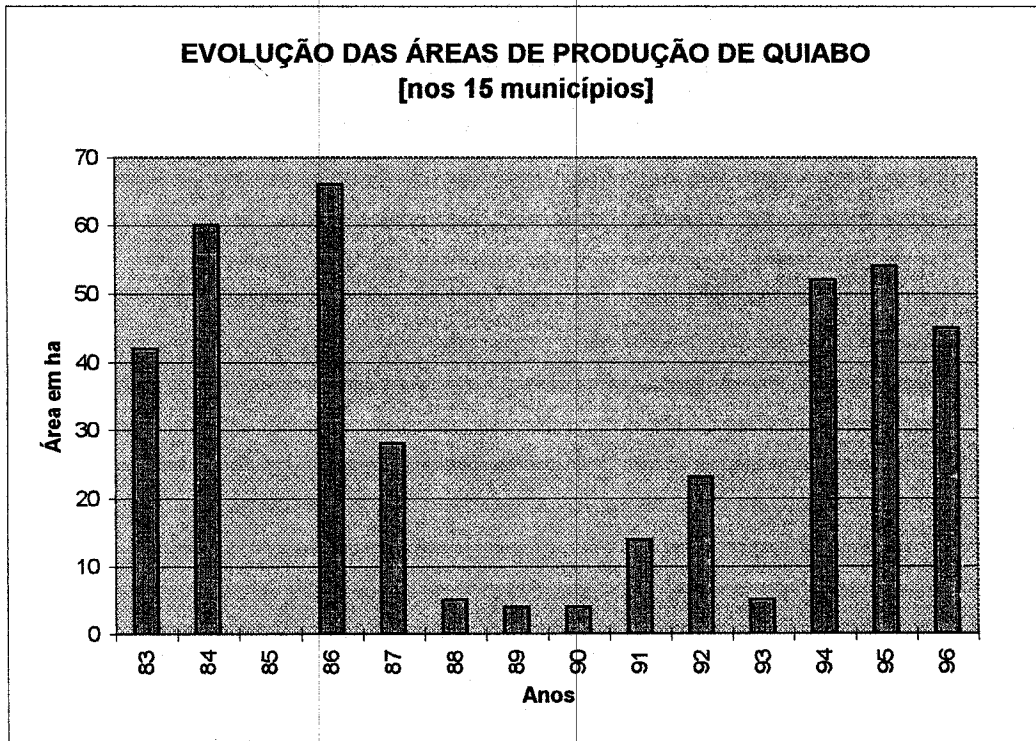


Figura 4.7 - Evolução das áreas de produção de quiabo

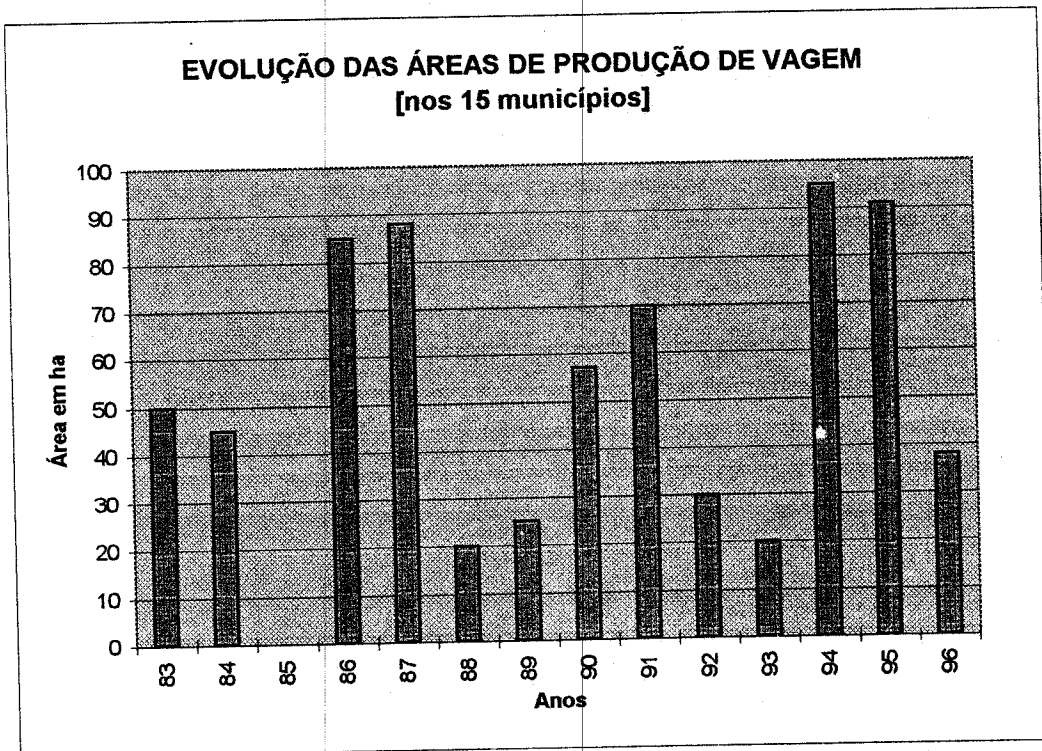


Figura 4.8 - Evolução das áreas de produção de vagem

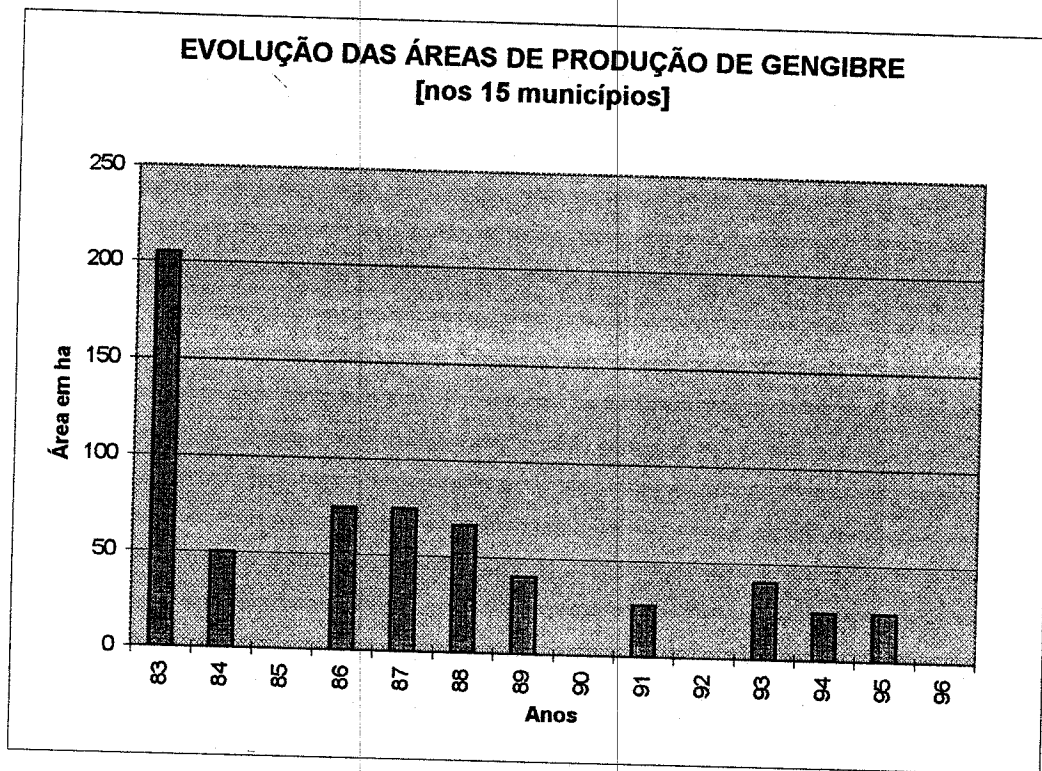


Figura 4.9 - Evolução das áreas de produção de gengibre

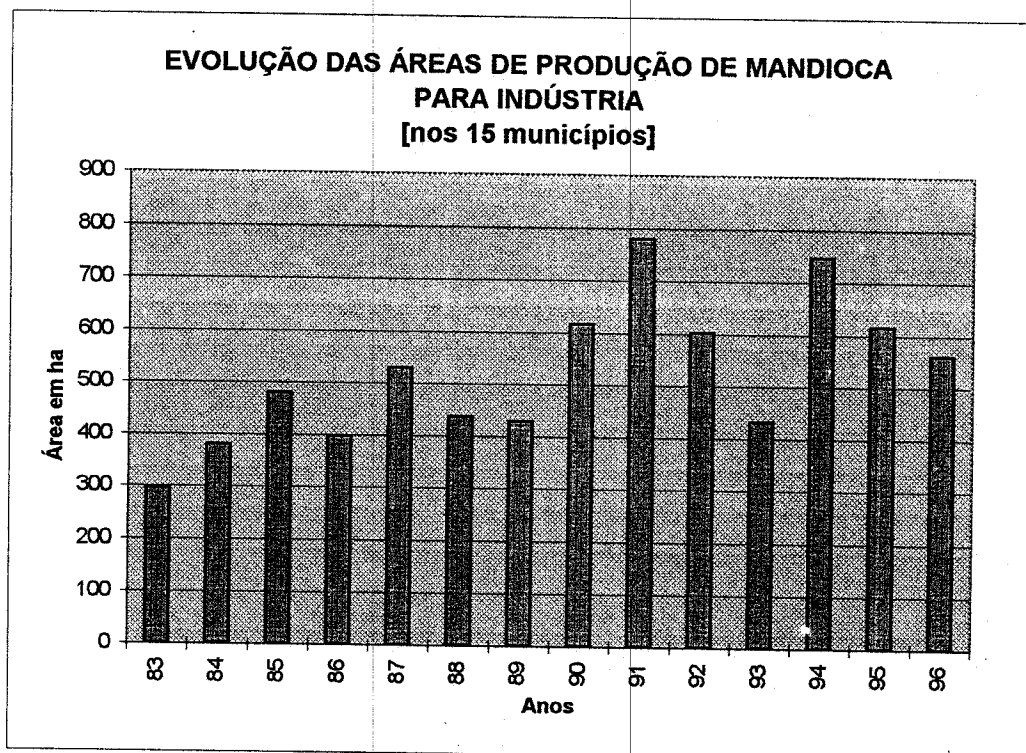


Figura 4.10 - Evolução das áreas de produção de mandioca para indústria

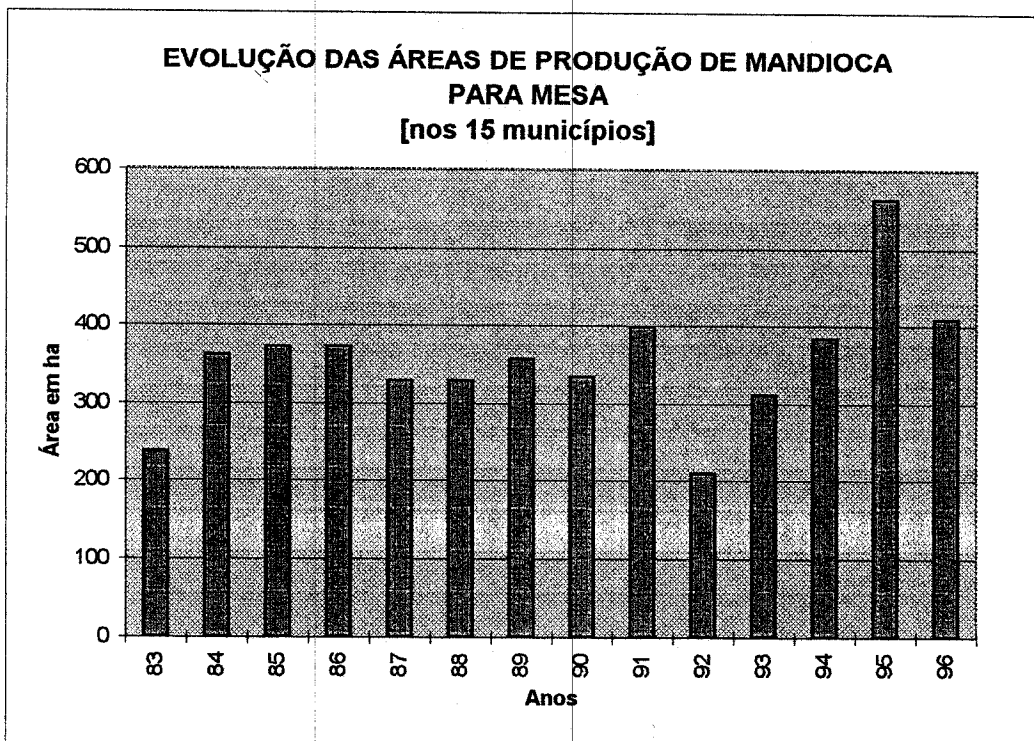


Figura 4.11 - Evolução das áreas de produção de mandioca para mês

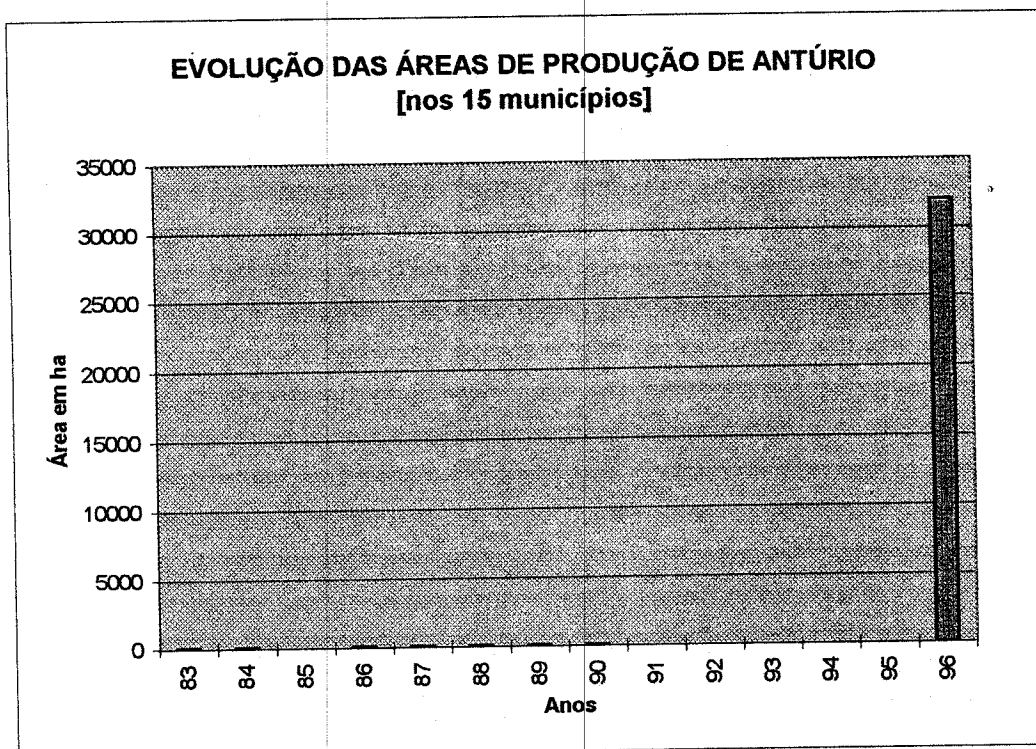


Figura 4.12 - Evolução das áreas de produção de antúrio

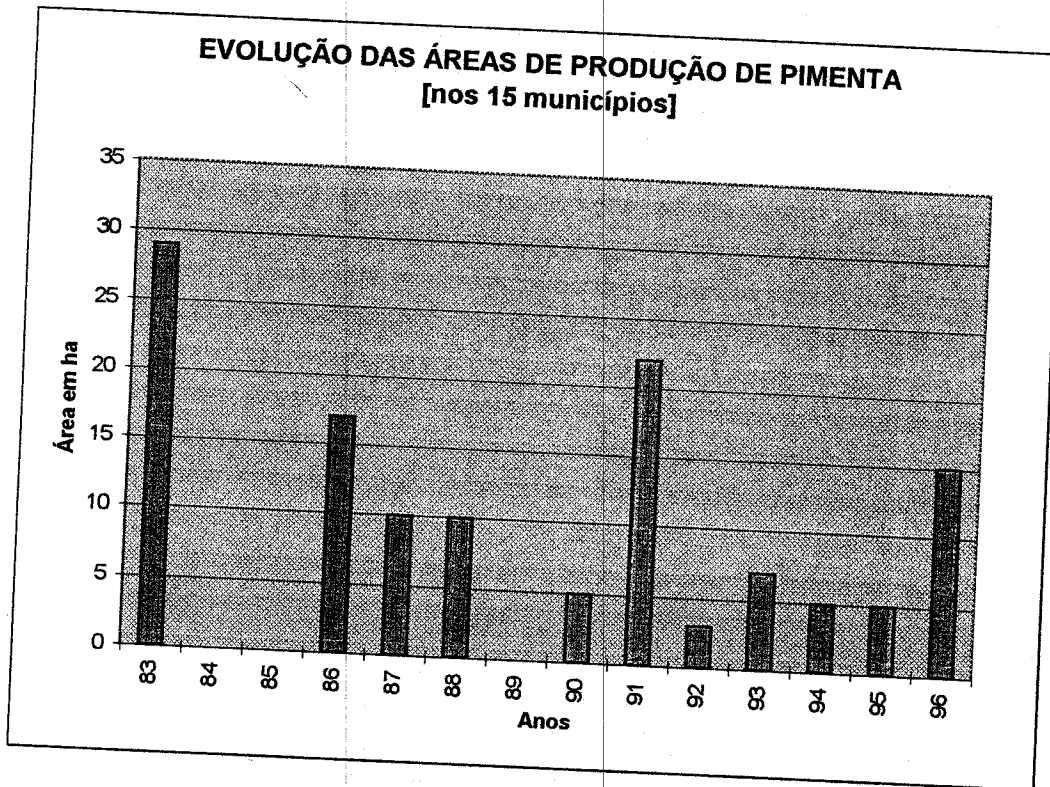


Figura 4.13 - Evolução das áreas de produção de pimenta

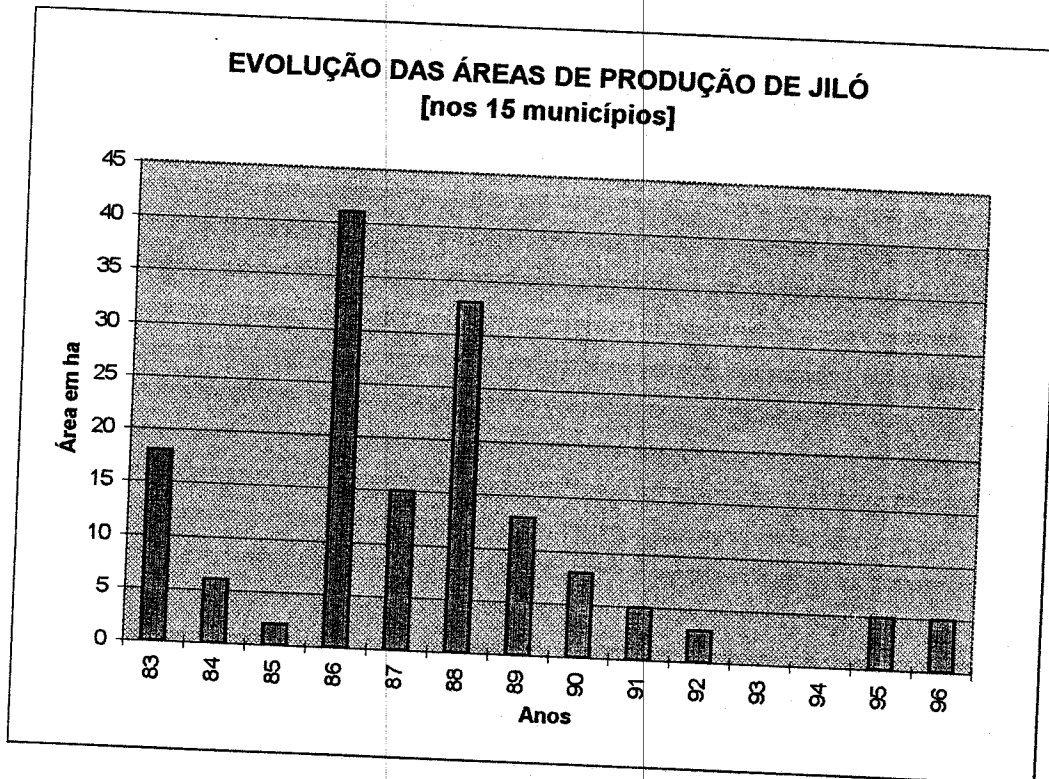


Figura 4.14 - Evolução das áreas de produção de jiló

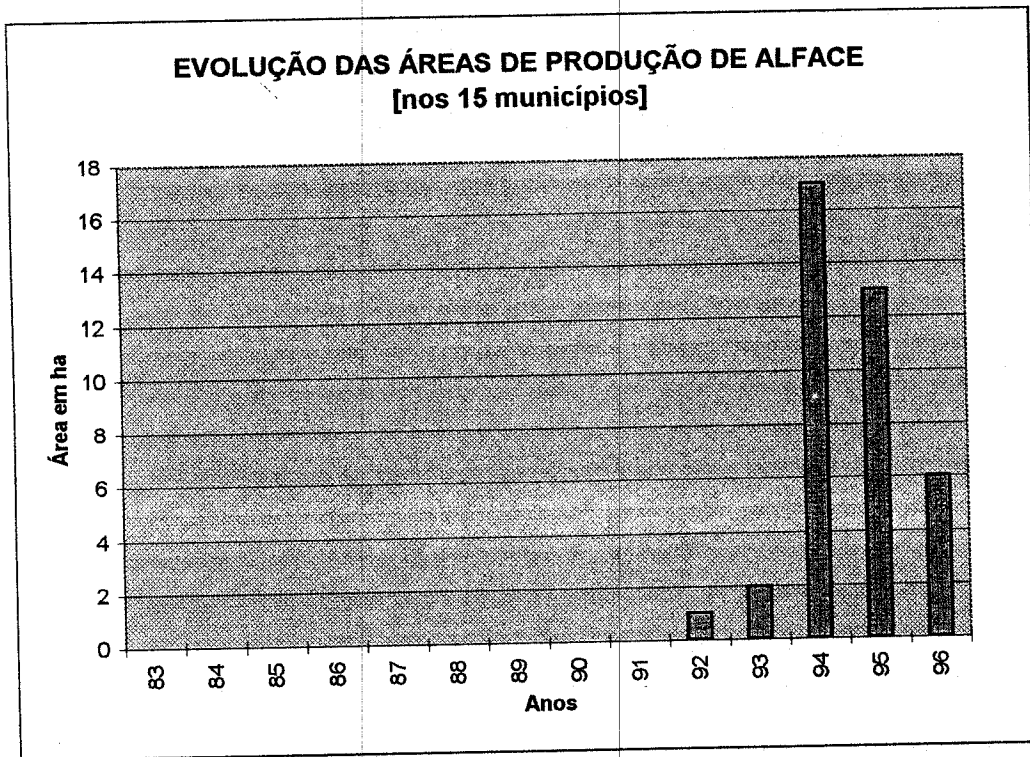


Figura 4.15 - Evolução das áreas de produção de alface

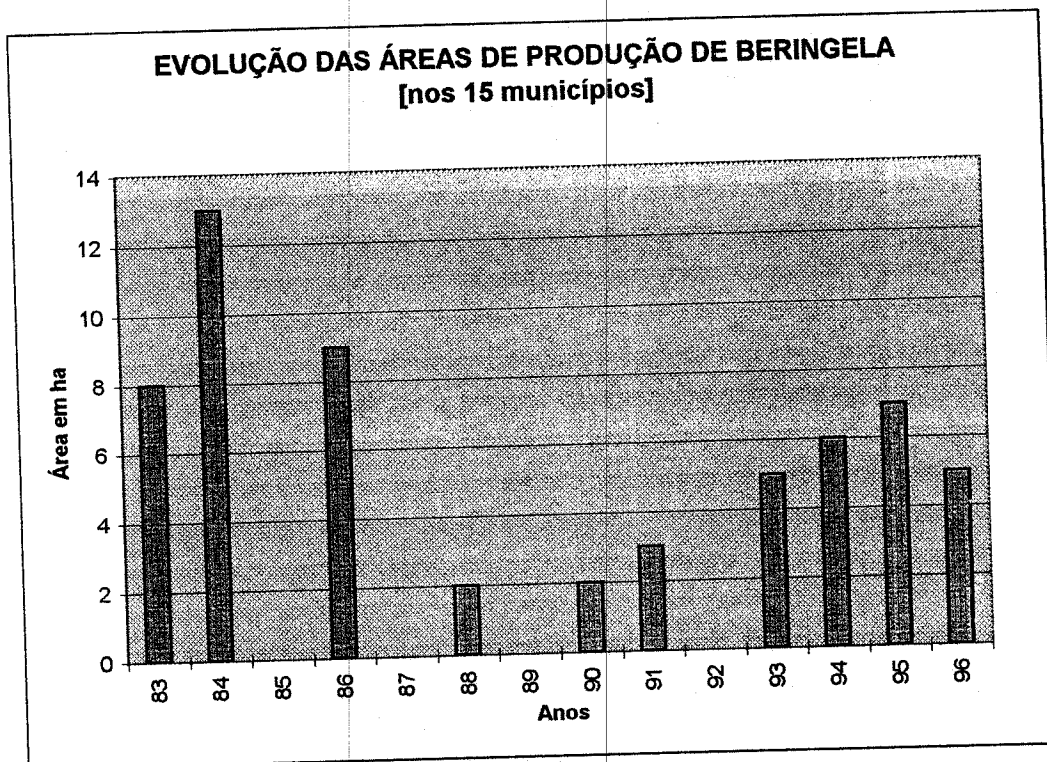


Figura 4.16 - Evolução das áreas de produção de beringela

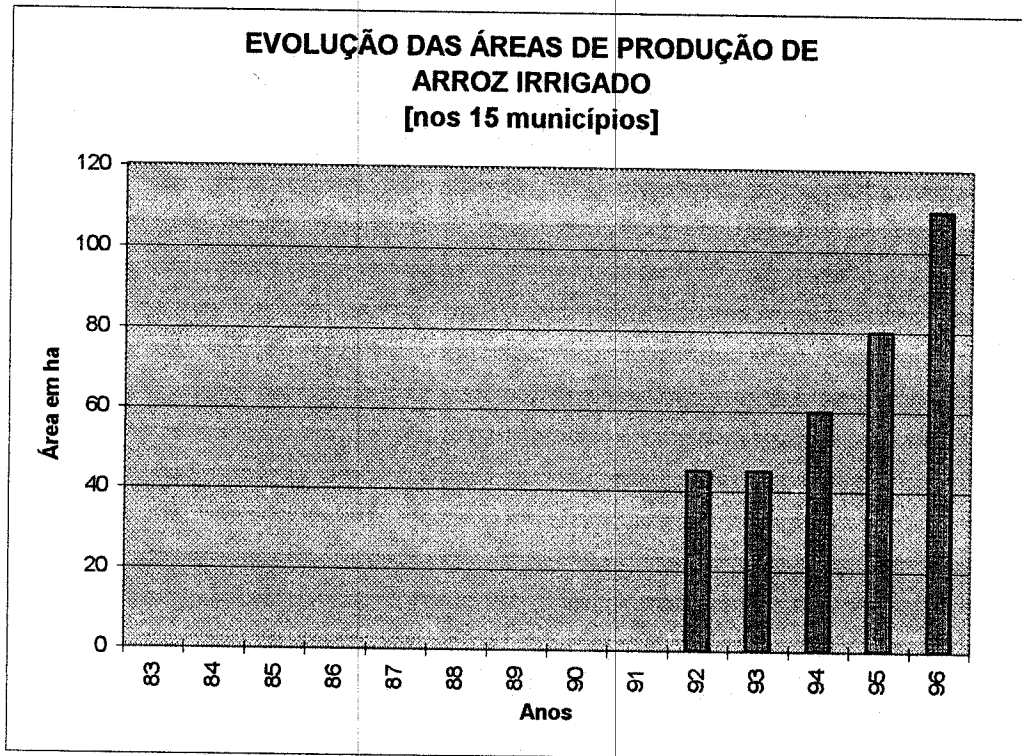


Figura 4.17 - Evolução das áreas de produção de arroz irrigado

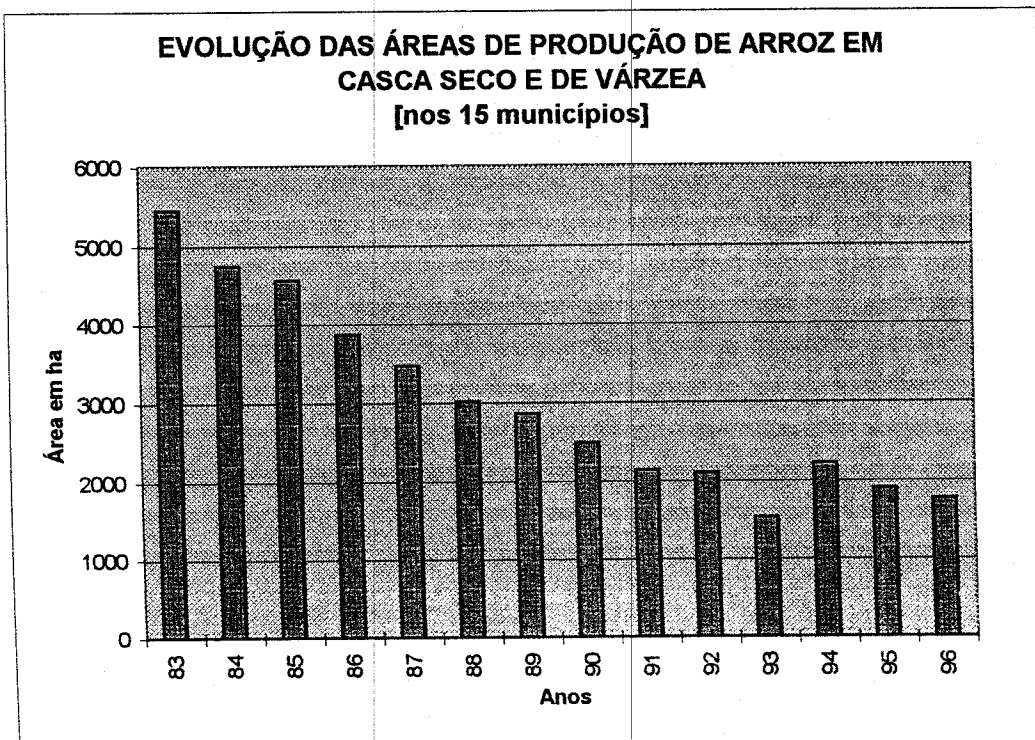


Figura 4.18 - Evolução das áreas de produção de arroz em casca seco e irrigado

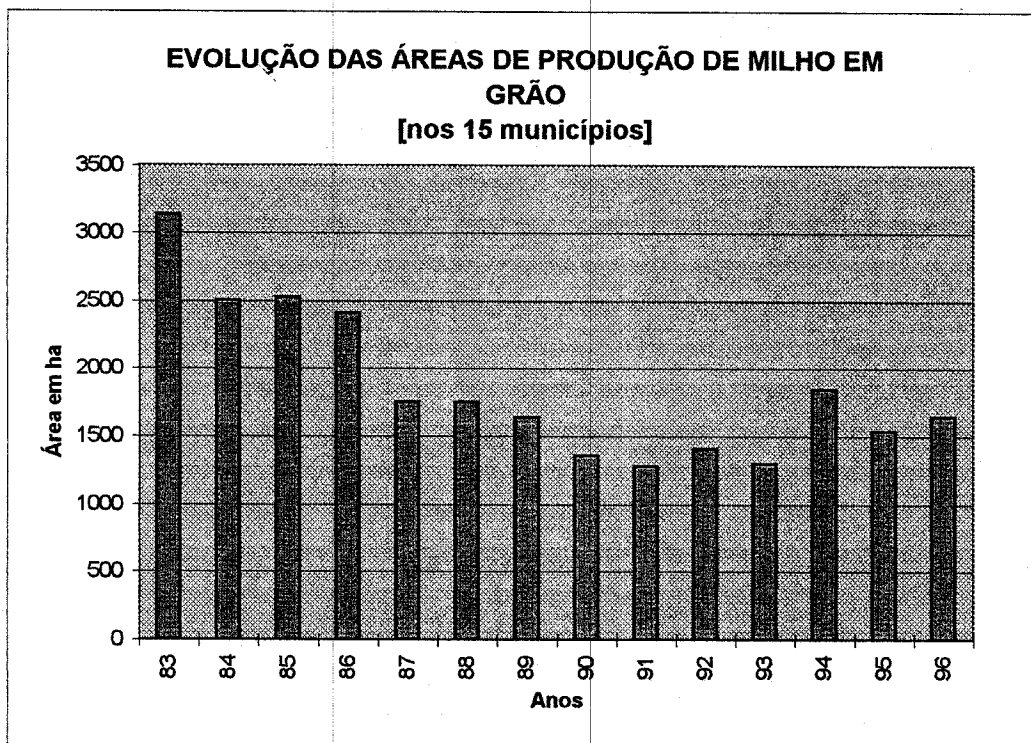


Figura 4.19 - Evolução das áreas de produção de milho em grão

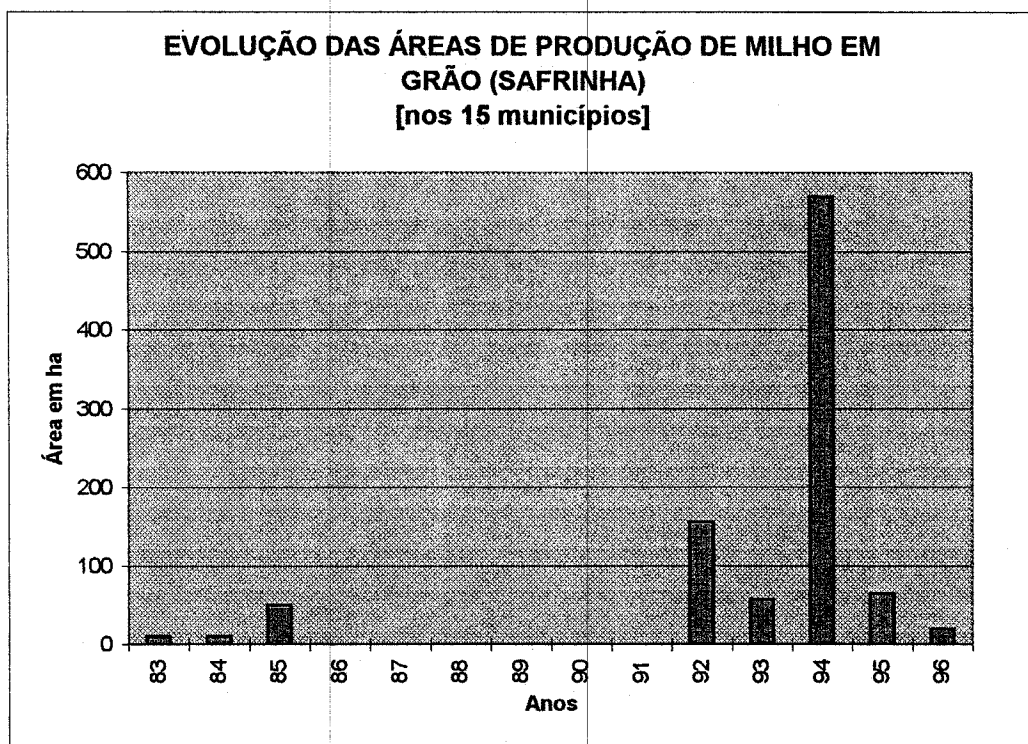


Figura 4.20 - Evolução das áreas de produção de milho em grão safrinha

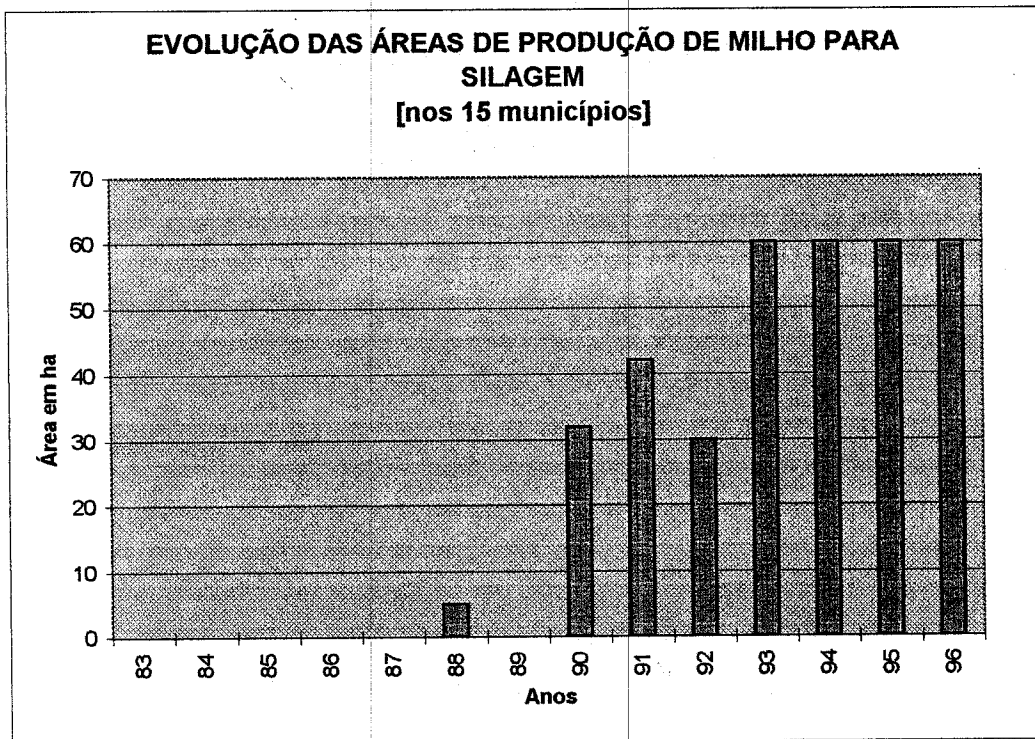


Figura 4.21 - Evolução das áreas de produção de milho para silagem

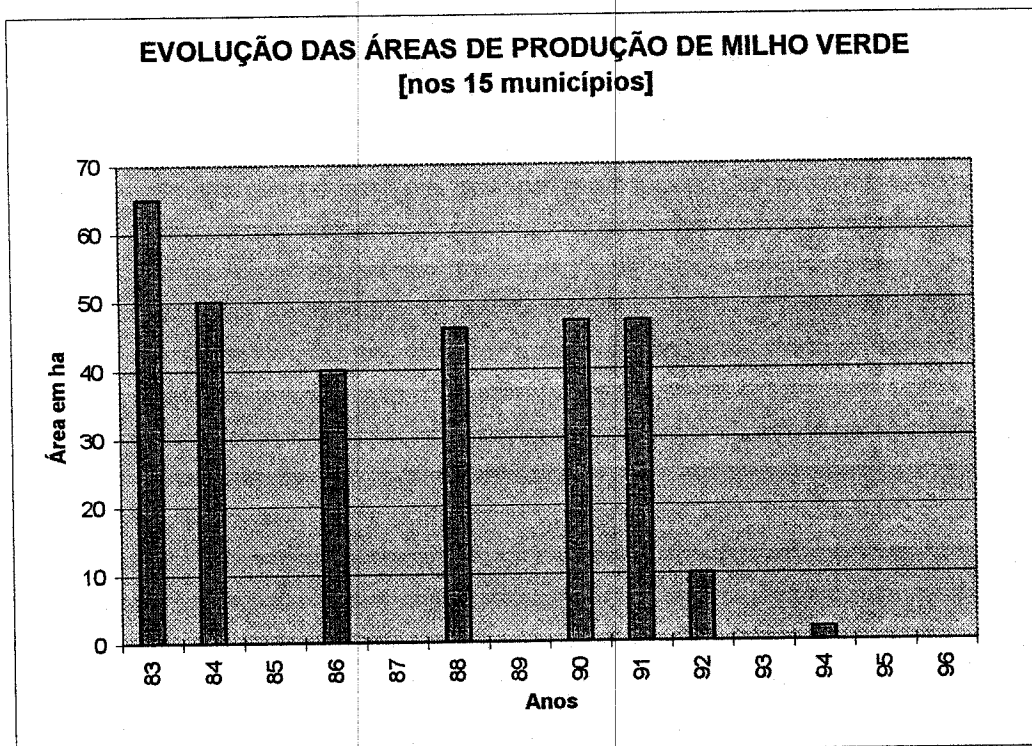


Figura 4.22 - Evolução das áreas de produção de milho verde

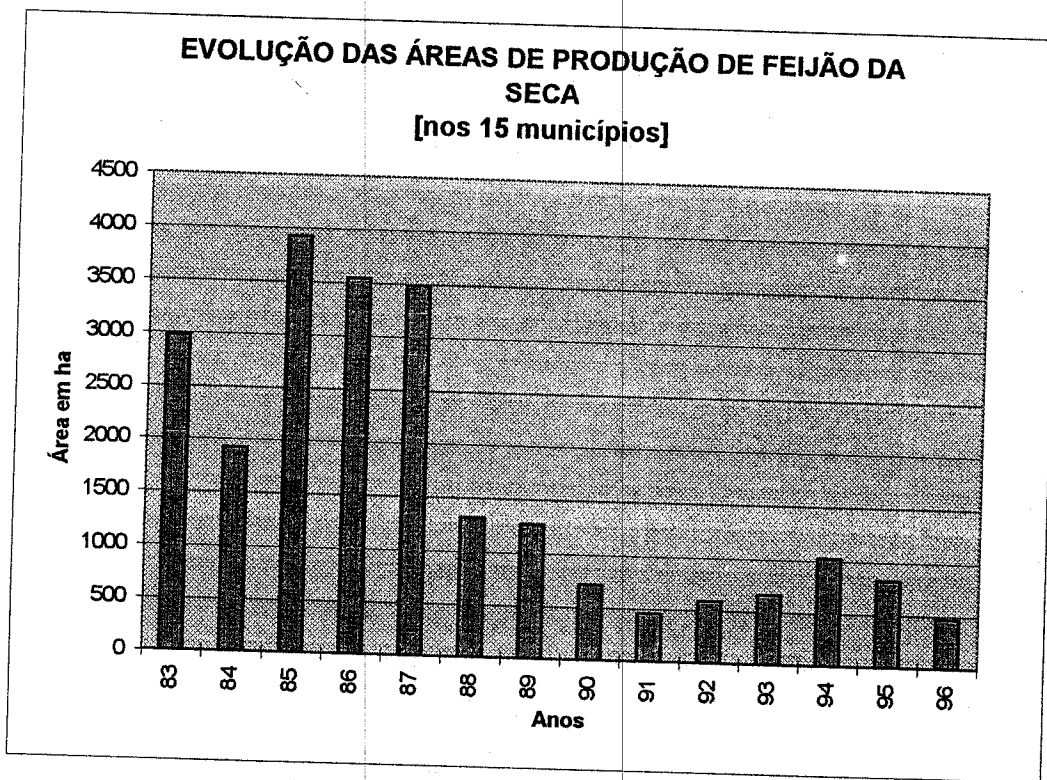


Figura 4.23 - Evolução das áreas de produção de feijão da seca

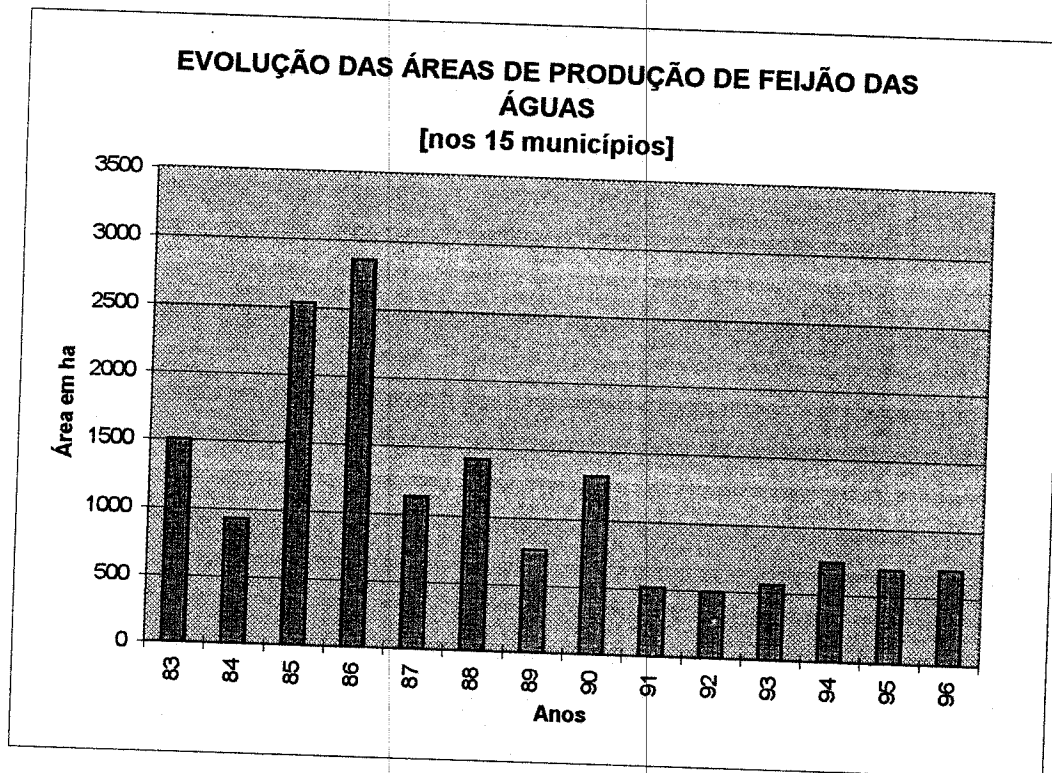


Figura 4.24 - Evolução das áreas de produção de feijão das águas

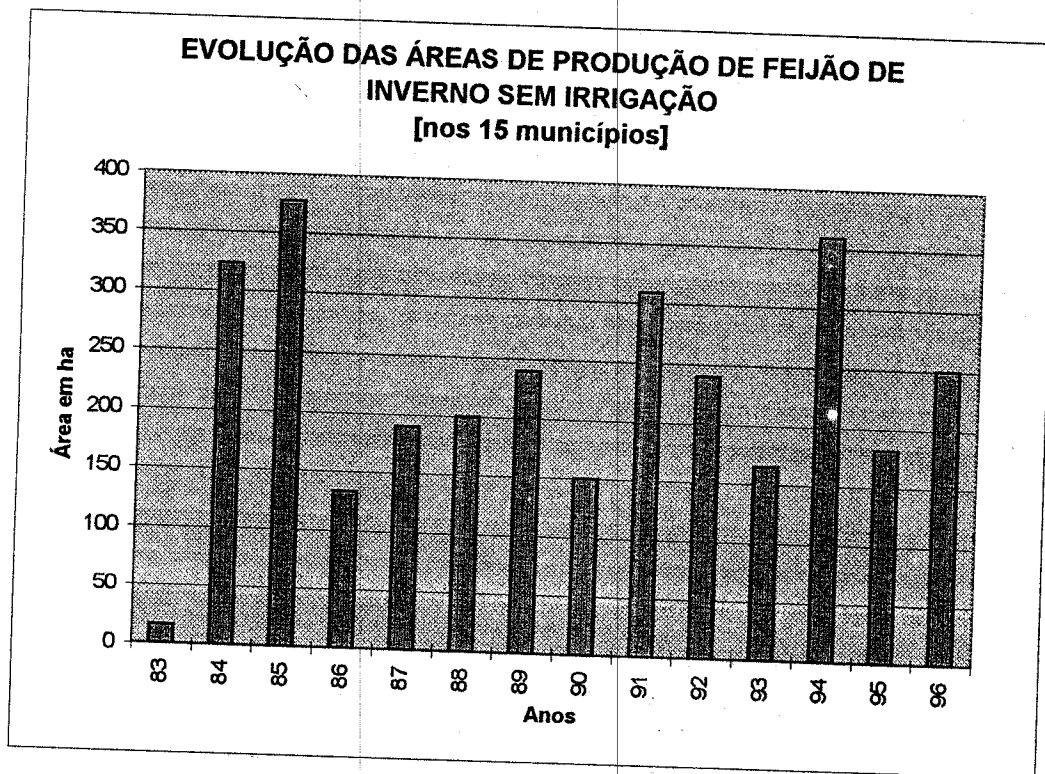


Figura 4.25 - Evolução das áreas de produção de feijão de inverno sem irrigação

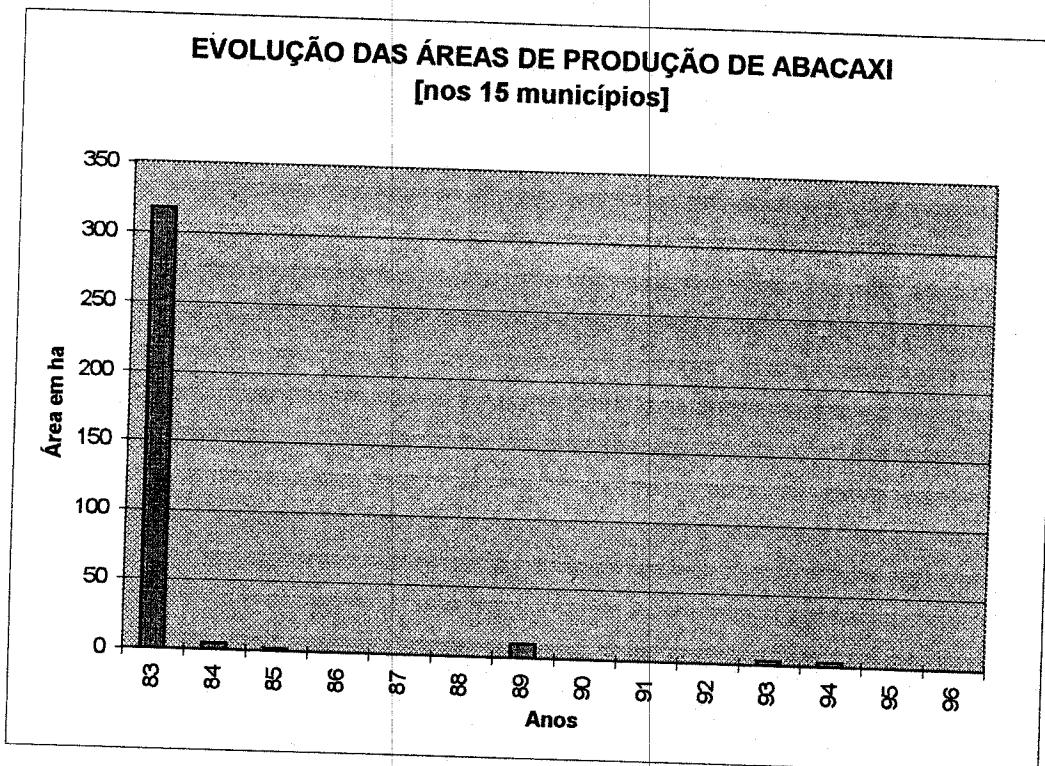


Figura 4.26 - Evolução das áreas de produção de abacaxi

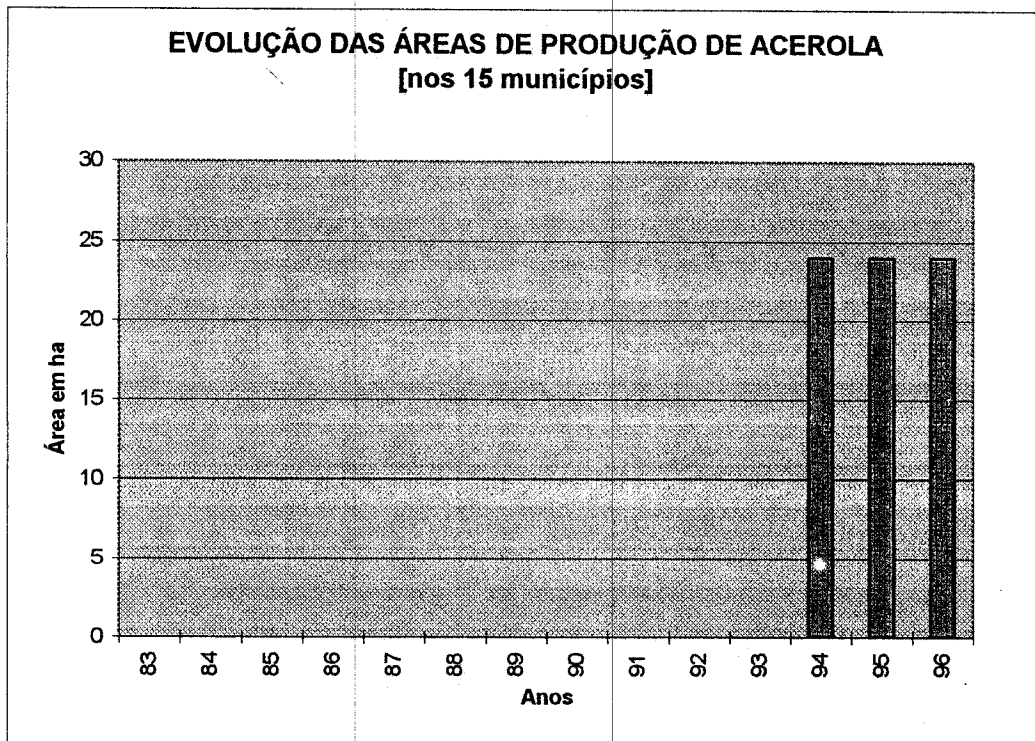


Figura 4.27 - Evolução das áreas de produção de acerola

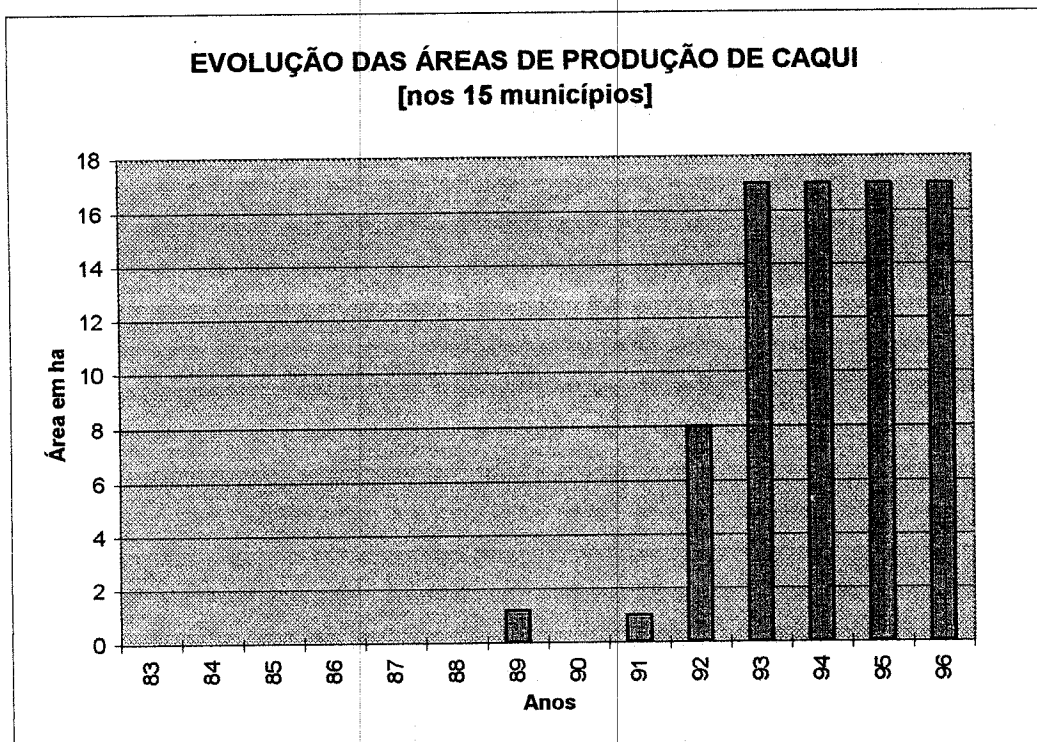


Figura 4.28 - Evolução das áreas de produção de caqui

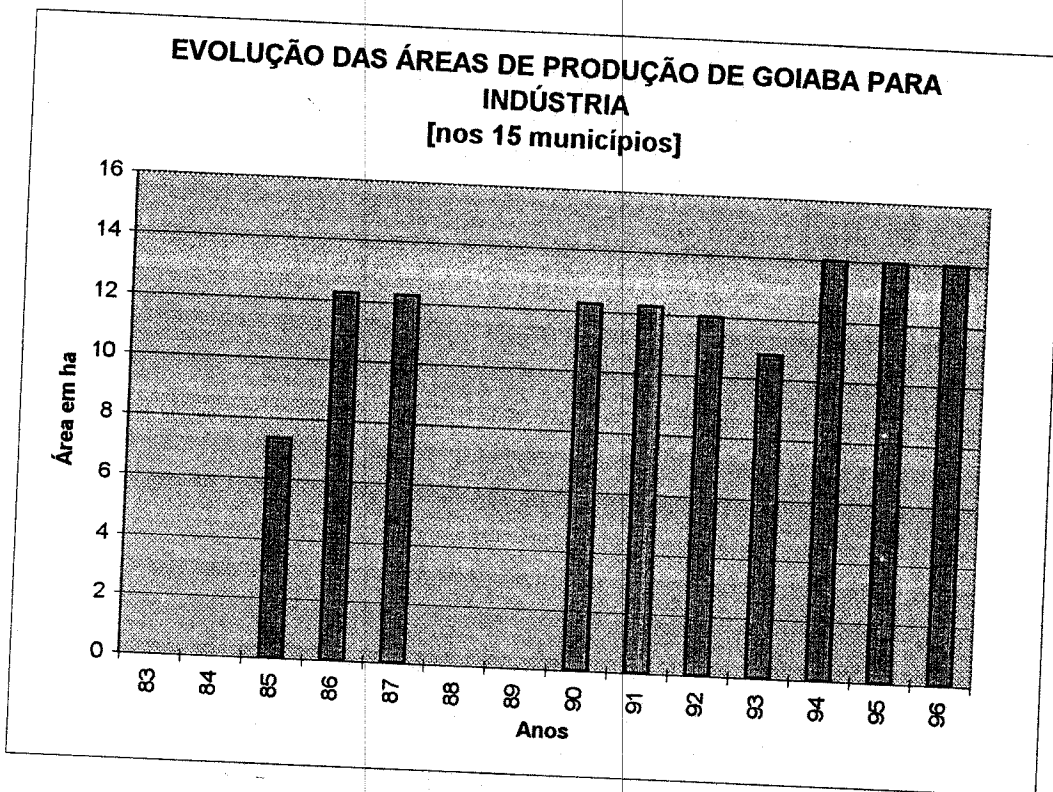


Figura 4.29 - Evolução das áreas de produção de goiaba para indústria

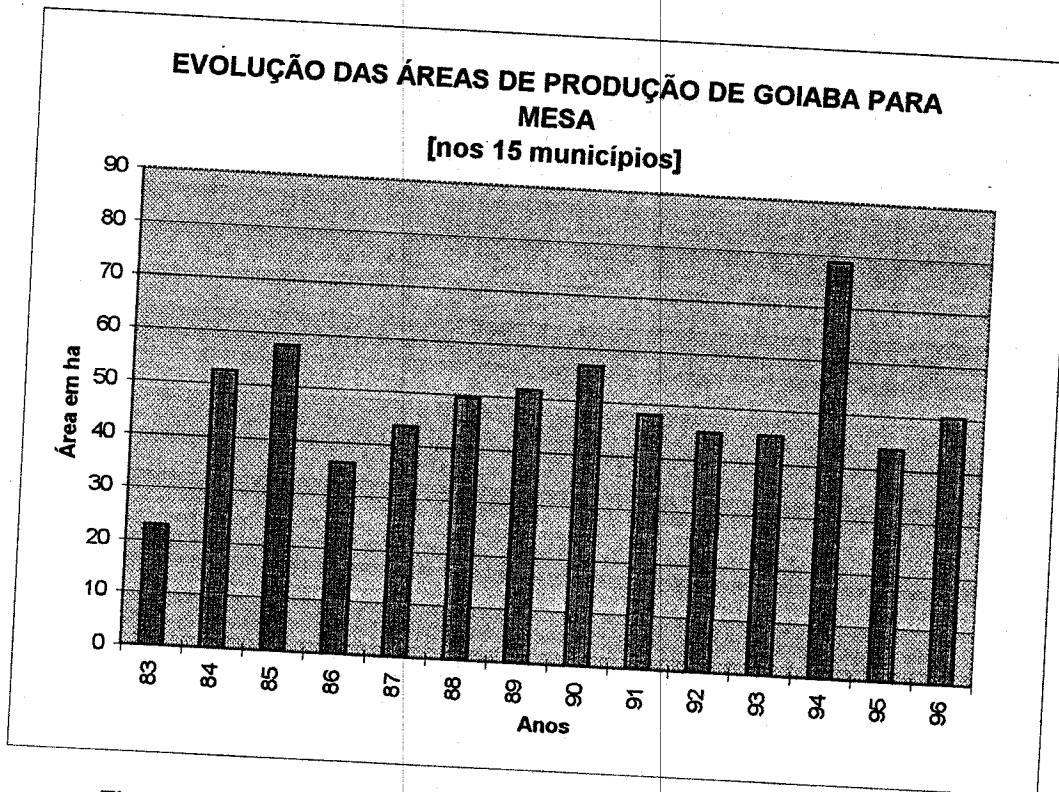


Figura 4.30 - Evolução das áreas de produção de goiaba para mesa

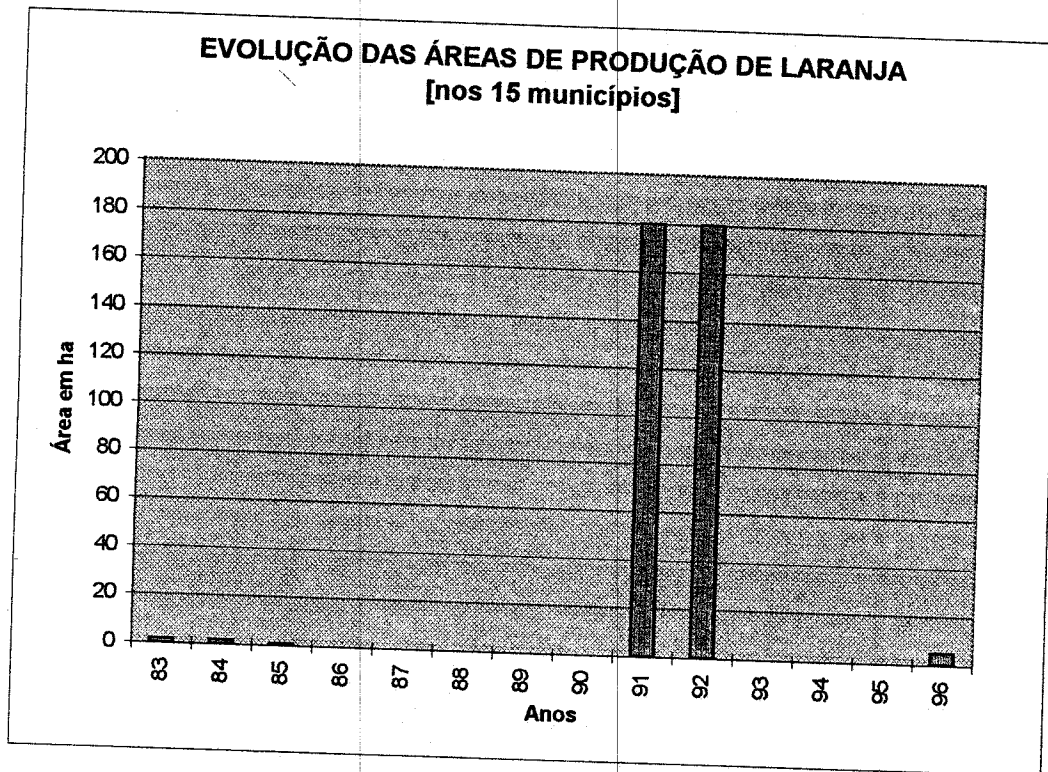


Figura 4.31 - Evolução das áreas de produção de laranja

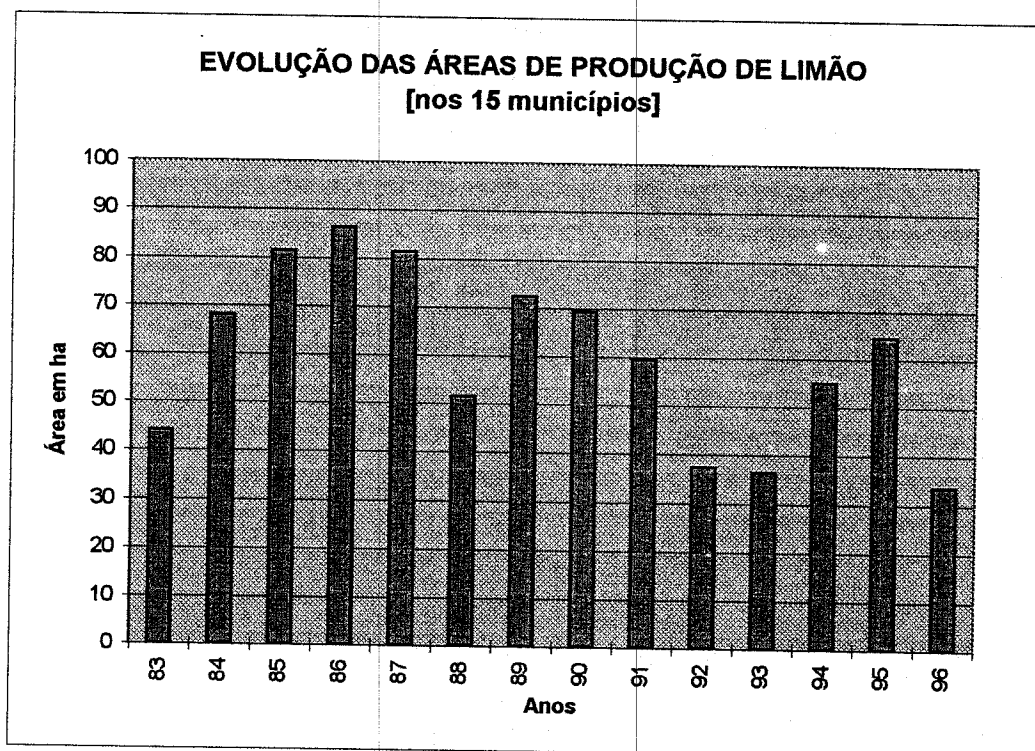


Figura 4.32 - Evolução das áreas de produção de limão

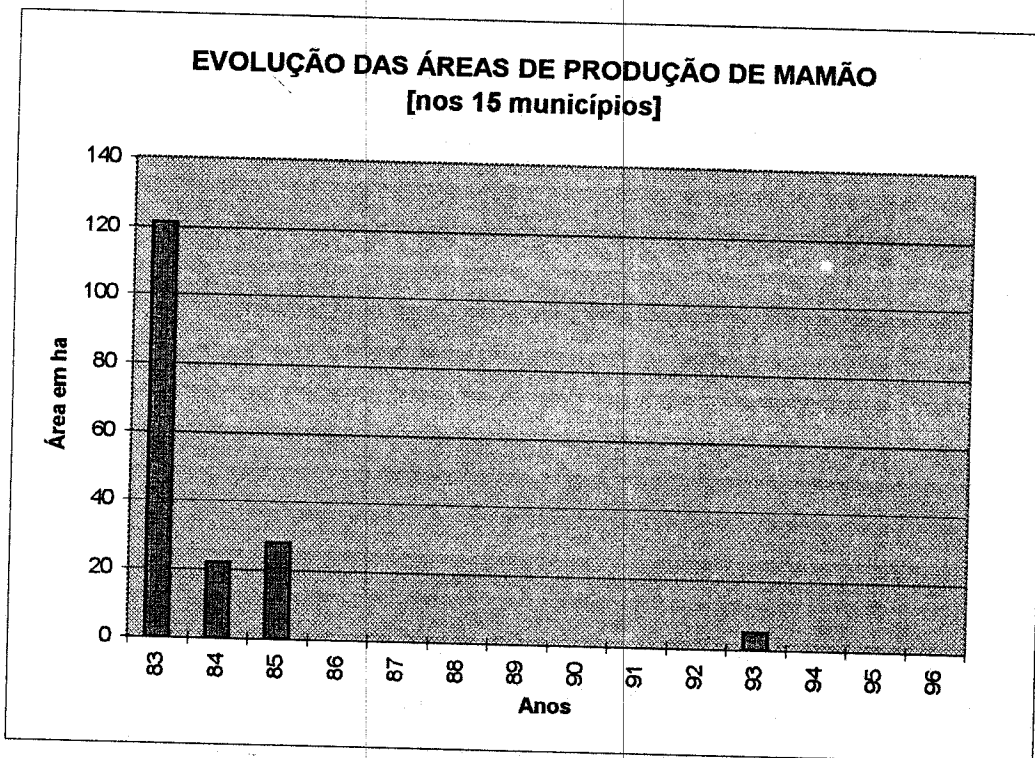


Figura 4.33 - Evolução das áreas de produção de mamão

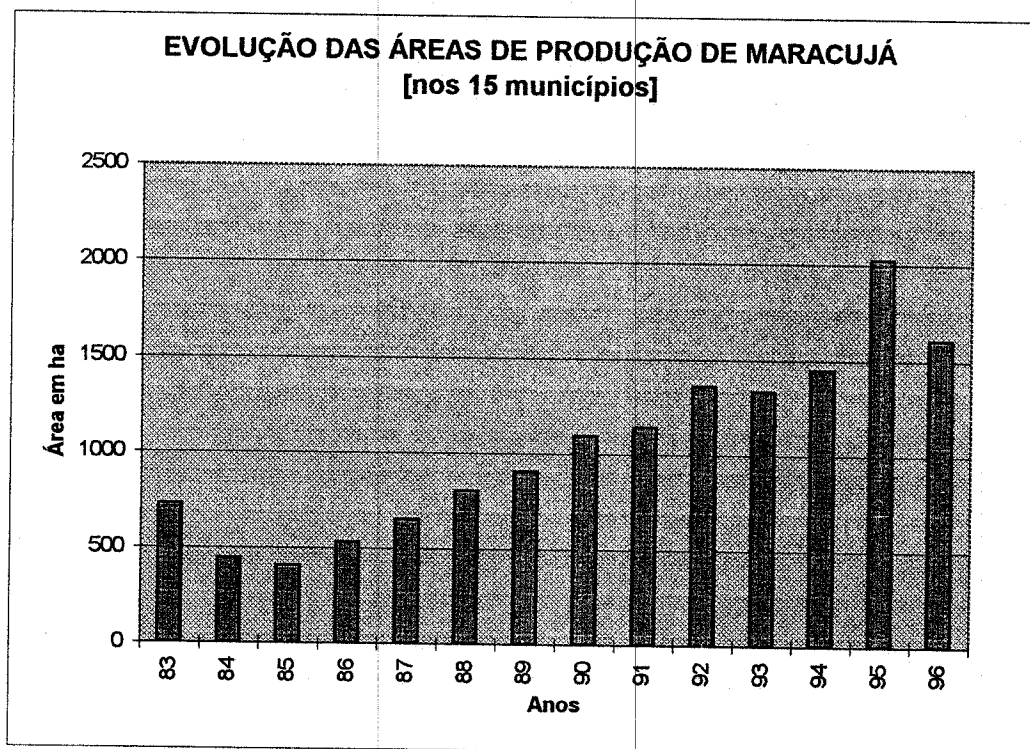


Figura 4.34 - Evolução das áreas de produção de maracujá

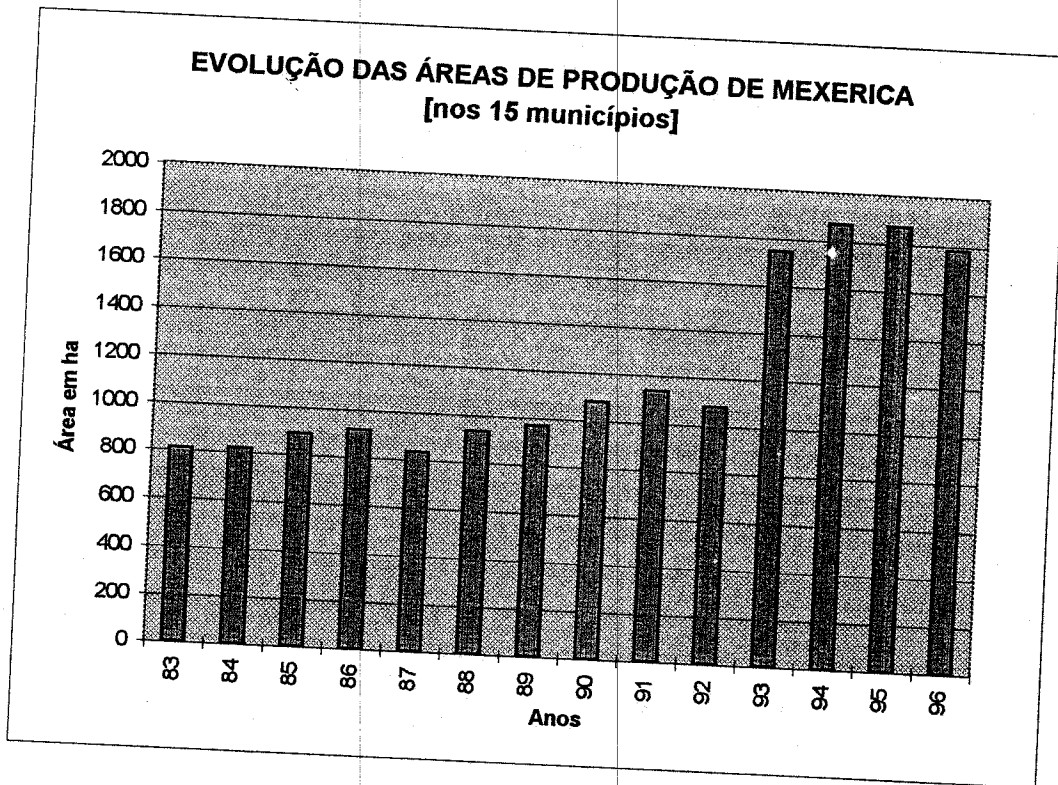


Figura 4.35 - Evolução das áreas de produção de mexirica

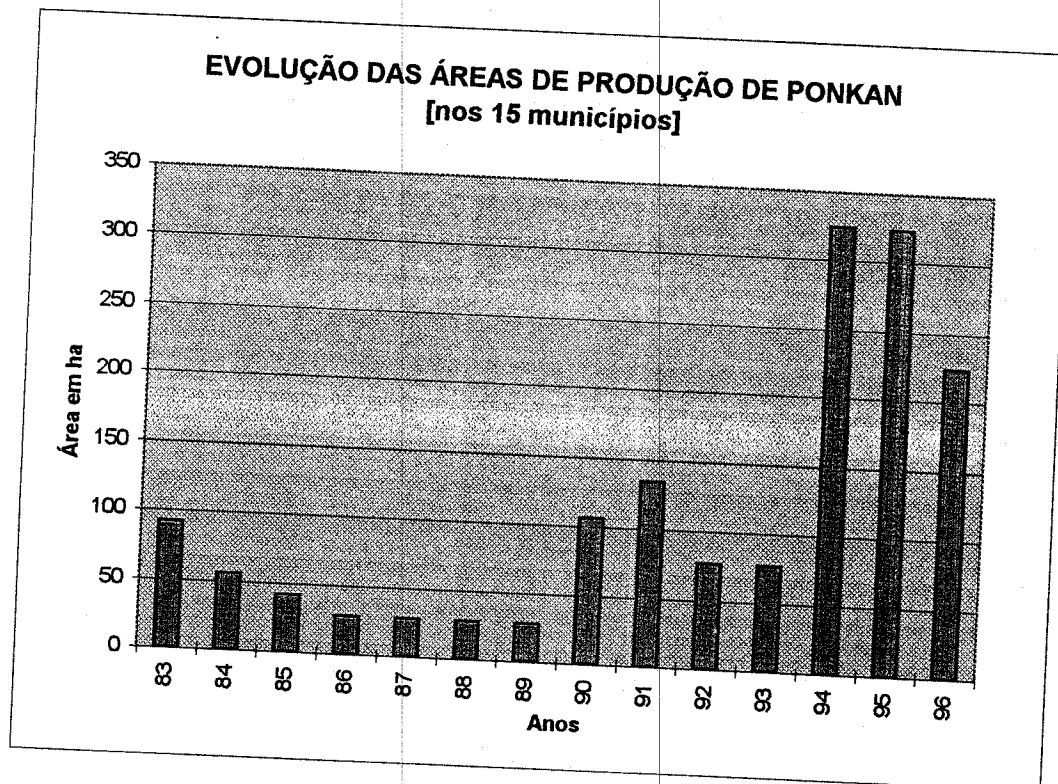


Figura 4.36 - Evolução das áreas de produção de ponkan

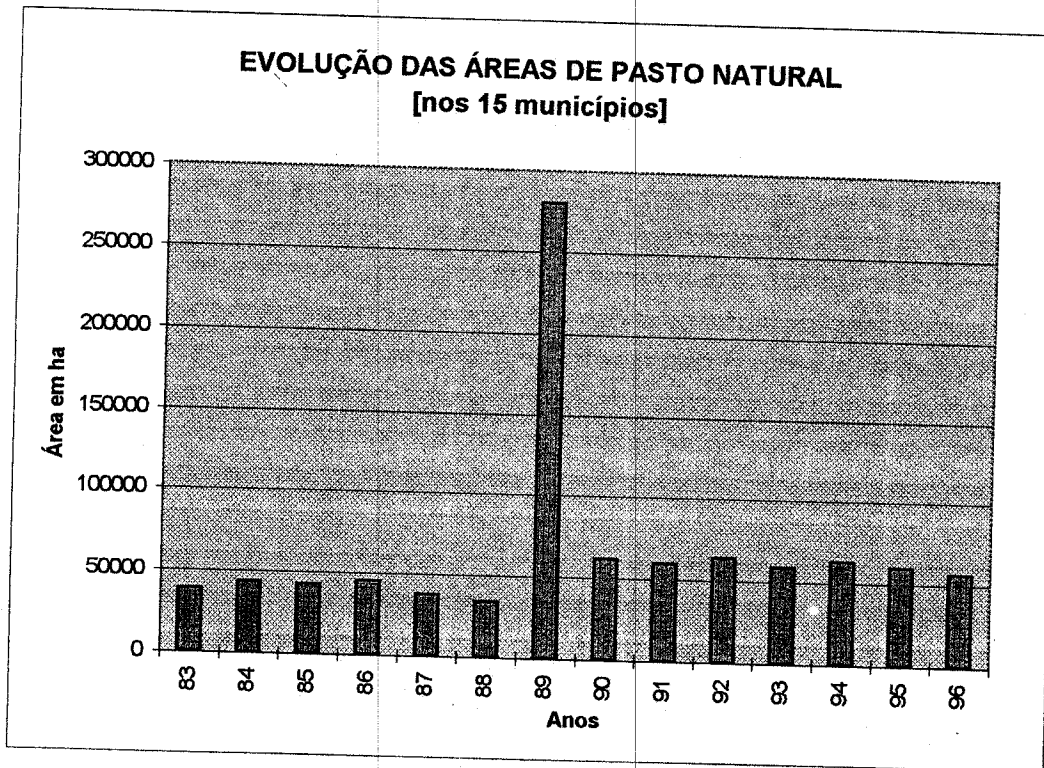


Figura 4.37 - Evolução das áreas de pasto natural

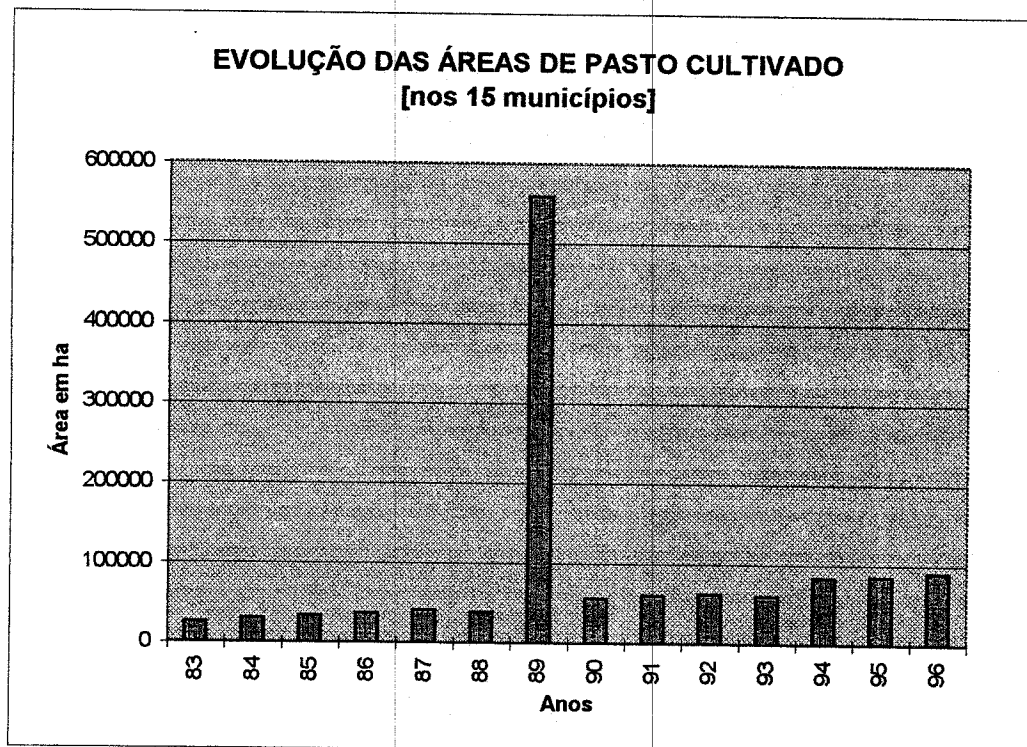


Figura 4.38 - Evolução das áreas de pasto cultivado

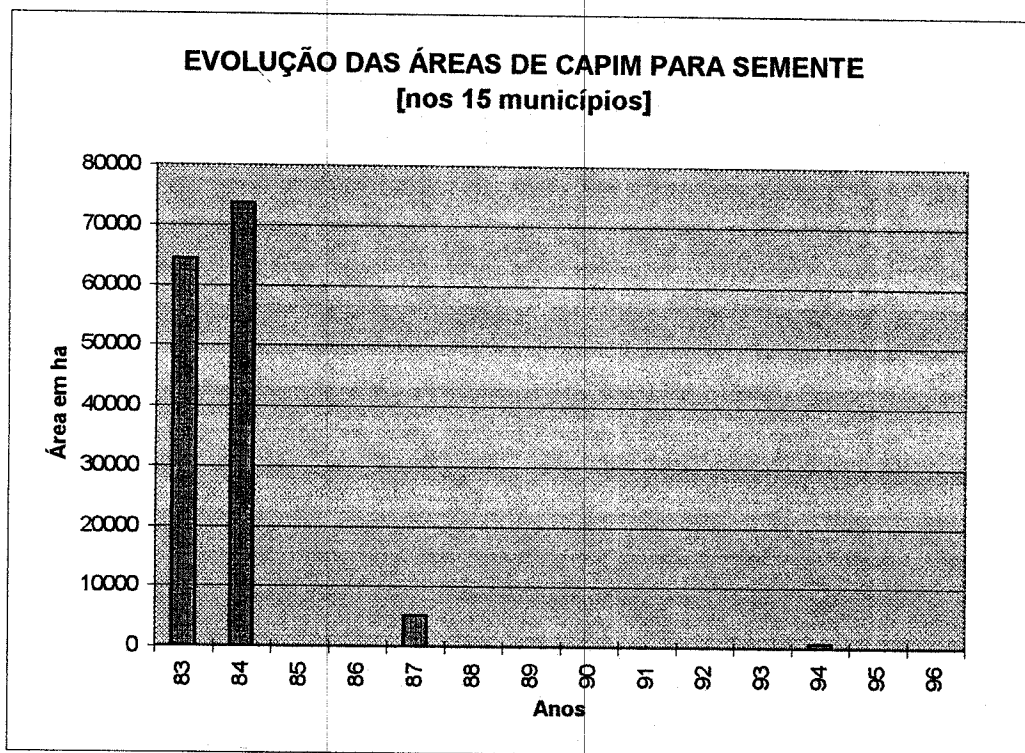


Figura 4.39 - Evolução das áreas de capim para semente

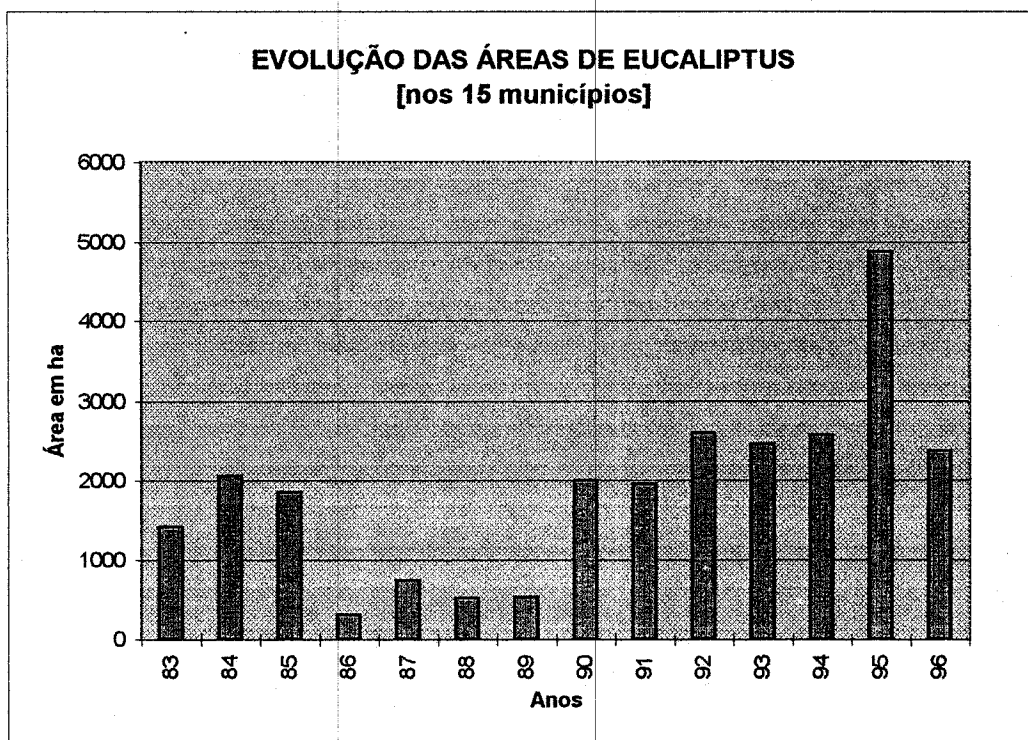


Figura 4.40 - Evolução das áreas de eucaliptus

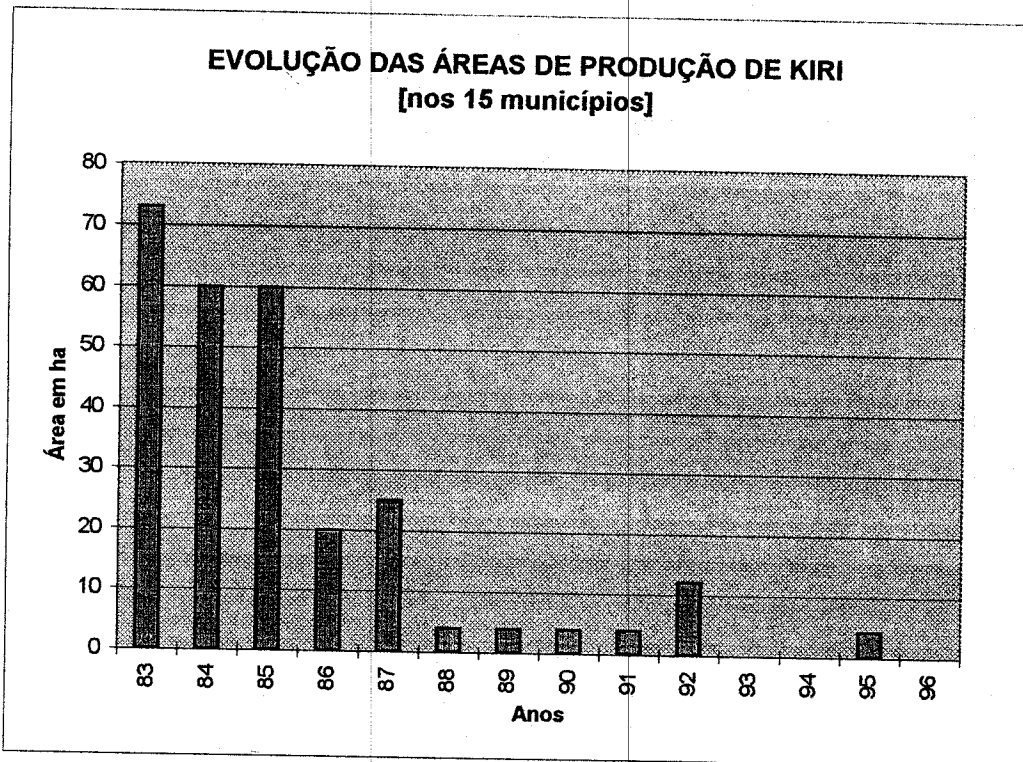


Figura 4.41 - Evolução das áreas de produção de kiri

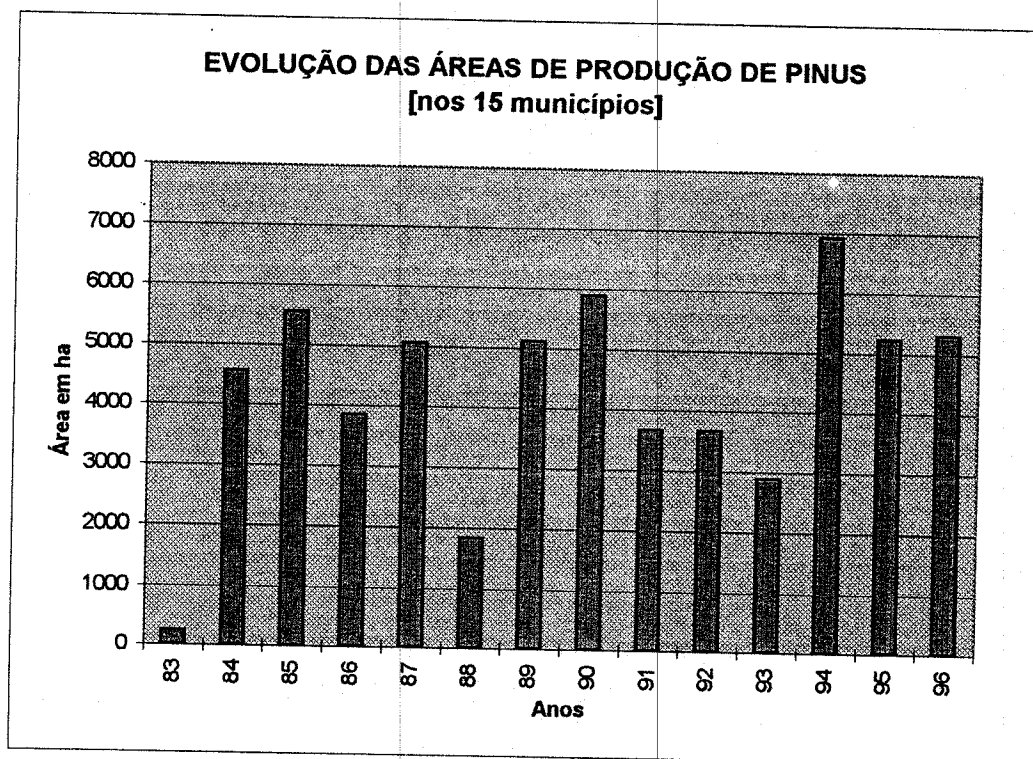


Figura 4.42 - Evolução das áreas de produção de pinus

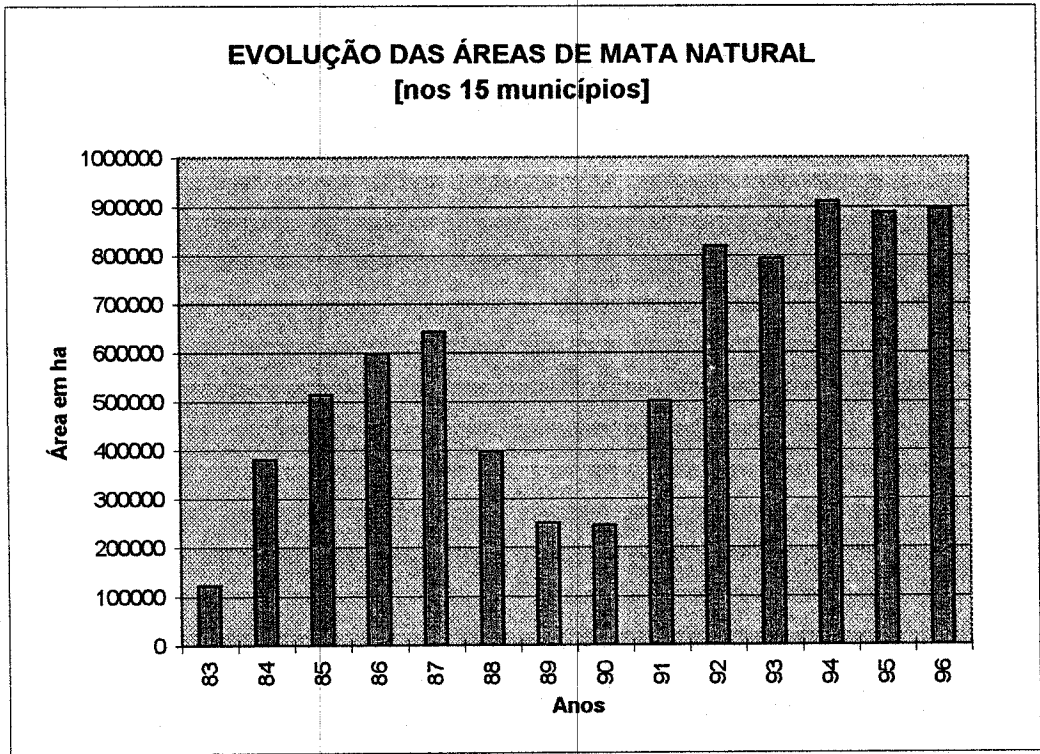


Figura 4.43 - Evolução das áreas de vegetação natural

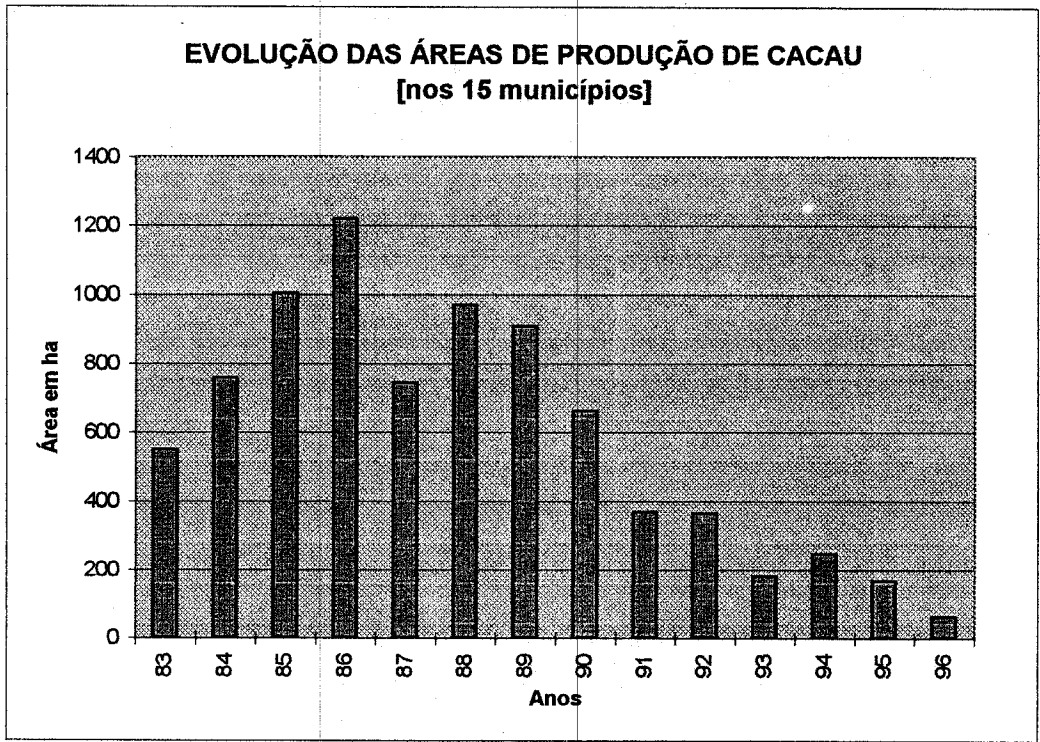


Figura 4.44 - Evolução das áreas de produção de cacau

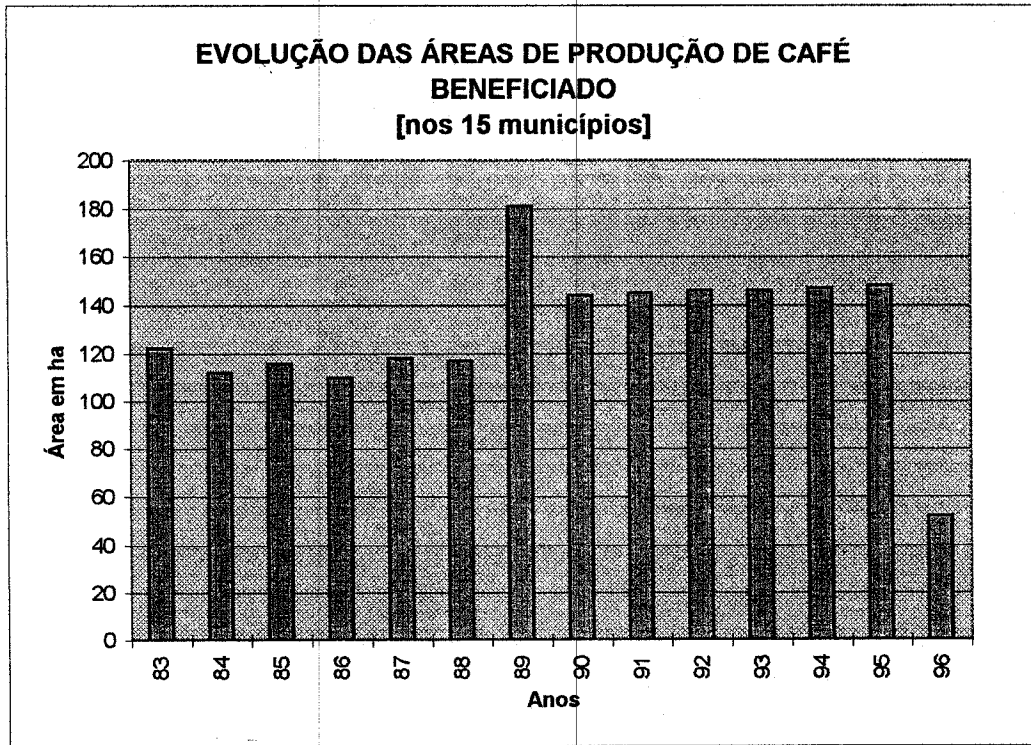


Figura 4.45 - Evolução das áreas de produção de café beneficiado

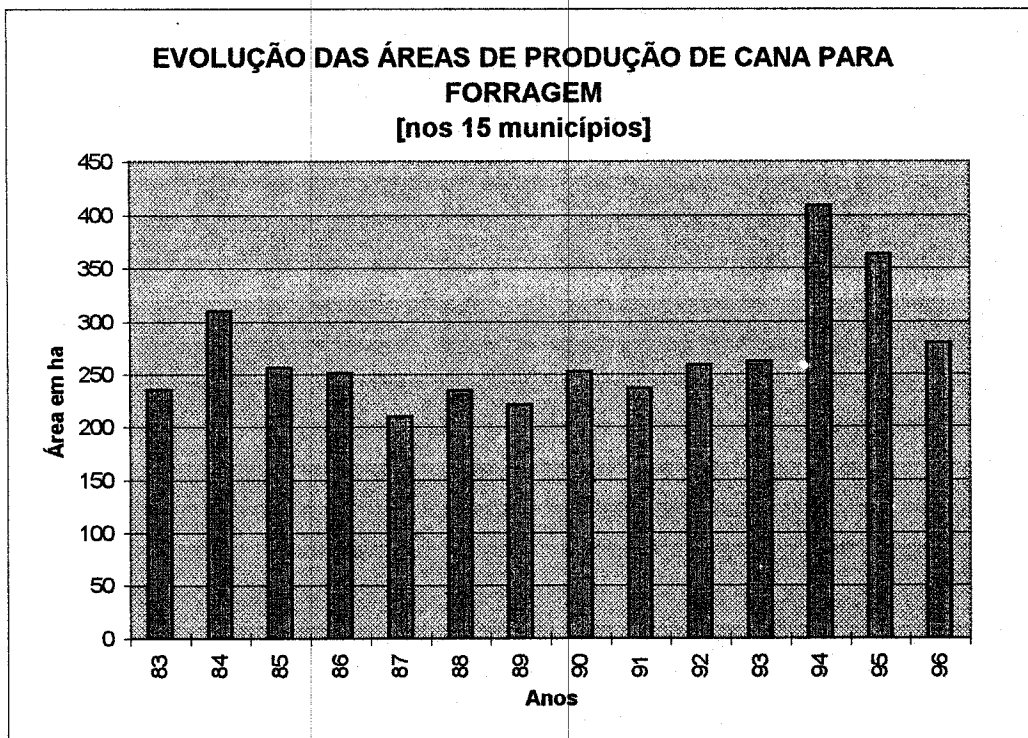


Figura 4.46 - Evolução das áreas de produção cana para forragem

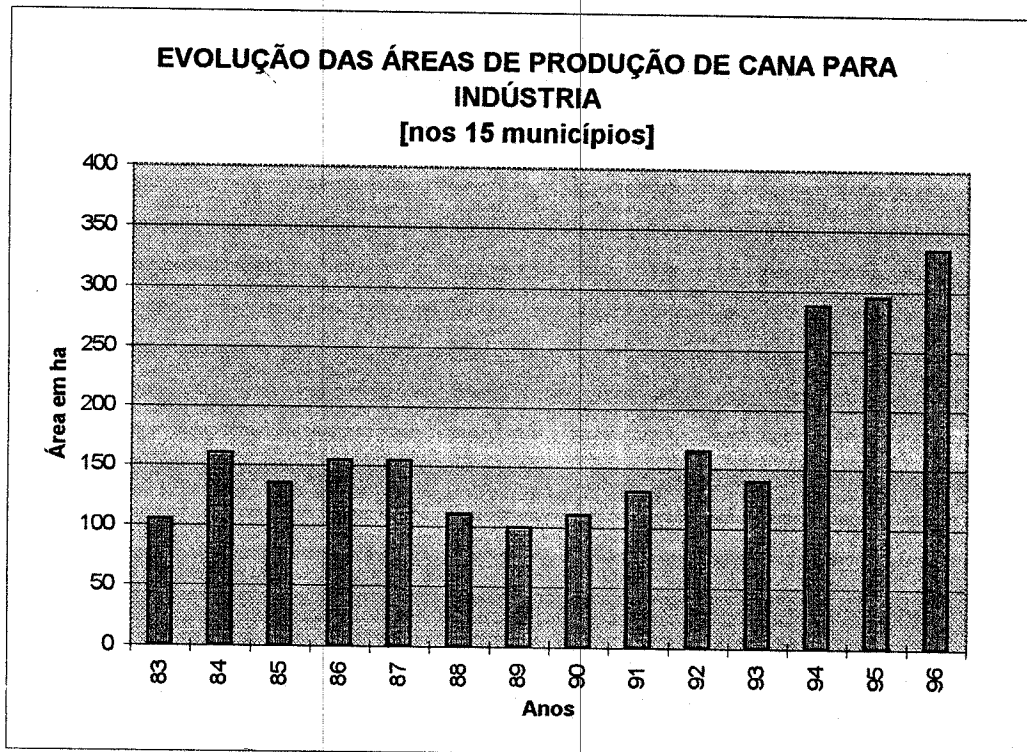


Figura 4.47 - Evolução das áreas de produção de cana para indústria

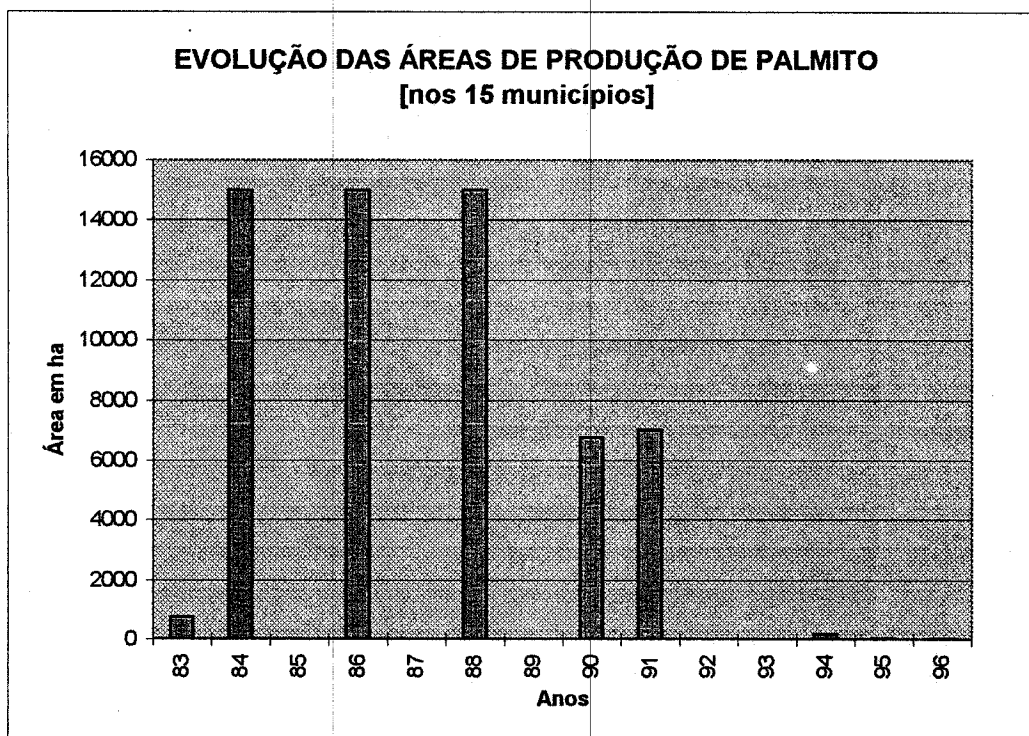


Figura 4.48 - Evolução das áreas de produção de palmito

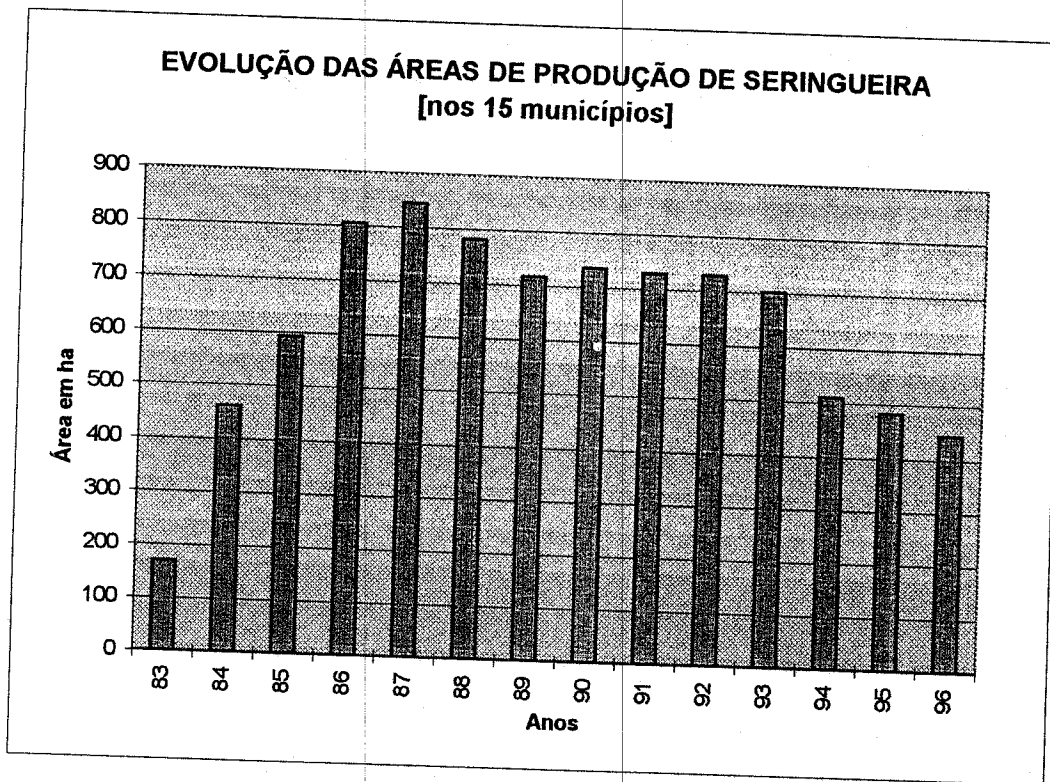


Figura 4.49 - Evolução das áreas de produção de seringueira

Tabela 5.1 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DOS SEUS PRODUTOS EM BARRA DO TURVO

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
AVES DE GRANJA PARA ABATE [cabeças]											1.000			
AVES DE GRANJA PARA CORTE [cabeças]											300			
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]	500	2.000	100	600	1.480	1.480	8.000	5.000	2.000	500	2.800	2.800	2.850	2.850
BUBALINOS [cabeças]					500	500	500	500	500	500	200	350	400	450
EQUINOS [cabeças]			400		950	950	2.700	2.700	1.500	1.300	800	860	860	850
MUARES [cabeças]			700		600	600	1.400	1.400	900	700	270	290	290	280
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]	800	2.500	2.500	1.500	3.500	4.000	6.000	4.500	3.600	3.800	4.500	4.500	4.700	4.700
CORTE														
LEITE	300	150	170	400	2.000	300	1.500	1.000	900	950	1.700	1.600	1.500	1.500
MISTO	1.100	2.650	-	2.000	2.000	800	6.000	3.000	1.000	1.000	2.000	2.100	2.250	2.250
NUMERO DE SUINOS [cabeças]	1.500	1.000	80	2.000	850	1.000	2.000	2.000	3.100	3.000	2.700	2.500	2.100	1.500
SUINOS PARA ABATE [cabeças]	500	500	200	700	360	576	1.000	1.000	1.200	1.200	1.100	950	900	500
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]					63	58	24	2.880	76	75	180	180	180	180
TIPO B						14	7							
TIPO C	600	75	70	70								180	180	180

Tabela 5.2 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DE SEUS PRODUTOS EM CAJATI

PRODUTO	93	94	95	96
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]	5.000	5.000	5.000	9.000
CORTE				
LEITE	100	100	100	3.000
MISTO	2.400	2.400	2.400	3.000
BUBALINOS [cabeças]			150	150
EQUINOS [cabeças]			200	200
MUARES [cabeças]			10	10
NUMERO DE SUINOS [cabeças]			3.000	3.000
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]		200	200	120
TIPO C				
APICULTORES/PRODUTORES [numero]		3	3	3

Tabela 5.3 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DE SEUS PRODUTOS EM ELDORADO PAULISTA

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]	8.000	3.625	7.000	12.000	10.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	10.000	-	10.000	-
LEITE	-	200	200	100	200	200	200	200	-	200	-	10.000	-	18.000
MISTO	8.000	3.825	-	200	-	-	-	-	200	1.000	200	-	-	-
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]	1.500	835	800	1.200	800	700	700	900	900	1.000	1.000	200	200	800
BUBALINOS [cabeças]				600	600	700	700	700	700	700	800	800	800	800
EQUINOS [cabeças]			300	480	300	300	300	350	350	350	300	300	300	300
MUARES [cabeças]			200	120	200	200	200	200	200	200	150	150	150	150
NUMERO DE SUINOS [cabeças]	5.000	5.000	5.000		5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	2.000	5.500	6.000	6.000	6.000
SUINOS PARA ABATE [cabeças]	1.000	1.000	1.000	1.000	800	1.000	1.000	1.000	1.000	400	1.200	1.100	1.100	1.100
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]	-	-	-	-	94	285	-	-	-	-	-	-	-	-
TIPO B	100	100	100		160	-	305	300	300	300	300	300	300	300
TIPO C														
COLMÉIAS [unidades]														40

Tabela 5.4 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DE SEUS PRODUTOS EM IGUAPE

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
AVES DE GRANJA PARA ABATE [cabeças]					18000									
AVES DE GRANJA PARA CORTE [cabeças]					0									
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]	3500	3500	2000	2300	2200	2400	3000	3000	3500	3000	7500	6000	7500	7500
CORTE	950	950	800	1200	1500	1600	1500	2500	1500	1000	4500	3000	4500	4500
LEITE	4450	4450	1000	1000	0	0	2464	2000	2500	1500	0	0	0	0
MISTO			100	30		600	600	900	1000	1000	600	600	600	600
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]				2200	3000	2500	2453	1800	2000	2200	1500	2000	2000	2000
BUBALINOS [cabeças]				600		165	165		310	400	700	700		400
EQUINOS [cabeças]				150						20				
MUARES [cabeças]				500					340	400	300			
NUMERO DE SUINOS [cabeças]	500			25					340	300	150			
SUINOS PARA ABATE [cabeças]				500			0	292	157	150	180000	180	180	180
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]														
TIPO C														

Tabela 5.7 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DE SEUS PRODUTOS EM ITARIRI

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]	50	300	250	500	300	300	300	300	350	500	700	700	700	700
CORTE														
LEITE	150	400	300	300	150	50	50	50	50	100	200	200	200	200
MISTO	200	700	200	-	140	100	100	1.000	100	100	700	700	700	700
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]	50	50	100	100	100	200	200	200	120	120	175	175	175	175
MUARES [cabeças]										5	50	50	50	50
EQUINOS [cabeças]									26	26	400	400	400	400
NUMERO DE SUINOS [cabeças]										200	600	600	600	600
SUINOS PARA ABATE [cabeças]										100	360	360	360	360
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]					12				80		55	55	55	55
TIPO B		70	70	120	-	88	107	90	-	80	345	345	345	345
TIPO C														

Tabela 5.8 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DOS SEUS PRODUTOS EM JACUPIRANGA

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]	4.880	7.000	7.000	7.000	7.000	6.000	6.000	7.000	7.000	7.000	2.000	2.400	2.400	3.890
CORTE														
LEITE	2.191	8.000	8.000	8.000	8.000	559	550	500	500	500	400	800	800	710
MISTO	6.271	15.000	5.000		1.600	1.600	8.000	8.000	8.000	8.000	5.600	5.200	5.200	3.300
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]	400	1.300	1.300	1.300	8.600	600	2.200	2.200	2.200	2.200	400			
BUBALINOS [cabeças]														
EQUINOS [cabeças]			150								200	100	100	
NUMERO DE SUINOS [cabeças]		400	400	400				200	200	200		300	300	
SUINOS PARA ABATE		250	250	250			1.000	1.000	1.000	1.000				
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]	100	180	180					1.000	1.000	1.000				
TIPO B														
TIPO C	900	450	450	1.500	1.500		1.000	1.000	1.000	1.000	800	800	800	200

Tabela 5.9 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DE SEUS PRODUTOS EM JUJUÍÁ

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
AVES DE GRANJA PARA ABATE [cabeças]	24.000	24.000				8.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
AVES DE GRANJA PARA CORTE [cabeças]	4.000	4.000	4.000	700	4.000	4.000	600	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
AVES DE GRANJA PARA OVOS [cabeças]	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	600	600	600	600	600	600	600	600
NUMEROS DE BOVINOS [cabeça CORTE]	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.927	4.900	4.900	4.900	4.900	4.900	4.900	4.900
LEITE	1.250	1.250	1.250	1.200	2.000	2.000	1.046	1.040	1.040	1.040	1.040	1.040	1.040	1.040
MISTO	5.250	5.250	2.800	1.000	1.000	2.951	2.950	2.950	2.950	2.950	2.950	2.950	2.950	2.950
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]					750	600	600	600	500	500	500	500	500	500
BUBALINOS [cabeças]				50			40	40	40	80	80	140	140	140
EQUINOS [cabeças]			100	250	200	500	100	90	300	300	300	300	300	300
MUARES [cabeças]			30	180	100	100	34	40	100	100	100	100	100	100
NUMERO DE SUINOS [cabeças]	800	800	800	400	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800
SUINOS PARA ABATE [cabeças]	300	300	300	300	300	200	200	200	560	560	560	560	560	560
PRODUCAO DE LEITE [mil l/ano] TIPO C	600	600	600	911	911	577	695	1.080	1.080	1.080	1.100	1.100	1.100	1.100
APICULTORES/PRODUTORES [numero]				6	5	5	8	8	8	6	8	11	12	16
COLMEIAS [unidades]				300	180	200	250	250	250	200	300	300	400	400

Tabela 5.10 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DE SEUS PRODUTOS EM MIRACATU

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
AVES DE GRANJA PARA ABATE [cabeças]	15.000	15.000	15.000	15.000										
AVES DE GRANJA PARA CORTE [cabeças]	2.500	2.500	2.500	2.500										
AVES DE GRANJA PARA OVOS [cabeças]	320	320	320	320					80.000	100.000	100.000	####		
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças] CORTE	960	960	960	960						5.000	4.000	4.000	3.000	3.000
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças] LEITE	750	750	750							500	500	500	2.000	2.000
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças] MISTO	1.710	1.710								1.000	150	1.000	800	800
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]	230	230		230						600	400	500	580	200
BUBALINOS [cabeças]										150	150	150		
EQUINOS [cabeças]										140	120	120		
MUARES [cabeças]	40													
NUMERO DE SUINOS [cabeças]	800	800	800	960							1.700	1.700	300	300
SUINOS PARA ABATE [cabeças]	200	200	200							3.000	600	1.200	200	200
PRODUCAO DE LEITE [mil l/ano] TIPO C	920	920	920	920	912				700	300	468	250	240	240

Tabela 5.11- EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DOS SEUS PRODUTOS EM PARIQUERA-AÇU

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
AVES DE GRANJA PARA ABATE [cabeças]		15.000					20.000		40.000	40.000	96.000	60.000	60.000	60.000
AVES DE GRANJA PARA CORTE [cabeças]			2.500				10.000	10.000	10.000	10.000	8.000	5.000	5.000	5.000
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]							4.000	4.000	4.000	4.000	3.000	3.000	3.000	3.000
CORTE	4.000	3.800	3.300	3.200	3.300	3.800	4.000	4.000	4.000	4.000	1.000	500		
LEITE	300	300	500	500	500	1.000	1.000	1.000	1.000	2.000	2.000	1.500	1.500	1.500
MISTO	4.300	4.100				2.000	2.000	2.000	2.000	350	350	500	500	500
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]	500	300	300	300	300	300	350	300	350	1.000	1.000	1.200	1.200	1.200
BUBALINOS [cabeças]						850	1.000	250	250	250	350	330	330	330
EQUINOS [cabeças]									30	30	15	15	15	15
MUARES [cabeças]									1.000	1.000	800	800	800	800
NUMERO DE SUINOS [cabeças]	1.500	1.800	2.000	1.000			500	500	500	500	400	400	400	400
SUINOS PARA ABATE [cabeças]	400	600	700	300			560	600	700	600	620	600	600	600
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]	200	200	300	300			5							
APICULTORES/PRODUTORES														
COLMEIAS [unidades]							120		120					

Tabela 5.12 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DE SEUS PRODUTOS EM PEDRO DE TOLEDO

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]	300	300	300	600	600	600			2.000	600	850	850	850	850
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]	300	400	450	400	200	280				100	150	150	150	150
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]	600	700	400			360				200	300	300	300	300
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]	300	200		200	100				200	200	300	300	300	300
BUBALINOS [cabeças]										10	90	90	90	90
EQUINOS [cabeças]										200	250	250	250	250
MUARES [cabeças]	400	1.000							500	50	50	50	50	50
NUMERO DE SUINOS [cabeças]	200	200		200					350	900	1.000	1.000	1.000	1.000
SUINOS PARA ABATE										500	600	600	600	600
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]										12	30	28	100	100
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]		100	109	240					54	100	100	100	100	100

Tabela 5.13 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DE SEUS PRODUTOS EM REGISTRO

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
AVES DE GRANJA PARA ABATE [cabeças]	24.000	24.000	24.000											
AVES DE GRANJA PARA CORTE [cabeças]	4.000	4.000	4.000											
AVES DE GRANJA PARA OVOS [cabeças]	1.100	1.100	1.100											
NUMEROS DE BOVINO [cabeças]	5.242	4.800	3.200	3.900	4.100	4.100	8.000	8.000	8.000	8.000	4.000	3.000	3.000	3.000
LEITE	800	1.200	500	700	800	800	800	1.000	1.000	1.000	1.000	600	600	600
MISTO	6.042	6.000	1.000	3.200	3.500	3.500	3.500	3.500	3.000	3.000	4.000	7.700	7.700	7.000
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]	1.920	1.680	1.600	3.900	4.100	4.100	4.200	3.000	3.000	1.200	3.000	1.000	1.000	1.000
BUBALINOS [cabeças]			100	100	180	180	180	600	600	50	600	700	700	200
EQUINOS [cabeças]			80	80	100	180						50	50	
MUARES [cabeças]			2.500	2.800	3.200	3.000		800	600	600	900	900	900	900
NUMERO DE SUINOS [cabeças]			1.000	1.200	1.300	1.500	1.500	800	700	700	700	700	700	600
SUINOS PARA ABATE [cabeças]														
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]	450	600	600	500	28	33	719	816	800	800	1.000	1.000	1.000	1.000
TIPO C														
COLMEIAS [unidades]			30	40	40	90	95		30	25				
APICULTORES [produtores]			3	5	5	6	7		6	5				

Tabela 5.14 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DE SEUS PRODUTOS EM SETE BARRAS

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
AVES DE GRANJA PARA ABATE [cabeças]	30.000													
AVES DE GRANJA PARA CORTE [cabeças]	5.000													
AVES DE GRANJA PARA OVOS [cabeças]	500	500												
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]	4.320	4.500	4.500	6.000	6.500	6.700	7.000	7.000	7.000	7.000	4.000	5.000	5.000	5.000
CORTE	480	500	500	100	1.000	200	200	200	200	200	1.000	3.000	3.000	3.000
LEITE	4.800	5.000	-	900	1.000	1.200	1.200	1.300	1.300	1.300	4.000	4.000	4.000	4.000
MISTO	1.200	1.200	1.200	1.000		2.000	2.000	1.600	1.600	800				
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]	1.200	1.300		300	200	200	1.400	1.400		1.060		800	800	800
BUBALINOS [cabeças]										250	400	350	350	350
EQUINOS [cabeças]												100	100	100
MUARES [cabeças]														
NUMERO DE SUINOS [cabeças]	7.000	7.000	7.000	4.000	4.000	4.000		1.500	1.500	1.500	1.500	3.000	3.000	3.000
SUINOS PARA ABATE [cabeças]	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	2.000	2.000	1.500	1.500	2.500	750	500	500	500
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]	350	350	350	350	227	292	309	220	220	200	200	800	800	800
TIPO C														
APICULTORES/PRODUTORES			5	4	4	1	1	1	1	25	25	3	3	2
COLMEIAS [unidades]			150	220	220	300	25	25	25	25	40	40	40	45

Tabela 5.15 - EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA E DE SEUS PRODUTOS EM TAPIRAÍ

	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
NUMEROS DE BOVINOS [cabeças]	-	-	700	200	300	200				3.000	800	1.000	250	-
CORTE														
LEITE	700	700	700	500	700	300				500	500	250	200	-
MISTO	700	700	-	100	400	300				-	200	250	180	800
BOVINOS PARA ABATE [cabeças]										1.500	800	800	800	
BUBALINOS [cabeças]												200	200	200
EQUINOS [cabeças]					30	60					700	700	80.000	80.000
MUARES [cabeças]				40	40	50								
NUMERO DE SUINOS [cabeças]	1.000				900	900					3.500	2.000	10.000	10.000
SUINOS PARA ABATE [cabeças]	400				600							3.000	5.000	5.000
PRODUCAO DE LEITE [mil /ano]												50	50	-
TIPO B														
TIPO C	210	210	210		282	425				500	720	500	500	1.800
APICULTORES/PRODUTORES [número]											2	4	4	4
COLMEIAS [unidades]											23	30	30	30